

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – PPGCS**

**DOUTORADO**

**ELIENE GOMES DOS ANJOS**

**PRÁTICAS E SENTIDOS DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO:  
UM ESTUDO A PARTIR DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

São Leopoldo-RS  
2012

ELIENE GOMES DOS ANJOS

**PRÁTICAS E SENTIDOS DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO:  
UM ESTUDO A PARTIR DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, como requisito parcial para obtenção de Título de Doutora em Ciências Sociais com ênfase em Políticas e Práticas Sociais.

Orientador: Professor Doutor Luiz Inácio Gaiger

São Leopoldo-RS  
2012

## FICHA CATALOGRÁFICA

(Elaborada pela bibliotecária Maria de Lurdes Silva Lima CRB-5/1443)

Anjos, Eliene Gomes dos

Práticas e sentidos das cooperativas de trabalho: um estudo a partir da economia solidária / Eliene Gomes dos Anjos. - 2012.  
210 f.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Doutorado em Ciências Sociais, 2012.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Inácio Gaiger  
Co-orientador: Waldo Orellana Zambrano

1. Cooperativas de trabalho. 2. Economia solidária. I. Gaiger, Luiz Inácio, orient. II. Zambrano, Waldo Orellana, co-orientador. III. Universidade do Vale do Rio Sinos - UNISINOS. IV. Título.

CDD: 334

ELIENE GOMES DOS ANJOS

**PRÁTICAS E SENTIDOS DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO:  
UM ESTUDO A PARTIR DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Ciências Sociais, com ênfase em Políticas e Práticas Sociais, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

São Leopoldo, 18 de abril de 2012.

---

Prof. Dr. Luiz Inácio Gaiger  
UNISINOS

---

Prof. Dr. Jacob Lima  
UFSCar, CAPES

---

Profa. Dra. Lorena Holzmann  
UFRGS

---

Prof. Dr. José Rogério Lopes  
UNISNOS

---

Profa. Dra. Marília Veríssimo Veronese  
UNISINOS

A mainha e painho, que na humildade das suas existências compreendem o significado das minhas conquistas.

## AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa é fruto da contribuição de inúmeras pessoas, por isso os agradecimentos são muitos.

A minha família, que é minha fonte de inspiração para todos os desafios que assumi na vida. Em especial, ao meu companheiro, Marcos, que suportou a ausência, abdicou dos seus desejos e compartilhou dos momentos mais difíceis nesses quatro anos para chegarmos juntos à conclusão de mais uma etapa na minha trajetória acadêmica.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da Unisinos, que possibilitaram novos diálogos e perspectivas analíticas para minha formação acadêmica.

Um agradecimento especial ao meu orientador, Luiz Inácio Gaiger, não apenas pela orientação, mas pelo diálogo profícuo que possibilitou transformações nas minhas concepções analíticas, sempre respeitando a independência intelectual.

Às funcionárias da secretaria da Pós, que não se limitaram a prestarem seus serviços para minha adaptação na nova Universidade, mas me acolheram com tanto calor humano que permitiu minha sobrevivência numa terra tão fria. Faço um agradecimento especialíssimo à Maristela, secretária do PPGCS, pela competência nos encaminhamentos das minhas demandas na Instituição, mas, sobretudo, pela solidariedade e cooperação durante minha estada em São Leopoldo.

À Capes, pela bolsa que financiou meus estudos no Brasil e na Espanha.

Ao professor Waldo Orellana, meu coorientador na Universidade de Valença, pela disposição em tornar o período de estágio altamente produtivo. E às funcionárias do CIDEC, pela prontidão no atendimento das minhas demandas.

Outro agradecimento especialíssimo à Ana Paula, companheira durante o estágio na Espanha, sem a qual eu não suportaria tanto tempo longe do meu país e as situações constrangedoras impostas pelo estigma que acompanha a mulher negra no cenário internacional.

Às amigas que adquiri na minha primeira estada no Rio Grande do Sul, Luciana e Adriani. Às novas amigas, Neca, Rosi, Neila, Raquel, Andressa, Elen, Solange e Cristina, que foram tão acolhedoras para que eu não sucumbisse durante o inverno gaúcho. À Manuela, que além da amizade conquistada, dividiu minhas angústias vividas no transcorrer do doutorado.

Aos amigos e amigas da minha querida região, Raí, Cristiano, Edilene, Ivonildes, Nete, Ana, Eduardo, Cristina, João, Elinaldo e todos(as) os/as militantes da Juventude

Operária Católica, que sempre acreditaram no meu potencial e na capacidade de transformação daqueles(as) que vivenciam processos de exclusão.

Às/aos trabalhadoras(es) da economia solidária, que compartilharam muito mais do que suas experiências de trabalho, mas suas vidas e sonhos.

Aos discentes, docentes e à direção do Colégio Oliveira Britto, porque tiveram a grandeza de me apoiarem durante todo o percurso do doutorado, mesmo quando minha ausência provocou dificuldades para a unidade escolar.

E, finalmente, às forças sagradas desse universo, que não se cansam de conspirar ao meu favor.

Por errar,  
Adão trabalhou.  
Por trabalhar,  
Prometeu errou.  
Adãos – Prometeus,  
Errantes – trabalhadores,  
Mulheres e homens  
Portadores do estigma.

Quem assim determinou?  
Por errar, trabalhar,  
Por trabalhar, errar.

Mister romper a maldição:  
Não mais trabalhar por errar,  
Não mais errar por trabalhar.

Alexandre Antônio Náder (2000, p. 15-16)



## RESUMO

Neste estudo, investigamos as cooperativas de trabalho da economia solidária. Objetivamos examinar as relações de trabalho e o sentido que esse adquire, para avaliar em que medida e baseados em quais condições as práticas e sentidos representam avanços efetivos para a emancipação dos(as) trabalhadores(as). Para tanto, nos utilizamos da pesquisa quantitativa, com dados do Primeiro Mapeamento Nacional dos Empreendimentos Econômicos Solidários, realizado entre 2005 e 2007; e da pesquisa qualitativa, com a observação direta nos circuitos da economia solidária e quatro estudos de caso. Com base no subconjunto da base de dados, formado somente pelas cooperativas que declararam ter sócios(as) trabalhando no empreendimento e que realizavam a produção ou a prestação de serviços no coletivo, dispusemos de um banco com 1.257 cooperativas para análise. Essa etapa da investigação demonstrou que essas cooperativas enfrentam inúmeras dificuldades para alcançar um desempenho econômico que assegure os direitos sociais, limitando-se, a maioria delas, a remunerarem os/as trabalhadores(as) por produtividade ou horas trabalhadas. Por outro lado, constatamos que as cooperativas ampliaram a participação política dos(as) trabalhadores(as) ao se inserirem nos espaços de reivindicação política da economia solidária e com as demandas em seu entorno. Já a pesquisa qualitativa, realizada em Salvador e em eventos da economia solidária, referendou o quadro descrito com os dados estatísticos, contribuindo para demonstrar que as pessoas que estão nestas experiências são, em sua maioria, mulheres, negras(os), trabalhadores(as) com baixa ou nenhuma qualificação profissional. Em outros termos, verificamos que os/as trabalhadores(as) associados(as) são oriundos de segmentos que historicamente vivenciam processos de exclusão, inseridos(as) em ocupações informais. Nesse contexto, as cooperativas de trabalho da economia solidária propiciam uma situação contraditória. Ao mesmo tempo em que o trabalho associado assume um sentido emancipatório – uma vez que os/as trabalhadores(as) participam das tomadas de decisão, gestam coletivamente o empreendimento e se apropriam dos seus resultados –, também impele à intensificação desse trabalho, caracterizado pela instabilidade, aproximando-se, dessa forma, do trabalho precário. Não obstante, os segmentos que dispõem sua força de trabalho nessas cooperativas conseguiram avanços nas condições de trabalho, se comparadas às formas laborais praticadas anteriormente. No que se refere aos direitos sociais, essas cooperativas ainda têm um longo percurso, pois não conseguiram viabilidade econômica que pudesse assegurar-lhes a sobrevivência. Logo, se impõe a necessidade de uma nova regulação para que esses segmentos não continuem inseridos no trabalho precário e apartados

da proteção social, situação essa que persiste nos percursos ocupacionais daqueles(as) que hoje se utilizam da autogestão para garantirem sua reprodução.

**Palavras-chave:** Cooperativas de trabalho. Economia solidária. Trabalho associado. Emancipação social. Processo de informalidade.

## ABSTRACT

In the present study, we investigated the labor cooperatives of solidarity economy. The aim of the study was to examine the labor relations and the meaning that labor takes, in order to assess to what extent and under what conditions the practices and meanings represent effective advances toward workers' emancipation. To that end, we relied on quantitative research with data from the first nationwide mapping of solidarity economy enterprises, conducted between 2005 and 2007, and on qualitative research based on direct observation in the circles of solidarity economy, as well as four case studies. From the database subset consisting exclusively of cooperatives that claimed to have members working in the enterprise and to undertake collective production or rendering of services, we had data of 1257 cooperatives available for analysis. This step of the investigation revealed that those cooperatives face countless hardships to achieve such economic performance as to guarantee the workers' social rights, and are limited, in most cases, to paying their workers on the basis of productivity or hours worked. On the other hand, we found that the cooperatives have widened the political participation of workers as they have been included in the spaces of political claims of solidarity economy and the demands surrounding it. The qualitative research, conducted in Salvador and during solidarity economy events, corroborated the picture drawn by the statistical data, thus contributing to demonstrate that the people involved in those experiences are mostly women, black individuals, workers with no or low professional qualification. In other words, we found that the associated workers come from segments of the population that have historically experienced processes of exclusion and were involved in informal occupations. In that context, solidarity economy labor cooperatives create a contradictory instance. While associated labor carries a sense of emancipation, since the workers take part in the decision-making process, manage the enterprises collectively and share their outcomes, it also promotes the intensification of that form of labor, which is marked by instability – thus resembling precarious work. Nevertheless, the segments that contribute their workforce to those cooperatives accomplished advances in working conditions when compared with the forms of labor formerly exercised. As far as social rights are concerned, those cooperatives still have a long way to go, since they have not achieved economic viability to assure those rights. Therefore, the need for a new regulation is imperative in order to prevent precarious work and alienation from social protection – a situation often encountered in the occupational paths of those who currently resort to self-management to ensure their reproduction.

**Keywords:** Labor cooperatives. Solidarity economy. Associated labor. Social emancipation.  
Informal process.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 –	Formas de Organização dos EES	127
Gráfico 2 –	Representação Geográfica dos EES	128
Gráfico 3 –	Triênio de Início dos EES em Percentuais	129
Gráfico 4 –	Remuneração dos Sócios(as) que Trabalham nos EES em Salários Mínimos	130
Gráfico 5 –	Situação da Sede ou Local de Funcionamento dos EES	133
Gráfico 6 –	Modos de Comercialização de Produtos e/ou Serviços dos EES	134
Gráfico 7 –	Acesso ao Crédito ou Financiamento dos EES	135
Gráfico 8 –	Distribuição Geográfica por Região das Cooperativas	140
Gráfico 9 –	Percentual de Homens e Mulheres Sócios(as) por Porte da Cooperativa	142
Gráfico 10 –	Situação do Pagamento do Crédito nas Cooperativas	145
Gráfico 11 –	Tipo de Apoio e Assessoria nas Cooperativas	146
Gráfico 12 –	Remuneração dos Sócios(as) que Trabalham na Cooperativa Segundo Salário Mínimo no Ano de 2007	150

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Atividades Econômicas dos EES com Maior Relevância	131
Tabela 2 –	Tipo de Fornecedor de Apoio aos EES	136
Tabela 3 –	Destinos dos Produtos e Serviços das Cooperativas	143
Tabela 4 –	Principais Dificuldades na Comercialização das Cooperativas	144
Tabela 5 –	Tipos de Remuneração dos(as) Trabalhadores(as) Associados(as) em Cooperativas	148
Tabela 6 –	Direitos, Benefícios e Garantia para os/as Sócios(as) Trabalhadores(as) das Cooperativas	150
Tabela 7 –	Classes de Remuneração dos(as) Sócios(as) que Trabalham Segundo o Salário Mínimo por Região	210

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACI – Aliança Cooperativa Internacional
- ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário
- ANTEAG – Associação Nacional de trabalhadores em Empresas de Autogestão
- BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CCRB – Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CESOL – Centro Público de Economia Solidária
- CFES – Centro de Formação em Economia Solidária
- CIDEC – Centro de Informação e Documentação Europeia de Economia Política, Social e Cooperativa
- CIRIEC – Centro Internacional de Investigação e Informação sobre a Economia Pública, Social e Cooperativa
- CMAF – Comitê Consultivo da Comissão Europeia das Cooperativas, Mutualidades, Associações e Fundações
- CNAE – Classificação Nacional de Atividade Econômica
- CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária
- CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
- CONAES – Conferência Nacional da Economia Solidária
- CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
- COOTRAM – Cooperativa de Trabalho de Manguinhos
- COPPE – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia
- CTA – Cooperativas de Trabalho Associado
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- DESENBAHIA – Agência de Fomento do Estado da Bahia
- DGB – Central Sindical Alemã
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- ECOSOL – Cooperativa Central de Crédito e Economia Solidária
- EES – Empreendimento Econômico Solidário
- FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
- FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
- FNT – Fórum Nacional do Trabalho

GT – Grupo de Trabalho  
ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares  
IUDESCOOP – Instituto Universitário de Economia Social e Cooperativa  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
OCB – Organização das Cooperativas do Brasil  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
ONG – Organização Não-Governamental  
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público  
PAC – Projeto Alternativo Comunitário  
PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas  
RMS – Região Metropolitana de Salvador  
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SEMPE – Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa  
SENAES – Secretaria Nacional da Economia Solidária  
SESAMPE – Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa  
SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo  
SESOL – Superintendência da Economia Solidária  
SETRE – Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte  
SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária  
SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*  
UNEB – Universidade do Estado da Bahia  
UNISOL – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	17
1.1	PROBLEMA DA INVESTIGAÇÃO	20
1.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
1.3	DISPOSIÇÃO DOS CAPÍTULOS	30
<b>2</b>	<b>O COOPERATIVISMO BRASILEIRO E AS COOPERATIVAS DE TRABALHO</b>	33
2.1	GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL	33
2.2	SENTIDOS DA COOPERAÇÃO E DAS COOPERATIVAS	40
2.3	AS CONTROVÉRSIAS EM TORNO DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO	44
<b>3</b>	<b>A EMANCIPAÇÃO SOCIAL: UMA VELHA UTOPIA</b>	52
3.1	OS PROCESSOS PARA A EMANCIPAÇÃO	52
3.2	A COOPERATIVA COMO ALTERNATIVA EMANCIPATÓRIA	56
3.3	A EMANCIPAÇÃO PELA PRÁTICA DA AUTOGESTÃO	62
<b>4</b>	<b>INFORMALIDADE, PRECARIZAÇÃO E TRABALHO ASSOCIADO</b>	70
4.1	DIVERSAS ABORDAGENS SOBRE A INFORMALIDADE	70
<b>4.1.1</b>	<b>Processo de informalidade nas relações de trabalho</b>	74
4.2	CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRECARIZAÇÃO E O TRABALHO PRECÁRIO	79
4.3	BREVE HISTÓRICO DA INSERÇÃO OCUPACIONAL DOS(AS) TRABALHADORES(AS)	84
4.4	DELIMITANDO O CONCEITO DE TRABALHO ASSOCIADO	87
<b>4.4.1</b>	<b>As facetas do trabalho associado no contexto brasileiro</b>	92
<b>5</b>	<b>A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM PERSPECTIVA</b>	98
5.1	UMA ABORDAGEM INTERNACIONAL SOBRE A ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA	98
<b>5.1.1</b>	<b>Concepções acerca da economia solidária</b>	102
5.2	A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	111
5.3	AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	119
5.4	OS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: DILEMAS E POSSIBILIDADES	125
<b>6</b>	<b>AS COOPERATIVAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA</b>	138
6.1	UM INSTANTÂNEO DAS COOPERATIVAS MAPEADAS	139

<b>6.1.1</b>	<b>Caracterização geral</b>	139
<b>6.1.2</b>	<b>A comercialização dos produtos e serviços</b>	143
<b>6.1.3</b>	<b>Apoio, assessoria e fomento</b>	145
<b>6.1.4</b>	<b>A gestão coletiva</b>	147
<b>6.1.5</b>	<b>A situação do trabalho associado</b>	147
<b>6.1.6</b>	<b>A dimensão sociopolítica</b>	152
<b>6.2</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO</b>	153
<b>6.2.1</b>	<b>As cooperativas com excedentes</b>	154
<b>6.2.2</b>	<b>As cooperativas que somente pagam suas despesas</b>	157
<b>6.2.3</b>	<b>As cooperativas com desempenho econômico negativo</b>	160
<b>6.3</b>	<b>AMPLIANDO A CLASSIFICAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA</b>	163
<b>7</b>	<b>CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES DE QUATRO COOPERATIVAS EM SALVADOR</b>	169
<b>7.1</b>	<b>HETEROGENEIDADE E SEGMENTAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR</b>	170
<b>7.2</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS PESQUISADAS</b>	174
<b>7.3</b>	<b>BREVE PERFIL DOS(AS) TRABALHADORES(AS) ASOCIADOS(AS)</b>	178
<b>7.4</b>	<b>AS ENCRUZILHADAS DO TRABALHO ASSOCIADO</b>	180
<b>7.5</b>	<b>A GESTÃO COLETIVA E AS ENTIDADES DE ASSESSORIA</b>	185
<b>7.6</b>	<b>A INSERÇÃO DAS COOPERATIVAS NAS DEMANDAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA</b>	187
<b>8</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	192
	<b>REFERÊNCIAS</b>	197
	<b>APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Semiestruturada – 2011</b>	206
	<b>ANEXO A – Classes de remuneração dos(as) sócio(as) que trabalham segundo o salário mínimo por região</b>	210

## 1 INTRODUÇÃO

Esta tese é o resultado de um estudo e de uma pesquisa empírica que tiveram como objeto central as cooperativas de trabalho da economia solidária. Essas cooperativas podem representar novas relações sociais de produção, ressurgência de práticas econômicas do meio popular, mas, também, iniciativas que se limitam a ser estratégia de sobrevivência diante das forças negativas exercidas pelos movimentos de capital. Em face dessa diversidade, em um contexto de crises do capitalismo, as análises sobre o papel das cooperativas são controversas.

Pires (2004) analisa o cooperativismo como um paradoxo, pois é portador de um projeto de mudança social, qual seja minimizar a exploração do trabalhador, e, ao mesmo tempo, é capaz de adequar-se às diferentes formas de acumulação do capital. Cesar Rodríguez, por sua vez, entende que a prática social e econômica do cooperativismo “[...] inspira-se nos valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade” (2002, p. 335). Esses valores estão consolidados em princípios não capitalistas de organização empresarial e referenciados historicamente nas aspirações libertárias daqueles(as) que se encontram em situação de subalternidade ou exclusão.

Ainda que tenhamos questionamentos à prática emancipatória do cooperativismo, não é possível ignorar as tentativas que estão sendo gestadas tanto nos países centrais quanto nos periféricos para resgatar o sentido do trabalho e a emancipação dos(as) que o produzem. Santos argumenta que o cooperativismo adotado e defendido pelos movimentos sociais possibilita a criação de “[...] espaços não capitalistas que apontem para uma transformação gradual da produção e da sociabilidade para formas mais igualitárias, solidárias e sustentáveis.” (2002, p. 57).

Nesse contexto, a teoria e as práticas cooperativistas ocupam lugar de relevância na discussão sobre a sua capacidade de superação da dicotomia capital *versus* trabalho, pois as cooperativas inserem-se na sociedade capitalista como unidades produtivas que concorrem com outras que obedecem fundamentalmente à lógica capitalista. Essa discussão encontra-se, principalmente, nos autores que defendem a tese do desenvolvimento alternativo e ressaltam a relevância dos movimentos de base local e o poder popular na transformação de suas realidades (SANTOS, 2002; SINGER, 2002a; GAIGER, 2004; CORAGGIO, 2009). Além disso, com a exclusão de um número significativo de trabalhadores(as) do mercado de trabalho formal, a criação de cooperativas apresenta-se como uma alternativa às políticas de emprego, tal como são fomentadas pelo governo em países como o Brasil e a Espanha.

Por outro lado, com a reestruturação produtiva do modo de produção capitalista, a partir da década de 1970, o cooperativismo ampliou-se e deu origem a diversas experiências. Lima (2006) destacou o caso das falsas cooperativas, criadas unicamente por empresas ou induzidas por essas para reduzir os custos empresariais com a força de trabalho e aumentar a competitividade no mercado. Sua utilização para a acumulação flexível do capital é possível em razão do caráter híbrido – autogestão dos(as) trabalhadores(as) e permanência no mercado – das cooperativas, o que propicia modelos cooperativos bastante distintos. Entretanto, Lima não atribui a expansão do cooperativismo apenas às transformações econômicas, mas também às mudanças culturais e políticas.

Analisando a realidade da América Latina, o autor argumenta que o movimento cooperativista praticado não se limitaria a uma resposta ao desemprego, resultante dos processos de abertura de mercados e das transformações tecnológicas e organizacionais, mas veio abranger também formas alternativas de produção. Nesse sentido, avalia:

Na América Latina, assistia-se a movimentos [...] pela manutenção de empregos [...] Esses movimentos assumiram distintas dimensões em países como o Brasil e Argentina. No Brasil, vieram a se construir progressivamente organizações de apoio à recuperação de empresas falidas e em processo falimentar. Na Argentina, na década de 2000, a crise política e econômica tem levado ao movimento das fábricas recuperadas. Esses movimentos, que no Brasil, foram incorporados ao ideário da economia solidária, resgatam a proposta da cooperativa como uma possibilidade da emancipação dos trabalhadores na direção de um novo socialismo. (LIMA, 2006, p. 75-76).

O reconhecimento da existência das falsas cooperativas não nos impede de focalizar aquelas que representam novas alternativas de trabalho e produção. Essas cooperativas desencadearam um movimento baseado na autogestão, uma alternativa em um mercado cada vez mais restrito, com potencialidade de “autonomia no trabalho e, talvez, uma maior conscientização na direção de um projeto político próprio desses trabalhadores.” (Lima, 2006, p. 77).

Nessa perspectiva, diversas cooperativas identificaram-se com a economia solidária e desenvolveram singularidades em relação às suas congêneres.

Na verdade são as necessidades materiais produzidas pelas tendências atuais do capitalismo e o conseqüente comportamento da realidade o que leva os trabalhadores a enfrentarem o fato de que, apenas na medida em que saiam e se libertem das regras do jogo do capitalismo e se exercitem em práticas sociais que os conduzam à reapropriação do controle do seu trabalho, dos seus recursos e dos seus produtos, bem como de outras instâncias da sua existência social, poderão defender-se melhor do capital, inclusive, poderão aproveitar as regras capitalistas. (QUIJANO, 2002, p. 486).

A partir da década de 1990, houve uma multiplicação das cooperativas de trabalho, sobretudo no setor industrial. Lima (2004) atribui esse crescimento à terceirização de atividades, à desregulamentação dos mercados de trabalho, ao enfraquecimento sindical e ao desemprego. A Organização das Cooperativas no Brasil (OCB) apresenta, no Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2008, o ramo do trabalho como o que tem maior número de cooperativas, superando o agropecuário, que historicamente liderou as estatísticas. Somente na década de 1990 houve uma ampliação de 280% desse ramo, passando de 629 cooperativas em 1991, para 2.391 em 2001. Como algumas dessas cooperativas eram de fachada, a atuação do Ministério Público levou a uma redução desse quadro, passando esse, em 2008, para 1.826 cooperativas de trabalho, no universo de 7.672 registradas na OCB.

No Brasil, o cooperativismo é liderado historicamente pelas regiões Sul e Sudeste; porém, em 2007, as regiões Nordeste e Norte ampliaram seus números com aumento de 6,3% e 5,5%, respectivamente, se comparado a 2006. Todos os ramos de atividades das cooperativas juntos participaram, em 2007, com 6% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, o que correspondeu a mais de R\$ 126,6 bilhões, equivalentes a um crescimento de 6,5% em relação ao ano anterior (OCB, 2008).

Além disso, centenas de cooperativas que não são registradas na OCB não engrossam as estatísticas para dimensionarmos a efetiva atuação do cooperativismo na economia brasileira. Por seu turno, o Primeiro Mapeamento Nacional da Economia Solidária, realizado pela Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), mapeou uma parcela das pequenas e médias cooperativas, identificadas com os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)<sup>1</sup>.

Nesse Mapeamento, realizado em todas as regiões do Brasil entre 2005 e 2007, estão cadastrados 21.855 empreendimentos, cuja peculiaridade principal é realizarem atividades econômicas com base na gestão coletiva do trabalho e na divisão equitativa dos resultados. Desse universo, 2.111 são cooperativas, equivalendo a 10%, dos EES<sup>2</sup>. Além delas, temos 52% de associações, e 37% de grupos informais.

Nas experiências cooperativadas relacionadas à economia solidária ou ao movimento social, atribui-se uma consciência social e política aos trabalhadores(as) quando optam por esse modelo de organização, visando escapar às regras capitalistas de trabalho e produção.

---

<sup>1</sup> Ao abordarmos a metodologia, descrevemos os critérios adotados pela SENAES para definir os empreendimentos econômicos que seriam mapeados como solidários.

<sup>2</sup> Não podemos somar as cooperativas registradas na OCB e as mapeadas pela SENAES, pois incorremos no erro de contar duas vezes o mesmo empreendimento. A legislação cooperativista brasileira não obriga o registro na OCB, e diversas cooperativas identificadas com o movimento social, como as dos assentamentos de reforma agrária, não têm inscrição nesta organização.

Autores que pesquisam os empreendimentos da economia solidária, como Singer e Souza (2003), Gaiger (2007) e Coraggio (2007), indicam que eles têm potencialidade de se constituírem em espaços de emancipação social que permitiriam experiências apartadas da relação salarial; por exemplo, construindo novos sentidos para o trabalho.

É nesse sentido que analisamos as cooperativas de trabalho identificadas com a economia solidária. Não supomos que essas cooperativas, por se inserirem num campo caracterizado pelo debate ideológico de busca de alternativas ao modelo da sociedade capitalista, estejam isentas de contradições. Adiantamos, como evidências e futuros pontos para a análise, a prática do trabalho precário e a ausência dos direitos sociais no seu interior (ANJOS, 2011). Contudo, buscamos verificar se essas experiências de geração de trabalho são uma alternativa à exclusão do trabalho formal e à condição subalterna e alienante intrínseca ao assalariamento, à inserção em formas de trabalho extremamente precarizadas, e por fim, à desesperança de um trabalho desprovido de sentido.

### 1.1 O PROBLEMA DA INVESTIGAÇÃO

Sabemos que o trabalho assalariado historicamente se constituiu na garantia da proteção social intermediada pelo Estado. Contudo, essa realidade não foi vivenciada pela integralidade da classe trabalhadora, predominando em alguns países somente durante as décadas de vigência do Estado do Bem-Estar Social e estando presente para amplos segmentos sociais apenas no imaginário social. Em nosso caso, esse quadro deve-se ao desenvolvimento econômico desigual da sociedade brasileira, alimentado pela incapacidade de homogeneização da estrutura produtiva, com a expansão correlata da organização do trabalho formal mais generalizado. Assim, persistiram no mercado de trabalho nacional condições objetivas para a reprodução de atividades e relações de produção não tipicamente capitalistas.

Além da permanência das atividades que não são tradicionalmente capitalistas na contemporaneidade, como é o caso da produção familiar e dos negócios por conta própria, o desemprego impera entre frações que historicamente enfrentam desvantagens no mercado de trabalho. Pesquisas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2011) comprovam que o desemprego não atinge de modo equivalente os segmentos da classe trabalhadora, especialmente quando observadas as características pessoais. Apesar de o desemprego atingir as diversas frações da força de trabalho, as mulheres, particularmente as negras, estão mais expostas a esse fenômeno, o que mostra a dupla

discriminação existente no mercado de trabalho. Além disso, as disparidades entre negros(as) e não negros(as) no mercado de trabalho se aprofundam com a observação das desigualdades baseadas na variável sexo. Conforme os estudos do DIEESE (2011), para as mulheres negras, independentemente do indicador observado, seja posição ocupacional, setor de atividade ou rendimento, sua inserção se dá de forma mais precária.

Nesse contexto, a formação de cooperativas dissemina-se num cenário de profunda desigualdade social, apresentadas como meios para a constituição de uma nova relação entre o capital e o trabalho. Essas “[...] iniciativas não representam novos modos de produção que substituam o modo capitalista. Contudo, encarnam valores e formas de organização opostas aos do capitalismo.” (SANTOS, 2002, p. 31). Assim, sustentamos como hipótese que as cooperativas de trabalho da economia solidária emergem como alternativa de trabalho para aqueles(as) que se encontram em formas precárias de trabalho. Entretanto, também como espaços de sociabilidade baseados na atividade econômica e na atuação política, o que possibilita a superação, em alguma medida, das diversas formas de subordinação e dominação impostas às classes que vivem do seu trabalho.

O quadro analítico nos permitiu problematizar em que grau as iniciativas não capitalistas constituem espaços de emancipação. Uma vez que os princípios constitutivos da economia solidária possibilitariam que seus empreendimentos vivenciassem processos de emancipação, elegemos as cooperativas de trabalho desse campo como objeto empírico deste estudo. O problema central que pauta esta pesquisa é: em que medida as cooperativas de trabalho da economia solidária se constituem em alternativa emancipatória para os/as trabalhadores(as)?

A disseminação da proposta cooperativista propiciou sentidos e práticas distintas no cooperativismo brasileiro, desafiando os/as trabalhadores(as) envolvidos(as) nesse formato socioprodutivo a lutarem pela sustentabilidade e eficiência<sup>3</sup>. Dessa forma, nem todas as cooperativas mantiveram os princípios norteadores do cooperativismo. Buscaremos identificar as condições requeridas ou favoráveis para que os/as trabalhadores(as) associados(as) construam e mantenham cooperativas autênticas<sup>4</sup>. Em que medida as cooperativas de trabalho

---

<sup>3</sup> A eficiência relacionada aos empreendimentos solidários difere da capitalista. Ela deve ser entendida por uma visão sistêmica e integrada a outras dimensões, além da econômica. Conforme Gaiger (2009a, p. 169), “[...] ela compreende a capacidade de os processos e meios utilizados promoverem a qualidade de vida das pessoas [...] compreende a materialização de benefícios sociais – e não meramente monetários ou econômicos –, a geração de efeitos benéficos ao entorno em que se situem as iniciativas em questão, a garantia de longevidade para estas e a concretização de externalidades positivas sobre o ambiente natural, em favor de sua sustentabilidade”.

<sup>4</sup> Utilizamos esse termo no sentido heurístico para diferenciar as cooperativas de trabalho que foram criadas pela iniciativa dos(as) trabalhadores(as), ou pelas entidades ligadas a estes(as), em oposição às cooperativas impulsionadas pelas empresas para reduzir os custos com a força de trabalho (LIMA, 2006).

mapeadas pela SENAES superam a cultura assalariada e proporcionam novos sentidos ao trabalho? Considerando o debate sobre a centralidade do trabalho na contemporaneidade, indagamos sobre os elementos de coesão dos trabalhadores cooperados. O trabalho será um deles?

Outras questões tornam-se pertinentes ao objeto de estudo, quando constatamos que a expansão da economia solidária no Brasil ampliou a atuação política cidadã, constituindo novos espaços para as reivindicações das minorias sociais. Então, nos questionamos se essas cooperativas fomentam novas formas de sociabilidades, distintas das dominantes no modo de produção capitalista. E se a inserção de mulheres e homens, negros(as) e não negros(as), favorece a prática da igualdade de gênero e de raça, dentro e fora dos empreendimentos. Em suma, esta pesquisa tenciona verificar se as cooperativas de trabalho da economia solidária têm elementos que as constituam como uma via emancipatória para a classe trabalhadora.

Tendo em conta esse problema investigativo e essas questões de análise, o estudo bibliográfico e a pesquisa empírica empreendida orientaram-se pelo seguinte objetivo principal: examinar as relações de trabalho e o sentido que esse adquire nas cooperativas da economia solidária, avaliando em que medida e baseadas em quais condições tais práticas e sentidos representam avanços efetivos para a emancipação social dos(as) trabalhadores(as).

Esse objetivo geral desdobrou-se nos seguintes objetivos específicos:

- a) Estudar as condições de emergência e as configurações históricas mais relevantes das formas de organização do trabalho, de iniciativa dos trabalhadores, distintas ou contrapostas às relações de trabalho assalariadas, com destaque para o fenômeno das cooperativas de trabalho;
- b) Revisar as principais teorias sociológicas acerca do fenômeno cooperativo, buscando clarificar as controvérsias em relação ao seu papel e ao seu potencial como alternativa histórica, bem como os argumentos fundamentais em contraposição;
- c) Traçar o quadro recente do cooperativismo do trabalho no Brasil, em seus aspectos gerais e singulares, especialmente o segmento das cooperativas de trabalho identificadas com a economia solidária;
- d) Examinar as especificidades das cooperativas de trabalho da vertente solidária, com base em dados quantitativos oriundos do Primeiro Mapeamento da Economia Solidária no Brasil e por meio de pesquisa direta, qualitativa, de



empreendimentos selecionados. Observar, em particular, as práticas de gestão e de trabalho que as caracterizam, além daquelas relacionadas à promoção da equidade em suas diferentes dimensões, com o fim de avaliar o seu conteúdo e o seu potencial transformador e emancipatório;

- e) Cotejar os resultados da pesquisa com a bibliografia sobre o tema, a fim de estabelecer as principais contribuições da tese no plano do conhecimento geral e das teorizações acerca do fenômeno cooperativo e das alternativas emancipatórias do ponto de vista dos(as) trabalhadores(as).

## 1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com esta pesquisa, almejamos focalizar as alternativas a que os/as trabalhadores(as) recorrem para garantir sua reprodução, em um contexto de intensa exploração do trabalho e de reinvenção das utopias. Por essa razão, analisamos as cooperativas com base em uma perspectiva denominada por Santos (2008) de sociologia das ausências, que consiste na valorização das alternativas criadas no meio popular. Essa é composta por cinco lógicas, chamadas de ecologias, que tornam perceptíveis e inteligíveis as práticas sociais e os conhecimentos não hegemônicos<sup>5</sup>.

A sociologia das ausências substitui monoculturas por ecologias. A primeira, ecologia dos saberes, refere-se à lógica da monocultura do saber e do rigor científico que precisa ser confrontado com outros saberes e outros critérios de rigor que operam nas práticas sociais. A segunda, ecologia das temporalidades, questiona a imposição do tempo linear, afirmando que esta é uma entre as muitas concepções de tempo. A terceira, ecologia dos reconhecimentos, busca uma nova articulação entre o princípio da igualdade e o princípio da diferença: uma ecologia de reconhecimentos recíprocos. A quarta, ecologia das trans-escalas, incide sobre a lógica do universalismo abstrato e da escola global; a sociologia das ausências recupera as aspirações universais ocultas e de escalas locais e globais, alternativas que não resultam da globalização hegemônica (SANTOS, 2008, p. 105-113).

Finalmente, a quinta ecologia, das produtividades, situa-se na contraposição à lógica produtivista e refere-se diretamente ao nosso objeto de estudo. Nos termos de Santos,

---

<sup>5</sup> Santos (2008, p. 105) denomina ecologia “a prática de agregação da diversidade pela promoção de interações sustentáveis entre entidades parciais e heterogêneas”.

[...] a sociologia das ausências consiste na recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogeridas, da economia solidária, etc. que a ortodoxia produtivista capitalista ocultou ou descredibilizou. (2008, p. 113).

Dessa maneira, a sociologia das ausências estimula uma análise da realidade social por meio da experimentação e da reflexão sobre alternativas econômicas realistas para a construção de uma sociedade menos desigual. Essa perspectiva analisa “de maneira abrangente a forma como as organizações, movimentos e comunidades resistem à hegemonia do capitalismo e aderem às alternativas econômicas baseadas em princípios não capitalistas” (SANTOS, 2002, p. 26).

A escala destas iniciativas é tão variada quanto às próprias iniciativas. O âmbito das alternativas engloba desde micro-iniciativas levadas a cabo por grupos sociais marginalizados do Sul global, procurando reconquistar algum controle das suas vidas e bens, até propostas para uma coordenação econômica e jurídica de âmbito internacional destinada a garantir o respeito por padrões básicos de trabalho decente e de proteção ambiental, novas formas de controle do capital financeiro global, bem como tentativas de construção de economias regionais baseadas em princípios de cooperação e solidariedade. (SANTOS, 2008, p. 114).

Como nos encontramos pessoalmente envolvidas no campo das lutas emancipatórias, recorreremos às recomendações de Bourdieu (2003) para um tratamento adequado ao objeto. Desenvolver pesquisa nas Ciências Sociais exige muito mais do que conhecimentos teóricos sobre os métodos. É preciso uma disposição e reflexividade na postura do(a) cientista para apreender descobertas e interpretá-las corretamente.

Segundo Bourdieu (2003), a Sociologia é uma ciência relativamente avançada no seu ofício. Contudo, saber desenvolver o *habitus* científico, que nada mais é do que o *modus operandi*, é o que permite gerar uma conduta adequada para o/a pesquisador(a) em campo. Como requisito do *habitus*, a coerência entre a teoria e a metodologia é essencial e deve ser elaborada tomando-se por base a construção do objeto.

Nessa perspectiva, ao analisar as práticas e sentidos do trabalho em cooperativas e os processos sociais desencadeados, decidimos por uma abordagem quantitativa e qualitativa. Conforme Mariño e Ramos (1995), a utilização de métodos qualitativos e quantitativos depende do problema da pesquisa, em virtude das suas necessidades específicas. Como essa pesquisa é desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa (ECOSOL), dispomos de dados do Sistema Nacional de Informações sobre a Economia Solidária (SIES) oriundos do Mapeamento realizado pela Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES) entre 2005 e 2007. Esses dados retratam os empreendimentos

da economia solidária em todas as regiões do país. Utilizando o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), programa de análise de dados, criamos um filtro para dispor de um subconjunto formado somente por cooperativas que possuem sócios(as) atuando no empreendimento e, dentro dele, um segmento de cooperativas de trabalho. Foi o manuseio desse material que propiciou um conhecimento mais abrangente do objeto empírico.

Nas últimas duas décadas, diversas teses e dissertações foram realizadas sobre os empreendimentos da economia solidária; contudo, a imensa maioria dessas pesquisas ficou restrita a estudos de casos, impossibilitando a generalização dos resultados. Esta pesquisa pretende contribuir com uma caracterização ampla das cooperativas de trabalho, para além dos casos de sucesso ou de insucesso, nos seus diversos contextos. Ademais, a etapa qualitativa propiciará o delineamento dos perfis dos(as) trabalhadores(as) que estão em tais experiências, bem como seus percursos ocupacionais.

Em razão de diferentes contextos das cooperativas de trabalho, convém esclarecer nossa concepção. Lima (2009) distingue cooperativas de trabalho das cooperativas de produção industrial, afirmando que as primeiras referem-se à prestação de serviços pessoais especializados, e a segunda à produção de bens, que resulta do trabalho coletivo, tendo-se a fábrica ou unidades de produção geridas coletivamente. O autor admite, também, que a utilização dos termos é controversa, contudo “as duas formas de cooperativa têm por fundamento o trabalho como elemento de posse e de gestão coletiva” (LIMA, 2009, p. 91). Assim, nesta pesquisa, denominamos cooperativas de trabalho aquelas que praticam a autogestão, realizam a produção e a prestação de serviços ou trabalho em coletivo e são detentoras dos resultados do seu trabalho. Nos termos de Lima:

Por cooperativas de trabalho, entendem-se formas autogestionárias de organização da produção, do controle da atividade laboral e do produto realizado pelos próprios trabalhadores. Constituem-se em associações voluntárias de trabalhadores que organizam a cooperativa, uma empresa da qual todos são sócios e participam dos processos decisórios, assim como do resultado do labor coletivo. Essas cooperativas têm como princípios fundamentais a democracia, a autonomia, a solidariedade e a igualdade social. (2009, p. 91).

Diante da necessidade de realizar um debate teórico na tese sobre o trabalho associado e as cooperativas de trabalho, buscamos a literatura espanhola, cujo acesso tornou-se possível pelo Programa de Doutorado Sanduíche da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação e Cultura (MEC) do Brasil<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> O doutorado sanduíche foi realizado na Universidade de Valença, sob a orientação do professor Waldo Orellana Zambrano.

Apresentados os preâmbulos dos procedimentos metodológicos, a partir de agora descreveremos as etapas desenvolvidas no estudo e os limites encontrados para alcançar todos os objetivos propostos.

A primeira etapa dessa investigação consistiu na pesquisa bibliográfica da literatura acerca das cooperativas e da emergência das iniciativas produtivas da economia solidária. Dado o debate ideológico e científico desse campo, buscamos pesquisadores(as) com óticas distintas de análise. Priorizamos leituras na Sociologia do Trabalho, enfocando os estudos sobre a precarização e o lugar ocupado pelas cooperativas nas reconfigurações do trabalho. Ao constatar a heterogeneidade das espécies de cooperativas de trabalho, decidimos nos limitar, em razão de restrições financeiras e de pessoal na pesquisa, às que estão relacionadas à economia solidária.

O aprofundamento da leitura nos trouxe um dado que até o período da qualificação da tese não havia emergido: a persistência da informalidade no mercado de trabalho brasileiro. Dessa maneira, averiguamos a presença histórica desse fenômeno e analisamos a sua forma contemporânea, delimitada por Cacciamali (2000) como processos de informalidade. Identificamos que segmentos da classe trabalhadora, ora classificados nesse conceito, foram inseridos nas cooperativas de trabalho da economia solidária que suscitam embates em uma lógica muitas vezes dicotômica: para alguns/algumas estudiosos(as), essas experienciais têm germes emancipatórios, a exemplo de Santos (2002), Singer (2002a), Gaiger (2004) e Coraggio (2007), entre tantos outros. Na contramão desses autores, Antunes (2007), Druck e Franco (2007) consideram essas cooperativas como um ardil da flexibilização do trabalho e como estratégia de acumulação do capital.

Na segunda etapa da pesquisa, ainda que tenha sido concomitante à primeira etapa, nos debruçamos sobre os dados secundários, com o manuseio do banco de dados do SIES, utilizando a base organizada pela Unisinos<sup>7</sup>.

É necessário esclarecermos os indicadores utilizados pela SENAES para mapear os empreendimentos solidários do Brasil. Para definir as unidades que foram mapeadas, operacionalizou-se o conceito de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), definindo-os como organizações: a) coletivas e suprafamiliares, cujos participantes ou sócios são trabalhadores dos meios urbano e rural, que exercem a gestão coletiva das atividades e dos seus resultados; b) permanentes e não práticas eventuais; c) que podem dispor ou não de

---

<sup>7</sup> A base da Unisinos difere da base do SIES/SENAES em relação a alguns empreendimentos e variáveis, dado que passou por procedimentos posteriores de tratamento, não executados na base pública. Entre outras ligeiras diferenças, apresenta quatro empreendimentos a menos.

registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização; d) que realizam atividades econômicas permanentes de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito, de comercialização e de consumo solidário; e) singulares ou complexas (considerando como organizações complexas as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares).

O banco disponível para análise continha 2.111 cooperativas. Como buscamos analisar as cooperativas que têm como finalidade o trabalho, levantamos critérios para dispor de um banco no qual pudéssemos analisar a configuração do trabalho associado. Logo, recortamos o banco considerando aquelas que têm sócios(as) trabalhando e que, no mínimo, realizam no coletivo a produção ou a prestação de serviços. Dessa forma, dispusemos de um banco com 1.257 cooperativas para análise, ou seja, 59,5% do total das cooperativas mapeadas. Com essa base constituída, realizamos uma caracterização ampla das cooperativas que têm trabalhadores(as) associados(as) e buscamos evidenciar as cooperativas de trabalho para uma posterior classificação. O tratamento metodológico dos dados dessas análises será detalhado no capítulo 6.

Vale salientar que também analisamos o banco completo para avaliarmos os dilemas e possibilidades dos EES. Contudo, o estudo em pormenor deu-se com a base das cooperativas que geram trabalho para seus sócios e suas sócias. Com essa base, dispusemos de vastas informações. Para nossos objetivos, destacamos algumas variáveis pertinentes ao nosso objeto: tipificação das atividades econômicas; acesso ao crédito e financiamento; gestão e situação do trabalho; dimensão sociopolítica.

Tínhamos a intenção de fazer uso dos dados do Segundo Mapeamento dos EES, cujo término estava previsto para o segundo semestre de 2009. Nossa expectativa era construir um estudo comparativo entre os dois bancos, pois assim verificaríamos as tendências das cooperativas de trabalho da economia solidária, uma vez que, no questionário do Segundo Mapeamento, o ramo do trabalho é uma das variáveis. Além disso, o segundo estudo empreendido pela SENAES focaliza as questões de raça e gênero, de forma que poderíamos dispor de dados para analisar o tratamento dessas variáveis nas cooperativas. Estivemos aguardando o final do Segundo Mapeamento até poucos meses atrás, mas sucessivos adiamentos no processo de coleta, ainda inconcluso, nos obrigaram a abrir mão desse importante manancial de informações e a nos restringirmos aos dados do Primeiro Mapeamento Nacional.

Como essa etapa não foi possível, redimensionamos o estudo. As questões sobre a equidade de raça e gênero foram direcionadas para o trabalho de campo, que constituiu a

quarta etapa da pesquisa. Antes de passarmos a ela, abordaremos os objetivos da terceira etapa, que foi realizada na Espanha.

A terceira etapa da pesquisa, na Universidade de Valença, consistiu no levantamento bibliográfico sobre as cooperativas de trabalho. No Brasil, grande parte da literatura sobre essa modalidade de empreendimento descreve os casos empíricos do trabalho associado. Buscamos, então, com o doutorado sanduíche, construir essa categoria teoricamente para analisarmos as experiências brasileiras. As pesquisas bibliográficas foram realizadas no Instituto Universitário de Economia Social e Cooperativa (IUDESCOOP) e no Centro de Informação e Documentação Europeia de Economia Política, Social e Cooperativa (CIDECE) do Centro Internacional de Investigação e Informação sobre a Economia Pública, Social e Cooperativa (CIRIEC), na Espanha.

Na quarta etapa, utilizamos fontes primárias com a realização da pesquisa de campo em Salvador, local de nossa residência. A Bahia é o estado com o maior número de cooperativas mapeadas pela SENAES no Nordeste, 5,1% delas. Na base manuseada nesta investigação, Salvador tem 23 cooperativas e somente sete delas estavam entre aquelas com CNPJ. Para realizar o estudo empírico, utilizamos da técnica da observação direta nos empreendimentos e nos eventos da economia solidária.

Buscamos as cooperativas no Centro Público de Economia Solidária (CESOL), no qual são comercializados os produtos dos EES baianos. Nesse centro, tivemos acesso à Superintendência de Economia Solidária (SESOL) da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE) da Bahia. A partir desse contato, iniciamos nossas observações nos eventos formativos da economia solidária. Em fevereiro de 2009, participamos do Primeiro Encontro Estadual de Formação sobre a Economia Solidária, promovido pelo Centro de Formação em Economia Solidária (CFES) do Nordeste, durante três dias. Esse momento serviu para situar a pesquisadora do contexto geral da economia solidária do estado e na realidade das cooperativas, permitindo melhor direcionamento e maior exploração das entrevistas. Nele estavam presentes algumas cooperativas de trabalho mapeadas, entre os 22 EES que participavam da formação.

Baseados nesse contato, estabelecemos os critérios para as cooperativas que comporiam os casos a serem estudados em pesquisa qualitativa direta. São eles: a) que foram mapeadas; b) portadoras de CNPJ; c) que estivessem em funcionamento; d) que fossem representativas dos segmentos de trabalhadores(as) que estão inseridos(as) nos EES. Ainda com base nas informações obtidas no encontro e nas conversas com representantes da SESOL e trabalhadores(as) dos EES no CESOL, caracterizamos as atividades típicas das cooperativas

de trabalho em Salvador. Daí selecionarmos cinco cooperativas que, à época, estavam gerando trabalho e renda. As cooperativas selecionadas atuam nas áreas de reciclagem, alimentação, artesanato e confecção.

Mesmo após a seleção dos casos a serem estudados, seguimos em contato com outras cooperativas, mantendo conversas informais com o quadro de sócios(as) e registrando-as no diário de campo. As conferências da economia solidária realizadas em 2010 também foram espaços privilegiados de observação. Participamos dessas conferências em três níveis: o territorial, da Região Metropolitana de Salvador (RMS); a estadual, realizada em Salvador; e a nacional, em Brasília. Nessas conferências, participamos dos Grupos de Trabalho (GTs) que refletiram sobre o trabalho associado.

Finda a participação nas atividades coletivas, no primeiro semestre de 2011 fomos a campo para realizar entrevistas com um roteiro semiestruturado (ANEXO 1) com os/as trabalhadores(as) das cooperativas selecionadas. Durante os dois anos de contatos com os/as representantes dessas cooperativas, nos eventos da economia solidária ou no CESOL, as dificuldades vivenciadas no cotidiano não transpareciam tanto quanto em nossa inserção nos seus locais de funcionamento.

Descobrimos que uma das cooperativas não estava conseguindo reunir mais as trabalhadoras porque não havia produção. Fizemos várias tentativas e só encontrávamos na sede o diretor presidente. Como nossa intenção não se restringia à percepção do diretor, reduzimos nosso estudo a quatro cooperativas<sup>8</sup> e realizamos 12 entrevistas gravadas e transcritas. Entre as pessoas entrevistadas, oito estavam em cargo de direção ou já passaram por ela. Esse dado é justificável porque as cooperativas são de pequeno porte e necessitam de quase todos os membros para compor o quadro diretivo. As entrevistas foram realizadas nos locais de funcionamento de cada cooperativa, com agendamento prévio.

No trabalho de campo, incluindo a observação nos eventos da economia solidária, verificamos as relações de trabalho, a gestão e o funcionamento das cooperativas para, então, deduzir as condições necessárias para que elas se mantenham autênticas e se consolidem como alternativa de trabalho. Ademais, intentamos ainda perceber se essas cooperativas

---

<sup>8</sup> Vale salientar que optamos por realizar as entrevistas depois de dois anos do contato inicial com os empreendimentos porque acreditávamos que já teríamos estabelecido algum grau de confiança, o que facilitaria o acesso à sede e aos demais trabalhadores(as). Entretanto, encontramos algumas dificuldades. As cooperativas tinham receio de demonstrar suas fragilidades e os(as) trabalhadores(as) estavam num ritmo de trabalho muito intenso. Esses fatores fizeram com que realizássemos um número menor de entrevistas do que pretendíamos. Com esse limite, tivemos que utilizar mais as conversas informais com os(as) cooperados(as), enquanto realizavam suas atividades. Dessa forma, não foi preciso interromper o trabalho.

possibilitam a ampliação da participação política, contribuindo para a construção de relações mais equitativas no que se refere ao gênero e à raça.

Embora o estudo de casos sofra questionamentos quanto à capacidade de generalização dos resultados, ele tem o mérito de permitir o conhecimento do objeto em profundidade, permitindo a identificação e a compreensão dos diversos processos que interagem no contexto analisado. Com essa compreensão, buscamos, com as entrevistas, o diário de campo resultante da observação direta e os dados estatísticos do banco de dados manuseado, proceder à interpretação com base na análise de conteúdo (BARDIN, 2002). Com as categorias de análise elaboradas com a pesquisa bibliográfica e complementada com a realidade empírica constatada, desenvolvemos nossa técnica de análise que compreendeu:

- a) Elaboração das frequências e cruzamentos da base manuseada;
- b) Exploração do conteúdo do diário de campo e das respostas das entrevistas, relacionando-as às categorias analíticas;
- c) Interpretação baseada na construção teórica sobre a temática investigada.

Diante dos procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, asseveramos que seus resultados são passíveis de algum grau de extrapolação, sem, contudo, termos a pretensão de generalizá-los à totalidade das cooperativas de trabalho da economia solidária.

### 1.3 DISPOSIÇÃO DOS CAPÍTULOS

A tese está dividida em oito capítulos. O primeiro é esta Introdução. No segundo, encontra-se uma análise da gênese e desenvolvimento do cooperativismo no Brasil, que, ao invés de constituir-se numa experiência emancipatória, como fora apregoada pelos ideários dos associacionistas, tornou-se estratégia de governos autoritários para ampliar a produção agroexportadora. Não obstante, demonstramos que a cooperativa é historicamente uma modalidade de organização de produção ou prestação de serviços em que a cooperação proporcionada pelo agir coletivo dos(as) sócios(as) permite uma ressignificação dessa prática pela apropriação coletiva dos resultados do trabalho. Nesse contexto, analisamos as controvérsias em torno das cooperativas de trabalho, que ora são relacionadas às formas contemporâneas de precarização social, ora apontadas como empreendimentos que



permitiriam em alguma medida a construção de processos emancipatórios pela supressão da relação capital trabalho, como é o caso das cooperativas relacionadas com a economia solidária.

No terceiro capítulo, nos debruçamos sobre os debates acerca das concepções dos processos de emancipação social. Resgatamos a concepção marxista de emancipação por meio da superação do trabalho alienado e dos seus corolários, e a relação desse conceito com as práticas cooperativistas. Trazemos as contribuições contemporâneas sobre esse fenômeno, relacionando-o com as diversas lutas históricas para sobrepujar as relações de dominação e subordinação que caracterizam a vida social no capitalismo. Assim, ampliamos nosso debate ao introduzir a autogestão como um conceito que almeja o protagonismo daqueles(as) que são os/as produtores(as) do trabalho e que gestam seu próprio labor.

Já no quarto capítulo, consta o debate sobre a informalidade, a precarização e o trabalho associado. Mostramos que as relações informais do trabalho no Brasil são uma constante histórica, mas os processos de transformações socioeconômicas ampliaram esse lastro, trazendo novas configurações para o mundo do trabalho. Dessa forma, a precarização é uma categoria usual nas análises dessas novas formas de trabalho. Contrapondo-nos a essa vertente de análise, buscamos delimitar o conceito de trabalho associado para, baseado nele, analisar o fenômeno que constitui objeto desse estudo.

O quinto e o sexto capítulo estão baseados no banco de dados do Mapeamento da SENAES. No quinto, fazemos uma incursão sobre as noções de economia social e solidária, para em seguida apresentar a concepção de economia solidária de Singer e Laville. Posteriormente, nos dedicamos a analisar a institucionalização da economia solidária no Brasil, e, com o manuseio dos dados do Primeiro Mapeamento, verificamos os dilemas e possibilidades dos empreendimentos solidários. O sexto capítulo é o resultado da análise do subconjunto da base de dados formada somente por cooperativas. Apoiados nessa base, classificamos as cooperativas da economia solidária e demonstramos que a maioria das cooperativas de trabalho enfrentam sérias restrições para a viabilidade econômica. Por outro lado, ampliaram a participação política de segmentos que, na maioria das vezes, estiveram alijados dos espaços públicos de poder.

O sétimo capítulo traz as análises da observação direta nos circuitos da economia solidária e o estudo de casos realizados em Salvador. Ainda que o estudo desses casos não possa ser generalizado, ele, juntamente com a observação nos eventos da economia solidária, nos permitiu entrever as tendências e os principais desafios para que o trabalho associado

afaste-se do trabalho precário e, assim, possa se constituir numa alternativa na qual os direitos sociais são observados para segmentos em situação de vulnerabilidade.

Por fim, no oitavo capítulo, conclusão da tese, sustentamos que as cooperativas de trabalho da economia solidária não são difusoras da precarização do trabalho, embora as condições objetivas do trabalho associado as aproximem das modalidades do trabalho precário. Por outro lado, constatamos que essas cooperativas ampliam a participação política e proporcionam uma experiência de trabalho com uma conotação emancipatória.

## 2 O COOPERATIVISMO BRASILEIRO E AS COOPERATIVAS DE TRABALHO

Neste capítulo, discutiremos o desenvolvimento do cooperativismo no Brasil, desde as primeiras experiências associativas, a introdução propriamente dita por parte dos imigrantes no Sul e Sudeste do país, até tornar-se estratégia política do governo para ampliar a produção agrícola do país. Não obstante, com a atual crise do mundo do trabalho, o cooperativismo ressurge com fôlego como projeto utópico de emancipação e a cooperativa é apresentada como alternativa de geração de trabalho e renda num contexto de flexibilização e precarização das relações laborais. Nesse quadro, a cooperação é ressignificada enquanto alternativa à destruição de postos de trabalho e à inserção precária no mercado de trabalho. Ainda que não haja consenso sobre o papel das cooperativas de trabalho nessa conjuntura, mostraremos que a inserção delas no campo da economia solidária possibilita experiências que permitem uma atuação política que está além da dimensão econômica.

### 2.1 GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL

As origens do cooperativismo no Brasil remetem aos primórdios da colonização portuguesa, com experiências esparsas e efêmeras de pré-cooperativas. Entre os séculos XVII e XIX destaca-se o regime dos Quilombos, liderados pelos(as) escravos(as) fugidos(as) das fazendas dos senhores rurais, que desenvolviam a agricultura e a pecuária num sistema de associativismo pleno. As povoações quilombolas organizavam-se em unidades mais ou menos autossuficientes na produção e consumo, mantendo autonomia política. Podemos citar também os movimentos messiânicos, tendo como maior exemplo o Arraial de Canudos, que consistia numa experiência de associação total entre seus membros e as reduções guaranis caracterizadas pela cooperação informal e ocasional indígena. Essas experiências não foram de cunho eminentemente cooperativista, mas possuíam algumas características do cooperativismo, sobretudo praticando a solidariedade e a democracia, usando a terra como propriedade coletiva e mantendo a divisão da produção segundo as necessidades de cada um(a).

Entretanto, a primeira cooperativa a ser de fato instalada no Brasil, de que se tem notícia, foi a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, fundada em 27 de outubro de 1889. Na ausência de legislação específica, a sociedade foi

organizada como sociedade anônima, porém observa-se que sua estrutura e seus estatutos revelam forte influência dos Pioneiros de Rochedale<sup>9</sup>.

Oficialmente, as primeiras cooperativas fundadas no país foram as de consumo: em 1891, em Limeira, São Paulo; em 1894, a Cooperativa Militar de Consumo, no Distrito Federal, então Rio de Janeiro; em 1895, a Cooperativa de Consumo de Camaragipe, em Pernambuco; e em 1897, a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista em Jundiaí. Depois surgiram as Cooperativas de Crédito, segundo o sistema Raiffeisen<sup>10</sup>, no Rio Grande do Sul, em 1902, e por fim, em 1906, as cooperativas de produção agropecuária, também no Rio Grande do Sul.

Não obstante a estrutura fundiária centralizadora, a cooperação informal e as práticas associativas em seus primórdios estiveram presentes nas zonas de produção agrícola familiar, mas é no meio urbano que surgem as primeiras cooperativas. Elas surgem para responder às necessidades da população urbana. Esse fato é interessante porque no início do século XX a economia agrária predominava especialmente agrário-exportadora e em uma sociedade de arraigados traços rurais.

Na avaliação de Schneider e Lauschner, é impossível compreender a origem e a evolução do cooperativismo brasileiro dissociado da estrutura econômica e social vigente no Brasil.

Deparamos com uma sociedade, cuja estrutura econômica é bastante rígida, [...] especialmente no que tange ao seu setor predominante nos fins do século passado e nos inícios do atual, o setor agropecuário. Este setor se apóia numa estrutura fundiária altamente concentradora, onde os latifúndios voltados para uma economia de exportação, valem-se de mão-de-obra assalariada ou de minifundiários. [...] ausência de elemento humano em condições de praticar o associativismo na região rural, pois até 1888 o trabalho escravo impedia qualquer forma de associativismo, a predominância de espírito de individualismo transmitido pelos senhores rurais aos seus assalariados e aos minifundiários. (1979, p. 6).

A dependência paternalista decorrente de tal estrutura socioeconômica inibe, nos assalariados rurais e nos minifundiários, iniciativas referentes à criação de movimentos ou organizações que se destinem a defender ou promover seus interesses. Por isso, quando em tais circunstâncias começaram a surgir, em períodos mais recentes, cooperativas agropecuárias, elas foram criadas por iniciativas de pessoas da classe dirigente e proprietária local, que passaram a ser os “donos” e os “padrinhos” das cooperativas. Transferem-se assim,

<sup>9</sup> Por causa das doutrinas da cooperativa de Rochedale, na Inglaterra, foi iniciado no meio cooperativista o movimento rochdaleano, criado dentro de uma ideologia de combate ao capitalismo e preservação dos princípios cooperativistas.

<sup>10</sup> Modelo de cooperativa de crédito alemão implementada no Rio Grande do Sul pelo Padre Theodor Amstadt.

para dentro da cooperativa, as mesmas relações de dominação, de paternalismo e de *caciquismo* político existentes fora dela (SCHNEIDER; LAUSCHNER, 1979).

As primeiras cooperativas, portanto, passam a surgir no contexto urbano, em que as condições econômicas, sociais e culturais permitiam maior diversificação da sociedade. Elas respondem às necessidades dos estratos médios, formados por funcionários públicos, oficiais militares, comerciantes, empresários industriais, profissionais liberais. Entretanto virão atender também às parcelas da classe operária ou de empregados do setor industrial e do terciário, que antes de 1930, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, já apresentavam um movimento bastante dinâmico e politizado, deflagrando inclusive várias greves operárias, como as de 1903, 1906, 1917 e 1929 (SCHNEIDER; LAUSCHNER, 1979).

Nas primeiras duas décadas do século XX, o cooperativismo no Brasil desenvolveu-se com relativa rapidez, no que tange às cooperativas de consumo, de crédito e agropecuárias, especialmente nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. Contudo, entre 1920 e 1940, sofreu uma crise significativa: muitas cooperativas foram fechadas, outras estagnaram, outras não foram mais acompanhadas de perto por seus idealizadores e fundadores, como sucedeu com as cooperativas de crédito, com Theodoro Amstadt, e as agropecuárias, com Stéfano Paterno, no Sul do Brasil<sup>11</sup>.

A partir de 1902, no Rio Grande do Sul, surgiram as primeiras cooperativas de crédito, e em 1906, as cooperativas agropecuárias, por iniciativa do suíço Padre Amstadt. Estas surgiram e se desenvolveram num contexto econômico e social rural diferente daquele citado anteriormente, ou seja, as iniciativas partiram de estratos sociais médios, mas com raízes rurais. Tais organizações cooperativas passam a difundir-se junto a núcleos de imigrantes das regiões Sul e Sudeste, especialmente junto a imigrantes italianos, alemães, holandeses e japoneses.

Os/as imigrantes, inicialmente com maior consciência de grupo social mais ou menos homogêneo, que abandonaram seus países de origem em razão de problemas econômicos, de terras ou de emprego, trouxeram consigo a experiência da pequena propriedade familiar, tão propícia ao cooperativismo. Economicamente independentes como pequenos proprietários, majoritariamente alfabetizados e com experiência anterior, começaram a tomar uma série de iniciativas desconhecidas nas outras regiões rurais do Brasil.

Inicialmente enfrentaram vários desafios: dificuldades de comunicação, por causa da língua ou da carência de estradas e meios de transportes; o abandono por parte do governo em

---

<sup>11</sup> Ambos foram padres que trouxeram da Europa modelos de cooperativas implementadas no início do século XX no Rio Grande do Sul.

relação às escolas e a outros serviços e apoios; a exploração dos comerciantes nacionais e do próprio grupo de imigrantes. Para enfrentar essas dificuldades desenvolveram, entre eles(as), laços de coesão que levariam ao surgimento de organizações comunitárias como as escolas paroquiais, sociedades culturais e de lazer, as cooperativas de crédito e agropecuárias, como meios para melhor se defenderem num ambiente estranho e inicialmente hostil.

Por isto as cooperativas de crédito e as de produção agropecuária tiveram entre as regiões de imigração o maior respaldo e as melhores condições iniciais de expansão e dentro de um modelo autônomo, livre de influências oficiais. (SCHNEIDER; LAUSCHNER, 1979, p. 7).

Para Gediel (2006), esse é o primeiro ciclo do cooperativismo brasileiro, caracterizado pelo predomínio das cooperativas agrícolas e de crédito nas regiões de colonização europeia mais acentuada. O segundo ciclo, segundo o autor, é a adesão do cooperativismo ao modelo agroexportador, com forte intervenção do Estado brasileiro, então dirigido por governos ditatoriais. Contudo, antes da instalação desse ciclo apontado por Gediel, tivemos a multiplicação das cooperativas de consumo. Elas tornaram-se fortes e numerosas na década de 1950 a 1960. Possuíam a maior quantidade de associados no cômputo geral das cooperativas brasileiras, contando inclusive com Centrais e/ou Federações.

Nessa época, porém, apenas 45% da população concentravam-se nas regiões urbanas, e era ainda no meio urbano, local em que se originaram as primeiras cooperativas brasileiras, que elas continuavam a predominar, sendo mais dinâmicas e desenvolvidas que as do setor agropecuário. Posteriormente, entretanto, o panorama se modificaria. A partir de meados da década de 1960 até a década de 1980,

[...] as cooperativas agropecuárias passaram a sobrepujar as cooperativas urbanas, em dinamismo, inovação, capacidade de organização, importância econômica e mesmo quanto ao número de cooperativas de associados. (SCHNEIDER; LAUSCHNER, 1979, p. 8).

Schneider e Lauschner atribuem essa estagnação do cooperativismo urbano ao desestímulo oficial, tanto no plano legal quanto no plano de crédito e da assistência técnica, estabelecendo uma série de barreiras para a expansão de cooperativas de consumo, crédito etc. Outro fator importante decorrente do modelo de desenvolvimento nacional foi a expansão das grandes empresas capitalistas, permitindo a proliferação de complexas redes de supermercados, de organismos financeiros, de seguradoras etc. Essas redes passaram a ocupar o espaço das cooperativas de consumo e de crédito, diminuindo a demanda dos consumidores

dos produtos cooperativos e ampliando a opção de empréstimos para a população e os produtores agrícolas.

Na década de 1970 a 1980 desenvolvem-se as cooperativas agropecuárias, especialmente nas regiões Sul e Sudeste, onde é marcante a presença da pequena e média propriedade familiar, e na região cacauera do Nordeste. Essa expansão é decorrente, em grande parte, da ação direta dos governos em escala estadual e federal, visando ao aumento da produção agrícola para abastecer uma população em expansão e, por outro lado, à agricultura de exportação. Outro elemento singular foi a sua vinculação a um só organismo federal, o Ministério da Agricultura, que oportunizou uma política de desenvolvimento cooperativista mais uniforme para esse tipo de cooperativa em detrimento dos demais.

Em 1970 e 1980, houve uma redução do número de cooperativas por causa da intensificação do ritmo de agregação (sobretudo fusões e incorporações), estimulado pelas “aberturas” da legislação que regula as sociedades cooperativas, no Brasil, a Lei 5.764/71. De outro lado, as exigências competitivas impostas pelo mercado internacional e pelo mercado interno, tornaram inviável a sobrevivência de cooperativas com pequena capacidade de produção e de comercialização.

Nesse sentido, a atomização das cooperativas agropecuárias vem cedendo lugar à constituição de empresas cooperativistas fortalecidas pela integração de atividades econômicas, redução de custos, aumento de produtividade, maior economia de escala, aumento da capacidade competitiva e aprimoramento dos métodos gerenciais, administrativos e tecnológicos etc. Em razão destas estratégias, acrescidas das políticas de incentivo ao cooperativismo rural, este se consolidou na realidade brasileira, tornando-se, historicamente, dominante quanto ao número de cooperativas e ao maior volume de negócios. Por outro lado, não houve uma homogeneização das práticas cooperativistas no meio rural, sendo possível uma classificação distinta das cooperativas se considerarmos sua atuação no mercado (PINHO, 1965; SCHNEIDER; LAUSCHNER, 1979).

No primeiro tipo estariam as cooperativas ligadas à agricultura de exportação, como as de café, açúcar, cacau e soja. Nelas predomina o processo de comercialização, apresentando elevado grau de racionalização administrativa e eficiência técnica; a direção das mesmas está sob o controle dos grandes proprietários; a força que as une é a defesa de seus interesses, ameaçados pela instabilidade dos preços.

O segundo tipo estaria mais voltado para a produção de alimentos destinados ao abastecimento do mercado interno, especialmente o mercado urbano, que apresenta uma demanda ascendente de produtos agropecuários, como o feijão, arroz, batata, carne, leite etc.

São cooperativas que servem como instrumento associativo e político a serviço comercial e financeiro dos estratos sociais médios de imigração italiana, alemã, japonesa, holandesa e outros, com predomínio nas regiões Sul e Sudeste.

O terceiro tipo de cooperativismo seria próprio das regiões rurais mais atrasadas no processo de desenvolvimento industrial, em que predomina uma agricultura de subsistência e há reais dificuldades em ingresso no mercado da agricultura comercial. Como situação base há a relação entre proprietário e trabalhadores, do tipo “grande família”, na qual proprietário e trabalhadores estão envolvidos em laços afetivos, de contato interindividual, que mascaram a dependência total. A terra é cedida em lotes aos moradores, sitiantes, parceiros, meeiros, que pagam o uso da terra com o seu trabalho. No outro extremo, temos o trabalhador rural assalariado; e em situação intermediária de transição, os pequenos proprietários e arrendatários, obrigados a superar a agricultura de subsistência pela comercialização. Nesse contexto situa-se um estilo de cooperativismo rural, fortemente interclassista, gerador de desigualdades, de ações paternalistas e de espoliação do trabalhador rural, excluído de qualquer possibilidade de emancipação, contribuindo, assim, para a ampliação da massa dos trabalhadores sem terra.

Com base na análise dessa prática cooperativista, concluímos que o tipo de cooperativismo agrícola empreendido no Brasil retrata o domínio de uma elite conservadora na promoção de uma economia predominantemente agroexportadora, um movimento vindo de cima para baixo, ancorado numa política de controle social e de intervenção estatal que não trouxe mudanças significativas para os/as trabalhadores(as) no meio rural. Muito pelo contrário, esse modelo contribuiu para a concentração da propriedade fundiária e a instalação da desconfiança da organização cooperativa nos(as) trabalhadores(as) rurais.

As cooperativas rurais nordestinas, nas décadas de 1950 a 1970, foram exemplos das práticas descritas acima. Em sua maioria, foram organizadas seguindo a estrutura de classes da sociedade. As posições-chaves eram ocupadas pelos proprietários de alta renda, que assumiam também as lideranças políticas locais e regionais. Essas camadas superiores da população rural eram as maiores beneficiárias dos serviços da cooperativa, no que se refere a assistência técnica, empréstimo de equipamentos e crédito. Era comum nessas cooperativas a figura do “dono da cooperativa”, ou seja, a pessoa física que é identificada como se fosse proprietária da sociedade cooperativa, única a definir a política da mesma, manter contatos com os bancos e órgãos de assistência técnica, enfim, a clássica figura insubstituível. Os produtos mais comercializados por meio das cooperativas nordestinas eram aqueles ligados predominantemente aos grandes proprietários: açúcar, algodão e cacau. Por isso, o



cooperativismo rural nordestino foi identificado mais como um instrumento de controle do que de mudança (PINHO, 1965; SCHNEIDER; LAUSCHNER, 1979).

Nas duas últimas décadas do século XX, o movimento cooperativista adquiriu novo fôlego como resposta a demandas distintas. Retomou seu caráter alternativo para a classe trabalhadora, tornando-se instrumento de geração de trabalho e renda e respondeu igualmente à reestruturação produtiva, resultante das transformações econômicas, tecnológicas e técnico-organizacionais, denominada por Harvey (1992) de acumulação flexível. Além disso, generalizou-se como reação ao desemprego estrutural, abarcando modalidades alternativas de produção, como o movimento das fábricas recuperadas (LIMA, 2006).

As primeiras cooperativas de trabalho no Brasil surgem em 1932, formadas pelos segmentos não qualificados da classe trabalhadora. São trabalhadores(as) braçais, artesãos, pescadores, motoristas de caminhões, entre outros. De 1965 em diante, elas se expandem entre aqueles(as) que têm perfis qualificados, como médicos(as), dentistas, professores(as), buscando solucionar problemas de inserção e intensa exploração no mercado de trabalho. A partir daí, as cooperativas de trabalho expandiram-se para responder às necessidades da população urbana brasileira (CULTI, 2007).

Em razão da heterogeneidade dos objetivos e finalidades destinados às cooperativas, diversos(as) pesquisadores(as) têm analisado as potencialidades e limites destas para os/as trabalhadores(as). As conclusões são divergentes. De um lado, as cooperativas são identificadas como estratégia de flexibilização e de precarização do trabalho, no contexto de reestruturação produtiva e de escassez do emprego. De outro, são impulsionadas por políticas públicas, movimentos sociais e pela economia solidária (SANTOS, 2002; LIMA, 2006, 2007; SINGER, 2002a; GAIGER, 2004; TIRIBA; PICANÇO, 2004; ANTUNES, 2007; CORAGGIO, 2007).

Gediel contribui com esse debate assinalando a defasagem da legislação brasileira diante da emergência dessas novas práticas cooperativistas. Em suas palavras:

As transformações ocorridas na economia e no mundo do trabalho, nas duas últimas décadas, tornaram obsoletas e inadequadas, a um só tempo, a Consolidação das Leis do Trabalho [...] e a Lei nº 5.764/71 [...] que regula as sociedades cooperativas, no Brasil. [...] a crise econômica que se abateu sobre os trabalhadores, nas décadas de 1980 e 1990, os levou a buscar no cooperativismo e na autogestão alternativas de trabalho e renda, mas sem o respaldo da sociedade e do Estado, que desconheciam as práticas do cooperativismo voltadas à defesa democrática dos espaços de produção autogestionários. (2006, p. 36).

É nesse contexto que as cooperativas assumem, novamente, um protagonismo, especialmente as de trabalho. Ainda que tenhamos essas controvérsias, as cooperativas estão presentes nas novas configurações do mundo do trabalho, apresentando na realidade brasileira dificuldades comuns, como: a escassez de capitalização no processo de organização do empreendimento; pouco capital de giro; limites para se inserirem no mercado; equipamentos obsoletos; inexperiência gerencial entre os/as trabalhadores(as) e falta de disciplina numa empresa de propriedade coletiva (LIMA, 2009). Apesar desses limites, as cooperativas vêm representando uma alternativa de trabalho e renda num mercado de trabalho segmentado e caracterizado pela permanência do trabalho informal.

## 2.2 SENTIDOS DA COOPERAÇÃO E DAS COOPERATIVAS

Cooperar refere-se à atuação conjunta para um mesmo fim, é contribuir com trabalho, esforço, auxílio para constituir um determinado objetivo; embora nem sempre este objetivo seja o bem comum. Num sentido amplo, cooperação sugere a ação coletiva dos indivíduos para a produção social da vida; já em sentido restrito, indica as bases econômicas e sociais que os/as trabalhadores(as) associados(as) estabelecem no processo de trabalho. Partindo dessas perspectivas, entendemos que a cooperação é um conceito analítico chave para a compreensão das relações desenvolvidas nos processos cooperativos.

Na economia social e solidária a cooperação, além de ser uma prática, torna-se um valor intrínseco aos seus empreendimentos na busca da valorização do coletivo. Dessa maneira, considerando o contexto do século XXI, com a crise do emprego e a busca de alternativas de trabalho, proliferam cooperativas autogeridas pelos(as) próprios(as) trabalhadores(as). Baseando-se nas análises das cooperativas que adotam os princípios do cooperativismo, pesquisadores(as) têm debatido sobre os impasses e desafios desses processos na constituição de uma cooperação que permita à classe trabalhadora tornar-se autônoma da subordinação do trabalho ao capital, possibilitando alternativas à cooperação capitalista (SANTOS, 2002).

Marx atribuiu uma importância capital à cooperativa de produção. Nas resoluções do Congresso de Genebra de 1866, redigidas por ele, insiste-se em que o movimento cooperativista não está em condições de transformar, por si só, a sociedade capitalista (apud BUBER, 1971). Com isso, porém, reconhece ser ele o verdadeiro caminho conducente a essa transformação, com a condição indispensável de que a classe operária conquiste o poder político. Marx chamava atenção para o perigo de as cooperativas se transformarem em

simples sociedades anônimas burguesas, tendo recomendado, ademais, que todos os operários que nelas trabalhassem obtivessem a mesma participação.

Rosa de Luxemburgo (1999), seguidora dos ensinamentos de Marx, também se dedicou à análise das cooperativas de produção. Ela ressaltou que essas cooperativas são híbridas dentro da economia capitalista, é a pequena produção inserida no sistema de troca capitalista. Na visão de Luxemburgo, os operários veem-se “na necessidade contraditória de governar a si mesmos com todo o absolutismo necessário e desempenhar entre eles mesmos o papel do patrão capitalista” (1999, p. 81). Com essa contradição, a cooperativa de produção tenderia à dissolução, seja porque assume as características de empresa capitalista, seja por serem mais fortes os interesses dos operários.

Luxemburgo concluiu que, por conta do seu caráter híbrido, as cooperativas de produção não podem ser consideradas como artífices de uma reforma social geral, por pressupor a supressão do mercado mundial e a dissolução da economia mundial atual em pequenos grupos locais de produção e de troca. Elas constituem um retrocesso da economia do grande capitalismo à economia mercantil da Idade Média, ou seja, um regresso às condições pré-capitalistas. A autora se contrapõe à proposta do movimento operário de organizar cooperativas sob o comando dos operários, pois, na sua visão, esse movimento enfraqueceria a luta contra o modo de produção capitalista, restringindo a luta de classes a uma repartição do capital, apenas reduzindo o lucro do capitalista.

Singer (1998) discorda das afirmações de Luxemburgo e vê nas cooperativas ou empresas geridas pelos(as) trabalhadores(as) uma forma de resistência e de autonomia da classe. Concorda com Marx quando este afirma que a cooperativa operária supera positivamente a contradição capital e trabalho, constituindo um elemento do modo de produção socialista que se desenvolve com base no modo de produção capitalista. Entretanto, acrescenta ao postulado de Marx que “nem por isso a cooperativa deixa de funcionar competitivamente no mercado, o que a obriga a enfrentar problemas cuja solução nem sempre se coaduna com seus princípios” (SINGER, 1998, p. 129). Conforme Singer, o que a experiência comprova é que as cooperativas, tomando todas em conjunto, apresentam vantagens comparativas em relação às empresas capitalistas, do ponto de vista dos(as) consumidores(as) ou dos(as) produtores(as). Contudo essas vantagens não tomam a forma de forças produtivas, mas de desalienação<sup>12</sup> de consumidores(as) e trabalhadores(as).

---

<sup>12</sup> Essa desalienação aconteceria, na visão de Singer, porque a forma cooperativa de organização, seja de consumo ou da prestação de serviços ou da produção para os mercados, permite e compele o diretamente interessado a participar nas discussões e negociações sobre questões do seu interesse.

Analisando as possibilidades das cooperativas de trabalho para construir novas formas de produção social, Gaiger e Anjos inferem:

En las cooperativas de trabajo, como en toda cooperativa, los socios son jurídicamente copropietarios de la empresa cooperativa, con derechos iguales de voz y voto. Esto, en las cooperativas de trabajo significa que dos condiciones fundamentales de la empresa y de la lógica de producción capitalista se ven suprimidas: la naturaleza privada (y apartada del trabajo) de los medios de producción, y la existencia de una fuerza de trabajo 'libre', o sea, arrebatada de los medios de producción propios y destituida del capital. De esta manera, en ellas se eliminan los requisitos esenciales para el funcionamiento de las relaciones sociales de producción asalariadas, típicas del modo de producción capitalista. Las relaciones de producción que existen en las cooperativas de trabajo no están compelidas y ni son necesariamente aptas a cumplir las mismas funciones: de extracción y apropiación del trabajo excedente; de búsqueda de la máxima rentabilidad, para fines de acumulación constante del capital; de mercantilización e instrumentación del trabajo, dejándolo desconectado y alienado de aquello que produce. (2011, p. 266-267).

Além das dimensões política e social das cooperativas, elas também apresentam uma dimensão empresarial. No entanto, os aspectos monetários não as deslegitimam como uma modalidade de empresa anticapitalista. Singer (1998) e Santos (2002) afirmam que a dimensão empresarial não se apresenta em detrimento da social, pois os aspectos econômicos, administrativos e técnicos são importantes como em qualquer outra organização. Tanto que “a maioria dos fracassos nas organizações cooperativas não se deve, provavelmente, à falta de espírito cooperativo; mas à falta de visão empresarial, de conhecimento do mercado e de visão técnico-administrativa” (SCHMIDT; PERIUS, 2003, p. 66).

Não obstante, a cooperação não é privilégio das cooperativas, ela está presente nos diversos setores produtivos independente do processo organizacional. Tanto que Marx define a cooperação como “[...] a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos” (1980, p. 374). A questão é que a cooperação sob o domínio do capitalista torna-se técnica de gestão na ampliação da mais-valia.

Nessa perspectiva, Marx infere que a cooperação no assalariamento transfigura-se numa relação de estranhamento, pois:

As conexões entre as funções que exercem e a unidade que formam no organismo produtivo estão fora deles, no capital que os põem juntos e os mantém juntos. A conexão entre seus trabalhos aparece-lhes idealmente como plano, e praticamente como autoridade do capitalista, como o poder de uma vontade alheia que subordina a um objetivo próprio a ação dos assalariados. (1980, p. 380).

Dessa forma, a relação de cooperação estabelecida entre um(a) trabalhador(a) assalariado(a) e o/a outro(a) não é para beneficiar a si mesmo ou ao seu/sua companheiro(a) de trabalho, pois ao ser membro de um organismo coletivo, insere-se apenas na forma essencial de existência do capital. “Por isso a força produtiva que o trabalhador desenvolve como trabalhador social é a produtividade do capital.” (MARX, 1980, p. 382). Diferentemente do trabalho associado, no qual a cooperação estabelecida entre trabalhadores(as) resulta num produto social apropriado pela coletividade.

Na concepção de Marx, a cooperação apareceria como força produtiva do capital, seu valor de uso torna-se a produção da mais-valia, garantida pela reunião e atuação de vários(as) trabalhadores(as) no mesmo local ou no mesmo campo de atividade. Sob a coordenação, direção e controle do capitalista e daqueles que o representam na divisão do trabalho, a cooperação é obtida pela subordinação do(a) trabalhador(a). “Ao determinar o ritmo e a intensidade do trabalho coletivo, a maquinaria cumpre um papel fundamental no processo cooperativo, garantindo a subsunção real do trabalhador ao capital” (MARX, 1983, p. 51). A produtividade do capital não seria decorrente da soma das forças individuais de trabalho, mas sim resultado de uma nova força coletiva produzida pelo trabalho combinado dos(as) trabalhadores(as) assalariados(as). Nos termos de Marx:

[...] a cooperação capitalista não se manifesta como forma histórica especial da cooperação, mas a cooperação é que se manifesta como forma histórica peculiar do processo de produção capitalista, como forma histórica que o distingue especificadamente. (1980, p. 384).

Partindo do exposto até então, concluímos que a cooperação possibilita práticas sociais distintas. Essas práticas podem ressaltar uma cooperação voltada aos interesses individuais, como também pode ser relacionada aos interesses coletivos, nos quais coexistem interesses comuns e individuais, como é o caso das experiências da economia solidária. Gaiger, ao analisar os vínculos sociais construídos nesse campo, argumenta:

Os interesses individuais tornam-se solidários não por abnegação mútua, mas pelo aprendizado, à medida que se realizam por meio de concessões de parte a parte e ficam hipotecados a uma espécie de altruísmo recíproco, cuja contrapartida não está apenas na retribuição direta, mas nas gratificações supramateriais que proporciona. (2008, p.14).

Nesse sentido, observamos que há uma ampliação de novos campos de cooperação como consequência das novas demandas sociais criadas pelas diversas crises enfrentadas na contemporaneidade. “O que estaria, por conseguinte, fomentando a criação de novas

dinâmicas comunitárias expressas pelo crescimento das mais diversas práticas associativas (PIRES, 2004, p. 55). Ainda que a cooperação não se limite ao mundo cooperativista, ela tende, na visão de Pires, “enquanto força gerada fora do movimento cooperativo, a estimulá-lo” (2004, p. 55). É nesse contexto que observamos o crescente surgimento de iniciativas econômicas autogeridas pelos(as) próprios(as) trabalhadores(as). Namorado, analisando o movimento cooperativista, infere que as cooperativas são a expressão moderna das práticas de cooperação, elas “traduzem a centralidade de uma prática social, a cooperação, que é um dos tecidos conjuntivos das sociedades humanas [...]” (2009, p. 97). Cabe-nos verificar se, na prática, a cooperação empreendida nessas organizações tem possibilidade de construção da autonomia dos(as) trabalhadores(as) daqueles que atualmente os/as subordinam.

### 2.3 AS CONTROVÉRSIAS EM TORNO DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO

No contexto atual, as cooperativas de trabalho suscitam análises controversas sobre a potencialidade de gerar trabalho e renda para aqueles(as) que as têm como alternativa ao desemprego e ao trabalho informal. A partir da década de 1990, houve uma proliferação dessas cooperativas, sobretudo de intermediação de mão de obra no setor industrial, tornando-se o ramo que apresenta o maior crescimento no número de cooperativas nas últimas duas décadas (OCB, 2008).

Para Druck e Franco (2007), esse crescimento é resultado do regime de acumulação flexível, com a desregulamentação dos direitos trabalhistas e a utilização das cooperativas no processo de terceirização. Em 1994, foi criada no Brasil uma lei que possibilita às empresas a contratação de cooperativas constituídas por trabalhadores associados e não assalariados sem caracterização de vínculo empregatício. Baseadas numa pesquisa realizada na Região Metropolitana de Salvador, as autoras citadas concluem que, após essa lei, as cooperativas de trabalho tornaram-se a modalidade de terceirização mais utilizada pelas empresas.

A terceirização por meio de cooperativas de trabalho não é exclusividade do Brasil. Na Espanha as políticas públicas de fomento ao emprego priorizam as empresas de trabalho associado, que passam a ser a alternativa para milhares de desempregados(as). Inicialmente, as Cooperativas de Trabalho Associado (CTA) foram predominantes no setor industrial em razão das crises enfrentadas pelas empresas e a opção dos(as) trabalhadores(as) por assumirem a massa falida para não perderem seus empregos. Por isso, no primeiro momento, as CTA que atuam na indústria crescem por causa do processo de descentralização produtiva com a terceirização da produção.

Com a expansão do setor de serviços no contexto espanhol, a atividade industrial que prevalecia na década de 1980 nas CTA perde espaço para a atividade de serviços, sendo esta a que agrega o maior número de entidades e que gera mais empregos (MORALES, 2010). Na análise de alguns/algumas pesquisadores(as) (ORTIZ, 1989; ALARCÓN, 2006; PANADERO, 2009; MONZÓN, 2010), essa realidade propiciou a segmentos da classe trabalhadora a criação das cooperativas para manter seu trabalho e vivenciar uma forma de gestão participativa e democrática. Todavia, os desafios e exigências do mercado globalizado impuseram para muitas das empresas cooperativas a subordinação ao empresário ou ao contratante, gerando questionamentos sobre a possibilidade de reprodução dessas experiências emancipatórias num mercado altamente competitivo.

Entretanto, outros motivos também contribuíram para a multiplicação de cooperativas no contexto brasileiro. A emergência de empreendimentos relacionados ao conceito de economia solidária nos anos de 1990 estimulou a criação de cooperativas como alternativa à redução dos postos de trabalho. O alto índice de desemprego provocado pela reestruturação produtiva é um dos fatores que impulsionaram esse surgimento (Singer, 2003b); todavia, este não é o único fator causal. Gaiger (2004) analisa as diversas circunstâncias que propiciaram o crescimento daqueles empreendimentos. Dentre os quais, estão cooperativas criadas por iniciativa dos(as) trabalhadores(as) e organizações ligadas a estes(as).

A emergência dos empreendimentos solidários é atribuída por Gaiger (2004, p. 374-377) à conjunção de diversos fatores. Entre eles, destacam-se: a) as práticas associativas, comunitárias ou de classe presentes nos setores populares, as quais forjaram uma identidade comum, criaram laços de confiança e possibilitaram a criação de organização para a defesa de seus interesses; b) a existência de organizações e lideranças populares genuínas que buscam assegurar a interlocução com os agentes externos; c) a existência da possibilidade de compatibilizar as práticas econômicas associativas desenvolvidas no âmbito da economia solidária com as da economia popular; e, por fim, d) a existência de entidades e grupos de mediação que canalizam as demandas dos trabalhadores para alternativas associativas e autogestionárias.

Na sua pesquisa, o autor supracitado detecta que esses agentes orientam formas de vida econômicas já praticadas para uma lógica de ruptura com a condição subalterna em que se encontram, almejando uma lógica de emancipação socioeconômica. Além desses fatores, soma-se a criação de um cenário político-ideológico de reconhecimento das demandas e alternativas criadas nos setores populares, apoiadas por segmentos dos movimentos sociais e na institucionalidade política.

Quijano (2002) também analisa as motivações das alternativas produtivas estabelecidas pelos trabalhadores numa conjuntura adversa e de progressiva exclusão. Para esse autor, uma massa de trabalhadores excluídos do emprego assalariado utiliza-se de “estratégias de sobrevivência” para garantir sua reprodução e resistência ao empobrecimento. Essas estratégias são valiosas, ainda que não consigam se constituir em alternativas sistêmicas, porque contribuem para a sobrevivência da população empobrecida e, em muitos casos, melhoram as suas condições de existência.

Ao analisar, novamente, o panorama das CTA espanholas, evidencia-se a preocupação em fomentar empresas com uma gestão profissionalizada com condição suficiente para elaborar estratégias de sobrevivência num cenário de incapacidade dos governantes e do capital privado para apresentar novos caminhos à economia globalizada. Nesse contexto, as cooperativas são reafirmadas como instrumentos especialmente eficazes para a criação e manutenção do emprego. Essa eficácia é atribuída aos vínculos criados nos territórios, à maior flexibilidade na organização laboral, à realização de serviços terceirizados que não são demandados pelas empresas mercantis, mas, sobretudo, à legislação adequada para as sociedades cooperativas. Nesse sentido, nas últimas décadas foram criadas inúmeras leis nacionais e nas comunidades autônomas para apoiar o cooperativismo. Dentre essas leis, destaca-se a do pagamento do seguro desemprego em uma única prestação para ser investida em empresas de trabalho associado (PANADERO, 2006).

É numa realidade diversificada que os diversos tipos de cooperativas serão apreendidas como objeto empírico de análises distintas. Faz-se necessário construir o campo pesquisado para que não ocorra mutilação do objeto investigado e a simplificação do problema. Nesse sentido, Lima argumenta que

[...] Da mesma forma que as cooperativas foram organizadas pelos trabalhadores como reação ao desemprego e como possibilidade de construção de uma alternativa democrática e autônoma, elas também foram percebidas pelos empresários como meio de rebaixamento de custos, na lógica da competitividade internacional em redes de terceirização. (2009, p. 93-94).

Em diversos estudos sobre as cooperativas de trabalho em regiões distintas do Brasil, Lima (2002; 2006) aponta a utilização delas para flexibilizar as relações trabalhistas e, como consequência, provocar a precarização do trabalho, expondo o trabalhador a uma situação de vulnerabilidade. Uma pesquisa realizada por esse autor na região Nordeste do Brasil demonstrou que o crescente número de cooperativas de trabalho nas zonas rurais estava atrelado à política de estímulo de modernização dessas áreas por parte dos governos estaduais,



com a transferência de diversas fábricas do Sul e Sudeste do país. As cooperativas eram criadas independentemente da vontade do trabalhador, sendo a forma mais eficaz de diminuir os custos para o capital. Por outro lado, Lima infere que essas cooperativas também contribuíram para incluir contingentes de trabalhadores na produção capitalista.

[...] a inclusão de partes da população, que vivia numa economia de subsistência à produção capitalista e ao consumo, a partir de ganhos monetários relativamente regulares. Todavia, a inclusão insere-se num contexto de flexibilização da produção e das relações de trabalho, o que resulta em formas precarizadas de assalariamento, com direitos restritos ou sem direito algum. (2002, p. 109).

O estado do Ceará teve um papel de destaque nesse tipo de prática durante a década de 1990. Adotou-se a prática de incentivar a criação de pequenas cooperativas em pequenos municípios com precário desenvolvimento industrial e econômico, apresentando-as como alternativas de geração de renda para inúmeros trabalhadores que não tinham perspectiva nenhuma de se inserirem no mercado de trabalho formal. Lima (2002) conclui que o objetivo dessas cooperativas no Ceará era minimizar “os direitos sociais”. O Estado se utiliza dessa prática como forma de induzir a terceirização para baratear custos e tornar-se um elemento a mais nos incentivos para atrair novas indústrias. Nesse quadro,

[...] recuperou-se a idéia de cooperativa, mas precisamente de cooperativa de produção industrial, uma novidade na região [...] A idéia nova estaria na indução da terceirização, através de uma política de governo, no qual o estado treinaria os trabalhadores e a empresa parceira teria a função de prover os dois elos que faltavam nas atividades de pequeno porte: a tecnologia [...] e o acesso ao mercado. (LIMA, 2002, p. 62).

Os estudos de Lima no Ceará mostram que as cooperativas de produção industrial integravam a estratégia governamental para reforçar e favorecer as empresas que iam investir no estado. Essas empresas podiam explorar ao máximo o trabalho nas cooperativas sem, contudo, assumir os encargos sociais previstos para os assalariados. Como bem demonstra o autor, o trabalho nas cooperativas de confecções em nada diferia de uma fábrica comum. Havia a presença constante dos funcionários da empresa controlando o trabalho realizado, a jornada diária não era respeitada quando aumentava a produção, não havia democratização na direção das cooperativas, o controle do trabalho era feito pelos próprios trabalhadores, mas nas condições dadas, gerava conflitos entre eles.

A experiência cearense evidenciou a descaracterização dos princípios cooperativistas. Assim, várias cooperativas criadas sob essa égide tiveram seu fim na Justiça do Trabalho, que reconheceu esse tipo de atividade como trabalho assalariado disfarçado, e várias empresas –

para as quais a cooperativa prestava serviço – foram obrigadas a contratar os trabalhadores (LIMA, 2002).

Pesquisas recentes, realizadas por Lima (2006), Druck e Franco (2007) e Selma Silva (2007) em cooperativas de trabalho industrial em São Paulo e na Região Metropolitana de Salvador, demonstram que os/as trabalhadores(as), ao optarem pelo modelo cooperativo como forma de garantir trabalho e renda, estão constituindo relações precárias de trabalho, porque não detêm autonomia sobre seu trabalho. A maioria dessas cooperativas segue o cronograma imposto pela contratante, restando ao trabalhador sua subordinação à empresa como forma de garantir contratos futuros.

O crescimento das cooperativas de trabalho e produção industrial no Brasil pós-90 [...] resultou dos processos de adequação da economia brasileira a um mundo globalizado e suas implicações em termos de crescimento do desemprego e da informalização do mercado de trabalho. Na década de 90, diversas empresas passaram a demitir trabalhadores, sugerindo que se organizassem em cooperativas para prestar serviços como subcontratados por essas mesmas empresas. (LIMA, 2006, p. 102).

A ascensão desse tipo de cooperativismo levou Thébaud-Mony e Druck a criticarem as cooperativas de trabalho, censurando a idealização dessas práticas:

Neste quadro de crescimento e diversificação da terceirização em velhas e novas modalidades, considera-se que o uso de cooperativas é a forma mais perversa, pois precariza legalmente o trabalho, já que é descoberta por legislação específica, e alimenta a ilusão de trabalhadores que acreditam ser a cooperativa uma experiência de autogestão, de trabalho solidário e uma alternativa ao desemprego (2007, p. 48).

Uma análise crítica desse fenômeno torna-se relevante, porque as cooperativas de trabalho ora são apresentadas como estratégia de flexibilização e precarização do trabalho (ANTUNES, 2007), ora como empreendimentos distintos dos mercantis com potencialidade de emancipação social e construção de um novo conceito de trabalho, não mais subordinado ao capital, mas constituído de forma associativa e autogestionária (TIRIBA; PICANÇO, 2004).

A questão, no nosso entendimento, é que as cooperativas originam-se de diferentes motivações e com finalidades diversas. Essa perspectiva é compartilhada por Namorado (2009) quando afirma que as cooperativas são agrupamentos de cooperados(as) oriundos(as) de diferentes segmentos sociais que representam diversos setores produtivos. Dependendo do tipo, do objeto e das inserções sociais dos seus membros, a cooperativa estará mais próxima ou não dos princípios cooperativos. Partindo dessa abordagem, percebemos que não é

possível pesquisar todas as práticas cooperativistas sob um único prisma de análise, como o fazem Antunes (2007), Thébaud-Mony e Druck (2007).

Existe uma vertente cooperativista associada à economia social e solidária que ressalta o desenvolvimento local e as formas de resistência das populações autóctones para superar os processos de desigualdades. Nesse caso, a ênfase recai no fortalecimento de coletividades locais baseado em uma confluência de ações dos diversos atores sociais – ONGs, cooperativas, mercado e Estado – capazes de oferecer alternativas às demandas da sociedade atual, destacando-se, prioritariamente, o papel político do cooperativismo.

Diversas pesquisas demonstram que há um retorno às práticas cooperativas como incentivo às novas formas de atuação baseadas em um reposicionamento político-ideológico, impulsionando, dessa forma, ações como as relacionadas ao associativismo, que buscam transformações limitadas, mas concretas (LAVILLE; GAIGER, 2009). Na análise de Cesar Rodríguez (2002), as cooperativas de trabalho e empresas solidárias populares representam uma estratégia promissora, capaz de sobreviver em um mercado crescentemente global.

Há diversas cooperativas que buscam promover trabalho e renda a uma parcela significativa dos que estão à margem do mercado de trabalho. Essas cooperativas, quando autogeridas pelos(as) próprios(as) trabalhadores(as), assumem papel de protagonistas na esfera pública, sendo estimuladas com base em políticas públicas do governo, e na sociedade civil, pelos movimentos sociais e as Organizações Não Governamentais (ONGs). Elas também ocasionam a ampliação da participação política porque desenvolvem ações em seu entorno local e em demandas que dele emergem (GAIGER, 2012).

Lima avança no debate sobre o papel que cumprem as cooperativas para os/as trabalhadores(as), afirmando que:

As cooperativas de trabalho e produção representam uma alternativa de ocupação e renda em um mercado de trabalho segmentado e altamente informal. Apontam um caminho em que a autogestão constitui uma possibilidade em frente ao assalariamento, sem que ela necessariamente signifique precarização. A observância dos princípios cooperativistas para garantir melhores condições de trabalho e renda ao trabalhador, com a manutenção dos direitos básicos vinculados à atividade realizada sob formas coletivas de gestão, havendo a possibilidade inclusive de ampliá-los. (2009, p. 94-95).

Santos também apresenta a cooperativa como alternativa para os/as trabalhadores(as). Segundo ele, essa forma de organização baseia-se em valores e princípios não capitalistas que, ao mesmo tempo, operam numa economia de mercado. Ainda na visão desse autor, esse tipo de cooperativa apresenta razões que demonstram seu diferencial produtivo:

[...] as cooperativas de trabalhadores tendem a ser mais produtivas que as empresas capitalistas, porque seus trabalhadores proprietários têm maior incentivo econômico e moral para dedicar o seu tempo e esforço ao trabalho, e porque, uma vez que os trabalhadores beneficiam-se diretamente quando a cooperativa prospera, diminuem drasticamente os custos de supervisão, que, numa empresa capitalista, são altos porque a vigilância constante do desempenho dos empregados necessária para assegurar a cooperação destes com a empresa. (SANTOS, 2002, p. 36).

Outro elemento a favor desse tipo de cooperativa seria a participação ativa dos(as) sócios(as) trabalhadores(as), porque normalmente são pequenas empresas e, via de regra, integram-se com outras cooperativas e instituições da comunidade em que estão localizadas, possibilitando uma interação em rede de cooperação. Na conclusão de Santos, o fato de os/as trabalhadores(as) serem proprietários(as), “tem um efeito direto sobre a distribuição da propriedade da economia” (2002, p. 37), diminuindo, assim, os desníveis econômicos. Por fim, o autor defende que as cooperativas autogeridas pelos(as) trabalhadores(as) proprietários(as), além de gerarem benefícios econômicos para os seus membros e para a comunidade em geral, ampliam a democracia e estendem a cidadania à gestão das empresas.

Quijano não acredita que as “cooperativas são a expressão da consciência social e política dos trabalhadores e da sua decisão de escaparem às regras capitalistas de trabalho” (2002, p. 494-495); dito de outra maneira, não se trata de uma consciência crítica ou anticapitalista. Essa perspectiva estava presente nas iniciativas dos trabalhadores no século XIX. Hoje, quando os trabalhadores estabelecem as cooperativas ou decidem tomar as empresas falidas para evitar a extinção dos seus postos de trabalho, são movidos fundamentalmente pela garantia de seus postos de trabalho.

Além disso, uma extensa pesquisa sobre as cooperativas em diversos países, como Colômbia, Moçambique, África do Sul, Índia e Brasil (SANTOS, 2002), aponta que as cooperativas, ainda que consideremos as heterogeneidades nacionais, apresentam uma grande dependência do apoio financeiro externo. Partindo dessa perspectiva, Quijano (2002) nega a possibilidade das cooperativas tornarem-se uma alternativa ao sistema de produção, mas nem por isso diminui a importância dessas experiências, porque em diversos contextos distintos elas respondem às necessidades imediatas e urgentes de emprego e renda. Assim, nesse campo controverso sobre a potencialidade das cooperativas como um formato produtivo que se adéqua ao capitalismo, mas que contém em seu cerne uma proposta anticapitalista, Quijano pondera:

As relações entre consciência social e política e organização cooperativa da produção e do seu mercado são, sem dúvida, complexas, contraditórias e, sobretudo, tão heterogêneas como os contextos temporais e estruturais específicos nos quais acontecem ou se estabelecem. E precisam ser discutidos a partir de, e em relação a, tais contextos específicos, porque os fenômenos sociais não encontram explicação, nem, sobretudo, sentido, fora deles próprios. (2002, p. 496).

As análises aqui realizadas mostram que as práticas cooperativistas brasileiras estão em processo de transformação. Não obstante as dificuldades, hoje se vislumbram os germes de um novo cooperativismo quando nos voltamos para as iniciativas encetadas no campo da economia solidária. As cooperativas ressurgem num contexto de renovação de utopias, como possibilidade de constituírem-se alternativa de trabalho com autonomia e não mais subordinada. Num campo aberto a discussões, faz-se necessário reportar as concepções sobre a emancipação para que, assim, possamos verificar se as cooperativas de trabalho da economia solidária têm elementos que permitam constituí-las protagonistas de práticas emancipatórias.

### 3 A EMANCIPAÇÃO SOCIAL: UMA VELHA UTOPIA

Numa noção filosófica de emancipação, esta expressão refere-se, na ótica kantiana, à utilização livre e pública da razão fundamentando os princípios morais válidos para o indivíduo e sua relação com a sociedade. Nessa concepção, a ideia de emancipação associa-se à ampliação do verdadeiro entendimento que permitiria uma liberação abstrata na esfera política. Ainda no sentido kantiano, a liberdade e autonomia não se limitam às esferas individuais ou às subjetividades, mas remetem ao coletivo, que garanta o bem comum e a vida em sociedade (CATTANI, 2009). Com efeito, a luta pela emancipação dá-se contra os dogmatismos, os determinismos estruturais e todas as formas de dominação impostas para a sujeição dos indivíduos, não se limitando somente à supressão do trabalho alienado, mas, também, buscando o direito a experimentar formas de gestão coletiva, baseadas em princípios autogestionários. Neste capítulo, exploraremos esse debate.

#### 3.1 OS PROCESSOS PARA A EMANCIPAÇÃO

As lutas sociais dos(as) que se encontram em situação de subordinação e exploração reivindicam a emancipação social. Essas lutas são tão antigas quanto os processos de organização social que reproduzem relações desiguais, tanto nas dimensões socioeconômicas quanto no acesso e exercício do poder político. Segundo Cattani (2009), emancipação social refere-se ao processo ideológico e histórico de liberação por parte de grupos sociais da dependência, tutela e dominação nas esferas econômica, social e cultural.

Emancipação social vincula-se ao conceito de autonomia. Emancipar-se é tornar-se autônomo.

Uma comunidade política é emancipada, é livre, quando suas leis não são impostas por processos representativos, tutelares ou paternalísticos; é autônoma quando não obedece a regramentos subjetivos, adventícios ou arbitrários; é, verdadeiramente, emancipada, quando a lei maior é o bem comum, objetivo e universalizador. Na sociedade emancipada, os indivíduos possuem o máximo de liberdade, mas esta é pautada pela igualdade, pela reciprocidade de direitos e obrigações, enfim, pelo processo civilizador que garante a livre expressão respeitosa da diferença e da liberdade do outro. (CATTANI, 2009, p. 175).

Na sociedade moderna, a emancipação social foi teorizada amplamente no mundo do trabalho. Baseando-se na concepção de Marx, só teríamos a emancipação com o fim do trabalho alienado e seus corolários. A autonomia da classe trabalhadora que aliena a sua força

de trabalho só seria conquistada com o fim da propriedade privada, fonte de dominação, em substituição pela propriedade coletiva dos meios de produção. Nessa perspectiva, Cattani infere que “a comunidade de trabalho passa a ser livre e responsável pela definição dos rumos e do sentido da produção” (2006, p. 44).

Debatendo o problema da emancipação humana como restituição do mundo e das relações humanas aos próprios seres humanos, tal como pensada por Marx, Iasi (2007) afirma que é preciso a superação de três mediações essenciais: da mercadoria, do capital e do Estado. A mercadoria porque assume a forma fantasmagórica de coisa, aparecendo independente das relações sociais que lhe dão origem; o capital porque subordina o trabalho; e o Estado como aquele que representa os interesses dos capitalistas, ainda que tenha a intenção de expressar uma universalidade.

O fato do(a) trabalhador(a) se inserir de forma subordinada ao mundo do capital faz com que ele(a) torne-se proprietário da força de trabalho que é vendida como mercadoria, possibilitando, assim, a subsunção do trabalho ao capital. O trabalho transforma-se em parte constitutiva do capital, na forma de capital variável, exigindo a superação dessa forma: o trabalho alienado, para restituí-lo aos seus produtores(as) que foram expropriados(as) dos meios diretos de produção e das condições de existência autônomas. Por essa razão, o trabalho alienado e a propriedade coletiva tornam-se categorias primordiais nos debates sobre os processos emancipatórios.

O trabalho alienado é um conceito central no pensamento de Marx, pois é a razão da propriedade privada e a sua superação é o que garante a emancipação humana. A alienação do trabalho apresenta três aspectos diferentes: a) consiste em o/a trabalhador(a) produzir um objeto que, transformado em mercadoria, não lhe pertence como produtor(a). O objeto fabricado pelo trabalho humano tornou-se estranho a quem o produziu; b) no trabalho, o/a trabalhador(a) moderno(a) não trabalha pelo prazer de trabalhar, não trabalha para exprimir seu ser genérico, mas para obter um salário que lhe permitirá comprar o mínimo de mercadorias necessárias para sua sobrevivência física. A alienação está presente, com efeito, porque o que deveria ser a vida genérica, ou seja, a finalidade, torna-se meio, e o que é um meio torna-se finalidade. Em outros termos, em um sistema de salários, essa atividade que deveria ser a atividade genérica, isto é, a atividade essencialmente humana, degrada-se como simples meio de obtenção de recursos financeiros graças aos quais podemos comer, beber e dormir, isto é, exercer nossas funções biológicas. O resultado é que o trabalho humano, que deveria ser atividade genérica, expressão mesma do ser humano, torna-se apenas meio para o ganho do dinheiro para viver.

Por fim, c) Marx considera que as relações entre o/a homem/mulher e o produto de seu trabalho e que as relações entre o/a homem/mulher e seu trabalho, isto é, as duas primeiras formas da alienação, comandam as relações dos(as) homens/mulheres entre si. É a alienação do(a) trabalhador(a) em relação ao produto de seu trabalho e em relação ao seu trabalho que acarreta a alienação nas relações dos(as) homens/mulheres entre si, sob a dupla forma do domínio do(a) não trabalhador(a) sobre o/a trabalhador(a) e a mediação de todas as relações humanas pelas mercadorias e pelo dinheiro.

A análise de Marx sobre o trabalho alienado explicita a subordinação do trabalho ao capital. Contudo, o que é mais relevante para compreendermos os processos de emancipação dos(as) trabalhadores(as) é a demonstração de como a divisão do trabalho e as trocas no mercado contribuem para essa alienação. Assim, a organização parcelar do trabalho torna o/a trabalhador(a) parte de um mecanismo sobre o qual ele/ela não tem nenhum controle, e, por sua vez, quando o produto é lançado em um mercado cujas leis estão fora de seu alcance, concretiza-se a alienação.

Com base no conceito descrito, Marx inferiu que a origem de todas as alienações reside na alienação do trabalho. E vai mais além, ao afirmar que a raiz da alienação do trabalho encontrava-se na propriedade privada. Seguindo essa ótica de análise, conclui-se que pondo fim à raiz de todas as alienações, elimina-se a alienação. Aron (2003), analisando o conjunto do pensamento de Marx, afirma que a expressão *supressão* da alienação do trabalho pode ter três significados.

O primeiro sentido seria o de não mais trabalhar para criar uma mercadoria. A produção de objetos deixaria de ser uma produção de mercadorias. Essa supressão da mercadoria exigiria a supressão do mercado em que se trocam os objetos criados pelos(as) homens/mulheres. Se não há mercado, não há também mercadorias, então seria preciso de uma distribuição sem mercados. A segunda versão para a desalienação consistiria não em não mais trabalhar para criar uma mercadoria, mas em não mais trabalhar para outro(a). Subsistindo o mercado, haveria propriedade pública, de maneira que não se trabalharia mais a serviço de outro(a), mas a serviço de todos(as), já que a empresa em que se trabalha tornou-se pública. Nesse caso concreto, a desalienação dá-se por supressão da propriedade privada. A terceira interpretação é a mais satisfatória, na análise de Aron (2003). Consiste em não haver mais trabalho no sentido em que o trabalho na sociedade atual é um trabalho escravo; haveria um trabalho, mas que não seria mais escravo, sujeitado.

Dito de outra forma, ainda com base na interpretação de Aron (2003, p. 173), os três sentidos concretos da desalienação do trabalho seriam: 1) não mais trabalhar para criar uma



mercadoria; 2) não mais trabalhar para um terceiro; 3) não mais sujeitar-se ao trabalho escravo. Partindo da perspectiva da desalienação, teríamos, então, a superação do trabalho alienado e da propriedade privada. Logo, estaríamos diante da emancipação social, pois o trabalho humanizado foi restituído e o produto do trabalho passou a ser propriedade dos(as) seus/suas produtores(as), constituindo, portanto, a propriedade coletiva e a superação do modo de produção capitalista, pelo menos em tese.

A emancipação humana, fim da pré-história da humanidade, exige a superação das mediações que se interpõem entre o humano e seu mundo. Para que a humanidade, reconhecendo a história como sua própria obra, possa decidir dirigi-la para outro caminho, diferente do beco sem saída para o qual a sociedade capitalista mundial levou a espécie. (IASI, 2007, p. 59).

Se a desalienação do trabalho acontece quando os/as trabalhadores(as) tornam-se donos(as) dos meios de produção e, por consequência, do produto do seu trabalho, o/a trabalhador(a) associado(a) em cooperativas não estaria mais submetido(a) ao trabalho alienado. Entretanto Novaes (2011) afirma que as cooperativas e as associações de trabalhadores(as) não conseguem superar a alienação do trabalho em sua totalidade. Baseia seus argumentos ao analisar que o capital continua dominando as cadeias produtivas e que o controle do processo de trabalho por parte dos(as) trabalhadores(as) associados(as) é parcial, já que a maioria das empresas autogeridas por estes(as) continuam submetidas à lógica da produção mercantil. Para existir uma emancipação social, de fato, é essencial o controle global do processo de trabalho pelos(as) produtores(as) associados(as), na visão desse autor.

Para Méda (1999) é impossível a superação do trabalho alienado e a constituição do trabalho autônomo, como imaginado nas propostas dos socialistas utópicos do século XIX. Ela faz uma crítica a Marx, ressaltando que na sua análise do trabalho alienado explicitou a lógica capitalista – produção de mercadoria – e da subordinação do trabalho assalariado, porém não compreendeu uma terceira lógica, o desejo de abundância, fundamento do produtivismo. Para Méda (1999), a alienação do trabalho não desapareceria com a propriedade coletiva dos meios de produção. O fato de o capital estar nas mãos dos(as) trabalhadores(as), e não dos capitalistas, apenas modificaria as condições de trabalho. A organização do trabalho seria assunto de poucos(as) e não de todos(as).

Seja organizada pelo mercado ou pelo plano, a exterioridade da produção a realizar é idênticamente estranha aos trabalhadores [...] Porque o problema não é a propriedade dos meios de produção, mas o próprio carácter do trabalho actual, o facto de a eficácia produtiva continuar a ser o seu fim. Assim, o trabalho permanece um factor, subordinado ao desenvolvimento técnico da indústria ou dos serviços. [...]

Por outras palavras, a abolição da relação salarial não basta para tornar o trabalho autónomo. (MÉDA, 1999, p. 165-166).

Na análise de Méda (1999), o trabalho não tem como ser fonte de autonomia porque o sentido do trabalho contemporâneo é a busca infinita da abundância e da eficácia. Para que se torne autónomo é preciso que se rompa com a dimensão económica. Enquanto esta vigorar como finalidade do trabalho, não haverá superação da subordinação. Ainda que tenhamos presentes esses argumentos, a busca da emancipação social via superação do trabalho alienado, ou subordinado, e da propriedade privada dos meios de produção continua sendo o horizonte das lutas dos(as) trabalhadores(as).

Nesse sentido, a ideia de emancipação é concebida com base na superação do capitalismo, e esta concepção propiciou a junção das práticas emancipatórias ao ideal do socialismo. Para Santos,

Designar-se o conjunto das práticas emancipatórias por socialismo não tem outra legitimidade senão a que lhe advém da história, uma história de claros-escuros que, por não termos outra, não deve ser enjeitada, sob pena de ficarmos suspensos sobre um montão imenso de lixo histórico com a ilusão de não sermos nós próprios a parte vazia da clepsidra donde escorreu esse lixo. Porque a transformação emancipatória não tem teleologia nem garantia, o socialismo não é, à partida, nem mais nem menos provável que qualquer outro futuro. (2003, p. 277).

Nessas condições, a noção de emancipação passa a ter uma conotação de processualidade. A luta pela autonomia amplia-se para todos os espaços estruturais da prática social, inclusive nas relações que não alcançaram o mesmo status de análise, como a relação capital e trabalho. Emancipar-se não se restringe ao trabalho libertado e o fim da alienação, está presente também nas lutas das feministas, nos movimentos ecológicos, antirracistas e de todos(as) os/as que buscam superar relações de subalternidade.

Essa concepção ampliada da emancipação social nos permite concluir que ela se constitui nos processos de enfrentamento de qualquer tipo de dominação e subordinação. Contudo, recorreremos aos socialistas utópicos e científicos para evidenciar as experiências históricas da classe trabalhadora que buscou construir, via organização de cooperativas, a emancipação tão desejada.

### 3.2 A COOPERATIVA COMO ALTERNATIVA EMANCIPATÓRIA

O embate em torno do carácter libertário das cooperativas, expressando uma cooperação real para construir uma sociedade igualitária, está presente nos primórdios da

organização dos trabalhadores, mais especificamente entre os socialistas denominados de utópicos e científicos. Vários autores dedicaram-se à análise das cooperativas operárias, dentre eles Fourier, Gide, Proudhon, Louis Blanc, Kropotkin e Owen. Esse último destacou-se mais em razão de sua obra prática, defendendo a associação livre e espontânea como forma de resolver o grande problema do futuro, o problema da organização da nova ordem, em que o individualismo se combina espontaneamente ao coletivismo (BUBER, 1971). Somente por esse caminho, na visão de Owen, seria possível chegar à terceira e última evolução emancipadora da história. Ou seja, assim como a primeira converteu os/as escravos(as) em servos(as) e a segunda, os/as servos(as) em trabalhadores(as) assalariados(as), a terceira induzirá "[...] à supressão do proletariado, à transformação dos/as trabalhadores/as assalariados/as em associados/as" (OWEN apud BUBER, 1971, p. 31).

Em suas fábricas, Owen reduziu a jornada de trabalho de 17 horas para 10 horas diárias e recusou o emprego de crianças com menos de 10 anos, além de ter criado condições mínimas de trabalho, como refeitórios e outros benefícios. Ele tentou criar colônias associativistas que acabaram por não ter sucesso, bem como organizar um sistema de trocas em bolsa, objetivando eliminar os lucros e instituir o justo preço, que também não encontrou sucesso. Tentou a organização do associativismo em nível mundial, que acabou sendo um embrião da organização hoje existente, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), criada em 1895. Nesse exemplo é possível imaginar as condições de trabalho na época, que tanto revoltaram alguns economistas, e a importância da obra de Owen, tanto como exemplo prático de tentativa do que era possível fazer para modificar a economia, quanto como pela transformação das relações de trabalho que ele iniciou em suas fábricas:

Owen destacou-se de sobremaneira na sua época porque advogou os interesses dos pobres, granjeando assim, a fama de filantropo e propôs criar 'Aldeias Cooperativas' onde todos poderiam viver em comunidade e produzir em comum. Suas propostas políticas não foram aceitas, não obstante influenciou a classe operária, principalmente a britânica, na luta contra o progresso técnico centrado sobre a exploração do trabalho, nos ideais de utopia na construção de um novo mundo à base das novas forças produtivas, em que a cooperação e a igualdade tomassem o lugar da competição e da exploração. (SINGER, 1998, p. 73).

Por sua vez, Charles Fourier<sup>13</sup> também se preocupou com os problemas sociais do seu tempo. Ao contrário de Owen, produziu na França um rico material teórico, no qual descreve o *falanstério*, um tipo de colônia socialista comunitária em que as pessoas poderiam viver

---

<sup>13</sup> Charles Fourier (1772-1837) nasceu na França, foi autodidata e sua principal obra é *Le Nouveau Monde Industriel et Sociétaire*, de 1820.

com suas famílias e produzir<sup>14</sup>. O problema da justiça social é, para ele, mais um problema de produção do que de repartição do produto<sup>15</sup>.

Outro importante teórico que se dedicou à questão da cooperativa foi Charles Gide<sup>16</sup>. Esse autor ressalta o fato de o cooperativismo ser a única doutrina econômica que nasce diretamente da prática de trabalhadores(as), e não do exercício de pensamento de intelectuais. Essa experiência ocorreu com os tecelões em Rochdale, na Inglaterra, após uma fracassada greve por melhores salários. Esses trabalhadores resolveram juntar o pouco dinheiro que tinham e estabelecer, em 1844, uma nova forma de empreendimento, uma cooperativa de consumo chamada de *Society of Equitable Pionneers*, lançando as bases do cooperativismo que conhecemos atualmente. Essa forma de produção e a sua doutrina não foram estabelecidas por pensadores econômicos ou filosóficos importantes, mas nasceram da experiência popular de associação de interesses e de cooperação em situação de adversidade.

Vale ressaltar que Rochdale constituiu-se num marco fundante do cooperativismo internacional, mas diversas experiências cooperativistas a precederam. Na Espanha, assim como nos demais países europeus, o cooperativismo está associado às lutas operárias para fazer frente às condições de vida impostas pela sociedade capitalista. Nesse país, esse movimento tem início na década de 1820, e como outras formas de associativismo é caracterizado pela reivindicação de liberdade de associação, resistência política, ajuda mútua e melhorias das condições econômicas. Nos seus primórdios, os governos reconheceram, apoiados em uma ordem real de 28 de fevereiro de 1839, a formação de sociedades operárias de ajuda mútua e beneficência. Essa era a única forma de associação permitida pelo regime e, tomando-as por base, teve início a organização das atividades sindicais, resultando na primeira cooperativa de produção criada para gerar trabalho aos desempregados, em Barcelona<sup>17</sup>. Depois de 1840, as associações de ajuda mútua foram se estendendo por todo o país, na medida em que a legalidade política as permitia. As primeiras cooperativas não tinham um marco jurídico apropriado, mas contavam com uma ampla base popular, fruto,

<sup>14</sup> Segundo dados históricos, no Brasil, a primeira experiência de sociedade cooperativa foi com base no falanstério, em 1847, com um grupo de europeus na colônia Tereza Cristina, no Paraná.

<sup>15</sup> Na sua obra, Fourier apresenta a cooperação não somente no nível da produção “trabalho”, mas também no nível do fator produção “capital” e do “talento”, entendido como a habilidade ou especialização no desempenho da atividade.

<sup>16</sup> Charles Gide (1847-1932), pensador francês, fundador da escola de *Nimes* no pensamento cooperativista, afirmava que o cooperativismo é um sistema econômico-social integral.

<sup>17</sup> Reventos, citado por García (2008), defende a tese de que a Associação de Tecedores de Barcelona, criada em 1839, foi à gênese do cooperativismo espanhol, antes mesmo das doutrinas internacionais baseadas nos princípios de Rochdale. Essa experiência instaurou uma cooperativa de produção ou de trabalho em conformidade com os princípios cooperativos que só seriam adotados posteriormente pelo movimento cooperativista internacional.

sobretudo, de iniciativas filantrópicas espontâneas desconectadas das principais correntes socialistas desenvolvidas no âmbito internacional (GARCÍA, 2008).

Ainda numa perspectiva de superação das desigualdades provocadas pelo modo de produção e organização do trabalho no sistema de capital, Proudhon (apud BUBER, 1971) constrói a proposta do mutualismo, que consiste na mutualidade e reciprocidade. Segundo ele, esses princípios são postos em prática quando numa indústria todos(as) os/as trabalhadores(as), em vez de trabalharem para um empresário que lhes paga, ficando com seu produto, trabalham uns para os/as outros(as), fabricando um produto comum, daí decorrendo a divisão dos lucros entre si. O princípio da mutualidade une o trabalho de cada grupo às associações de trabalho concebidas como unidades, criando uma forma de civilização que, de qualquer ponto de vista político, econômico ou estético, se distinguirá totalmente das civilizações anteriores: “Todos associados e todos livres” (PROUDHON apud BUBER, 1971, p. 70). Entretanto, para que isso se dê é preciso que a associação não se converta em um sistema imposto; pelo contrário, as pessoas só devem associar-se às “cooperativas de trabalhadores como rebanhos de produção [...] quando as exigências da produção, o barateamento dos produtos, as necessidades de consumo e a segurança dos próprios produtores o requeiram” (PROUDHON apud BUBER, 1971, p. 71). Proudhon rejeitava tudo que viesse “de cima”, o que era imposto ao povo, ou dotado de privilégios. Nesse contexto, ele temia a proliferação de novos egoísmos coletivos, que lhe pareciam mais perigosos do que os individuais.

Já Louis Blanc (apud BUBER, 1971) defendeu a proposta de oficinas sociais que, tanto na indústria como na agricultura, seriam fundadas, financiadas e fiscalizadas pelo Estado. Ele acreditava que a “solidariedade de todos os trabalhadores na mesma oficina” passaria para a “solidariedade das oficinas numa mesma indústria”, e daí para a solidariedade das diversas indústrias. Além disso, ele via como necessária a associação agrícola baseada na união da produção e do consumo:

[...] para atender às necessidades de todos – diz ele em sua Organização do Trabalho (1839) - seriam reunidos os produtos do trabalho de todos, que é a forma como ele vê a possibilidade imediata de uma aplicação mais radical e completa do ‘sistema da associação fraternal’. (BLANC apud BUBER, 1971, p. 50).

Kropotkin (apud BUBER, 1971) também contribui para o debate sobre o papel que o movimento cooperativista cumpre para a emancipação dos(as) trabalhadores(as). Para esse autor, o cooperativismo, em sua origem, era essencialmente de ajuda mútua, porém muitas

vezes degenerou num “individualismo de capital por ações”, fomentando um “egoísmo cooperativo”. Ainda na visão de Kropotkin, uma nova forma social, que deverá substituir a antiga, será uma sociedade constituída por grande número de associações, que se unirão para tudo quanto requeira um esforço comum: federação das mesmas com os grupos de produção; grupos mais amplos que abrangerão todo um país e até mesmo vários, constituídos por pessoas que trabalharão em conjunto para suprir necessidades econômicas, espirituais e artísticas. Esses grupos não estariam circunscritos apenas a um determinado território.

Analisando o pensamento dos diversos autores citados, Buber (1971) conclui que os socialistas utópicos, nos primórdios dos movimentos cooperativistas, pretendiam começar pela criação de uma realidade social, sem nenhuma modificação das relações jurídicas. Para ele, nessas formas heróicas do regime cooperativista esperava-se de seus membros uma lealdade e uma abnegação que eles não possuíam, ou que, pelo menos, não podiam preservar. Tais fatos só se verificam, ainda para Buber, em épocas excepcionais de revoluções políticas. Assim conclui: “[...] os iniciadores do movimento cooperativista colocaram o homem ideal no lugar do real” (1971, p. 78).

Por sua vez, Marx qualifica o avanço do movimento cooperativista de triunfo da economia política do trabalho sobre a economia política do capital. Para ele, não se poderia subestimar o valor dessas experiências sociais, nas quais os/as trabalhadores(as), sem depender de qualquer auxílio, criaram fábricas cooperativas. Marx vê na Comuna a forma política com que se pode alcançar a libertação econômica dos operários. A comuna queria converter a propriedade em realidade, fazendo dos meios de produção, do solo e do capital simples instrumentos do trabalho livre e associado, precisamente nas cooperativas de produção. Buber utiliza-se de uma citação de Marx para enaltecer a cooperativa de produção como alternativa emancipatória das relações capitalistas:

Se a produção cooperativista – proclama Marx – não permanecer na aparência e no fútil embuste e se ela eliminar o sistema capitalista, regulamentar todas as cooperativas de acordo com um plano comum, a fim de que possam passar a dirigir-se a si mesmas – que é isso então, meus senhores, senão, o comunismo possível? (BUBER, 1971, p. 12).

Marx reconhece no federalismo de comunas e cooperativas um comunismo autêntico. Na sua análise, o regime comunal e cooperativo que a classe operária pretendia edificar, para convertê-lo em uma nova república e em uma nova sociedade, não foi previamente inventado. Ele surgirá da realidade da associação entre as gerações antigas e novas, da realidade que será criada paulatinamente, na própria comunidade nacional, e somente por meio dela poderá

erigir-se o novo edifício. Para ele, à classe operária não caberia concretizar nenhum ideal. Ela teria apenas que libertar os elementos da nova sociedade que já estivessem desenvolvidos no seio da sociedade burguesa (BUBER, 1971, p. 112-113).

A despeito das expectativas dos socialistas, durante a maior parte do século XX as cooperativas tiveram seu crescimento vinculado a crises econômicas e à criação de postos de trabalho em vários países do velho continente, nos quais os princípios cooperativistas nem sempre eram observados. Com o Estado-Providência e a consolidação do trabalho assalariado na Europa, houve uma redução no número de cooperativas, que só retornaram ao cenário das lutas operárias no final da década de 1960 com os movimentos contraculturais, que veem nas iniciativas associativas uma alternativa ao desapontamento com o capitalismo e o socialismo de Estado (LIMA, 2009).

Nesse contexto, recentemente a emancipação social retornou à agenda daqueles(as) que enfrentam as diversas formas de desigualdades que não foram superadas com o progresso na sociedade moderna. Os/as adeptos(as) da economia solidária advogam o caráter emancipatório das diversas experiências produtivas neste campo. Sobre as múltiplas manifestações solidárias, Cattani argumenta que

[...] um fenômeno quantitativamente expressivo e politicamente surpreendente: nele, a autonomia e a emancipação social deixam de ser ideais utópicos, realizando-se concretamente apesar de todas as adversidades materiais e das oposições ideológica e política das forças econômicas dominantes. (2006, p. 47).

Superar qualquer forma de opressão é o verdadeiro horizonte de quem busca uma sociedade baseada na igualdade e solidariedade. Seja ele no campo econômico, defendendo a posse coletiva dos meios de produção e do resultado do trabalho, seja nas questões que exigem reconhecimento e equidade, como nas relações etnicorraciais e de gênero. Corroborando essa perspectiva, Gaiger (2008) infere que as iniciativas de trabalho da economia solidária revigoram relações sociais anticapitalistas. Em seus termos:

[...] os empreendimentos de economia solidária preservam ou revitalizam relações sociais não capitalistas, fundamentais para os pobres que vivem do seu trabalho, pois atenuam sua sujeição à economia dominante e conjuram o exclusivismo das relações assalariadas, em que subordinação e expropriação são a sorte a eles reservada. A economia solidária insere-se em um padrão de experiências em que o trabalho é inseparável das pessoas e da reprodução da vida. Ora, onde o trabalho não existe como uma atividade independente, diferenciada das outras capacidades sociais do trabalhador, a troca não existe mediada apenas pelo cálculo, neutra às relações sociais. (GAIGER, 2008, p. 14).

Se a emancipação não foi conquistada com os movimentos cooperativistas, essas práticas não perderam o germe desse processo. Isso tanto é verdade que a autogestão, em seus diversos estágios, revigora as experiências solidárias que lutam pela oportunidade de uma inserção econômica na qual a produção social não seja expropriada dos(as) que a produzem. A autogestão não é uma ideia nova, ela está presente em temporalidades históricas múltiplas, como será demonstrado na seção seguinte.

### 3.3 A EMANCIPAÇÃO PELA PRÁTICA DA AUTOGESTÃO

A autogestão é um modelo democrático e coletivo de gestão, embasado historicamente no ideário socialista, no qual a propriedade, as decisões e o controle do empreendimento são exercidos pelos trabalhadores (NAHAS, 2006). O movimento cooperativista de Robert Owen, os falanstérios de Charles Fourier, a democracia industrial defendida por Proudhon e as Comunas de Paris são exemplos teóricos e práticos de experiências emancipatórias via práticas autogestionárias.

Analisando a autogestão como uma categoria política, Nahas observa que

[...] a autogestão em seu sentido pleno ou macrosocial, representa uma ruptura e uma revolução paradigmática, pois trata de um sistema de organização de toda a sociedade, incluindo as instituições políticas, sociais, econômicas e produtivas nas quais inexistem a divisão social do trabalho e a separação entre economia e política, o Estado, o mercado e as classes sociais. De acordo com essa proposta revolucionária, a autogestão não se resume aos limites das empresas, mas é um projeto global de sociedade. (2006, p. 37).

O projeto da sociedade autogestionária perpassa vários períodos históricos, expressando em determinados momentos a proposta do socialismo e, em outros, a busca da democracia política e econômica. Por outro lado, o termo autogestão tornou-se amplamente difundido com a experiência de gestão da empresa do sistema iugoslavo, constituindo-se na realidade como uma prática social e política contra a social democracia e o socialismo burocrático de Estado (ROSANVALLON, 1979).

Em razão de contextos históricos peculiares, a autogestão assume conteúdos específicos de acordo com o projeto político e as práticas que lhe dão sustentação. Rosanvallon (1979) compreende que há pelos menos seis linguagens (teores) sobre a autogestão, a despeito de não serem tipos puros, pois normalmente se misturam, se mesclam, formando múltiplas combinações.



A primeira é a linguagem tecnocrática. A autogestão se define como um modelo de gestão descentralizada das empresas que rompem com os esquemas de organização centralizados e hierarquizados. É um contrapeso à racionalidade tecnocrática dos grandes sistemas de direção participativa por objetivos. Nesta, a planificação democrática é reduzida ao emprego de técnicas eficazes de estudos de mercado e de racionalização de orçamento.

A segunda é a linguagem libertária. A autogestão expressa aqui a rejeição ao Estado, assimilado à opressão e à supressão de toda a autoridade. É a afirmação da democracia direta contra todas as formas de representação e de delegação, a exaltação dos direitos de base contra qualquer forma de poder centralizado. Nessa linguagem, o objeto da autogestão é mais o indivíduo e o grupo do que a sociedade em seu conjunto.

A terceira é a linguagem comunista. A autogestão designa, antes que nada, uma finalidade, é a forma acabada do socialismo. Ela é o advento de relações sociais harmônicas e igualitárias em uma sociedade de abundância na qual foram abolidos todos os conflitos, todas as divisões de classes e todas as formas de exploração, alienação e dominação.

A quarta é a linguagem conselhistas. O poder exercido pelos conselhos operários define a sociedade autogestora. É a organização da sociedade concebida como uma pirâmide de conselhos que expressa o poder dos(as) produtores(as) na sociedade, em oposição à burocracia de Estado como forma de poder proletário degenerado. A autogestão é o meio de unificar os/as trabalhadores(as) nos locais de produção, é o poder social dos(as) produtores(as) associados(as).

A quinta linguagem é a humanista. A autogestão é uma maneira de ser, refere-se, muito mais às mentalidades e comportamentos do que a uma forma de poder. É a volta à pessoa, a prioridade são as relações sociais mais abertas e fraternas. É a valorização de um espírito “autogestor” baseado no altruísmo e de entrega ao grupo social. É a insistência da transformação da vida cotidiana.

E, por fim, a sexta linguagem é a científica. A autogestão é a aspiração a uma sociedade na qual a funcionalidade das relações sociais esteja acima de todas as formas de dominação e de hierarquia.

Essas diversas formas de falar da autogestão demonstram o quanto polissêmico é o termo; entretanto, não expressam novas teorias na busca da emancipação social, mas mesclam-se para atribuir sentido às inúmeras práticas autogestionárias que estão sendo desenvolvidas na contemporaneidade. Para Singer (2002a), os/as trabalhadores(as) associados(as) dos(as) empreendimentos da economia solidária são autogestionários porque dirigem suas atividades laborais e o resultado delas, além disso, lutam para democratizar

outros espaços de sociabilidade, visando a uma sociedade em que todas as decisões sejam tomadas pela coletividade. É nessa perspectiva que a autogestão torna-se o elemento singular desses empreendimentos.

A autogestão numa empresa solidária é – ou deveria ser – totalmente diferente da gestão capitalista, em primeiro lugar porque os conflitos entre interesses seccionais devem ser muito menores e em segundo lugar porque podem ser travados abertamente e resolvidos por negociações em que todos tomam parte. Numa empresa solidária todas as informações relevantes estão disponíveis aos interessados. A contabilidade e os demais sistemas de controle são desenhados para que a transparência impere, de modo que a participação de todos nas decisões possa acontecer. (SINGER; SOUZA, 2003, p. 20).

A autogestão proposta pela economia solidária não se limita à gestão coletiva do empreendimento, ela visa à democratização das tarefas, dirimindo a divisão entre trabalho manual e intelectual, motivação dos(as) trabalhadores(as) para participarem das instâncias coletivas de decisão, parceria com outros empreendimentos, eficiência e sustentabilidade do projeto. Por isso, Singer alerta:

O perigo de degeneração da prática autogestionária vem, em grande parte, da insuficiente formação democrática dos sócios. A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária. (2002a, p. 21).

A questão é que os/as trabalhadores(as) não têm vivência autogestionária e tampouco compreendem a proposta política da sociedade autogestora. O que a realidade vem demonstrando é que no cotidiano dos EES, dentre eles as cooperativas de trabalho, os/as trabalhadores(as) associados(as) utilizam-se de princípios autogestionários. A gestão é realizada pelos grupos de direção ou conselhos de administração e há mais espaços de participação nos processos decisórios. Essa prática de autogestão assemelha-se à quarta linguagem descrita por Rosanvallon (1979), pois unifica os/as trabalhadores(as) nos locais de produção, possibilitando um empoderamento por partes destes(as) ao definir as formas de organização do trabalho.

Tauile (2009), ao analisar as empresas autogestionárias, constata as dificuldades enfrentadas por essas experiências, mas, também, suas potencialidades. Ele afirma que essas empresas têm sido formadas por pessoas que não possuem patrimônio pessoal, têm um reduzido grau de instrução, equipamentos obsoletos para trabalhar e a necessidade de capital

de giro é superior à capacidade de financiá-lo. Por outro lado, a transparência na gestão reduz as possibilidades de fraudes contra a empresa e de negligência pelos(as) administradores(as).

Conforme o autor:

Não obstante o conhecimento prático e tácito que esses trabalhadores tenham do processo produtivo em si, a sua carência de conhecimentos técnicos e de experiência em questões mercadológicas, bem como macroinstitucionais, agrava as dificuldades naturais para se construir um quadro de administradores com competência adequada àquelas novas (e inovadoras) situações. [...] Pelo lado positivo, a autogestão traz uma série de vantagens e protege o negócio de altos riscos que as empresas convencionais correm. Estar trabalhando num negócio que é seu e do qual o trabalhador participa nas decisões permite uma motivação maior, apesar das adversidades. Por serem proprietários, mas somente quando começam a se sentir como tal (o que não é trivial), os trabalhadores buscam conhecer melhor o negócio, com reflexos positivos sobre suas atividades. (TAUILE, 2009, p. 315).

Por outro lado, sabemos que os agentes mediadores dos empreendimentos solidários, como as Incubadoras Universitárias, as ONGs e as igrejas, têm um papel decisivo nos rumos dos empreendimentos. Nesse sentido, seria precipitado afirmar que há um controle do processo de trabalho e do produto do trabalho pelos(as) seus/suas produtores(as). Contudo, sem dúvida, há uma experiência baseada na democracia direta, na qual todos(as) têm o direito de expressar suas ideias e participar por meio das assembleias da gestão coletiva.

Gramsci defendeu a democracia operária direta por meios dos conselhos operários. Acreditava que as comissões internas de fábrica, constituídas na Itália desde 1906, impulsionariam uma organização operária para a qual servissem de base para a criação de um Estado socialista. Essas comissões seriam a representação democrática de todos(as) os trabalhadores(as) de uma fábrica. Assim, seria possível que o trabalho coletivo tivesse condições de controlar e dirigir todo o processo de produção e promover a emergência dos conselhos de fábrica, semente de uma nova organização da sociedade, a autogestão. Os conselhos possibilitariam o aparecimento de uma efetiva democracia operária que se oporia ao Estado burguês, pois neles o sentimento de afeto e solidariedade se desenvolveria e manifestaria de forma mais intensa a verdadeira solidariedade operária, podendo, com efeito, exercer sua soberania e poder (NAHAS, 2006).

Ainda que houvesse relevância política dos conselhos de fábrica para retomar o controle total do processo de trabalho pelos(as) trabalhadores(as), o sistema de gestão da Iugoslávia demonstrou os impasses dessa forma de organização. As empresas administradas pelos(as) operários(as) por meio de conselhos suprimiram a figura do empresário, ficando a cargo dos(as) próprios(as) trabalhadores(as) determinarem a direção de cada empresa. Essa experiência demonstrou o declínio da solidariedade operária com a sociedade, porque os/as

trabalhadores(as) estavam preocupados(as) com suas próprias empresas, imperando o interesse pessoal em detrimento do bem comum.

O exemplo iugoslavo evidencia que as práticas autogestionárias também podem resultar em desigualdades e novas formas de subordinação. Nesse sentido, não basta o controle da produção na fábrica, ou, na nossa realidade, em empreendimentos da economia solidária, mas também uma transformação das organizações sociais e da vida, permitindo aos trabalhadores(as) adquirirem as capacidades criativas para a organização da sociedade de uma maneira livre. Partindo dessa perspectiva, Novaes pondera:

Se os trabalhadores administrarem as fábricas através de decisão democrática, tal como enfatiza a Economia Solidária, apesar de haver a possibilidade de autoadministração dos assuntos cotidianos, o Estado, ou algum órgão estranho aos trabalhadores, ainda continuará estipulando as condições das fábricas: o que será produzido, com quais materiais, de qual fonte etc. Em resumo, os trabalhadores não continuam decidindo o que produzir, para quem produzir e para quem produzir. No entanto, se os órgãos de mediação estiverem sujeitos à influência de 'baixo', por meio dos mecanismos de participação dos conselhos fabris e de coordenação global da produção, os trabalhadores conseguirão atingir graus crescentes de controle social sobre suas próprias vidas. (2011, p. 88).

O fato é que as práticas autogestionárias desencadeadas nos empreendimentos da economia solidária como respostas às diversas formas de exclusão vivenciadas por segmentos da classe trabalhadora não podem ser analisadas num marco teórico de transformação do sistema capitalista para outro modo de produção. Essas experiências, em sua maioria, têm germes da utopia emancipatória que norteou as lutas da classe trabalhadora, como a superação da relação salarial e a posse dos meios de produção. Todavia, são experiências ainda embrionárias, voltadas primeiramente para garantir a sobrevivência daqueles(as) que não foram incluídos(as) na sociedade salarial, a despeito de não se limitarem a este objetivo. Os empreendimentos que apresentam algum grau de eficiência não se limitam a gerar qualquer tipo de trabalho, mas um trabalho dotado de sentido, não mais submetido à relação patronal, na qual os/as trabalhadores(as) se desafiam a superar a falta de conhecimento técnico para gestarem coletivamente seu labor (TAUJLE, 2009; ANJOS, 2011).

Nesse contexto, verificamos que a experiência autogestionária da economia solidária é caracterizada pela diversidade de situações e processos. Seguindo essa perspectiva analítica, concordamos com Rosanvallon (1979) ao defender que a autogestão não é prisioneira de um modelo definido, baseado em receitas preconcebidas. Ao invés disso, uma sociedade autogestionada é uma sociedade que se institui e constrói a si mesma. Nas palavras do desse autor,

Si la autogestión es un proyecto de sociedad, no es un modelo de sociedad que haya que llevar a la práctica. La autogestión es a la vez um método y uma perspectiva de cambio social. [...] La autogestión es un movimiento [...] lúcidamente elegido, cuya realización no está prometida em ninguna teoría. (ROSANVALLON, 1979, p. 84).

Conceber a autogestão como um movimento é indicar que esta é produto das experiências, de sucessos e fracassos. Para Rosanvallon, a sociedade autogestionada só poderia ser construída com base em um vasto processo de experimentações em todos os aspectos da vida econômica e social. Dessa maneira, reivindicou o direito à experimentação coletiva de novas formas de trabalho e de vida, inferindo que esse direito baseia-se na liberdade como possibilidade de criar e inovar. Liberdade essa que foi confiscada e monopolizada pela sociedade burguesa, que a converteu em um direito à exploração dos trabalhadores, cuja liberdade ficou restrita à venda da sua força de trabalho para garantir a sua reprodução. Por isso defendeu que “El derecho a la experimentación es el fundamento necesario de la sociedad de autogestión” (ROSANVALLON, 1979, p. 85).

Nesse sentido, Rosanvallon defende que a autogestão deve partir da iniciativa da sociedade civil e não do Estado. A função principal do Estado na sociedade de autogestão deverá ser a garantia do direito à experimentação social, e não fixar esquemas que deverão ser aplicados. Sendo assim, autogestão se construirá primeiramente nas empresas, nos bairros e nos municípios; dito de outro modo, nos espaços daqueles(as) que desejam vivenciar sociabilidades distintas das impostas pelo sistema do capital.

Em relação à atuação do Estado diante dessas experiências, Tauile (2009) enfatiza a necessidade das políticas públicas para concretizar essas vantagens em potencial. Ainda que os diversos empreendimentos solidários indiquem possibilidades viáveis de difusão mais significativa de formas novas e alternativas de organização social da produção, tais alternativas se inserem no mercado em desvantagem se comparadas às empresa mercantis. Então, na análise desse autor, faz-se necessária a intervenção do Estado para arcar explicitamente com o ônus de determinados custos sociais.

A proposta analítica da autogestão como um movimento em uma sociedade que se constrói livremente não está isenta de contradições. Por isso, Rosanvallon alerta para o perigo de militantes e agentes mediadores se converterem nos principais dirigentes efetivos dessa experiência. A fim de evitar esse problema, e o direito à experimentação transformar-se em um direito formal, diz que é necessário, de um lado, que o direito à experimentação venha

acompanhado de um apoio material e administrativo, e de outro, a regulamentação de meios de discussão e aprovação coletivos.

Sendo assim, o direito à experimentação coletiva deve obedecer três princípios essenciais: a) a experimentação de uma coletividade não deve prejudicar a outra; b) a experimentação só poderá ser fruto de uma decisão do coletivo interessado; c) a experimentação não pode ter como consequência uma forma de apropriação privada e individual. Esses princípios podem ser encontrados, ainda que em alguns casos de forma parcial, nas experiências de geração de trabalho e renda da economia solidária (ANJOS, 2009).

Ao nos debruçarmos nas práticas autogestionárias das cooperativas de trabalho investigadas, percebemos obstáculos à gestão coletiva e à participação efetiva dos(as) sócios(as). A prática democrática exige uma participação na qual os/as trabalhadores(as) associados(as) nem sempre tinham vivência. A falta dessa cultura, ou seja, o interesse em participar das assembleias e reuniões frequentes para se empoderar dos processos decisórios exige uma convicção que não nasce repentinamente. Esse processo é contínuo e a possibilidade de converter-se em iniciativas emancipatórias, como é apregoado por Singer (2002a), depende do poder adquirido pelos(as) trabalhadores(as) associados(as) e seus agentes mediadores, para assim conseguirem, numa sociedade movida pela lógica do capital, mobilizar recursos (econômicos, sociais e culturais) para garantir o direito à experimentação autogestionária da forma que aqui foi exposta.

A autogestão da economia solidária remete, inicialmente, ao fato dos empreendimentos que compõem esse campo terem sido criados pelas organizações representativas dos(as) próprios(as) trabalhadores(as) ou pelas suas próprias iniciativas. A descrição dessas experiências inúmeras vezes acontece no campo teórico, em que a autogestão é entendida como proposta de gestão do empreendimento, apresentando vantagens em relação à heterogestão<sup>18</sup> das empresas de capital e, o mais relevante, a possibilidade do exercício do trabalho de forma não alienada. Para Singer (2002a), a maioria das empresas do campo da economia solidária apresenta graus variados de autogestão, sendo a característica primordial para caracterizá-la a ausência do assalariamento como relação dominante. Só acontece a autogestão entre aqueles(as) que estabelecem uma relação de igualdade, em que o trabalho e o capital se fundem e todos(as) têm o mesmo poder de decisão.

---

<sup>18</sup> A heterogestão refere-se à gestão das empresas mercantis, caracterizada pela administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, na qual as ordens e instruções fluem de cima para baixo (SINGER, 2002b).

Diante do exposto até então, nos indagamos sobre o contexto no qual a autogestão orienta as práticas das cooperativas de trabalho da economia solidária num cenário de intensificação e precarização do trabalho. Vamos mais além nas nossas indagações: quais os elementos que permitiriam apontar a renovação da utopia emancipatória nessas cooperativas? Se nos reportamos à realidade laboral do Brasil, veremos que a informalidade é uma constante independente da regulamentação do mercado de trabalho nos anos de 1930. Logo, verifica-se que o trabalho autônomo (individual) percorre a trajetória de parte significativa da classe trabalhadora nacional. Contudo, a não inserção na relação formal de trabalho não desvinculou os/as trabalhadores(as) informais dos processos de dominação e subordinação nos quais se encontram inseridos(as) por causa da lógica de reprodução do capital. Por outro lado, a ascensão das cooperativas de trabalho da economia solidária trouxe à tona o trabalho associado e autogestionário. Cabe-nos, agora, entender esses fatores que coexistem e configuram novas relações no mundo do trabalho.

## 4 INFORMALIDADE, PRECARIZAÇÃO E TRABALHO ASSOCIADO

Compreender as diferentes formas de inserção na produção e as condições concretas do trabalho é de fundamental importância para avaliar as circunstâncias da reprodução dos(as) trabalhadores(as). Sabemos que uma parcela significativa dos(as) trabalhadores(as) pobres e sem qualificação profissional está inserida em formas de trabalho informais – assalariados(as) sem registro, conta própria, trabalho associado, sem remuneração e trabalho doméstico. Esse quadro revigora os debates acerca da informalidade e suas consequências para a classe trabalhadora. Nessa perspectiva, discutiremos neste capítulo a informalidade e as diversas formas de apreensão deste fenômeno, a precarização e o trabalho precário como uma característica histórica nas formas de ocupação no Brasil. Por fim, abordaremos o *trabalho associado*, categoria com a qual buscamos apreender a realidade daqueles(as) que se encontram em empreendimentos econômicos de cunho associativo e participativo, como as cooperativas de trabalho da economia solidária, e buscam uma nova configuração das relações de trabalho.

### 4.1 DIVERSAS ABORDAGENS SOBRE A INFORMALIDADE

Os primeiros debates sobre a informalidade surgem nos anos de 1960, no âmbito dos processos de industrialização tardia dos países periféricos. Nesse período, a compreensão da informalidade se contrapunha em dois blocos: de um lado, a teoria da modernização; de outro, a teoria da marginalização. A teoria da modernização entendia a economia dos países periféricos de forma dual, ou seja, havia, em um extremo, um setor avançado, representado pela industrialização, e em outro, encontrava-se o setor mais atrasado, constituído por um conjunto de atividades exercidas pelos(as) trabalhadores(as), que ao migrarem para as cidades não eram absorvidos(as) pelos setores mais típicos da economia capitalista. Nessa teoria, esse era um processo transitório que deveria ser superado logo que os países ultrapassem o subdesenvolvimento. Posteriormente, diante da persistência das dificuldades dos países periféricos superarem o atraso econômico, surge a teoria da marginalização<sup>19</sup> com uma visão

---

<sup>19</sup> É importante destacar que a teoria da marginalidade enfatizou a superexclusão de parte da classe trabalhadora em razão do processo de desenvolvimento do capitalismo nos países da América Latina. O processo de industrialização deu-se com base no capitalismo monopolista, cujo nível tecnológico era relativamente elevado e poupador de mão de obra. Esse processo resultou na formação de um contingente de trabalhadores(as) ocupados(as) em atividades não tipicamente capitalistas (setor informal). Por conta dessa superexclusão, alguns teóricos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) questionaram a validade do conceito de exército industrial de reserva, de Marx, argumentando que as singularidades do processo de acumulação capitalista dos países latinos criaram uma massa marginal que não



menos otimista, entendendo que certas categorias de trabalhadores(as) estariam fadadas a uma inserção precária e marginal no mercado de trabalho, por causa dos insucessos das tentativas de desenvolvimento dos países de industrialização tardia (BARRETO, 2005). Por essa ótica de análise, o trabalho informal era considerado marginal e desintegrado da estrutura produtiva, além de não exercer nenhuma função na estrutura econômica da sociedade.

Essas abordagens trataram a economia de uma maneira dual e estática, considerando o setor formal completamente independente do informal, sendo este último um resíduo do primeiro. Nessa perspectiva, o trabalho informal era relacionado somente aos segmentos mais pobres e atrasados da classe trabalhadora, além de não se levar em conta a relação destes(as) trabalhadores(as) com os meios de produção, ou seja, não atentando às formas de inserção dos(as) trabalhadores(as) na produção nem às formas de organização do estabelecimento produtivo. Desse modo, tais estudos não conseguiam superar os supostos das teorias do subdesenvolvimento e acabavam por concluir que o desenvolvimento e o crescimento econômico levariam ao desaparecimento das atividades informais (CACCIAMALI, 2000; OLIVEIRA, F., 2003a; BARRETO, 2005).

Contrapondo-se a essas teses, surge uma análise na perspectiva crítica marxista, contestando a dualidade das teorias do subdesenvolvimento e o caráter provisório e conjuntural que atribuíam ao chamado setor informal. A crítica marxista compreendia o processo de industrialização dos países periféricos, assim como a formação do contingente de trabalhadores(as) que não se inseriam diretamente no setor secundário em formação, como uma contradição inerente ao desenvolvimento da acumulação capitalista. A crítica marxista originou a teoria da dependência, que analisava de forma distinta o trabalho excedente do exército industrial de reserva. Essa teoria explicava dessa forma a formação de uma massa marginal de trabalhadores(as) sem qualquer função em relação aos setores de ponta da economia capitalista, mantendo, portanto, uma compreensão dualista, estruturalmente, do processo produtivo (MACHADO DA SILVA, 2002).

Dentro ainda do enfoque marxista, Francisco Oliveira (2003a) defende a tese da superexploração do trabalho, constituindo uma crítica contundente às versões dualistas da economia brasileira, inclusive da teoria da dependência. Para esse autor, a exploração capitalista é de toda a classe trabalhadora e não apenas de parcelas daqueles(as) que estão inseridos nas atividades típicas do capitalismo, pois mesmo aqueles(as) inseridos(as) em

---

desempenharia nenhuma função no processo de reprodução do capital. Em outras palavras, nem todos os/as trabalhadores(as) excedentes assumem a função de exército industrial de reserva (OLIVEIRA, 2005).

atividades atípicas estão subordinados à lógica do capital, rebaixando o custo de reprodução da força de trabalho e contribuindo para a acumulação do capital<sup>20</sup>.

A concepção que se tinha de informalidade nas décadas de 1960 e 1970, para Machado da Silva (2002), fazia parte de um contexto histórico marcado pela existência das sociais-democracias na Europa, referência para a compreensão do processo histórico de formação do capitalismo nos países latinos e em alguns africanos. O cerne desse debate estruturou-se em torno de duas questões: as formas de inserção dos(as) trabalhadores(as) informais na estrutura produtiva e o grau de integração das atividades informais a esta estrutura. Embora o debate fosse polarizado entre as perspectivas da dualidade estrutural e a crítica marxista, havia um consenso entre as diferentes abordagens sobre os usos sociais do trabalho. Luiz Oliveira (2005), analisando a trajetória da categoria informalidade, apresenta os pontos de convergência: a) as diversas análises concentraram-se na organização do mercado de trabalho urbano; b) a economia tinha um núcleo dinâmico que alavancava o desenvolvimento – o setor secundário – de tal forma que as análises privilegiaram o emprego assalariado estável na indústria como marco de referência para todas as análises sobre informalidade; c) as abordagens predominantes tinham como pressuposto que a relação de assalariamento era típica da organização do trabalho industrial e compartilhavam a ideia de que o trabalho assalariado industrial propendia universalizar-se como forma de riqueza e reprodução social; d) por fim, apresentavam como último ponto em comum a questão do “pleno emprego”, tendência do assalariamento dos países centrais e vislumbrado como possibilidade real de que tal tendência também se repetisse no Brasil. Dessa forma, o debate da informalidade teve como eixo central o binômio formal-informal, representado pelo ideal da sociedade salarial baseada no pleno emprego.

Entretanto, por causa da heterogeneidade da estrutura produtiva e da coexistência de diferentes estágios produtivos, as categorias *setor formal* e *setor informal* foram objeto de contestações, pois as relações de produção estruturam-se em um contínuo, não em apenas dois setores estanques. Ainda que na atualidade alguns autores, como Rivero (2009), defendam a inadequação dessa forma de análise, o setor informal ainda é uma categoria muito utilizada, tanto no âmbito das políticas públicas de regulamentação do uso da força de trabalho, como pelos organismos que orientam e fiscalizam o cumprimento da legislação laboral.

---

<sup>20</sup> Francisco de Oliveira (2003a), no livro *Crítica à razão dualista – o ornitorrinco*, demonstra que não há uma dualidade estrutural, mas uma integração dialética de setores da economia considerados como polares e independentes. O subdesenvolvimento, na sua visão, é uma formação capitalista, produto da expansão do capitalismo.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), por exemplo, compreende a informalidade numa abordagem setorial. Nesse enfoque, caracteriza o setor formal por apresentar barreiras na entrada; depender de recursos externos; evidenciar propriedade impessoal do empreendimento; operar em grande escala; utilizar processos produtivos intensos em capital e tecnologia importada, assim como mão de obra que adquire as qualificações requeridas por meio de escolaridade formal; atuar em mercados protegidos por meio de taxas, impostos etc. Já o setor informal caracteriza-se pela facilidade na entrada; recursos de origem doméstica; propriedade individual ou familiar do empreendimento; operações em pequena escala; processos produtivos intensivos em trabalho e tecnologia adaptada. Aqui, a mão de obra é capacitada fora do sistema escolar normal, atua no mercado competitivo e não regulamentado (RIVERO, 2009).

Para defender uma nova concepção para a informalidade, Rivero (2009) argumenta que muitos(as) trabalhadores(as) formais decidem deixar seus empregos para estabelecer empresas informais. Ainda segundo a autora, muitas das habilidades aprendidas pelos(as) trabalhadores(as) na indústria formal são transferidas para as pequenas empresas. Além disso, ressalta que no contexto das economias periféricas, os/as trabalhadores(as) frequentemente alternam diferentes formas de emprego, e a combinação se perde com a rígida classificação dos indivíduos por setores.

Com as profundas transformações ocorridas nos anos de 1980, o debate sobre a informalidade sofre mudanças cruciais no enquadramento conceitual e analítico das formas assumidas pelo trabalho no capitalismo flexível. Com a crise do fordismo e do Estado de Bem-Estar Social a categoria da informalidade é utilizada para analisar as mudanças no mundo do trabalho dos países mais industrializados, perdendo a exclusividade de ser uma questão relacionada aos problemas do processo de urbanização e industrialização no mundo subdesenvolvido (BORGES, 2003). Para Luiz Oliveira, o que temos é um

[...] deslocamento do campo semântico do conceito, se no primeiro momento a análise está centralizada no ponto de vista dos trabalhadores, ou seja, é o trabalho informal e suas formas de integração ao processo produtivo; agora a perspectiva analítica privilegia a dimensão dos conflitos de legitimidade e o quadro político-institucional que regulam as atividades laborais, por conseguinte, as análises são construídas a partir do ponto de vista dos agentes sociais que usam o trabalho. Ao invés de trabalho informal, passa-se a falar em *economia informal*, também denominada de economia ilegal, submersa, subterrânea. A implicação imediata de tal mudança de enfoque é que se perde completamente o sentido da análise setorial do mercado de trabalho, pois o critério básico de definição do campo empírico da informalidade é o conjunto de atividades ou formas de produção e as relações de trabalho que fogem à regulação do Estado, seja estas tributárias, trabalhistas ou de qualquer outro tipo. Portanto, o papel do Estado e sua capacidade de intervir na

economia é o eixo central do debate sobre a informalidade neste momento. (2005, p. 55).

Além desses usos, Luiz Oliveira (2005) situa a informalidade na problemática da reestruturação produtiva e da flexibilidade do trabalho. Nessa ótica de análise, a informalidade não se restringe apenas à questão da integração dos(as) trabalhadores(as) pobres ao mercado de trabalho urbano, pois o fenômeno tornou-se ainda mais heterogêneo e complexo, assim como também se tornaram mais fluidas as fronteiras entre o que é e o que não é informalidade<sup>21</sup>. Nessa direção, o conceito de setor informal perde a sua força teórica e prática, sendo substituído principalmente pela ideia de processo de informalidade ou *processo de informalização do trabalho* (RIVERO, 2009; OLIVEIRA, L., 2005; CACCIAMALI, 2000).

Como nosso foco de estudo constitui-se de segmentos da classe trabalhadora que não foram plenamente integrados no trabalho com carteira assinada, esses segmentos buscaram outras formas de inserção no mundo do trabalho para além do trabalho formal. Assim, aprofundaremos a noção de processo de informalidade, por compreendermos que esta abordagem possibilita entendermos algumas das formas que o trabalho assume, a exemplo do trabalho associado, no capitalismo contemporâneo.

#### **4.1.1 Processo de informalidade nas relações de trabalho**

O trabalho assalariado estável não se generalizou para todos os/as trabalhadores(as), possibilitando outras formas de inserção e organização do trabalho que superam o esquema setor formal *versus* informal. Além do mais, Cacciamali (2007) alerta que a literatura recorrente sobre o setor informal, ao agrupar trabalhadores(as) diversos(as), como os/as trabalhadores(as) sem qualificação profissional, trabalhadores(as) por conta própria e empregados(as) sem carteira assinada, pode redundar em interpretações inadequadas quanto aos movimentos dos setores formais e informais no mercado de trabalho.

São evidentes as diferenças entre os diversos tipos de trabalhadores(as) que estão na informalidade, por isso este conceito é redefinido para abranger a heterogeneidade de experiências que se reproduzem em seu interior. Cacciamali (2000) redefine a noção de

---

<sup>21</sup> As mudanças provocadas no mundo do trabalho pelo processo da reestruturação produtiva e a ampliação da informalidade, caracterizada pela presença de novos trabalhadores informais, em velhas e novas atividades, articuladas ou não com os processos produtivos formais, deram origem a uma outra denominação das atividades informais, qual seja, a Nova Informalidade, categoria muito utilizada na literatura para abarcar essas transformações (LEITE, 2009a; DRUCK; FRANCO, 2007).

informalidade baseada no processo de acumulação capitalista mundial e os seus efeitos regionais e institucionais, assim como as relações de subordinação que são produzidas e suas especificidades nacionais e locais. Tendo em vista tais mudanças, a autora considera que o conceito de processo *de* informalidade torna-se mais apropriado à compreensão dos seus efeitos sobre as formas de organização da produção, do trabalho assalariado e de outras formas de inserção dos(as) trabalhadores(as).

Analisando o processo de informalidade, Cacciamali (2000) infere a existência de quatro elementos que condicionam a configuração da estrutura produtiva, dos mercados de trabalho e da informalidade. São eles: os processos de reestruturação produtiva; a internacionalização e a expansão dos mercados financeiros; o aprofundamento da internacionalização e a maior abertura comercial das economias; e a desregulamentação dos mercados de trabalho. Esses processos geram inseguranças nos negócios, provocando menores taxas de crescimento econômico e do emprego, com impactos distintos em mercados de trabalho com características estruturais distintas.

Para responder a essas demandas, nos países europeus, a criação de empregos vem sendo estimulada por meio de novas formas de contrato no mercado de trabalho. Essas novas formas de contrato redirecionam o trabalho assalariado para empregos em tempo parcial e temporários e, em muitos países, constituem um componente expressivo da criação dos empregos, para jovens e mulheres, desde os anos de 1980. Nesse sentido, na análise de Cacciamali (2000), o que se observa é uma redefinição nas regras da relação de assalariamento, motivada por estratégias desenvolvidas para enfrentar com maior eficiência um ambiente mais competitivo e para padrões definidos no mercado internacional. Essa reorganização do trabalho orienta-se pela flexibilidade dos direitos laborais e uma intensificação do trabalho em escala global; com isto criam-se, recriam-se e ampliam-se relações e formas de trabalho díspares.

No tocante à realidade da América Latina, ainda segundo Cacciamali, encontram-se algumas peculiaridades. As relações de trabalho estão subordinadas ao binômio qualidade- produtividade, resultando, em alguns casos, em melhores condições de trabalho, treinamento contínuo e benefícios indiretos associados, e muitas vezes em uma maior intensidade do trabalho. Concomitantemente, recria-se o trabalho em domicílio, o trabalho temporário organizado, em maior ou menor escala, por meio de firmas locadoras de mão de obra ou subcontratadas diretamente na montagem de bens, produção de serviços, distribuição de bens pelo comércio de rua ou ambulante e a ampliação do trabalho por conta própria.

Em razão da heterogeneidade nas relações de trabalho descritas anteriormente, a autora acima citada conceitua o processo de informalidade referido

à análise de um processo de mudanças estruturais em andamento na sociedade e na economia que incide na redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção, dos processos de trabalho e de instituições. (CACCIAMALI, 2000, p. 163).

Na sua concepção, esse processo resulta em dois fenômenos principais. O primeiro refere-se à reconfiguração das relações de trabalho nas formas de organização de produção e do mercado de trabalho informais, as quais podem ser apreendidas mediante categorias analíticas que representem as formas de trabalho assalariado não registradas junto à seguridade social, mas que também podem ser expressas por outras formas de contratação (legais e/ou consensuais), a exemplo de cooperativas de trabalho, empresas terceirizadas, agências de trabalho temporário, locadoras de mão de obra, trabalho assalariado disfarçado sob forma de trabalho autônomo etc. Esses contratos não se inserem numa única forma de organização da produção ou do trabalho, pois penetram a totalidade do espaço produtivo de bens e serviços. O conjunto dessas relações tem em comum a vulnerabilidade; a insegurança da relação de trabalho e incerteza dos rendimentos; muitas vezes a ausência de qualquer tipo de regulamentação laboral e de proteção social; o uso flexível do trabalho; e, frequentemente, a baixa remuneração, principalmente para os de menor nível de qualificação.

O segundo fenômeno refere-se ao autoemprego e a outras estratégias de sobrevivência empreendidas pelos(as) trabalhadores(as) diante das dificuldades de reinserção ou de inserção no mercado de trabalho, ou que, por opção, obtêm renda por meio de trabalho por conta própria e de microempresas. Esses grupos, de modo geral na América Latina, inserem-se em ocupações de baixa produtividade, baseadas em espaço econômico não ocupado pelas empresas de capitais e que prescindem de mão de obra assalariada.

Assim, considerando as transformações na produção e nas instituições, em âmbito global, regional e local, o processo de informalidade é associado às diferentes formas de inserção no mundo do trabalho, originários das mudanças econômicas. Essas formas, criadas, recriadas ou ampliadas, devem ser tipificadas para constituírem em si mesmas categorias de análise, embora, como alerta Cacciamali, a apreciação sobre seu procedimento e progresso tem que ser sempre referenciado ao processo de desenvolvimento econômico, social e político em andamento. Nesse sentido, conclui:

[...] no contorno do Processo de Informalidade, podem ser apreendidas tanto inserções relacionadas a determinadas formas de organização da produção, o trabalho por conta própria e a microempresa, por exemplo, como podem ser captadas diferentes formas de assalariamento ilegal. Distintos grupos de trabalhadores permitem a construção de categorias de análise a partir da combinação de características derivadas pela observação do fenômeno em si, entretanto, conforme observado anteriormente, a análise de sua evolução, comportamento e níveis de renda somente pode ser apropriada por meio de suas relações com a dinâmica do processo de desenvolvimento em andamento (CACCIAMALI, 2000, p. 164-165).

Rivero (2009), numa tentativa metodológica de ampliar o debate da informalidade e deixar a dualidade setor formal e informal, também desenvolve uma análise processual desse fenômeno. Essa autora usa a expressão *processos de informalização do trabalho*, relacionando-a não só à esfera da produção, mas também à esfera privada ou da reprodução. Nesse sentido, apresenta três aspectos fundamentais:

[...] O primeiro diz respeito às situações de não-regulamentação do trabalho assalariado, que mostram fundamentalmente a deteriorização das condições de trabalho e a ruptura dos compromissos entre o capital, o Estado e os direitos conquistados pelos trabalhadores. O segundo aspecto aponta a persistência e o crescimento do trabalho estruturado na unidade familiar, nas redes de vizinhança, de amizade, etc., nas quais a relação entre o capital e trabalho aparece difusa (não-assalariada) e cuja lógica pode não ser a de 'maximização dos ganhos', mas a de sobrevivência ou melhoria da qualidade de vida do grupo social (proporcionar trabalho e aumentar a renda da unidade). Essas unidades funcionam em espaços não-regulamentados e podem significar a permanência das relações de "reciprocidade" [...] O terceiro aspecto refere-se àqueles trabalhos cuja relação não será fundamentalmente assalariada, mas que podem atuar dentro de espaços regulamentados por lei ou não, e que, por causa dos altos níveis de qualificação e de ganho ou remuneração obtida, é possível dizer que trabalham na lógica de mercado, tendo como objetivo a 'maximização dos lucros' e não a sobrevivência do grupo. (RIVERO, 2009, p. 17-18).

O primeiro aspecto ressaltado por Rivero é estudado amplamente pela Sociologia do Trabalho, por exemplo, ao demonstrar o uso das falsas cooperativas de trabalho industrial como forma de rebaixamento da força de trabalho e o uso disfarçado do trabalho assalariado sem cumprir as obrigações trabalhistas. As atividades destacadas no segundo aspecto referem-se às atividades de tipo tradicional, mas que ainda se encontram presentes nas sociedades de economia avançadas, como as ocupações artesanais e os serviços pessoais mais antigos. Já o terceiro aspecto refere-se àquelas atividades que desde o desenvolvimento capitalista funcionam como profissões liberais exercidas por conta própria ou em pequenas empresas.

Esta nova forma de abordagem permite ver que a produção e as relações de produção se estruturam num contínuo e não em apenas dois setores. Possibilita detectar formas ocupacionais como o assalariado sem contrato legal de trabalho, o trabalhador ocasional ou temporário sazonal, o assalariado disfarçado (que aparece

como autônomo, mas está subordinado a uma empresa), o trabalho autônomo ou independente e por conta própria, os estabelecimentos pequenos nos quais o proprietário é também produtor, as empresas quase-capitalistas e o emprego doméstico. Pode-se ver, portanto, que o perfil ocupacional deste setor é heterogêneo, diferenciado por ocupações, condições de trabalho e níveis de renda. (RIVERO, 2009, p. 56).

Ainda com base nos argumentos de Rivero, não foi demonstrado, até agora, que o cumprimento da regulamentação suponha, para todos(as) os/as trabalhadores(as), melhores condições de trabalho em relação à renda, ao tipo de trabalho que se faz, ao número de horas que se trabalha, às condições do local de trabalho, nem às relações que se estabelecem nele, tanto entre os/as empregados(as) como deles(as) com os patrões. A “felicidade”, que poderia estar na suposta segurança no emprego, hoje se inclina para o desaparecimento, e a instabilidade aparece na literatura especializada como “tendência” inevitável. Nessa perspectiva, a autora defende a tese de que sempre existiu fragmentação social no Brasil, sendo esses fragmentos referentes à heterogeneidade social. Ela considera o trabalho assalariado e a proteção social do Estado não como uma característica histórica dominante, mas presente no imaginário social, sem desconsiderar a importância que este pode ter na construção da realidade. Entretanto, a flexibilidade, a fragmentação e os processos de informalização são fatos, segundo Rivero (2009), que têm permanência no Brasil.

Para finalizar os argumentos por uma visão ampliada da informalidade, Rivero (2009) conclui que as atividades informais não estão necessariamente associadas a baixos níveis de renda, pois, em alguns casos, encontram-se relacionadas a estratégias de sobrevivência e, em outros, à ascensão social de uma parte da população. Contudo, não deixa de destacar os processos contraditórios nesse campo, como a precarização do trabalho, com a desregulamentação do Estado sobre o trabalho e as mudanças que têm acontecido nas relações de assalariamento.

Nesse sentido, concluímos que os processos de informalização nas relações de trabalho demonstram que o industrialismo não chegou a eliminar outras modalidades de produção e trabalho. A coexistência de formas de trabalho assalariadas e regulamentadas com outras formas, nas quais o/a trabalhador(a) é o/a dono(a) dos seus meios de produção, sendo patrão de si mesmo – a exemplo das cooperativas de trabalho –, impulsionam um debate acirrado sobre a possibilidade da constituição de um trabalho não subordinado, fruto de escolhas racionais num mundo do trabalho complexo, heterogêneo e fragmentado. Parte da literatura especializada nessas formas de trabalho, caracterizadas como atípicas ao capitalismo, apresenta-as como precárias. Nesse campo, as cooperativas de trabalho assumem



um protagonismo, e por esse motivo nos debruçamos, na seção seguinte, sobre a análise da precarização no mundo do trabalho.

#### 4.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRECARIZAÇÃO E O TRABALHO PRECÁRIO

A precarização expandiu-se para diversas dimensões da vida social, a ponto de termos dificuldades na compreensão desse conceito. Isso se deve aos diversos usos para contextos heterogêneos e à polissemia no seu entendimento enquanto categoria analítica das condições de trabalho. Segundo o Dicionário Houaiss (HOUAISS, 2001), a precarização é o ato ou efeito de tornar precário. Com essa definição, poderíamos afirmar que esse processo no mundo laboral refere-se à deterioração das condições de trabalho. Para Leite (2009a), a precarização só poderia ser utilizada de forma relacional, ou seja, comparando-se uma situação a outra. Assim, a autora infere que há precarização quando um determinado tipo de trabalho deteriora-se seja no que se refere aos rendimentos auferidos, seja no que respeita aos direitos trabalhistas que eles implicam, seja em relação à estabilidade ou às características do vínculo empregatício. Nesse sentido, alerta que diagnosticar que o mercado de trabalho vem se precarizando em relação às condições predominantes na década 1970 não explica por si só o que seria a precariedade ou o trabalho precário.

Assim sendo, é relevante elucidar os conteúdos, características e significados da precarização porque esta é uma constante nos processos de informalidade. Se precarização refere-se à alteração de uma situação para pior, teríamos, então, vários argumentos para justificar o seu não uso para diversas formas de inserção ocupacional no mercado de trabalho no Brasil, que historicamente são demarcadas pela precariedade. Em outras palavras, não poderíamos afirmar que houve uma deterioração das condições de trabalho para aqueles(as) que foram inseridos(as) parcialmente no mercado de trabalho formal, constituindo-se na massa dos(as) trabalhadores(as) assalariados(as) sem carteira assinada, pois, efetivamente, não tiveram acesso aos direitos trabalhistas para depois perdê-los.

Gery Rodgers (1989 apud LEITE, 2009a) analisa a precariedade com base em distintas dimensões: a) o grau de instabilidade; b) o grau de controle dos trabalhadores sobre as condições de trabalho, salário, ritmo etc.; c) a proteção do trabalho seja por meio da legislação, seja com base em contratos coletivos de trabalho; d) o rendimento associado ao trabalho. Baseado nas dimensões apresentadas, Rodgers pondera, ainda, que é a combinação desses fatores que possibilita a identificação do trabalho precário. Assim, podemos inferir que

o trabalho precário é caracterizado pela instabilidade, falta de proteção, insegurança no que se refere à proteção social e vulnerabilidade econômica e social.

Leite (2009a) não ignora que as práticas associadas à precariedade não são novas, elas são dotadas de outro significado e se generalizam no processo de reestruturação produtiva. Para Druck e Franco (2007), a precariedade se institucionaliza em todas as regiões do mundo porque é incorporada à lógica de dominação capitalista, deixando de ser algo residual e periférico. Nessa perspectiva, uma vasta literatura aponta que há uma difusão das formas associadas ao trabalho precário, tanto nos países centrais como nos países periféricos (LEITE; ARAÚJO, 2009; DRUCK; FRANCO, 2007; LIMA, 2002,).

O caráter institucional da precarização evidencia-se quando analisamos o aumento do desemprego e suas consequências sobre a qualidade do emprego, tornando-o mais inseguro, instável e temporário. Portanto, a tendência do mercado de trabalho contemporâneo é de tornar os empregos mais precários. Nesse sentido, Leite anuncia:

A mesma tendência pode ser detectada no que se refere à reestruturação produtiva, em virtude de que as mudanças na organização da produção, apoiadas na flexibilização do trabalho disseminam o trabalho terceirizado, inseguro, por tempo determinado, etc. No que se refere ao quadro institucional, a tendência à desregulamentação do mercado de trabalho tem um papel decisivo no sentido de diminuir os direitos do trabalho e difundir as formas de trabalho precário. (2009a, p. 74).

A precarização relacionada com a reestruturação produtiva não atinge somente os/as trabalhadores(as) sem contratos, mas também aqueles(as) que estão no núcleo estável, com a implementação da terceirização e a flexibilização do trabalho. Esse processo leva, segundo Castel (1998), à desestabilização dos estáveis, sendo estes formados(as) pelos(as) trabalhadores(as) que têm emprego assalariado, de tempo completo, por tempo indeterminado, protegidos(as) pela legislação ou pela convenção coletiva<sup>22</sup>.

Na concepção de Castel (1998), a precarização do emprego e o desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização. São consequências dos novos modos de estruturação do emprego, em razão das reestruturações industriais e da luta pela competitividade. Nesse contexto, a flexibilização torna-se um instrumento disseminado no mercado de trabalho para garantir acumulação de capital.

---

<sup>22</sup> Robert Castel (1998) faz uma análise da crise da sociedade salarial no continente europeu, caracterizada pelos direitos que assegurava aos assalariados, e a precarização do trabalho que se instala como consequência da crise do pacto fordista. A análise desse autor recaiu no período em que os países centrais viviam o pleno emprego, demonstrando que a emergência da reestruturação produtiva e da flexibilização dos direitos trabalhistas traria uma nova questão social.

Gestão em fluxo tenso, produção sob encomenda, resposta imediata aos casos dos mercados tornaram-se imperativos categóricos do funcionamento das empresas competitivas. Para assumi-los, a empresa pode recorrer à subcontratação (flexibilidade externa) ou treinar seu pessoal para a flexibilidade e para a polivalência a fim de lhe permitir enfrentar toda a gama das novas situações (flexibilidade interna). (CASTEL, 1998, 517).

A flexibilização é uma maneira de nomear a necessidade do ajustamento do(a) trabalhador(a) moderno à sua tarefa. Esse novo processo engendrado no mundo do trabalho com a crise do emprego fordista não somente inaugura um novo padrão de gestão do trabalho, baseado na precarização, mas acarreta um processo de desfiliação<sup>23</sup> de parcela considerável da classe trabalhadora.

Essa perspectiva de análise é reforçada por Bourdieu (1998), quando afirma que a precarização é uma condição histórica. Nas palavras desse autor:

A precariedade se inscreve num modo de dominação de tipo novo, fundada na instituição de uma situação generalizada e permanente de insegurança, visando obrigar os trabalhadores à submissão, à aceitação da exploração. Apesar de seus efeitos se assemelharem muito pouco ao capitalismo selvagem das origens, esse modo de dominação é absolutamente sem precedentes, motivando alguém a propor aqui o conceito ao mesmo tempo muito pertinente e muito expressivo de ‘flexploração’. Essa palavra evoca bem esta gestão irracional da insegurança, que, instaurando, sobretudo através da manipulação orquestrada do espaço da produção, a concorrência entre trabalhadores dos países com conquistas sociais mais importantes, com resistências sindicais mais bem organizadas – características ligadas a um território e a uma história nacionais - e os trabalhadores dos países menos avançados socialmente, acaba por quebrar as resistências e obtém a obediência e a submissão, por mecanismos aparentemente naturais, que são por si mesmos sua própria justificação. (BOURDIEU, 1998, p.124-125).

Nessa perspectiva de análise, Antunes (2007) chama a atenção para o revigoramento das formas de trabalho precárias difundidas no contexto da globalização e flexibilização. O cerne da questão para esse autor é que estamos num processo de precarização estrutural do trabalho, em que os capitais globais estão exigindo também o desmonte da legislação social protetora do trabalho. Nesse quadro, flexibilizar a legislação social do trabalho significa aumentar os mecanismos de extração do sobretrabalho, a mais-valia (ANTUNES, 2007, p. 17). Nesse contexto, o trabalho regulamentado torna-se, então, “privilégio” de poucos. Há, na concepção de Antunes, uma redução do trabalho contratado e estável, dominante no século XX, e sua substituição pelas diversas formas de “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, “trabalho atípico” (2007, p. 17).

<sup>23</sup> Esse termo é utilizado por Robert Castel (1998) para designar a ausência completa de vínculos, mas também a ausência de inscrição do sujeito em estruturas portadoras de um sentido.

Convém salientar que as análises de Antunes, assim como a de Druck e Franco, apontam para a ampliação do trabalho precário como resultado da reestruturação produtiva, desconsiderando que as relações de trabalho não assalariadas são uma constante no mercado de trabalho brasileiro, como foi demonstrado em 4.1.1. Portanto, as críticas destinadas às diversas formas de trabalho atípico precisam ser contextualizadas porque outras modalidades de trabalho coexistiram com o trabalho assalariado e expressam a heterogeneidade das novas configurações do trabalho.

Druck e Franco diagnosticam em suas pesquisas na Região Metropolitana de Salvador que a terceirização é a forma predominante de precarização e flexibilização do trabalho. Nas suas palavras:

[...] a terceirização se constitui como um fenômeno novo, dada a mudança de sua natureza, através do seu crescimento e generalização para todas as atividades e setores e das novas modalidades criadas, que lhe dão um novo estatuto ou uma nova configuração, pois passa a ocupar um lugar central nas mudanças da organização do trabalho [...] (2007, p. 103).

A centralidade da terceirização no processo de precarização do trabalho, inclusive no interior do mercado de trabalho regulamentado, pode ser atribuída a diversos fatores. Druck e Franco (2007) destacam em primeiro lugar a disseminação para todos os tipos de atividades e setores. No setor público, a flexibilização se deu por meio de programas de incentivo à aposentadoria e demissão voluntária; congelamento de salários; e suspensão de concursos públicos. No setor privado, a terceirização expande-se em todas as áreas de atividades, como serviços, comércio e indústria. Internamente as empresas terceirizam áreas-chaves e nucleares, a exemplo da indústria química e petroquímica.

O segundo fator da propagação da terceirização são as novas modalidades encontradas em todos os setores de atividades, quais sejam as cooperativas de trabalho e as microempresas individuais<sup>24</sup>. Essas modalidades concretizam, na análise das autoras citadas, a precarização do emprego no Brasil porque “transferem aos trabalhadores os custos da responsabilidade social, legal e econômica da atividade do trabalho, embora realizado para as empresas que contratam essas instituições” (DRUCK; FRANCO, 2007, p. 105).

Como nosso objeto de estudo são as cooperativas de trabalho, ainda que não sejam as que atuam na intermediação de mão de obra no setor industrial, como as que foram

---

<sup>24</sup> Druck e Franco (2007) explicam o crescimento das microempresas individuais como uma artimanha das empresas para utilizar o assalariamento disfarçado. Segundo elas, trata-se de um processo de contratação de trabalhadores que são pressionados a redefinir sua personalidade jurídica, assumindo, assim, todos os encargos numa empresa individual terceirizada.

pesquisadas pelas autoras, focalizaremos nossa atenção nesta modalidade para apreendermos seu papel no processo de precarização.

Druck e Franco as denominam de cooperativas de mão de obra, uma clara alusão ao papel de intermediação assumido pela cooperativa com a empresa de capital. Constataram nas suas pesquisas que as cooperativas funcionam nas instalações das empresas contratantes, os/as trabalhadores(as) são reunidos(as) na condição de associados(as) que prestam serviços e são cobertos(as) por legislação específica que promulga a não existência do vínculo empregatício entre os/as trabalhadores(as) e a empresa. Essa especificidade da legislação cooperativa contribui, na apreciação das autoras, para a flexibilização dos direitos trabalhistas, pois adéqua os/as trabalhadores(as) às necessidades do mercado.

É por esse motivo, na visão das autoras, que houve um crescimento vertiginoso das cooperativas de intermediação de mão de obra no Brasil e na Bahia, pois elas garantem às grandes empresas contratantes utilizar um contrato que as dispensam de todos os direitos e benefícios regulamentados pelo trabalho formal. Assim, Druck e Franco concluem que as cooperativas são “o destaque das novas formas de terceirização [...]” (2007, p. 105). Entretanto, convém ressaltar que há entendimentos distintos das autoras citadas. Paulo Silva (2005), estudioso do Direito do Trabalho, empreende uma análise jurídica dessa forma de terceirizar o trabalho. Ele infere que não há incompatibilidade das cooperativas de trabalho com a terceirização de mão de obra, longe disso, defende que esta é uma modalidade tipificada na Lei 5.764/71 de intermediação lícita do trabalho. Todavia, nem por isso olvida daquelas cooperativas ilegais, das quais reafirma que compete ao Ministério Público do Trabalho adotar as medidas cabíveis.

De acordo com as considerações expostas, evidencia-se um intenso processo de precarização e flexibilização do trabalho e, por conseguinte, a diversificação das formas de trabalho que, na maior parte dos casos, é precária. O trabalho associado, aquele caracterizado pela autonomia do trabalho em relação ao capital, é uma dessas formas. A sua propagação está relacionada às profundas transformações ocorridas no modo de produção capitalista e na organização do mercado de trabalho. Por isso, não está isento das contradições inerentes às alternativas adotadas pelos(as) trabalhadores(as) que não estão inseridos(as) integralmente na sociedade salarial. Contudo, antes de nos debruçarmos na elaboração do trabalho associado como uma categoria analítica para o fenômeno ora estudado, pretendemos esboçar, brevemente, o processo histórico das ocupações no mercado de trabalho no Brasil.

### 4.3 BREVE HISTÓRICO DA INSERÇÃO OCUPACIONAL DOS(AS) TRABALHADORES(AS)

Durante a sociedade escravocrata no período colonial, o assalariamento em larga escala não foi possível porque o contingente expropriado da população poderia usar sua liberdade para tornar-se autônomo em vez de transformar-se em mercadoria para a empresa colonial. Por causa dessa realidade, Rivero (2009) infere que a estruturação do mercado de trabalho capitalista no Brasil sempre possibilitou condições para que houvesse um contingente de trabalhadores(as) não assalariados(as), por conta própria e independente. Assim, a informalidade constituiu-se uma característica própria da sociedade brasileira, desde o início da formação do Estado.

A população residente no Brasil, no final do século XVIII, atingia quase três milhões de habitantes, dos quais a metade era formada por indivíduos livres e libertos, de várias origens sociais, que não desempenhavam funções indispensáveis para as necessidades da grande propriedade agroexportadora. Esses(as) trabalhadores(as) viviam da atividade de subsistência, desempenhando serviços intermitentes e tendo sua sobrevivência marcada pela instabilidade.

Havia mendigos, vagabundos, sem local fixo de moradia, que não encontravam forma de inserção estável na ordem senhorial/escravocrata. Conheciam-se como ‘vadios’ os que, não sendo escravos nem senhores, eram considerados excluídos. Mesmo no século XIX, o trabalho escravo foi a forma essencial de levar adiante o processo produtivo, mantendo à margem a massa de livre e libertos, que trabalhavam como tropeiros, carreiros ou vendeiros, ou que exerciam atividades de vigilância e captura ou algumas funções mais especializadas no processo de organização da produção dentro da propriedade escravocrata. (RIVERO, 2009, 68-69).

Os/as brasileiros(as) livres e pobres, em sua maioria negros(as) e pardos(as), representaram um papel marginal na economia dominante. Eles(as) passaram a ser incorporados(as) a partir de 1888, com a abolição da escravatura, mas, mesmo assim, em tarefas secundárias e em regiões estagnadas, para as quais o/a trabalhador(a) estrangeiro(a) não foi recrutado(a). O trabalho cativo e a imigração, portanto, tornaram desnecessário subjugar a mão de obra nacional. Ainda assim, os/as livres e libertos(as) eram incorporados(as) ao processo produtivo, tão logo ele necessitasse, indo para as áreas menos desenvolvidas e desempenhando as tarefas mais árduas.

A implementação e, mais tarde, a regulamentação do trabalho livre assalariado foi um processo intrincado não somente no Brasil, mas em todos os países que adotaram o sistema

capitalista como modo de produção. As relações de trabalho eram extremamente precárias, a exploração do trabalho chegava ao limite da exaustão física do(a) trabalhador(a) e não havia um aparato institucional legal capaz de regulamentar e garantir o cumprimento dos acordos de trabalho, tanto por parte do capitalista quanto por parte do(a) trabalhador(a). São apoiadas na luta de classes, ou seja, na organização dos(as) trabalhadores(as) pela redução das jornadas e melhoria das condições de trabalho, que surgem na Inglaterra as primeiras leis trabalhistas. É assim que o Estado torna-se um elemento crucial no desenvolvimento e consolidação das relações capitalistas de produção, ao atuar decisivamente como um dos elementos fundamentais para a construção da legislação trabalhista, capaz de garantir o cumprimento dos acordos entre trabalhadores(as) e capitalistas. A luta de classes e o Estado, como mediador desta luta, são, então, essenciais para o surgimento e consolidação do contrato que funda e torna hegemônico o assalariamento como uma relação social regulamentada.

No entanto, essas transformações não ocorrem rapidamente. As primeiras leis trabalhistas não saíam do papel facilmente; o processo de implantação, aplicação e reformulação das leis do trabalho se dá por meio de verdadeiras batalhas travadas pela classe trabalhadora, como foi demonstrado por Marx, em *O Capital*. O Estado aparece como o mediador dessa luta de classes, a aceitação e incorporação das reivindicações dos(as) trabalhadores(as) passavam a ser, também, condição indispensável para a conservação, reprodução e sobrevivência do capitalismo.

O trabalho assalariado nos países centrais deixa, aos poucos, a condição de insegurança dos primórdios do capitalismo para se transformar em garantia de segurança pautada no Direito do Trabalho. O contrato consolida-se e a relação de trabalho assalariado vai-se tornando dominante. O auge da consolidação dessa relação de contrato que caracteriza a relação salarial se dá somente no século XX, mais precisamente no período histórico que os/as estudiosos(as) do trabalho chamam de o Pacto Social Fordista<sup>25</sup>.

Contudo, na realidade brasileira, a expansão do trabalho livre dava-se num contexto em que o conceito de trabalho estava associado à situação do cativo e de desordem. Por isso foi necessário, segundo Rivero (2009), que ele recebesse uma valorização positiva, articulando-se, então, conceitos vizinhos, como o de “ordem” e “progresso”, para impulsionar o país no sentido do “novo”, da civilização, para a constituição da ordem social burguesa.

---

<sup>25</sup> Essa denominação origina-se da expansão do emprego nas sociedades dos países centrais. O trabalho assalariado assume a forma de emprego, sendo mediado pelo contrato no qual o/a trabalhador(a) é protegido e conta com a regulamentação do Estado. É com base na disseminação do emprego que Castel (1998) empreende uma análise da sociedade salarial, caracterizada por uma nova relação social, a salarial, na qual o salário não é só uma retribuição econômica, mas permite uma participação ampliada na vida social.

Ainda assim, a submissão ao paternalismo, assim como o respeito à autoridade do patrão, eram enfatizados e considerados essenciais para que o/a trabalhador(a) se visse obrigado(a) a desempenhar suas tarefas com a eficiência exigida, os excessos da autoridade patronal sendo dissimulados sob a forma de proteção (RIVERO, 2009, p. 71). Por isso, os mecanismos de integração social por meio da expansão do trabalho assalariado e regulamentado não foram centrais para todos os segmentos da classe trabalhadora. Uma parte dela sempre esteve em situação de insegurança, contando somente com a criatividade na adversidade para ter seus mecanismos de adaptação num contexto de vulnerabilidade social e a ausência efetiva de políticas públicas que regulassem as diversas relações no âmbito do trabalho.

No Brasil, o mercado de trabalho nunca conseguiu generalizar o emprego formal para o conjunto de sua população; pelo contrário, criou-se no país um mercado altamente flexível, com situações distintas, desiguais e, em grande medida, precárias. Mesmo no auge da industrialização, no período de 1940 a 1980, há uma insuficiente oferta de empregos para absorver toda a população economicamente ativa. O resultado desse processo é o aumento de mão de obra excedente que se inseria em formas de trabalho organizadas em pequena escala (BARRETO, 2005)<sup>26</sup>.

Enquanto nos países centrais a insegurança e a indeterminação do futuro retornam ao mundo do trabalho recentemente, na sociedade brasileira a convivência com essa indeterminação tem sido uma constante histórica, sobretudo para grandes contingentes da população.

A falta de institucionalização e a desregulamentação permeiam a sociedade brasileira historicamente, constituindo espaços para os processos de informalização. Nesse híbrido institucional, encontram-se todos, ele não é privilégio só dos pobres e excluídos. (RIVERO, 2009, p. 77).

Nesse sentido, enquadrar esse contingente de trabalhadores(as) em população excedente termina por homogeneizar as características dessa população e categorizá-la como marginal. Rivero inova na sua análise justamente por defender a tese de que já havia uma população urbana e um amplo setor terciário antes da industrialização, convivendo com a instabilidade e a desproteção social; contradiz, portanto, a teoria da marginalidade, que explica a formação desse contingente como produto do industrialismo. Dessa forma, concordamos com a autora quando infere que a extensão do assalariamento e, posteriormente,

---

<sup>26</sup> Não estamos ignorando que nesse período, de 1940 a 1980, houve uma evolução do mercado de trabalho no Brasil com a expansão do emprego assalariado e com registro, além da institucionalização das relações de trabalho com a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). O que estamos defendendo é que, mesmo nesse período, persistiu um contingente de trabalhadores inseridos parcialmente nesse mercado.



da regulamentação do trabalho esteve limitada pela permanência, desde o início do século, de grandes massas de trabalhadores(as) não assalariados(as) e ocupados(as) no setor terciário.

Para finalizar essa breve análise histórica, destacamos que a segmentação ocupacional por gênero e raça persiste no mercado laboral. Para Abramo (2006), essa segmentação exerce uma forte influência sobre os rendimentos e demais indicadores de qualidade de emprego de homens e mulheres, negros(as) e não negros(as). Ela mostra que uma grande proporção da ocupação feminina se agrupa nos setores mais precários (trabalhadores(as) por conta própria, com exceção dos profissionais e técnicos; serviços domésticos; e ocupados(as) sem remuneração), e que essas ocupações são significativas no total do emprego no Brasil. Logo, concluímos que a heterogeneidade e a segmentação histórica do mercado brasileiro sobreviveram à modernização do país.

#### 4.4 DELIMITANDO O CONCEITO DE TRABALHO ASSOCIADO

A relação de assalariamento continua predominante, sem haver uma tendência à homogeneização do mundo social sob esta forma de relação. Pelo contrário, constatamos que, junto às formas de trabalho assalariadas e regulamentadas, têm existido outras formas, nas quais o/a trabalhador(a) é o/a dono(a) dos seus meios de produção ou permanece como autônomo(a), sendo patrão de si mesmo. O trabalho associado é uma das formas que perdurou no mundo do trabalho e, atualmente, adquire relevância porque um crescente contingente da classe trabalhadora, tanto nos países centrais quanto nos periféricos, utiliza-se dessa modalidade para garantir sua reprodução. Além disso – como discorreremos adiante – traz no seu devir a renovação da utopia do trabalho libertado, ou seja, emancipado. Dessa forma, faz-se necessário explicitar o conteúdo, significado e características do trabalho associado num contexto de ressignificação dos sentidos do trabalho.

Associar-se a outro é uma das formas possíveis de participar da atividade produtiva, obter recursos econômicos e contribuir para a satisfação das necessidades sociais. O trabalho associado é uma das possíveis opções para quem tem de viver do seu trabalho. Nele, quem trabalha é ao mesmo tempo proprietário de seu trabalho e do seu resultado, ainda que tenha de reparti-lo com outros(as) associados(as). Se no trabalho assalariado, o/a trabalhador(a) vende a sua força de trabalho para outro(a) em troca de um salário, no trabalho associado “es el propio trabajador el que se pone al frente de la actividad productiva, con los títulos, derechos y facultades que legalmente corresponden a quien se emplea en una empresa de su propiedad...” (MURCIA, 2008, p.11).

Este(a) trabalhador(a), em tese, não terá uma relação de subordinação. Assim, ele(a) não será assalariado(a) porque trabalha em seu próprio empreendimento. Nessa perspectiva, o trabalho associado se distancia do trabalho assalariado e está mais próximo do trabalho autônomo. Portanto, cooperativas de fachada não se assentam sobre o trabalho associado, mas sobre a arregimentação de mão de obra empregada e fraudulentamente registrada como sócios(as) da cooperativa, fugindo então ao escopo dessa discussão.

O/a trabalhador(a) associado(a) distancia-se também do(a) trabalhador(a) assalariado(a) no que diz respeito à organização e estratificação social. Isso porque, sendo dono(a) dos meios de produção, é o/a próprio(a) trabalhador(a) que toma as decisões acerca da maneira de organizar e fazer o trabalho. Contudo, é preciso ressaltar que em muitos casos concretos o trabalho associado não é diferente da realidade do assalariado. Assim, analisando a realidade do trabalho associado na Espanha, país com grande tradição dessa forma de trabalho, Murcia infere:

Muchas aplicaciones reales de estas fórmulas de trabajo asociado (o, cuando menos, de algunas de ellas) no son más que el fruto de una respuesta sobrevenida a una situación de crisis en el contexto del trabajo asalariado, en la medida en que la sociedad de trabajo se constituye a raíz de un proceso de liquidación o transformación de una empresa preexistente. Cabe decir incluso que la fórmula asociativa responde mucho as veces a la decisión de potenciales trabajadores asalariados de constituir un negocio propio para huir de la situación de dependencia funcional y económica característica del contrato de trabajo. (2008, p. 11-12).

Considerando a heterogeneidade nas iniciativas de trabalho associado no contexto espanhol, Murcia<sup>27</sup> ressalta que, como todo trabalho autônomo, a adesão ao trabalho associado pode estar condicionada a diversos fatores, entre eles, o mercado; as possibilidades financeiras do negócio; a preferência dos consumidores; a capacidade organizativa etc. Todavia, nessa modalidade de trabalho nenhuma pessoa, individualmente, pode impor-se sobre a pessoa que trabalha, a não ser o coletivo que compartilha a titularidade do empreendimento. Isso porque a característica primordial do trabalho associado é a existência de um grupo de pessoas com um objetivo em comum. Assim sendo, esse trabalho está submetido às decisões do grupo, ainda que não coincida exatamente com as preferências

<sup>27</sup> Murcia (2008) investiga o trabalho associado em entidades jurídicas distintas na Espanha. Essa forma de trabalho está presente nas sociedades laborais, nas cooperativas de trabalho associado e nas sociedades profissionais. O que essas entidades têm em comum é que se constituem sociedades de trabalho, nas quais o capital é secundário, pelo menos no que rege a legislação. Seu principal aporte é o trabalho. Não encontramos no Brasil as mesmas entidades jurídicas, com exceção das cooperativas de trabalho, mas, na nossa realidade, ainda está em trâmite no Congresso Nacional uma legislação específica para esse ramo do cooperativismo. Todavia, as análises sobre as experiências econômicas que têm por base o trabalho associado são significativas no campo da Sociologia do Trabalho, com análises controversas sobre a potencialidade dessa modalidade não se configurar como trabalho precário.

personais. Nesse sentido, o autor conclui que no trabalho associado sempre existirá “algún grado de dependencia o de sujeción a reglas o directrices ‘externas’, aunque en su formación hubiera podido participar el propio trabajador” (MURCIA, 2008, p. 12).

Com base no exposto até então, podemos estatuir que o trabalho associado é uma atividade econômica produtiva ou de prestação de serviços, desenvolvida por uma pluralidade de pessoas que coordenam suas capacidades em comum, alterando, em princípio, a relação contraditória do capital e trabalho, pois destinam ambos os meios a um mesmo fim produtivo e retributivo, ao constituir, de forma intrínseca a essa modalidade de trabalho, a dupla condição de sócio(a) e trabalhador(a). No entanto, Ignacio Rodríguez (2008), em estudos jurídicos sobre as sociedades de trabalho na Espanha, conclui que a sobreposição de condições como titular de uma empresa e trabalhador(a), ao mesmo tempo, não exclui integralmente o conflito entre o capital e trabalho porque, inúmeras vezes, são mantidos os interesses pessoais que contrastam com os societários. Nesse sentido, argumenta:

[...] si bien que no puede hablarse propia o plenamente de ajenidad, en el trabajo asociado, sí concurre una evidente alteridad entre el trabajo y el capital, entre el socio trabajador y la entidad a través y para la cual realiza inmediatamente su prestación de servicios. Es ella, con entidad, capital y personalidad propia, y no los socios trabajadores directamente, la que media y responde entre las prestaciones de éstos, ordenándolas, y su destino final y común, frente a ellos y frente a terceros. Por otra parte, es claro que el carácter asociado no excluye, antes al contrario, impone, el sometimiento a una disciplina laboral y social que permita el adecuado desenvolvimiento de las relaciones de la sociedad, *ad intra* y *ad extra*, y de la actividad o dependencia. Por lo demás, ambas notas se manifiestan de manera creciente en función del tamaño de la sociedad y su número de miembros, y del peso del capital en ella y en el desarrollo y responsabilidad de la actividad emprendida en común, en atención, también, a la modalidad societaria adoptada. (RODRÍGUEZ, I., 2008, p. 20, grifo do autor).

Justamente porque existe algum tipo de subordinação no trabalho associado, há um debate acirrado na literatura espanhola sobre a natureza jurídica das sociedades que acomodam essa modalidade de trabalho. Uma parte dos autores que analisam essa problemática defende que a natureza dessa relação é societária, pois não há um contrato de trabalho que levaria a uma dependência e subordinação externa. E outra parte argumenta que pode surgir uma relação laboral de um vínculo societário, isto porque há uma relação sobreposta à societária quando se constitui a dependência como exigência funcional e organizativa para a viabilidade do trabalho associado, ainda que se admita ser distinta da dependência do assalariamento, já que os/as sócios(as) trabalhadores(as) são cotitulares e autogestores da empresa (GANDÍA, 2006).

O debate sobre o grau de dependência no trabalho associado é baseado na tese da subordinação à organização por parte do(a) sócio(a), ainda que se admita a sua intervenção nos processos decisórios e a participação nos cargos diretivos. Há uma dependência jurídica quando submetido ao poder organizativo e disciplinar da empresa cooperativa, como exemplo, além da ausência da titularidade individual da empresa. O/a sócio(a) trabalhador(a)

[...] no organiza, controla ni dirige el proceso productivo, su propio trabajo, luego se halla inserto em el círculo organizativo, rector y disciplinario de otra persona, que lleva a cabo la dirección y control del trabajo y ejerce los poderes de especificación y disciplinarios. (GANDÍA, 2006, p. 48).

Nesse sentido, o trabalho associado não é um trabalho inteiramente autônomo, como um trabalho libertado, emancipado, pois há uma subordinação técnica e funcional do(a) sócio(a) trabalhador(a), em outras palavras, uma *subordinación asociativa*. Para Gandía (2006), dentro do trabalho associado em cooperativas cabe tanto o trabalho autônomo como o trabalho subordinado tecnicamente. Para ele, o trabalho do(a) sócio(a) trabalhador(a) pode adotar distintas modalidades que possibilitam diversas formas de relação entre o/a sócio(a) e a sociedade.

Nessa perspectiva de análise, o trabalho associado tem as mesmas consequências para os/as trabalhadores(as) assalariados(as) no que se refere ao tempo, ao meio e condições de trabalho. Ele constitui o emprego e, normalmente, a atividade econômica principal desses(as) trabalhadores(as). Essa realidade, ou seja, a dupla condição de sócio(a) e trabalhador(a) possibilitou que as medidas de proteção social contempladas para os/as trabalhadores(as) associados(as) espanhóis fossem parecidas com os direitos garantidos no assalariamento (RODRÍGUEZ, I., 2008).

Não obstante, Ignacio Rodríguez destaca as peculiaridades criadas nas iniciativas do trabalho associado, afirmando que:

[...] la dimensión personal y profesional del trabajo asociado tiene una gran incidencia en el vínculo que une el socio trabajador con la sociedad de trabajo. [...] La mutua confianza entre los socios y su profesionalidad condiciona en gran medida el adecuado funcionamiento interno y externo de la sociedad y su supervivencia como empresa en el mercado productivo, lo que demanda facultades y medidas de organización y disciplina típicas del trabajo asalariado en empresas ordinarias. Además, de carácter colectivo, teniendo en cuenta que ésa es otra de las dimensiones propia del trabajo asociado, especialmente si se trata de las sociedades de cierto tamaño y número de socios, sin perjuicio de que sus fuentes de regulación no sean las propias del trabajo asalariado [...], sino otras de índole societario (estatutos, acuerdos, asamblearios, etc.). (2008, p. 21).

Considerando o quadro institucional espanhol que regulamenta as sociedades de trabalho, na literatura jurídica, o trabalho associado aparece como uma forma de prestação de serviços situada entre o trabalho assalariado e o trabalho por conta própria (autônomo). Sendo assim, o trabalho associado precisa de regras de gestão de um e de outro, apresentando, ao mesmo tempo, certa particularidade, como o autoemprego, e certa diversidade, em virtude do tipo, características e regime jurídico das diversas modalidades societárias que acomodam o trabalho associado<sup>28</sup>.

Então, considerando o contexto de regulamentação do trabalho associado na Espanha, Ignacio Rodríguez delimita o trabalho associado:

El trabajo asociado es aquel que se desarrolla por un grupo de personas físicas que realizan de forma conjunta y coordinada una prestación personal y profesional de servicios, con carácter habitual y lucrativo o remunerado, como empleo y medio de vida, a través de la adopción de alguna fórmula societaria de la que son titulares, cuyo objetivo principal se constituye por el desempeño en común de una actividad productiva. (2008, p. 27).

Baseado na delimitação do conceito, o autor apresenta quatro características essenciais das empresas que se adéquam ao trabalho associado: a) trata-se de empresa cuja titularidade e organização são assumidas pelos(as) trabalhadores(as); b) entidades de carácter societário ou associativo, na qual uma pluralidade de pessoas se associa voluntariamente para constituir uma entidade com pessoa jurídica própria e separada de seus membros, na qual desempenha uma atividade conjunta, com fim produtivo comum; c) constitui um mecanismo de autoemprego, contribuindo direta ou indiretamente para a criação e manutenção de postos de trabalho remunerado para seus membros; e, por fim, d) essa empresa cumpre determinadas funções sociais para melhorar o desenvolvimento em seu entorno. Resumindo, para além das especificidades do contexto espanhol, o trabalho associado caracteriza-se pelo trabalho em comum, é uma forma de autoemprego coletivo e tem a dupla condição de sócio(a) e trabalhador(a).

Seguindo essas características, a cooperativa de trabalho<sup>29</sup> na Espanha, e na realidade brasileira também, é a modalidade de sociedade que mais corresponde à constituição do

---

<sup>28</sup> Na Espanha predominam duas formas jurídicas de trabalho associado; a cooperativa, que não constitui “forma societaria como pura aportación de capital y no existe el contrato de trabajo como forma de trabajo ajena para la sociedad en una relación de cambio”; a sociedade laboral, na qual “[...] el trabajo no constituye aportación societaria, mientras que en la cooperativa de trabajo asociado el trabajo es objeto de una relación societaria y no depende de la presencia de socios de capital” (GANDÍA, 2006, p. 67).

<sup>29</sup> A legislação do cooperativismo na Espanha está em dois âmbitos. Primeiro, as Comunidades Autônomas que regulamentam as cooperativas que desenvolvem suas atividades exclusivamente dentro do seu território.

trabalho associado. Isto, desde que não descaracterize esse trabalho, como é o caso do trabalho assalariado disfarçado em cooperativas fraudulentas, no Brasil (LIMA, 2006), e do assalariado dependente, na Espanha (PANADERO, 2009). Importa ressaltar no contexto contemporâneo que, tanto nos países centrais como nos periféricos, o trabalho associado está sendo incentivado por políticas públicas para gerar trabalho e renda. Seja num cenário de crise econômica, como o vivenciado pelo continente europeu, pelas políticas ativas de emprego, nas quais as cooperativas têm tratamento diferenciado; seja no Brasil, que atualmente apresenta índices positivos da expansão do emprego formal, mas ainda mantém um contingente significativo de trabalhadores(as) excluídos(as) desse mercado.

Não obstante, alerta Panadero (2009), o trabalho associado só se constituirá em uma alternativa viável de promoção pública se for colocado em condições de igualdade com o trabalho assalariado. Ou seja, se não houver uma regulamentação adequada que garanta a proteção social a todos(as) os/as trabalhadores(as) que optem por esta forma de trabalho, ele continuará sendo residual, se comparado ao assalariamento e ao trabalho por conta própria (individual). Além do mais, a maioria dos(as) trabalhadores(as) associados(as) o entende como uma contraposição ao assalariamento, mas nem por isso desejam abrir mão dos direitos e benefícios historicamente conquistados pela classe trabalhadora, regulamentados no Direito Laboral.

Por isso, a previdência social constitui um problema central para a economia social e solidária. Para Danani (2009), se não houver uma economia institucionalizada de maneira solidária, na qual predominem os princípios da reciprocidade e redistribuição progressiva sobre os princípios de mercado, não haverá uma previdência social capaz de oferecer proteção social aos trabalhadores(as) inseridos(as) no trabalho associado, libertos(as), portanto, da condição salarial, mas excluídos(as), por outro lado, dos direitos sociais previstos por esta modalidade de trabalho. Sendo assim, o grande desafio é impedir que a independência do contrato subordinado no trabalho associado implique a legitimação do trabalho precário.

#### **4.4.1 As facetas do trabalho associado no contexto brasileiro**

Com essas considerações mais amplas acerca dos sentidos e características do trabalho associado, nos remeteremos, mais particularmente, para as análises dessa modalidade de trabalho associado no contexto brasileiro. Para Lima (2010), o trabalho associado tem uma

---

Entretanto, quando o âmbito de atuação abarca mais de uma Comunidade Autônoma, esta é regida pela Lei Estatal.

dupla perspectiva: para os/as trabalhadores(as), destaca o fim da subordinação da relação assalariada por meio da autonomia e da democratização características, em tese, das cooperativas; já para as empresas de capital, é uma alternativa, porque as desresponsabiliza da gestão da força de trabalho. Nas cooperativas, o processo de trabalho seria baseado na autonomia e o/a próprio(a) trabalhador(a) passa a ser responsável pela produção. Entretanto, diversas pesquisas vêm demonstrando que nas cooperativas estão sendo desenvolvidas novas formas de subordinação e dominação social, independentemente de as mesmas estarem em redes de subcontratação ou serem detentoras dos seus próprios produtos (LIMA, 2004, 2010; DRUCK; FRANCO, 2007; SILVA, S., 2007; LEITE, 2009b).

Numa pesquisa realizada por Vieitez e Dal Ri (2001), investigou-se o/a sócio(a) trabalhador(a) em empresas autogestionárias, descrito/a pelos autores como o/a trabalhador(a) típico da autogestão, associado(a) e não assalariado(a). Esse/essa trabalhador(a) não é compelido(a) a vender a sua força de trabalho, típico da relação capitalista; ele/a é o dono(a) do seu trabalho e detentor(a) do resultado deste. Assim sendo, estaria suprimida a mais-valia, extraída do assalariamento, e o trabalho alienado identificado por Marx. O trabalho associado, portanto, recuperaria a integridade do(a) trabalhador(a) ao restituí-lo(a) como ser social que se insere num setor produtivo para garantir, parafraseando Coraggio (2007), a reprodução ampliada da vida.

[...] o associado distingue-se do assalariamento pelo fato de que o ato de associação concede-lhe *estabilidade no posto de trabalho*, ou seja, o direito de manter-se como membro da comunidade de trabalho por todo o tempo de sua vida útil como trabalhador, observadas, evidentemente, a sobrevivência do empreendimento e certas regras coletivamente estabelecidas. (VIEITEZ; DAL RI, 2001, p. 36-37, grifo do autor).

Ainda com base na pesquisa de Vieitez e Dal Ri, com 19 empresas autogestionárias, conclui-se que os processos de trabalho nelas são demarcados pela intensificação do trabalho, com intensas jornadas que exaurem os/as trabalhadores(as). Essas empresas estão com defasagem tecnológica e apresentam dificuldades financeiras para renovar os processos de trabalho. Há conflitos entre os/as trabalhadores(as) pela diferenciação na distribuição das retiradas e um baixo nível de escolaridade dos(as) trabalhadores(as) associados(as), o que leva a uma gestão de quadros, em vez de uma gestão coletiva, como é apregoado pela teoria da autogestão (VIEITEZ; DAL RI, 2001).

Nardi investigou uma cooperativa industrial e dois grupos informais de recicladores em Porto Alegre. Com base nos depoimentos dos(as) seus/suas entrevistados(as), inferiu que

o trabalho associado “es una forma de supervivencia precária que garantizaba el sostén de la casa mientras esperaban una posibilidad de retorno (o ingreso) al mercado formal” (2007, p. 154). Nesse contexto, o trabalho associado aparece como estratégia de sobrevivência, limitado às diversas iniciativas efêmeras de trabalho adotadas pelos(as) trabalhadores(as) que constituem o excedente de mão de obra do trabalho formal.

Essa modalidade de trabalho não está isenta de contradições. Gaiger (2006), ao estudar os EES no Rio Grande do Sul, constatou que há uma intensificação na jornada de trabalho para garantir um volume de produção que os torne autossuficientes. Além disso, ressalta que os setores de atividades em que se situam esses empreendimentos não demandam mão de obra altamente qualificada, o que reduz o fator trabalho à capacidade física somada dos(as) trabalhadores(as), constituindo o trabalho num dispêndio árduo e permanente. Por outro lado, esse mesmo trabalho institui a base da identidade coletiva, promovida pela participação ativa nas decisões cotidianas de um empreendimento associativo e cooperativo. Esse aspecto compensaria a face penosa do trabalho, pois a atividade produtiva ficaria dotada de um sentido moral e simbólico elevado.

As diversas investigações realizadas nas empresas autogestionárias demonstram os limites para o trabalho associado constituir-se como cultura de um novo trabalho. Os estudos empíricos demonstram que existe nos empreendimentos da economia popular e solidária uma racionalidade distinta da lógica capitalista, porém sujeita a contradições (TIRIBA; PICANÇO, 2004). Dessa forma, constatam-se diversos(as) trabalhadores(as) reproduzindo no interior dessas organizações quase a divisão do trabalho da empresa mercantil e sua hierarquização. Além disso, um número significativo das pessoas que se inserem nas cooperativas espera aí garantir os mesmos direitos que teriam caso estivessem filiadas à relação assalariada (NARDI, 2007). O que, a princípio, não é contraditório, mas algo lógico, uma vez que não existe legislação relacionada ao trabalho associado.

Para Fischer e Tiriba (2009), a emergência de uma cultura própria do trabalho associado acontece à medida que se reconhece a cultura do trabalho assalariado, suas possibilidades e seus limites históricos sob a perspectiva dos(as) trabalhadores(as).

O trabalho associado está sendo instituído no próprio contexto da formação social capitalista e necessita conquistar seu lugar como uma alternativa para a classe trabalhadora libertar-se das formas de trabalho alienado. Os sujeitos [...] envolvidos em experiências de trabalho associado estão vivendo um processo de disputa por legitimação e validação social desse modo de produção de existência. Tal disputa ocorre também subjetiva, individual e coletivamente entre tais sujeitos. Esses são os processos de legitimação e validação de uma nova forma de produzir o trabalho e a



vida social ou de se manterem apegados ao trabalho e à cultura capitalista que lhe responde. (FISCHER; TIRIBA, 2009, p. 296).

É num cenário de flexibilização dos direitos trabalhistas que várias formas de trabalho são recriadas, cujo sentido não se limita à reprodução do capital, mas da própria vida. Tiriba e Picanço definem a pedagogia do trabalho associado nos seguintes termos:

No processo dialético de fazer, pensar e recriar o mundo, também para os tecelões da economia popular solidária, o trabalho é o princípio educativo e, ao mesmo tempo, uma das formas pelas quais, com a luta dos trabalhadores, é possível fazer germinar os embriões de uma nova cultura do trabalho. (2004, p. 29).

Esse modo dialético de construir uma nova cultura do trabalho, ressaltado pelas autoras supracitadas, evidencia o processo de elaboração do que seja o trabalho associado na nossa realidade. Entretanto, não é possível afirmar que já temos um trabalho emancipado, dotado de sentido para a realização do ser social, mas um contínuo fluxo e refluxo para ir além da relação assalariada e a constituição de um trabalho baseado no valor de uso e na valorização daqueles(as) que o produzem.

Diante da expansão dos empreendimentos da economia solidária, Tiriba (2007) chama a atenção para a idealização da economia popular e solidária, questionando o tipo de solidariedade gestada nestas experiências e seu alcance em constituir relações sociais horizontais além dos espaços dos próprios empreendimentos. Além disso, afirma que as maiores dificuldades vivenciadas por esses empreendimentos não são as relações com a comunidade, mas a fragilidade econômica e política. Daí conclui que uma nova cultura do trabalho não depende somente da vontade política dos(as) excluídos(as) do mercado formal de trabalho, “más do que nunca és necesario el fortalecimiento de los movimientos populares (partidos políticos, sindicatos, asociaciones de vecinos...)” (TIRIBA, 2007, p. 219). Assim, Tiriba pondera que, se não tivermos uma conjuntura política favorável, não constituiremos outra cultura do trabalho, apartada da relação salarial. As iniciativas históricas ocorridas na economia popular ou na economia solidária estariam adstritas à subsistência dos que não encontram mais “lugar” no sistema de produção mercantil.

Por sua vez, Coraggio (2007) analisa as formas de trabalho na economia popular e depreende outra lógica, irredutível ao primado utilitarista da economia de mercado capitalista. Para ele, o trabalho associado nas cooperativas e em outras organizações produtivas da economia social e solidária permitiria a reelaboração do próprio conceito de trabalho. Esse trabalho não seria mais alienante, nem desumanizador; pelo contrário, pois permitiria a

constituição de valores éticos, como a cooperação entre iguais para proveito do bem comum. Essa noção de trabalho remete ao conceito desenvolvido por Coraggio (2007, 2009) de economia do trabalho. Neste, o trabalho é categoria central de análise em detrimento do capital, o preponderante é a qualidade de vida, a realização efetiva do potencial das pessoas interligadas por relações de solidariedade, com justiça e paz. Coraggio (2007) ressalta a ressignificação do capital humano, que não se limita a ser insumo do capital, mas uma categoria dialética com seu próprio sentido e uma dinâmica para a reprodução ampliada da vida. Na visão desse autor, a

[...] única alternativa real es devolver la centralidad al trabajo, como mecanismo de integración, de restitución de la dignidad humana y la fuerza social necesaria para reclamar la igualdad de derechos efectivos, sin sacrificarlos ante los matices de la 'equidad' o de una ilusión de 'igualdad de oportunidades' en la línea de partida. (CORAGGIO, 2007, p. 187).

Na economia do trabalho, a questão social não se refere à busca pela recuperação do pleno emprego, “essa questão implica reconhecer, recuperar, potencializar, inventar e desenvolver outras formas de motivação e coordenação das atividades humanas” (CORAGGIO, 2009, p. 122), almejando outros produtos e resultados que permitam usufruir plenamente a vida cotidiana, a qual também inclui o trabalho como experiência de deleite e fraternidade.

Possibilitar a realização social de outro trabalho, enquanto capacidade subjetiva dos trabalhadores associados e autogestionários, implica uma mudança cultural, não apenas das valorações acerca de trabalho independente de padrões, mas dos comportamentos dos cidadãos no mercado, orientados pela reprodução da sua vida imediata. (CORAGGIO, 2009, p. 124).

Ao buscar resgatar o sentido do trabalho como realização dos(as) seus/suas produtores(as), em vez da alienação e estranhamento, os/as trabalhadores(as) que se inserem em empreendimentos cooperativos e associativos gerem seu labor e se desfazem, em alguma medida, da subsunção imposta pelo capital nos primórdios da Revolução Industrial, no século XVIII, quando se separaram os/as trabalhadores(as) dos meios de produção, transformando-os(as) em mercadorias. Nessa perspectiva analítica, Gaiger admite que os EES ainda estão compelidos a uma série de requisitos produtivos; contudo, sinaliza mudanças nas relações do trabalho associado:

Seguindo as lições da experiência mantida sob seu domínio, o trabalhador associado percebe que já não ficaria mais pobre à medida que produz mais riqueza e que sua

capacidade produtiva cresce em força e extensão. Esboroam-se os círculos reiterativos da alienação: o produto não se opõe ao trabalhador como dantes, quando o comandava como força independente, como se lhe coubesse o lugar do criador; o trabalhador já não está apartado do resultado do seu trabalho, que passa a ver como seu; tampouco segue alheio a si próprio, alienado a uma força sua e, não obstante, instrumento do seu jugo. A experiência da autogestão e da cooperação no trabalho dá curso à reflexividade crítica dos indivíduos, ensejando um processo de subjetivação auto-referenciada, no qual ganham sentido e corpo outras identidades e outros horizontes éticos. Uma operação vital, no contexto atual de urgência de novas experimentações, dotadas de uma razão projetiva que as impulsione a seguir insistindo em humanizar a civilização. (2006, p. 539).

Assim, verificamos que o debate sobre o trabalho associado na realidade brasileira, antes de se constituir objeto de argumentação jurídica sobre sua regulamentação e sobre os direitos oriundos dessa forma, é analisado, por um lado, num quadro de desregulamentação e precarização do trabalho e, por outro, como uma modalidade de trabalho que possibilitaria a superação das relações de dominação que marcam nossa história. Essa última perspectiva se embasa na expansão de um conjunto de novas organizações econômicas coletivas, como as cooperativas de trabalho, no bojo da economia solidária. O trabalho associado nessas iniciativas é matizado pelo potencial de superação da alienação, enquanto projeto de emancipação social. Não obstante, nos contextos empíricos do trabalho associado nas cooperativas de trabalho ou nos demais EES verificam-se as constantes ameaças de tomarem o caminho do trabalho precário. No capítulo 5, adentraremos na realidade dessas iniciativas.

## 5 A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM PERSPECTIVA

Durante dois séculos de consolidação do sistema de produção capitalista, diversas iniciativas persistiram ao longo da história como alternativas à subordinação dos(as) trabalhadores(as). Graças a essas iniciativas, sabemos que existem outras formas de produzir, consumir e financiar, distintas das capitalistas, regidas pela solidariedade e reciprocidade. Estas são resistentes a ponto de sobreviverem a um meio hostil como é o mercado e a própria sociedade capitalista. Com efeito, existe uma multiplicidade de empreendimentos em diversas atividades econômicas: na produção (cooperativas de trabalho, redes de trocas, entidades de ação social etc.), na comercialização (cooperativas de consumo e de serviços, comércio justo, moedas solidárias etc.), no consumo (práticas de consumo responsável, sejam individuais ou coletivas) e no crédito (cooperativas de crédito, bancos populares, crédito rotativo etc.), que permitem uma melhora significativa nas condições de vida e trabalho de segmentos da classe trabalhadora em situação de vulnerabilidade. Este capítulo analisa a expansão desse fenômeno, majoritariamente denominado de economia solidária.

### 5.1 UMA ABORDAGEM INTERNACIONAL SOBRE A ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

Desde a década de 1980, uma infinidade de formas econômicas tem tentado satisfazer as necessidades de segmentos menos favorecidos, seguindo lógicas que não são próprias das empresas capitalistas, mas baseadas na cooperação, na igualdade e na autogestão. Quando se constituem legalmente, essas formas assumem várias figuras jurídicas: cooperativas de ramos diversos, associações, mutualidades, sociedades de propriedade majoritária dos(as) trabalhadores(as) etc. Essas organizações se encontram em realidades sociais, culturais e econômicas distintas e estão sujeitas a modos de regulação diferentes, segundo cada Estado, o que leva a uma multiplicidade de denominações para uma constelação heterogênea de organizações. Os conceitos, as classificações e os nomes estão ligados a distintas tradições histórico-culturais e a diferentes enfoques ideológicos; porém, o que elas têm em comum é a busca de uma economia mais justa, democrática e sustentável.

Nos países centrais, o termo historicamente mais recorrente para denominar essas organizações é economia social. Segundo a definição da União Europeia, a economia social agrupa um conjunto de empresas privadas, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, criadas para responder às necessidades de seus sócios(as) por meio do mercado, produzindo

bens e serviços, distribuindo os excedentes entre os/as sócios(as). A tomada de decisões não está ligada diretamente ao capital social aportado pelo sócio(a), correspondendo a cada integrante um voto. Para essa organização, a economia social agrupa também as entidades privadas organizadas com autonomia de decisão e liberdade de adesão, que produzem serviços não mercantis a favor de famílias vulneráveis socialmente, cujos excedentes não podem ser apropriados pelos agentes que as criaram, controlam ou financiam (MONZÓN; PÉREZ, 2010).

Para Panadero (2006), o que diferencia uma empresa da economia social das empresas tradicionais é que, enquanto nessas o trabalho e o capital estão separados, na economia social o trabalho é o principal aporte dos(as) sócios(as), ocupando, o capital, um papel secundário. É em razão dessa peculiaridade e do quadro de desemprego estrutural, no final dos anos de 1970, que as empresas da economia social adquirem relevância como alternativa para gerar empregos diante da queda acentuada de postos de trabalho por causa da crise econômica enfrentada mundialmente.

Si bien en un principio las empresas de Economía Social se constituyeron sobre todo como salida a crisis empresariales en las que el capital no bastaba para garantizar ni la supervivencia de la empresa ni la ocupación de los trabajadores, en la actualidad se proyectan cada vez más como una alternativa de empleo [...] La economía social contribuye a la creación y el mantenimiento de puestos de trabajo estables, mediante la fórmula de autoempleo en cooperativas y sociedades laborales. (PANADERO, 2006, p. 37).

Com a expansão das empresas da economia social na Europa, houve um acirrado debate para delimitar as empresas características desse setor. Na concepção de Monzón e Perez (2010), as cooperativas têm um papel destacado na economia social. Elas são as empresas principais da economia social porque seus princípios coadunam-se com as características desse setor econômico. As cooperativas são empreendimentos coletivos, organizadas pelos(as) trabalhadores(as) de forma democrática para satisfazer às necessidades de seus membros. Para Luís Monzón, presidente do Centro Internacional de Investigação e Informação sobre a Economia Pública, Social e Cooperativa (CIRIEC – Espanha), as cooperativas constituem a coluna vertebral do setor de mercado da economia social.

Com a crise do Estado-Providência, a economia social torna-se a expressão de um modelo de economia que procura a igualdade, a integração e a coesão social. Atualmente, a forma concreta de políticas públicas que visam à redistribuição de renda, uma política social, são as medidas de fomento das empresas relacionadas à economia social. É nesse contexto que Panadero afirma:

[...] la Economía Social se configura como un estramado de organizaciones diversas, con regulaciones distintas, pero con objetivos y metas similares que, basadas en principios como democracia, autogobierno, cogestión, tienen un fin prioritario, el interés social, no sólo de los que las conforman, sino de aquellos que conviven con ellas. (2006, p. 40).

A economia social, que tem suas raízes no século XIX, como foi demonstrado no capítulo 3, tem sido objeto de diversas definições nas últimas décadas. Em 1999, o Comitê Consultivo da Comissão Europeia das Cooperativas, Mutualidades, Associações e Fundações (CMAF) estabeleceu critérios para caracterizar as organizações da economia social, permitindo diferenciá-las das empresas de capitais: a) primazia do(a) sócio(a) e do objeto social sobre o capital; à exceção das fundações, todas são empresas de pessoas; b) adesão voluntária e aberta, controle democrático pelos seus membros, desde a base; c) junção de interesses dos membros e usuários(as); d) defesa e aplicação do princípio da solidariedade e da responsabilidade; e) autonomia de gestão e independência dos poderes públicos; f) aplicação dos excedentes ao objeto social mediante o reinvestimento ou distribuição segundo o desejo dos seus membros para criação de empregos, de atividades, de novas empresas, retorno sobre os capitais investidos, serviço aos membros etc.

Assim, fica manifesto, mesmo com a atualidade e consolidação da expressão economia social, que sua utilização não está isenta de ambiguidades porque convive com expressões como terceiro setor, economia alternativa, economia não lucrativa, economia de interesse geral e outras que, ainda que tentem descrever realidades similares, nem sempre delimitam o mesmo campo de atividade (PANADERO, 2006). Uma parte da literatura especializada apresenta a economia social como a alternativa encontrada nos países europeus para se contrapor às políticas neoliberais que estão solapando o que resta das políticas de bem-estar social (MONZÓN, 2010; PANADERO, 2009). Nessa ótica de análise, a economia social ficaria restrita à humanização da economia capitalista, sem colocar em questão a luta política que explicitaria as profundas desigualdades geradas pela ênfase do econômico em detrimento dos demais aspectos da vida em sociedade.

Ainda nessa perspectiva, a economia social não reivindica “outro mundo”, com relações distintas das predominantes na sociedade capitalista. Ela se destina, de forma complementar, a corrigir os efeitos nefastos da produção mercantil em regime de concorrência. Conforme França Filho e Laville:

A economia social examina as condições permitindo conciliar o modo de produção econômico com uma redução da pobreza que ameaça a ordem estabelecida, daí a ênfase posta sobre a questão moral [...] a economia social como teoria abandona a produção, domínio da economia política, em proveito da distribuição, correndo o risco de ser percebida como ‘vulgar’ [...] como prática submete-se à dispersão induzida pelos estatutos diversificados. [...] a especialização dos componentes da economia social denota a baixa tendencial da intervenção da sensibilidade associacionista na esfera pública, mesmo considerando que as experiências conduzidas produziram efeitos importantes com as sociedades de socorro mútuo que, através da previdência coletiva por elas ativada, prefiguram e modelizam em parte os atuais sistemas de seguridade. A lógica de reação em relação aos efeitos do capitalismo, que explica o nascimento dos organismos de economia social, atenua-se em proveito de uma lógica de adaptação funcional a este modo de produção, que se conjuga com a manutenção de particularidades notáveis atingindo, porém, apenas a sua estruturação interna. Este afastamento do campo político, que assinala a passagem de um projeto de economia solidária para aquele de economia social, é também sensível na história das ideias com a inflexão da noção de solidariedade. (2004, p. 50-51).

Contudo, é necessário explicitar que há outras concepções sobre a economia social na Europa. Defourny (2009) afirma que nesse âmbito é comum haver a tendência de oporem as grandes organizações a uma “nova economia social” ou a uma “economia solidária” emergente. Esta última se caracterizaria por ser portadora de inovações sociais e efervescências democráticas porque aborda com destaque alguns problemas nesse início de século, tais como: desenvolvimento dos serviços de proximidade, reabilitação dos bairros pobres, auxílio às pessoas idosas, comércio justo, finanças éticas e solidárias, agricultura sustentável etc. (DEFOURNY, 2009, p. 159).

Esse aporte de Defourny explica porque França Filho e Laville (2004) afirmam que há uma heterogeneidade de organizações regidas pela solidariedade e reciprocidade na Europa, mas principalmente nas atividades econômicas da América Latina, que não podem ser nomeadas como práticas da economia social. Essas são identificadas com o conceito de economia solidária. Ainda que esse conceito tenha várias similitudes com a economia social, principalmente no que tange às formas jurídicas das organizações, como as cooperativas, a economia solidária têm fundamentos que a distinguem nos dois lados do Atlântico, enquanto denominação das iniciativas que buscam ser alternativas emancipatórias para segmentos desfavorecidos da lógica utilitarista do capital. Nesse sentido, a economia solidária adquiriu relevância teórica e prática, provocando um debate acirrado no mundo acadêmico sobre a apreensão desse fenômeno. A seguir, nos debruçaremos sobre a delimitação desse conceito.

### 5.1.1 Concepções acerca da economia solidária

A economia solidária é uma expressão composta por dois conceitos que aparentemente retratam realidades inconciliáveis: a economia e a solidariedade. Luís Razeto<sup>30</sup>, sociólogo chileno, ao estudar as formas de exclusão social provocadas pelo sistema capitalista verificou que, nas práticas da economia popular, há organizações que se baseiam na solidariedade. Contudo, Razeto (2007) destaca que normalmente a economia aparece nos textos acadêmicos referindo-se à utilidade, à escassez, ao interesse, à propriedade, às necessidades, ao conflito, à concorrência e à ganância. Sendo assim, a solidariedade não teria lugar no campo econômico, ela estaria restringida ao campo dos valores, a um discurso ético, estando apartada das atividades que garantem a reprodução dos indivíduos. Ao discordar dessa concepção reducionista das práticas econômicas, propõe uma análise que recupere a economia como espaço de realização e atuação de forças da solidariedade, unindo o que para muitos seria impossível - a economia e a solidariedade – para que

[...] la solidaridad se introduzca en la economía misma, y que opere y actúe en las diversas fases del ciclo económico, o sea, en la producción, circulación, consumo y acumulación. Ello implica producir con solidaridad, distribuir con solidaridad, consumir con solidaridad, acumular y desarrollar con solidaridad. Y que se introduzca y comparezca también en la teoría económica, superando una ausencia muy notoria en una disciplina en la cual el concepto de solidaridad pareciera no encajar apropiadamente. (RAZETO, 2007, p. 320).

A proposta de economia da solidariedade de Razeto expressa a percepção de uma nova racionalidade no fazer econômico, na qual não predominam os interesses privados individuais, sem, contudo, negar a economia mercantil. Na sua análise, a solidariedade está presente entre aqueles(as) que vivem processos de exclusão e marginalização. Infere que numerosos grupos humanos incorporam práticas solidárias, ainda que enfrentem múltiplos obstáculos e dificuldades que predominam na sociedade. Nesse sentido, a economia da solidariedade é proposta como um grande espaço em que convergem diferentes caminhos, que se originam tomando-se por base diversas situações e experiências.

Essa economia da solidariedade está presente, na visão de Razeto, nos marginalizados da economia oficial, nas estratégias de sobrevivência daqueles(as) que desenvolvem atividades econômicas informais e por conta própria para garantir a satisfação das necessidades básicas. Nessa perspectiva, a economia popular é um nicho dessas práticas

---

<sup>30</sup> Presume-se que Luís Razeto foi o pioneiro na utilização do termo economia da solidariedade, no texto intitulado “Empresas de trabajadores y mercado democrático”, publicado no Chile.



porque as relações econômicas, na maior parte das vezes, são baseadas na reciprocidade e predominam formas de cooperação baseadas em formas muito tradicionais de organização econômica.

[...] La economía popular en sus varias manifestaciones y formas contiene importantes elementos de solidaridad en ella, en primer lugar porque la cultura de los grupos más pobres es naturalmente más solidaria que la de los grupos sociales mayores ingresos. La experiencia de la pobreza, de la necesidad experimentada como urgencia cotidiana de asegurar la subsistencia, lleva a muchos a vivenciar la importancia de compartir lo poco que se tiene, de formar comunidades y grupos de ayuda mutua y de recíproca protección. El mundo popular, puesto a hacer economía, la hace 'a su modo', con sus valores, con sus modos de pensar, de sentir, de relacionar-se y de actuar. (RAZETO, 2007, p. 325).

Seguindo essa ótica de análise, Razeto sustenta que uma parte das organizações da economia popular parece ser portadora de uma racionalidade econômica especial, de uma lógica interna sustentada em um tipo de comportamento e práticas sociais em que a solidariedade ocupa um lugar e uma função central. Essas experiências demonstram que existem benefícios que podem ser obtidos mediante a associação e cooperação entre pessoas e atividades econômicas individuais e pequenas. Essa outra racionalidade também é encontrada por Gaiger (2006) nas organizações autogestionárias do campo da economia solidária.

A nosso ver, o que está evidente até então é que a solidariedade é um elemento presente em muitas iniciativas econômicas no meio popular. Se nos voltarmos para os EES, não poderíamos afirmar intempestivamente que o fator primordial para sua criação seja a solidariedade, porque em muitos casos a razão para seu surgimento “encontra-se numa relação ambígua entre necessidade econômica e ação voluntária permeada de valores” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 21). Singer (2003a) alerta que seria um erro supor que a economia solidária seja a única opção de sobrevivência das camadas mais pobres e excluídas da classe trabalhadora. Para ele, a pobreza e a exclusão não tornam suas vítimas imaneamente solidárias. A solidariedade e a ajuda mútua estão presentes entre os mais pobres porque são essenciais à sua sobrevivência, mas essa solidariedade limita-se aos mais próximos, com os quais se identificam. Laville (2009b), por sua vez, atribui o incremento das formas associativas à afirmação da solidariedade como um prolongamento das atividades ordinárias de cooperação vividas nos grupos primários, assim como um modo de organização do trabalho baseado na mobilização coletiva e na gestão democrática dos projetos, o que estava inexoravelmente cingido à resolução dos problemas de sobrevivência.

Para França Filho e Laville (2004), a solidariedade gestada nos empreendimentos solidários representa formas inéditas de ação pública, inserindo-se numa tendência atual de

desenvolvimento de novas formas de solidariedade. Essa solidariedade não é abstrata, induzida pelo Estado-Providência ao redistribuir uma parte da riqueza socialmente produzida, pois se trata de indivíduos engajando-se voluntariamente em projetos coletivos concretos, oriundos da sociedade civil; portanto, não são meros assistidos com acesso a direitos de modo passivo. Tampouco se refere a uma solidariedade tradicional, praticada nos grupos primários, pois a ação organizacional tende a não se fechar em pequenos coletivos de beneficiários. Para os autores supracitados, essas iniciativas demonstram uma capacidade de mesclar a dimensão pública da solidariedade promovida pelo Estado com a força dos laços comunitários do vínculo tradicional, “resultando em dinâmicas comunitárias abertas à alteridade, ou que se projetam num espaço público, criando em alguns casos o que poderíamos chamar de espaços públicos de proximidade” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 20).

Por sua vez, Gaiger (2008) denomina essa solidariedade de democrática porque é provável que haja transferência dos princípios internalizados na vivência cotidiana dos EES, como a tolerância, a confiança e a cooperação, para as condutas no espaço público.

Basadas en la ayuda mutua y en la propiedad común de los médios de producción, estas asociaciones populares crearon talleres laborales, organizaciones de parados que buscaban empleo colectivamente, grupos de alimentación comunitarios con cocinas colectivas u huertos, organizaciones consagradas a los problemas de alojamiento, de electricidad y de agua potable, organizaciones precooperativas de autoconstrucción [...]. Estas iniciativas estaban presentes tanto en Chile como en Argentina, Brasil, Colombia, Ecuador, México, Perú o Uruguay. Se apoyaban en los movimientos negros o indígenas [...] como el proyecto Nasa en Colombia [...]. En este país como en otros, uno de los ejemplos más ilustrativos era el de las cooperativas de reciclaje de residuos. En Colombia, cerca de 300.000 personas (el 1% de la población) vivían de la recuperación [...]. Tenía como objetivo luchar contra la dispersión y la competencia frontal con los intermediarios a través de una organización económica que les confiriese una correlación de fuerzas menos desfavorable. Pretendía también combatir la exclusión mediante una organización social, política y cultural que permitiese al acceso a los derechos. (LAVILLE, 2009a, p. 28-29).

A expansão dessas experiências no contexto de crise de hegemonia do capitalismo, em meados da década de 1980 e começo dos anos de 1990, deram origem a diversos estudos sobre a gênese, os sentidos, os significados e as possibilidades dessas organizações de tipo associativo. Resultantes, em sua maioria, das transformações ocorridas nas duas últimas décadas do século XX, tanto na economia quanto na sociedade.

Essas iniciativas foram majoritariamente denominadas de economia solidária no Brasil.<sup>31</sup> Uma expressão conceitual que nomeia uma heterogeneidade de experiências

---

<sup>31</sup> Essas iniciativas receberam denominações diversas, variando de acordo com o contexto sociopolítico e ideológico. Alguns as denominaram de socioeconomia solidária, economia social, economia popular e

econômicas que possuem traços comuns, que por sua vez as distinguem das iniciativas econômicas do tipo capitalista. Com o aumento das desigualdades e suas consequências para a coesão social, tem-se buscado uma teorização para descrever e compreender esse fenômeno e, inclusive, intervir nele. Abordaremos, a seguir, as concepções teóricas de Singer e de Laville, alguns dos principais pensadores nesse campo de investigação.

Para Singer (2003a), a economia solidária emerge na década de 1980 como um modo de produção e distribuição alternativo ao modo de produção capitalista, criado e recriado pelos(as) que se encontram marginalizados(as) no mercado de trabalho. Essa proposta não é nova entre os/as trabalhadores(as), porém estaríamos diante de uma reinvenção, com ênfase na democracia, igualdade e autogestão como princípios norteadores. No seu ponto de vista, inicialmente a economia solidária ressurgiu para aqueles(as) que estavam excluídos(as) do trabalho formal, mas a partir de meados da década de 1990 o cenário se modifica. O “que impele a economia solidária a se difundir com força cada vez maior já não é a mais a demanda das vítimas da crise, mas a expansão do conhecimento do que é a tecnologia social, econômica e jurídica da economia solidária” (SINGER, 2002a, p. 126).

Nesse sentido, são as contradições do capitalismo que criam oportunidades de desenvolvimento para organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante. “O modo solidário de produção e de distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos.” (SINGER, 2003a, p. 13). Na concepção de Singer, a economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores(as) contra o capitalismo.

Ainda que o capitalismo seja hegemônico, Singer argumenta que o mesmo não consegue inserir dentro de si toda a população economicamente ativa. É esta realidade que impulsiona o desenvolvimento de outros modos de produção. A economia solidária, por sua vez, cresce em razão das crises sociais que ocorrem periodicamente por causa da competição exacerbada dos capitais privados. Não obstante, pondera: ela só se viabiliza como uma alternativa ao sistema capitalista quando os/as não detentores(as) do capital adquirem a consciência de que “é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social” (SINGER, 2003a, p. 87).

---

solidária, novo cooperativismo, economia do trabalho, economia da dívida etc. (CATTANI, 2003). Essas denominações vinculavam-se, na maior parte das vezes, à filiação teórica do autor e ao seu uso no cotidiano dos sujeitos envolvidos.

Dessa forma, Singer (2002b) concebe a empresa solidária em contraposição à propriedade privada, pois nesta não há separação entre o trabalho e a posse dos meios de produção. Os/as sócios(as) não recebem salários, mas retiradas, que variam de acordo com a receita obtida. Eles decidem coletivamente, em assembleias, sobre os rumos da empresa e todos(as) têm o mesmo poder de decisão sobre ela. Além disso, é caracterizada pela administração democrática, ou seja, a prática da autogestão. Sendo assim, elege a cooperativa como modalidade básica desse modo de produção, sem, contudo, deixar de alertar para o perigo da degeneração em razão da exigência da participação efetiva dos(as) seus/suas sócios(as) nas assembleias e a falta de formação democrática. Ou seja, a manutenção do espírito associativo é condição irreduzível para não haver uma descaracterização dessas iniciativas.

No entanto, as organizações da economia solidária não se restringem às cooperativas. Há diversas outras modalidades de empreendimentos associativos relacionados a um projeto alternativo de organização produtiva, social e política. Eles almejam se constituir espaços demarcados pela solidariedade daqueles(as) que não se sentem incluídos(as) no projeto da sociedade mercantil. Os estudos realizados por Gaiger (2007) demonstram que diversos empreendimentos são regidos por uma racionalidade distinta da capitalista. Além disso, pesquisas vêm demonstrando que no interior dessas iniciativas são constituídas sociabilidades baseadas nos princípios de emancipação social.

Não obstante, Gaiger (2003) faz algumas ponderações às formulações de Singer. Para ele, não estaríamos diante de outro modo de produção, mas de uma nova forma social de produção, nos interstícios do capitalismo. O fato de o capitalismo e seus corolários terem se constituído de forma hegemônica não impediu que outras formas de produção sobrevivessem, a exemplo da economia camponesa. Assim, na análise desse autor, a economia solidária seria mais uma dessas formas de produção social, caracterizada pela reconciliação dos(as) trabalhadores(as) com o produto do seu trabalho, uma vez que nessa modalidade produtiva não há expropriação privada. Em relação às possibilidades de superação do sistema atual, Gaiger destaca que somente os desdobramentos históricos poderão demonstrar a que ponto as práticas anticapitalistas em voga nas iniciativas solidárias, com seu formato conseguirão contrapor-se ao modo de produção ora hegemônico na sociedade. Em suas palavras:

[...] Importa, no entanto, registrar o seu caráter dialético, em que forças ainda por vir insinuam-se como episódios a seu tempo laterais e pouco significativos, através de mutações quase imperceptíveis, sem virem, senão ao cabo de um longo período histórico, a suprimir as estruturas de vida social às quais tenderão a sobrepor-se, em prazo mais curto, mas igualmente indeterminado. (GAIGER, 2003, p. 200).

Já Laville (2009a), ao contrário de Singer, não apresenta a economia solidária como um novo modo de produção. Analisando o contexto europeu, atribui a expansão desse fenômeno à crise da sociedade salarial e à generalização de serviços na economia. Diante desse quadro, a exclusão social provocou a busca de novas formas de regulação da sociedade, baseadas em torno da auto-organização social, sob formas econômicas e políticas.

A importância das experiências da economia solidária reside, para Laville (2009c), na rejeição da mercantilização da vida social, ao integrar ações que contestam as proposições neoliberais como irreversíveis. Além disso, essas iniciativas demonstram que o comportamento econômico não é regido por um único princípio, o mercantil, mas se aliam a esse três outros fatores, que persistiram: o da domesticidade, o da reciprocidade e o da redistribuição<sup>32</sup>. Nesse sentido, criticando o reducionismo do fazer econômico apenas pelo interesse material e individual, Laville recupera a concepção de Polany (1983 apud LAVILLE, 2009c) de que a economia é plural, composta por inúmeras formas de produção.

[...] Para los distintos actores comprometidos con las asociaciones obreras y campesinas, la regulación de la economía no puede confiarse exclusivamente al mercado; es el momento de avanzar hacia una economía plural que admita otros principios distintos al del mercado. Para ellos el *laissez-faire* liberal desemboca en una desigualdad opuesta a los ideales republicanos y prefieren elaborar nuevos modos de regulación social para el trabajo. Se busca una economía que podría ser solidaria: la organización del trabajo que queda por encontrar podría proporcionar la oportunidad de crear entidades productivas que inscriban la solidaridad en el corazón de la economía. (LAVILLE, 2009b, p. 74).

Mesmo admitindo que haja uma diversidade de organizações que se propõem solidárias, Laville apresenta dois traços comuns que as singularizam:

- la agrupación voluntaria tiene su fuente en la referencia a un vínculo social que se mantiene a través de la puesta en marcha de una actividad económica. La participación es esta actividad, al no poder desligarse del vínculo social que la motiva en un primer momento, depende por tanto del principio de comportamiento económico que es la reciprocidad igualitaria, la cual rige las relaciones entre las personas asociadas.
- la acción colectiva, puesto que está basada en la igualdad entre miembros, es el vector de acceso al espacio público que proporciona a los miembros la capacidad para hacerse oír y para perseguir un cambio institucional. Las estructuras

<sup>32</sup> O princípio da domesticidade consiste em produzir para seu próprio usufruto; o objetivo é de produzir e armazenar para a unidade base. A reciprocidade corresponde à relação estabelecida entre várias pessoas, por meio da sequência durável de dádivas. Ela é fundada sobre a dádiva como fato social elementar, seu aspecto essencial é que as transferências são indissociáveis das relações humanas. A redistribuição é o princípio no qual a produção fica a cargo de uma autoridade que tem a responsabilidade de distribuí-la. Por fim, o mercado, lugar de encontro entre a oferta e demanda de bens e serviços para fins de troca, repousando sobre o equilíbrio entre a oferta e a demanda (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

constituídas, excepto en el caso de su papel econômico, crean espacios públicos autónomos en el sentido establecido por Habermas, es decir, desarrollando procesos regulados por la solidaridad y no por el dinero ni por el poder administrativo. (2009b, p. 75).

Partindo dessa perspectiva, Laville (2009c) remata que as formas de produção baseadas na reciprocidade surgiram como formas de resistência ao princípio mercantil, em decorrência de ações coletivas que, distintamente das filantrópicas, seriam capazes de promover a solidariedade democrática, contribuindo assim para a realização de um projeto de democratização da economia e da sociedade. Contudo, esse projeto só seria possível se conseguirem congregar-se “para além de suas inserções setoriais e aprofundar a avaliação do que esteja em jogo e suas implicações às regulações públicas, bem como aliar-se à economia social e aos movimentos sociais que compartilham de suas finalidades” (LAVILLE, 2009c, p. 148). Nesse sentido, a economia solidária seria responsável por reconectar o econômico com o social, combinando a reciprocidade com a lógica redistributiva.

A proliferação dessa nova forma de regulação, para Laville, leva em conta a possibilidade de junção entre os aspectos redistributivo e de reciprocidade, promovendo um fortalecimento da sociedade civil, sem, contudo, significar uma substituição do Estado por esta. Essa proposição se justifica porque para ele é necessária uma democratização recíproca da sociedade civil e dos poderes públicos, considerando a pluralização da democracia e da economia em ressonância. Isso porque, assim “como Polany, Laville acredita na importância das práticas para informar a existência e para analisar as perspectivas de conciliação entre igualdade e liberdade” (LEITE, 2009b, p. 35). Nesse sentido, elas devem ser reconhecidas e estudadas tomando-se por base o movimento econômico real, e não um projeto de reforma social ancorado em teorias historicamente construídas.

A través de esta doble inscripción simultanea en la esfera económica y en la política, la economía solidaria hunde sus raíces en adhesiones vividas que pueden ser tradicionales. Pero no puede confundirse con la economía tradicional porque sobrepasa el dominio de lo privado, expresando en el espacio público la reivindicación de libertad de acción en la economía, de que se conceda una legitimidad a la iniciativa económica independientemente de quien posea el capital. La economía solidaria revela la existencia de un empresariado que no se mueva por la rentabilidad del capital invertido y que no distingue entre lo que es del orden de la producción y lo que es del orden de la distribución, combinando la asociación para ejercer una actividad económica común con la ayuda mutua. (LAVILLE, 2009b, p. 75).

Conforme essa abordagem, o trabalho é uma das questões que se mostra decisiva para refletir a organização das formas de solidariedade que, ao mesmo tempo, estruturam

atividades econômicas e contribuem para uma ação pública imperativa ao estabelecimento de uma sociedade que se almeja democrática. Para França Filho e Laville (2004), a crise da sociedade salarial não se restringe à crise do emprego, mas deve ser pensada concomitantemente com a crise da socialização, levando-os a privilegiar três preocupações: a) a de assegurar a busca de uma repartição do emprego menos desigual do que a realizada em detrimento de certos grupos sociais como os idosos, os jovens e as mulheres, promovendo, assim, o reforço do vínculo social; b) a de explorar todas as oportunidades de criação de empregos em condições socialmente aceitáveis; c) a de favorecer outras formas de trabalho, para além do emprego, contribuindo com a socialização e o reconhecimento social. Segundo os autores, se não houver uma dissociação dessas três orientações, torna-se concreta a perspectiva da pluriatividade, que constitui uma alternativa à precarização dos empregos.

A construção teórica de Laville demanda uma instituição social da economia. Esta não pode ser pensada somente na dimensão econômica, como resposta às necessidades, precisa ser subordinada às prioridades coletivas por meio de uma deliberação política. Gaiger (2004) já vislumbrava a necessidade dessa institucionalização quando coordenou um estudo sobre as experiências de economia solidária no Brasil. Ele defendeu a criação de um novo sistema de regulação que garantisse a coexistência entre as distintas formas de produção social com um mínimo de equilíbrio. Essa demanda é tão crucial para a viabilidade das iniciativas solidárias que um dos pontos prioritários da agenda política daqueles(as) que atuam nesse campo é a aprovação do marco legal da economia solidária.

Assim, Laville e Gaiger apresentam duas questões que a economia solidária se propõe a responder, na América Latina e na Europa, respectivamente.

[...] No Sul, a questão primordial consiste em assegurar as condições materiais indispensáveis à sobrevivência daqueles que jamais foram efetivamente integrados à economia de mercado e ao gozo dos direitos sociais, mediante alternativas de trabalho, renda e serviços ancorados na matriz popular associativa e nas suas lutas de resistência. Ao Norte, trata-se, em suma, de enfrentar a crise do Estado-providência, a obsolescência e a falta de dispositivos eficazes de proteção social, de reagir à exclusão a partir da capacidade e de engajamento solidário. (2009, p. 167).

Com a amplitude das manifestações da economia solidária, essa adquire uma perspectiva altermundialista, atualizando o debate em torno das possibilidades de alternativas cuja lógica é baseada na cooperação e na reciprocidade. Entretanto, esse campo do conhecimento é controverso e suas bases teóricas são contestadas em alguns estudos (CASTEL, 1998; THÉBAUD-MONY; DRUCK, 2007; ANTUNES, 2007). Um dos

questionamentos mais apontados é a distância entre as construções teóricas do fenômeno e as expressões empíricas deste.

Um dos argumentos utilizados pelos críticos do *mundo em construção da economia solidária* refere-se aos limites apresentados pelas cooperativas em se constituir experiência emancipatória baseada em outros princípios que não os mercantis. Esses limites ficam evidentes pela necessidade de se inserir no mercado capitalista. Além disso, enfrentam dificuldades em termos tecnológicos, de capital, qualificação profissional, educação cooperativa etc. (LEITE, 2009b).

Castel (1998) é um dos críticos mais destacados desse campo. Criticando o conceito de serviços de proximidade de Laville, considera que poucas realizações desse tipo são inovadoras e portadoras de futuro. Isso não significa que Castel despreze a existência de serviços que articulem recursos monetários e recursos não monetários, que articulem a esfera pública e a esfera privada, mas, na sua avaliação, são pouco visíveis e socialmente não ultrapassam a fase da experimentação.

A preocupação de promover uma 'economia solidária', isto é, de ligar a questão do emprego e a da coesão social, de criar vínculos, ao mesmo tempo que atividades, entre as pessoas, é respeitável ao máximo. Porém, na situação atual trata-se mais de declarações de intenção do que da afirmação de uma política. (CASTEL, 1998, p. 575).

As críticas à possibilidade de afirmação das experiências da economia solidária colocam, para Chaniel e Laville (2009), o questionamento sobre as instituições que seriam capazes de assegurar na atualidade a pluralização da economia num quadro democrático. Nesse sentido, para esses autores, tanto no Brasil, com a rede de gestores públicos, quanto na França, com a rede dos territórios da economia solidária, ambas criadas em 2002, estaria ocorrendo um redesenho da ação pública em matéria de economia (LEITE, 2009b). Na avaliação de Leite (2009b), essas mudanças sociais ocorridas nas práticas políticas não significam rupturas drásticas do modelo societário, mas se fazem como procedimentos de novas instituições ao lado e por cima das antigas.

Em outras palavras, as novas formas de regulação pública estão intrinsecamente ligadas às experimentações de outro mundo em construção, como é apregoado pelos(as) adeptos(as) da economia solidária. Mundo este em que os aspectos sociais da economia são repostos e novos espaços de atuação política são construídos. Agora não mais separado das formas de reprodução, mas religados à dimensão pública da ação, como bem é demonstrado por França Filho e Laville:



[...] mesmo em relação àqueles casos mais difundidos de economia solidária no Brasil, que são as várias formas de cooperativas de produção ou de prestação de serviços, em que a dimensão socioeconômica da ação tende a prevalecer sobre a dimensão sociopolítica, é possível também se pensar em termos de uma dimensão pública quando a ação organizacional se coloca em relação à problemática de geração de trabalho e renda [...] Em todo caso, as formas cooperativas de produção, tratando-se de economia solidária, conhecem uma preocupação crescente com a questão do desenvolvimento local. Portanto, para além da sua ação no mercado, cujo benefício social restringir-se-ia apenas ao grupo dos cooperados internos [...] a tendência do movimento é aquela de valorização de uma dimensão pública da sua ação mediante a ênfase nos impactos da organização na vida social. É exatamente esta dimensão pública da ação, ou seja, de um agir no espaço público, que confere à economia solidária uma dimensão política fundamental. [...] o caráter político deste fenômeno, para além da sua dimensão social e econômica, não significa raciocinar em termos de uma forma qualquer de tomada de poder institucional, como se a implantação de outra economia fosse possível por decreto. Mas de pensar as formas de economia solidária também como um modo de agir no espaço público, em função dos problemas concretos que são levantados na sua prática. Esta é, além disso, uma forma de ação política, pois supõe também mudança ou transformação institucional, que se faz, porém, num processo, cotidiano mesmo, em que se experimentam outros valores e lógicas associados ao trabalho econômico, concebido acima de tudo como construção coletiva democrática. (2004, p. 18-19).

É nesse contexto que buscamos responder, no decorrer da tese, se a organização das cooperativas de trabalho, identificadas com a economia solidária, além de estimular a dimensão social e econômica, constituem-se em espaços de ação política que propiciam mudanças na sociabilidade e no modo de se portar no mundo. Antes de buscarmos respostas a essa questão, enveredaremos pelos caminhos percorridos pela economia solidária no Brasil.

## 5.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

As experiências da economia solidária, para alguns autores (NOVAES; FARIA, 2011; BARBOSA, 2007) não têm alcançado uma transformação social significativa que possibilite uma nova regulação social. Entretanto, por outro lado, é inconteste que elas

emergem como formas de resistência importantes à realidade atual do mercado de trabalho e adquirem um significado extremamente relevante para os trabalhadores que nelas se inserem, despontando como um elemento central à compreensão do novo momento do mundo do trabalho (LEITE, 2009b, p. 39).

Como realidade efetiva, essas experiências persistem, mesmo com o crescimento econômico brasileiro na última década, constituindo-se em fonte de solidariedade e utopia, pela via da desalienação do trabalho.

Em razão do crescimento e fortalecimento das iniciativas no campo da economia solidária, diversos atores, com papéis distintos, incorporaram-se a este universo, contribuindo

para um quadro institucional dessas práticas. Se até então demonstramos que no meio popular a associação e a cooperação estiveram presentes historicamente nas experiências dos grupos em situação de vulnerabilidade, a partir de 2003, no governo de Luis Inácio Lula da Silva, as iniciativas associativas adquirem um espaço institucional: a SENAES. Nesta secretaria, órgão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), desenvolvem-se políticas que vão do financiamento à formação, visando fortalecer essas experiências para que se tornem alternativas de trabalho e renda. Antes disso, a atuação de várias organizações em prol de uma economia solidária propiciou o nascimento de um movimento vigoroso que articulou a junção da dimensão econômica e política, o que resultou na criação da secretaria como uma ação pública oriunda das reivindicações dos atores que atuam em defesa de outras formas de trabalho para além do assalariado.

Diversos foram os atores que contribuíram para a propagação da economia solidária. Sem dúvida, a crise econômica da década perdida e as políticas neoliberais dos anos de 1990 desempenharam seu papel nesse cenário, mas a atuação das entidades de fomento e assessoria propiciou uma organicidade à heterogeneidade de empreendimentos criados em torno da bandeira da economia solidária. Faremos, então, uma apresentação das que mais se destacaram nesse campo.

a) **A Cáritas Brasileira.** Instituição ligada à Igreja Católica, a partir de 1980 deu início aos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), visando proporcionar alternativas de sobrevivência aos grupos que viviam processos de exclusão ou eram atendidos pelas políticas governamentais. Esses projetos incentivavam a organização de grupos que, solidariamente, buscavam a autonomia e a dignidade, além de lutarem contra a dependência criada pelo assistencialismo. A despeito da crítica ao assistencialismo, marca das políticas sociais no Brasil, esses projetos também apresentavam esse viés, pois não havia um enfrentamento à origem dos problemas, ou seja, às desigualdades provocadas pelo sistema capitalista. Bertucci e Silva, analisando as críticas atribuídas à Cáritas, avaliam que essas foram assumidas pela instituição promotora dos projetos:

Apesar dessa intenção principal, os PAC também tinham um viés assistencial a fim de atender a necessidades básicas de sobrevivência de pessoas marginalizadas dos sistemas convencionais e do mercado capitalista. Logo, apesar dos esforços das equipes diocesanas, não havia ainda um planejamento sistemático de acompanhamento aos grupos. Até o final da década de 80, os recursos eram repassados aos grupos sob a forma de fundo perdido, apenas com exigências quanto ao cumprimento de critérios organizativos. Somente em 1989 alguns regionais iniciaram a reflexão sobre a necessidade de repasse ou partilha solidária a partir de projetos apoiados, no sentido de dar sustentação aos fundos de apoio aos PACs, o

que garantiu a aprovação de novos projetos e a educação para o exercício da solidariedade. (BERTUCCI; SILVA, 2003 apud SANTANA JÚNIOR, 2007, p. 97)

Para Santana Júnior (2007), o mérito da Cáritas é ter conseguido romper a inércia pela busca de alternativas à pobreza, à exclusão, às políticas assistencialistas e às estruturas de poder autoritárias das regiões em que estavam sendo desenvolvidos os projetos. Essa trajetória propiciou a criação de um Fórum estadual de entidades atuantes na economia popular e solidária, inicialmente no Rio Grande do Sul, para reivindicar políticas públicas para um novo modelo de desenvolvimento, agora baseado na solidariedade e em novas relações econômicas, sociais e políticas.

**b) A Associação Nacional de trabalhadores em Empresas de Autogestão (Anteag).** Surge da necessidade dos(as) trabalhadores(as) de empresas em processo de falência que, na tentativa de preservar seus empregos, passaram a organizar-se para adquirir o controle da massa falida e retornar às atividades da empresa.

As primeiras empresas autogestionárias e cooperativas de trabalhadores industriais foram em Porto Alegre, em 1984, com a recuperação da Wallig de fogões, a BRUSCOR, em 1986, em Brusque (SC), e a Cooperminas, em meados de 1980, em Criciúma (SC). Como a demissão e o fechamento de empresas continuaram no decorrer dos anos de 1980 e 1990, foi se desenvolvendo, aos poucos, “uma tecnologia para aproveitar as oportunidades, oferecidas pela legislação aos trabalhadores, de arrendar ou adquirir a massa falida ou o patrimônio dos antigos empregadores e, assim, preservar seus postos de trabalho” (SINGER, 2002a, p. 87). Os sindicatos tiveram papel ativo nesse processo, ora promovendo a formação de cooperativas para os/as empregados(as) da firma em vias de falência, ora criando organizações em seu interior, responsáveis pelo fomento desses novos empreendimentos.

Com a ampliação e diversificação dessas experiências, em 1994 foi realizado em São Paulo o I Encontro dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão, com a participação de representantes de seis empresas. Nesse encontro decidiu-se fundar a Anteag. Esta surge para ajudar os/as trabalhadores(as) na luta pela preservação dos seus postos de trabalho e, ao mesmo tempo, pelo fim da subordinação ao capital, além de assessorar novas empresas autogestionárias e solidárias.

A expansão das empresas autogestionárias é caracterizada pelas contradições vividas à época. A crise econômica é aprofundada com as medidas neoliberais, aumentando o número de empresas com dificuldades para se manterem no mercado, e, no aspecto político, consolida-se no movimento social a crítica ao capitalismo, estimulando alternativas distintas à

lógica mercantil. Logo, a autogestão passa a ser discutida e praticada pelos segmentos mais vulneráveis à crise.

A Anteag foi fundamental para o êxito das primeiras empresas solidárias e ampliação dessa prática<sup>33</sup>. Assim, multiplicaram-se as iniciativas de sindicatos e trabalhadores(as) no mesmo sentido e, para viabilizá-las, solicitavam a assistência dos(as) técnicos(as) e formadores(as) da Anteag. Singer avaliava que a maioria das experiências de transformar firmas em empresas solidárias tinha obtido sucesso.

Isso é explicado, em primeiro lugar, pelos sacrifícios feitos pelos cooperados que se dispõem a trabalhar durante meses por ganhos mínimos, algumas vezes em troca de cestas básicas [...] Mas também pela enorme dedicação e amor ao trabalho não mais alienado, do que resultam aumentos inesperados de produtividade e grande redução de perdas e desperdícios. E, finalmente, pelo aprendizado por parte dos novos administradores das técnicas e manhas da gestão de comprar e vender, de receber e dar crédito, de inovar produtos e processos e de tecer relações solidárias com outras autogestões. (2002a, p. 91).

Essa visão otimista das empresas recuperadas não é compartilhada por outros pesquisadores, que apontam fracasso na maioria das experiências autogestionárias. Esse fracasso é atribuído à falta de apoio efetivo de um sindicato estruturado, dificuldade de financiamento, forte dependência em relação à solidariedade internacional, agravamento da crise econômica em 1990 etc. Além disso, destaca-se a falta de apoio de alguns grupos de esquerda que viam essas experiências como reformistas (SANTANA JÚNIOR, 2007).

Com a retomada do crescimento econômico em 2004 e, como consequência, a redução das falências e retomada ascendente de emprego formal, há um refluxo no número de empresas recuperadas. Ainda assim, aquelas que persistem, tanto no Brasil como em outros países da América Latina, enfrentam diversas restrições, como as apontadas por Novaes e Faria:

As dificuldades próprias de um processo de recuperação das empresas em crise são amplificadas pelos entraves que se erguem à adequação da tecnologia e organização do trabalho, no relacionamento com o 'mercado' para o escoamento da produção, e na formatação das políticas públicas de fomento a essas experiências. (2011, p. 193).

Malgrado os empecilhos na experiência das empresas recuperadas, não resta dúvida de que a atuação da Anteag, juntamente com outras entidades, contribuiu para a existência de

---

<sup>33</sup> Convém destacar que o movimento das empresas recuperadas foi muito mais forte na Argentina, com a criação de 200 empresas autogestionárias (NOVAES; FARIA, 2011). Ainda assim, a experiência no Brasil destacou-se, até entre os críticos da economia solidária, pela possibilidade da desalienação do trabalho e a constituição de uma alternativa para os trabalhadores numa época de crise ideológica com o fim do socialismo real e a busca da renovação das utopias pela emancipação social.

pelo menos 60 delas no Brasil. Isso porque essas empresas foram capazes de realizar mudanças substantivas no processo de trabalho, como retiradas mais igualitárias, adequação parcial da fábrica aos interesses dos(as) trabalhadores(as) e apropriação do processo produtivo com modificação da divisão do trabalho (NOVAES; FARIA, 2011). Essa vivência levou a Anteag a direcionar sua experiência autogestionária para o debate em torno da economia solidária, constituindo-se, assim, em uma das entidades que forma o Fórum Nacional de Economia Solidária no Brasil (FBES).

c) **As iniciativas da Central Única dos Trabalhadores (CUT).** Não obstante o sindicalismo brasileiro, historicamente, limitar-se a representar os interesses dos(as) trabalhadores(as) com contratos formais, as transformações no mundo do trabalho, a reestruturação produtiva no Brasil e a necessidade de fomentar novas oportunidades de trabalho e de alternativas de desenvolvimento social e sustentável impuseram novas questões e desafios. Inspirada nos princípios da economia solidária e no desenvolvimento local, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) criou, em dezembro de 1999, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS); a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol), em 2000; e, por fim, em 2004, a Cooperativa Central de Crédito e Economia Solidária (Ecosol) (LEITE, 2009b).

A ADS atua no planejamento e na articulação dos empreendimentos solidários, utilizando como estratégia a formação de complexos cooperativos entre atores/atrizes e organizações dos territórios em torno de objetivos comuns. Para essa Agência, os complexos contribuem para ampliar a produtividade e a capacidade de inovação; além disso, estimula a formação de redes de cooperação com base nas parcerias entre os empreendimentos e as instituições financeiras facilitando o fluxo de informações.

O acesso ao mercado é uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas iniciativas solidárias, na avaliação da ADS. Por isso, atuam na implementação de políticas de comercialização articulando atores para a criação de sistemas locais de comercialização, adotando política de *marketing* e fomentando a organização de espaços públicos e cooperativos para a comercialização de produtos e serviços da economia solidária. Nesse sentido, a Agência possui parceria com vários ministérios do governo federal, entidades nacionais, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), e entidades internacionais, como a Central Sindical Alemã (DGB) (LEITE, 2009b).

A ADS vem atuando na formação de vários complexos cooperativos. Atualmente, há 27, sendo 13 na área agrícola (congregando 20 cooperativas e 8.124 trabalhadores) e 14 distribuídos entre as áreas de indústria, serviços, pesca,

reciclagem, comércio e artesanato (reunindo 177 empreendimentos e 8.115 trabalhadores) [...] A ADS considera, ainda, como um de seus objetivos a implementação de uma política de organização sindical articulada à economia solidária, tendo a CUT como condutora do processo. Tal política, desenvolvida por intermédio do sindicato dos trabalhadores dos empreendimentos autogestionários, está voltada para a luta conjunta contra o desemprego e a favor dos direitos trabalhistas, sociais e previdenciários de todos os trabalhadores. (LEITE, 2009b, p. 43).

A Unisol surgiu, em 2000, por iniciativa do sindicato dos metalúrgicos do ABC paulista, no contexto de recuperar as massas falidas. Iniciou suas atividades gerando trabalho e renda com 12 entidades em São Paulo. Já em 2004 expandiu sua área de atuação para outros estados, contando com mais de 70 empreendimentos e assessorando cooperativas em vários estados do país. Essa realidade transformou a Unisol em um complexo nacional que possui 230 empresas filiadas, sendo 65% de cooperativas e 35% de associações. Ela oferece a suas filiadas os serviços de assessoria em *marketing* e comercialização, financiamento, assistência técnica, formação e, sobretudo, representação política.

O principal projeto da entidade atualmente – Programa de Inclusão e Organização Produtiva dos Empreendedores Cooperados – vem sendo desenvolvido com o Sebrae em conjunto com 99 empreendimentos. O objetivo do programa é fortalecer os empreendimentos, articulando-os entre si por atividade econômica; está dirigido para alguns setores específicos, como construção civil, apicultura, confecção e têxtil, metalurgia, artesanato e reciclagem. O programa pressupõe a contratação de um técnico para acompanhar cada projeto. (LEITE, 2009b, p. 43-44).

Por fim, a Ecosol, criada em 2004, em parceria com o Sebrae, consiste num conjunto de cooperativas de crédito que atuam segundo os princípios da economia solidária. Busca estimular a solidariedade financeira entre os/as associados(as), utilizando recursos poupados pelos(as) cooperados(as) que são investidos em projetos de geração de renda por meio de empréstimos para outros(as) cooperados(as). Busca inserir a população de baixa renda no sistema financeiro, resultando no desenvolvimento das regiões em que atua.

d) **As Incubadoras universitárias.** A primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) foi criada, em 1995, no Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe), da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esta Incubadora apoiou a implantação da Cooperativa de Trabalho de Manguinhos (Cootram), juntamente com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Universidade de Santa Maria, e, a partir de 1996, estendeu sua atuação para a Baixada Fluminense e as favelas cariocas, criando novas cooperativas.

Para Singer (2002a), a ITCP desempenha papel fundamental no processo de formação de cooperativas e grupos de produção associados, pois presta assessoria contínua aos empreendimentos da economia solidária; divulga os princípios do cooperativismo entre os grupos interessados, ajudando-os a organizarem atividades produtivas ou de prestação de serviços, a legalizarem as cooperativas, a buscarem mercados e financiamento etc. Além disso, convém ressaltar que as próprias universidades contrataram cooperativas para as atividades de limpeza e congêneres, melhorando o rendimento dos(as) trabalhadores(as).

Com o sucesso da ITCP do Rio de Janeiro, é lançado em 1998 o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (Proninc) visando financiar a formação de mais cinco incubadoras. Neste período já existia a Incubadora da Universidade do Ceará, então foram criadas mais quatro incubadoras nas Universidades Federais de Juiz de Fora e Rural de Pernambuco, e nas Estaduais da Bahia e São Paulo. Com o sucesso do programa, o número de universidades interessadas ultrapassa o previsto pelo Proninc, ampliando essa prática para outros centros universitários. Em 1999 foi criada a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares com o objetivo de disseminar conhecimento sobre o cooperativismo e a autogestão, além de contribuir com o desenvolvimento da economia solidária. Em 1999, a rede de incubadoras aceita um convite da Fundação Unitrabalho e integra-se a esta como um dos seus programas permanentes. Hoje reúne cerca de 90 instituições que desenvolvem estudos sobre o mundo do trabalho (SINGER, 2002a).

e) **As iniciativas do MST.** Baseando-se na concepção do cooperativismo como instrumento da luta de classe, a partir de 1989, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) apostou na massificação dessa prática como estratégia política e de desenvolvimento econômico dos assentados. Ainda que as experiências cooperativistas tenham tido pouco sucesso entre os assentados, o MST continua estimulando os formatos associativos como alternativas para superarem os limites no acesso ao crédito, ao financiamento, às compras de insumos, à comercialização etc. Prova disso é a criação, em 1992, da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), que agrega, nacionalmente, além das cooperativas, outros formatos produtivos baseados no coletivismo.

f) **O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).** Foi criado em 2003 com o objetivo de articular e mobilizar as bases da economia solidária no território nacional em torno dos princípios e da plataforma de lutas aprovadas no momento da criação. Cabe também ao FBES “promover um intercâmbio qualificado de interesses econômicos, sociais e políticos, na perspectiva de superar práticas tradicionais de dependência, que tanto têm comprometido a

autonomia necessária ao desenvolvimento das organizações sociais” (FBES, 2011, p. 2). O FBES tem sede em Brasília e atua diretamente com a SENAES. Ele está organizado em mais de 130 fóruns municipais, microrregionais e estaduais, envolvendo mais de 3.000 empreendimentos econômicos, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de gestores em economia solidária (FBES, 2011).

A partir de 2006, os Fóruns Estaduais estão presentes em todos os 27 estados do Brasil. O crescimento também tem promovido articulações e intercâmbios internacionais, especialmente com América Latina na Rede Intercontinental para a promoção da Economia Solidária (RIPESS). Contudo, os avanços e a institucionalização, especialmente, através da criação da SENAES e do Conselho Nacional, requereram uma definição cada vez maior do papel político e estratégico do FBES na luta e construção de um projeto de sociedade. (FBES, 2011, p. 3).

A atuação dessas diversas entidades possibilitou a agregação de lutas históricas e recentes que se articulam para formar um novo movimento que atua primordialmente no combate à pobreza pela via associativa. Esses agrupamentos, agora incorporados nas demandas da economia solidária, desenvolvem um trabalho de formação sociopolítica que difundiu os valores solidários. Além disso, as ações das diversas entidades citadas anteriormente possibilitaram um quadro amplo e diverso de experiências nesse campo. Nesse sentido, Gaiger e Anjos (2011) distinguem quatro segmentos que compõem o campo da economia solidária: a) os empreendimentos solidários, nos quais se realizam atividades econômicas de produção, prestação de serviços, comercialização, finanças e consumo, de maneira associativa e cooperativa; b) as organizações civis de apoio e promoção da economia solidária, entre elas inúmeras ONGs, Universidades, Incubadoras, entidades sindicais e, ainda, organismos de pastoral social de igrejas cristãs; c) os organismos estatais responsáveis pelos programas públicos de economia solidária, abrangendo desde a SENAES até órgãos de administrações estaduais e municipais; d) As iniciativas e os órgãos de representação e articulação política dos diversos segmentos e atores, no âmbito dos movimentos sindicais; das pastorais sociais; das incubadoras; dos gestores públicos; das entidades de crédito solidário; das redes de troca e, sobretudo, dos fóruns locais e regionais e do FBES, responsável pelos encontros, debates e mobilizações nacionais. Como órgão maior da esfera pública, representativo dos diversos setores do Estado e da sociedade civil, destaca-se o Conselho Nacional de Economia Solidária, instalado em 2006.

O desempenho desses diversos atores e segmentos resultou em mais de 20 mil empreendimentos econômicos registrados pela SENAES. Ainda que a análise do seu potencial não tenha um consenso se, de fato, constituem-se em alternativa de trabalho



emancipatória, esses empreendimentos são estimulados, tanto pela sociedade civil quanto pelo poder público, como novas oportunidades para os/as trabalhadores(as), principalmente para grupos que historicamente vivenciam processos de exclusão.

Poderíamos afirmar, em suma, que a economia solidária adquiriu uma relevância política tal que foi incorporada como política pública no MTE, via SENAES, e em diversas instâncias dos governos estaduais e municipais, como a Superintendência da Economia Solidária (SESOL), órgão da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE) da Bahia, e a Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE) no Rio Grande do Sul. As políticas públicas para a economia solidária ainda não conseguiram modificar a fragilidade econômica da maioria dos empreendimentos nesse campo, como demonstraremos na seção dedicada à caracterização deles. Todavia, a inserção das demandas solidárias no âmbito público trouxe, para os atores desse movimento, a necessidade de definir uma identidade, assim como um debate em torno da questão político-ideológica que os mobiliza.

### 5.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A SENAES foi criada pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, e visa viabilizar a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário. É a primeira vez no país que um governo assume outra perspectiva para o trabalho que não o emprego assalariado.

Convém lembrar que a SENAES foi fundada paralelamente ao FBES e sua criação foi uma solicitação dos movimentos sociais, da Igreja, dos sindicatos, das universidades e dos partidos políticos. Num sentido mais amplo, a inserção da economia solidária no governo Lula, a criação da secretaria e a escolha de um secretário afinado com a proposta do movimento foram resultados da articulação, mobilização e pressão política dos sujeitos envolvidos com as experiências solidárias em curso. Para Barbosa (2007), a consequência disso está na própria estruturação da secretária que, ancorada nas principais proposições da plenária nacional da economia solidária, é constituída como articulação da luta pelo trabalho autogerido e solidário.

Nesse sentido, a inclusão da SENAES como órgão do MTE é justificada por Singer (2011) pelos estreitos laços políticos e ideológicos da economia solidária com o movimento operário. Por outro lado, o movimento da economia solidária demandava o reconhecimento da necessidade de políticas públicas voltadas para o trabalho associado e autogestionário.

A criação da Senaes no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foi uma decisão importante para situar as políticas de Economia Solidária enquanto uma política de trabalho [...] Tal decisão foi importante inclusive para o próprio MTE, uma vez que este passou a elaborar e implantar políticas públicas de apoio e fomento a formas de trabalho que diferem do (e são inclusive antagônicas ao) trabalho assalariado [...] [Afastou] qualquer possibilidade de que o campo da Economia Solidária ficasse circunscrito às ações de corte assistencial, como medidas contingenciais resultantes da crise do sistema. Pelo contrário, [...] significou o reconhecimento de formas de trabalho e renda diferenciadas, cuja natureza exige políticas específicas que podem e devem dialogar com as outras políticas do campo social, sem se confundir ou subsumir às demais. (FARIA; SANCHEZ, 2011, p. 419-421).

De forma geral, a linha de ação da SENAES pauta-se pela plataforma de lutas construída nas plenárias e encontros da economia solidária, tendo como pontos estratégicos a geração de trabalho, finanças, legislação, cadeia produtiva e consumo ético. A secretaria deve fomentar oportunidades de trabalho, elaborar e articular finanças solidárias que garantam o investimento e continuidade do empreendimento, juntamente com uma estrutura produtiva em cadeia que coloque as unidades em relação produtiva. Além disso, a secretaria constitui-se num “espaço público para formulação e debate das políticas públicas para o setor, envolvendo governo e sociedade” (BARBOSA, 2007, p. 222).

A composição do quadro funcional da SENAES demonstra sua simbiose com o movimento da economia solidária. Barbosa (2007) verifica que os/as diretores(as) de departamento e a equipe de trabalho são referências no processo político-organizativo e de assessoria das experiências de cooperativas e associações do meio popular. Em geral, eles(as) têm trajetória de trabalho nos governos petistas do Rio Grande do Sul, referência na implantação e expansão dos empreendimentos solidários e inserção na Unitrabalho, na Rede de ITCP e em entidades de assessoria como a Cáritas (BARBOSA, 2007).

A peculiaridade do seu quadro funcional e a vinculação do FBES à SENAES, como entidade representativa das lutas do movimento da economia solidária, propiciam um campo político demarcado por tensões, disputas de ideias e ambiguidades na relação governo/movimento social na gestão de políticas. Para Barbosa,

Mesmo que o dissenso não tenha provocado fissuras no compromisso assumido entre FBES/Senaes, há diálogo de enfrentamento principalmente sobre: conjuntura sociopolítica e atuação do governo Lula; critérios para fomento a projetos de economia solidária; morosidade da máquina pública para atender às demandas apresentadas; função e composição do Conselho de Economia Solidária; relação a ser mantida com a OCB e o Sebrae. De modo geral, há um entendimento, comum ao envolvidos com a área, de que a secretaria cumpre um papel específico no governo, muitas vezes destoante com outras esferas governamentais. Isso porque a secretaria leva para o governo problemas de um segmento da classe trabalhadora

extremamente vulnerável e fora das entidades de representação clássicas, porque lida com um tema penoso, que é o desemprego estrutural e a informalidade de pequenos e pobres negócios. (2007, p. 233).

Para além das controvérsias apontadas entre a SENAES e o movimento da economia solidária, representado pelo FBES, Singer (2011) defende que a secretaria está empenhada em promover o combate à pobreza mediante as oportunidades oferecidas pelo programa Fome Zero, a reforma agrária e outras políticas sociais do governo. Nesse sentido, apresentaremos, sumariamente, algumas ações das políticas desenvolvidas pela secretaria durante os oito anos do governo Lula.

Inicialmente, foi criado, em 2004, o *Programa Economia Solidária em Desenvolvimento*, abrangendo as principais ações demandadas dos EES. De modo geral, as políticas desse programa visavam: garantir o acesso a recursos e investimentos nos empreendimentos (crédito, financiamento, finanças solidárias etc.); educação, formação e assessoria técnica adequada e novos mecanismos para a comercialização dos produtos. Seu objetivo foi “promover o fortalecimento e a divulgação da Economia Solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento solidário” (FARIA; SANCHEZ, 2011).

Na avaliação de Faria e Sanchez (2011), a SENAES implementou espaços de participação e controle social das políticas; criou Grupos de Trabalho (GTs) compostos pela secretaria e o FBES para a construção, elaboração e desenvolvimento das políticas e ações; e instituiu as Comissões Gestoras Nacional e Estaduais do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Além disso, interagiu e construiu ações efetivas com outras secretarias do MTE, com vários ministérios e órgãos públicos do governo. Um dos exemplos desse trabalho foi a parceria estabelecida com a Secretaria de Inspeção do Trabalho, o que resultou numa proposta para um novo marco regulatório para as cooperativas de trabalho.

A SENAES coordenou o GT-8 do Fórum Nacional do Trabalho (FNT), denominado de micro e pequenas empresas, autogestão e informalidade. Nesse GT reuniram-se categorias que não possuíam representação institucional no mundo do trabalho – ou seja, categorias sem filiação sindical –, incluindo suas demandas, como a necessidade do marco regulatório que garanta o direito ao trabalho associado e autogestionário. A SENAES garantiu programas de microcrédito aos empreendimentos solidários; participou com o Movimento de Saúde Mental pela articulação de uma política pública federal para as cooperativas sociais; garantiu editais para prefeituras e governos estaduais para ações no campo da inclusão produtiva na perspectiva da economia solidária; apoiou os fundos rotativos solidários e a formação de

bancos comunitários; dialogou com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para a efetivação de ações para o fortalecimento de organizações dos catadores de materiais recicláveis; e garantiu a inclusão da temática da economia solidária na formação educacional dos jovens e adultos, dentre outras (FARIA; SANCHEZ, 2011).

Ao fazer um balanço das ações empreendidas pela SENAES nos oito anos do governo Lula, Faria e Sanchez concluem:

[...] a Economia Solidária conquistou [...] importante espaço no âmbito das políticas públicas sociais, de trabalho, geração de renda, inclusão produtiva, combate à miséria e à fome, cultura, meio ambiente etc., configurando-se uma importante conquista do movimento da Economia Solidária no Brasil e dos movimentos sociais que possuem orientação emancipatória, para além do capital e da sociedade contemporânea. Em que pese essas conquistas, seu destino e consolidação, enquanto política de Estado, são ainda uma incógnita, permanecendo na dependência da capacidade de mobilização e organização dos atores desse campo para inscrever suas demandas imediatas e históricas na agenda pública. (2011, p. 435).

A II Conferência Nacional da Economia Solidária (CONAES), realizada em Brasília, em 2010, reconheceu os avanços das políticas públicas nos últimos anos. Entretanto, destacou que elas são limitadas, fragmentadas, com pouca abrangência e estão muito aquém das necessidades concretas.

Os programas de economia solidária sofrem com a limitação dos recursos financeiros e de estrutura institucional. A implementação de programas e ações é seriamente comprometida pelas normativas e pela cultura institucional que favorecem a fragmentação das políticas, dificultando apoio governamental no fomento aos empreendimentos de economia solidária. Da mesma forma, o acesso dos empreendimentos econômicos solidários ao financiamento e ao crédito ainda é extremamente limitado e em alguns setores, inexistente. (CONAES, 2010, p. 7).

Para os/as delegados(as) presentes na conferência é necessário o reconhecimento da economia solidária como direito de cidadania. Dito de outro modo, com direito dos(as) trabalhadores(as) às condições socialmente necessárias de produção, portanto, dever do Estado. Nesse sentido, o documento final da II CONAES apresenta dois grandes desafios:

[...] O primeiro é avançar na institucionalização e na ampliação das políticas públicas de Economia Solidária, tornando-a permanente na estrutura do Estado Brasileiro. Isto viabilizaria as seguintes conquistas: reconhecimento dos empreendimentos econômicos solidários, como sujeitos de direito; ampliação do acesso ao conhecimento por meio da educação, da formação, do assessoramento técnico e das tecnologias sociais; ampliação do acesso ao crédito (investimentos e capital de giro) para os empreendimentos, bem como fortalecimento das iniciativas de finanças solidárias (bancos comunitários, fundos solidários e cooperativas de crédito solidário); ampliação do acesso aos mecanismos e instrumentos de comercialização justa e solidária, incluindo a implantação do Sistema de Comércio

Justo e Solidário e participação dos empreendimentos econômicos solidários nas compras governamentais. O segundo desafio é a criação e implantação do Sistema Nacional de Economia Solidária, articulando as iniciativas dos entes governamentais e da sociedade civil nas esferas municipal, estadual e federal; promovendo a intersetorialidade e a integração entre as várias políticas que dialogam com a economia solidária como estratégia de desenvolvimento sustentável. Para dar suporte a essas iniciativas, deverá ser criado o Fundo Nacional de Economia Solidária como instrumento de financiamento das Políticas Públicas de Economia Solidária e de fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários. (CONAES, 2010, p. 7-8).

A preocupação com as características das políticas de economia solidária também está presente na reflexão de Schiochet (2011). Ele reconhece que a Conferência Nacional, a SENAES e o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) configuram uma institucionalidade das políticas desse campo, porém essas são “políticas de governo”. A existência delas depende dos partidos, coalizões ou grupos que assumem a direção do poder executivo. Portanto, elas não foram incorporadas à agenda de direitos e deveres. Nesse sentido, Schiochet defende a incorporação das políticas públicas de economia solidária como política de Estado. Sendo assim, elas entram no campo dos direitos e passam a ser dever do Estado.

Numa perspectiva analítica distinta, Barbosa (2007) faz uma dura crítica às políticas de economia solidária, afirmando que elas podem vir a ser um atenuante à dramaticidade do quadro social. Para a autora, a economia solidária poderá propiciar essa situação caso não haja alterações profundas nas conversões financeiras, pois as atividades de trabalho estão alicerçadas nas “relações de terceirizações com empresas ou garantem a subsistência elementar de trabalhadores desempregados, provocando efeitos materiais e ideológicos a serviço das necessidades histórico-concretas do capital” (BARBOSA, 2007, p. 235). Na avaliação dessa autora, trata-se de uma política focalizada, segmentada a um grupo social, num campo de ressignificação do trabalho e de desconstrução da ideia do direito social, terminando, portanto, com a legitimação da segmentação do acesso ao mercado de trabalho.

Na sua crítica, Barbosa (2007) desconsidera segmentos da classe trabalhadora que efetivamente não puderam acessar os direitos sociais pelo trabalho assalariado. Os/as trabalhadores(as) desempregados(as), os/as que nunca tiveram carteira assinada e os/as precarizados(as) reunidos em iniciativas econômicas solidárias reivindicam, por meio do movimento da economia solidária, seus direitos. Dito de outro modo, os direitos sociais e a proteção social estão atrelados ao assalariamento. O que se busca é a extensão desses direitos a outras formas de trabalho, logo, conferir um estatuto social às práticas econômicas organizadas em produção coletivas sob a forma do trabalho associado.

Não obstante, há um aspecto procedente na crítica de Barbosa, no nosso entendimento. Dando prosseguimento a sua avaliação das políticas da SENAES, ressalta que a diversidade de noções em torno da economia solidária reitera a ambivalência do próprio movimento organizativo na área. Assim, indaga-se sobre o destino dessas políticas, pois não se limitariam ao trabalho coletivo autogestionário, mas também seriam destinadas a qualquer ação de promoção de renda e trabalho. Nas palavras da autora:

A vinculação da economia solidária ao movimento social e às narrativas anticapitalistas indica uma preposição distinta de enfrentamento do desemprego estrutural e da informalidade do trabalho. Entretanto, uma controvérsia se instala na base argumentativa e de atuação dos sujeitos políticos envolvidos. A economia solidária acompanha as recentes tendências sobre programas de geração de renda em consonância com a reestruturação produtiva e a desregulação no campo da proteção social. Responde a isso, material e ideologicamente, fomentando formas de ocupação, algumas vezes ampliando o espaço econômico nas periferias e áreas empobrecidas do campo e da cidade, enquanto, igualmente, fomenta a cultura do autoemprego, contribuindo para essas novas ideias das classes dominantes. (BARBOSA, 2007, p. 200).

As ponderações de Barbosa suscitam, no nosso entendimento, duas questões. A primeira refere-se à argumentação equivocada quando faz menção ao autoemprego como invenção do capitalismo. Na verdade, foi o sistema produtor de mercadoria que o destruiu para muitos segmentos da classe trabalhadora, os impelindo ao assalariamento à medida que os privou dos meios de produção. Portanto, lutar pelo autoemprego não significa entrar no jogo do capitalismo, ainda mais se essa luta é coletiva e organizada. Além disso, outras frações de trabalhadores(as) que não foram inseridas no trabalho assalariado encontraram no autoemprego a maneira de assegurar sua reprodução.

Já a segunda questão, a que se refere à inclusão da economia solidária nos programas de geração de trabalho e renda, é pertinente no cenário atual das políticas públicas. Com sua incorporação como política de combate a pobreza, os EES são impulsionados em territórios que até então não contavam com a atenção do poder público, ampliando, assim, o contingente de trabalhadores(as) que veem nessas experiências um paliativo para o quadro adverso no qual estão inseridos. Casos empíricos dessa prática ocorrem em Salvador. A SESOL, conjuntamente com outros órgãos do governo estadual, está incentivando grupos associativos como estratégia de desenvolvimento de áreas caracterizadas pela violência e pobreza extrema, denominados nessas políticas de territórios da cidadania. Ainda que essas iniciativas agreguem adeptos(as), se não houver políticas públicas que garantam o financiamento e alternativas efetivas de comercialização, elas entrarão no ciclo nascimento e mortalidade, típico dos micro e pequenos empreendimentos.

Outrossim, um sinal de descompasso entre as ações da política pública e as propostas do movimento da economia solidária foi o Projeto de Lei 865. Em 31 de março de 2011, a presidência encaminhou ao Congresso Nacional o referido projeto, que cria a Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa (SEMPE) e incorpora a ela a SENAES e o CNES, sem a anuência dos(as) atores/atrizes do movimento. O FBES desencadeou um processo de mobilização contra o PL 865 realizando, entre 09 de maio e 28 de junho, 23 audiências públicas estaduais e uma audiência pública nacional. Participaram dessas audiências mais de 2.500 pessoas representantes dos diversos segmentos do movimento. O argumento para a rejeição do PL fundamenta-se na identidade da economia solidária. Esta é, para seus/suas atores/atrizes, uma estratégia de desenvolvimento baseada na autogestão, na democracia interna e no trabalho associado que, na visão deles(as), deveria ter preponderância sobre o trabalho assalariado e subordinado. Assim, avaliaram que seria incompatível a junção da micro e pequena empresa com os EES (FBES, 2011).

Vale ressaltar que o FBES colocou-se, antes mesmo da realização das audiências, contrário ao projeto lei, portanto as audiências realizadas nos estados deveriam referendar ou não a posição do maior interlocutor do movimento com o governo. Convém salientar que a posição contrária não foi unânime entre as entidades que integram o Fórum: a Unisol apoiou a transferência da SENAES para a SEMPE, argumentando que a dotação orçamentária da secretaria teria um acréscimo considerável na nova instância. Por fim, o FBES apresentou um documento ao governo expressando a insatisfação com o PL 865 e propondo duas alternativas: a criação da Secretaria Especial da Economia Solidária e Desenvolvimento Econômico Solidário ou o fortalecimento da SENAES no MTE. Apesar desse desencontro entre governo (Poder Executivo) e FBES, este continua conectado à secretaria.

A permanência da SENAES no MTE já está acordado, agora nos cabe perguntar se essa continuidade possibilitará avanço para os/as trabalhadores(as) associados(as) que lutam constantemente para garantir seu espaço no mercado sem ter que aderir à lógica utilitarista do capitalismo.

#### 5.4 OS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: DILEMAS E POSSIBILIDADES

Até 2005, as investigações sobre os EES baseavam-se, em sua maioria, em estudos de casos, impossibilitando, assim, generalizações quanto às origens, feições, tipos e potenciais de mudança desses empreendimentos, para os/as trabalhadores(as) que neles se inserem. O

Mapeamento dos EES possibilita análises mais fundamentadas sobre necessidades, limites e potencialidades que representam para aqueles(as) que se encontram em situação de vulnerabilidade, como as mulheres, os/as negros(as), os/as trabalhadores(as) da agricultura familiar, os/as trabalhadores(as) sem qualificação profissional e os/as desempregados(as), entre outros.

Por causa da heterogeneidade de experiências econômicas no meio popular, foi preciso delimitar o conceito de empreendimento econômico solidário. Nesse sentido, Gaiger argumenta:

O uso crítico do conceito é um mister, tendo-se consciência dos campos político, cultural e científico em que o analista esteja inserido, para se reconhecer aquilo que a visão do problema deva ao senso comum erudito e à posição nele ocupada pelo sujeito do conhecimento. O interesse legítimo em evidenciar as qualidades emancipadoras e promissoras das alternativas de produção econômica não dispensa sua análise rigorosa. [...]. Como tipo ideal, o conceito de empreendimento econômico solidário é um instrumento heurístico, útil à busca de conexões causais, não acidentais, que operam no interior das experiências de economia solidária e constituem-nas como *classe específica* de empreendimentos. O conceito objetiva viabilizar comparações posteriores entre seus enunciados e os casos singulares, sem pretensão de estabelecer correspondência perfeita. (2009b, p. 186, grifo do autor).

As ponderações de Gaiger (2009b) são extremamente importantes porque o uso desse conceito foi disseminado descontroladamente, com conotações e finalidades diversas. Utiliza-se como uma categoria analítica nas pesquisas acadêmicas, como denominação para todas as atividades no campo da economia solidária<sup>34</sup> e, de modo geral, para os agrupamentos no meio popular que desenvolvem atividades econômicas com algum grau de associativismo.

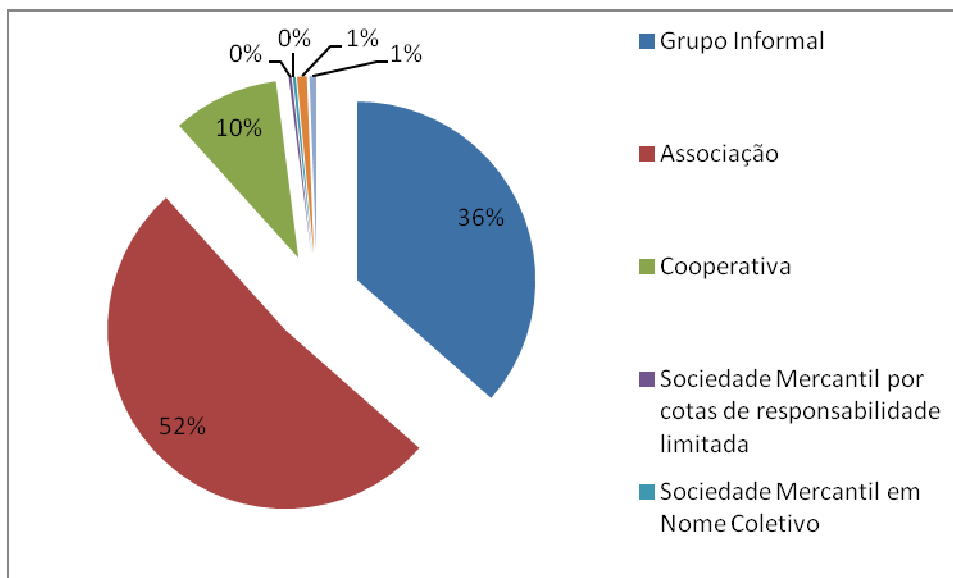
O Mapeamento registrou 21.855 empreendimentos, estando, à época, 90,5% deles em funcionamento. As formas de organização predominantes são a associação, com 52%, e o grupo informal, com 36%. A cooperativa, formato jurídico que permite um tratamento diferenciado na legislação brasileira, tem somente 10% do total dos empreendimentos, como está demonstrado no Gráfico 1.

---

<sup>34</sup> Com o avanço do movimento da economia solidária e sua estruturação interna nos momentos deliberativos dos fóruns e das plenárias, iniciou-se a reflexão da necessidade do reconhecimento jurídico dos EES. Essa reivindicação consta no documento final da II Conaes (CONAES, 2010), que sintetiza as orientações para as políticas públicas de economia solidária e recomenda a criação jurídica desse empreendimento de forma similar à sociedade laboral na Espanha.



**Gráfico 1 – Formas de organização dos EES**



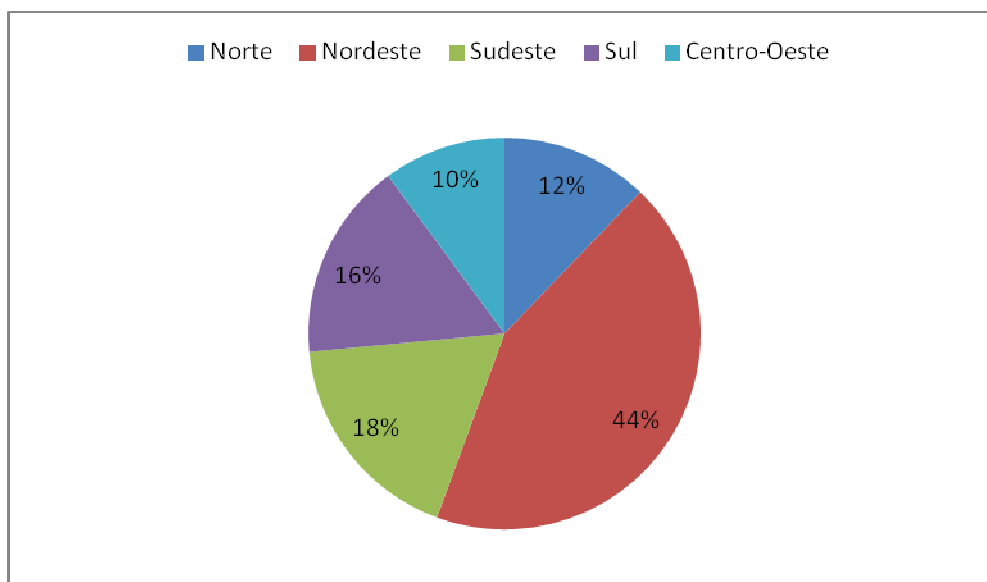
Fonte: SIES/Base de Dados da UNISINOS (2007).

A predominância de associação entre os EES pode estar relacionada com as zonas de atuação da economia solidária. Temos 48% dos EES no mundo rural, 35% no mundo urbano e 17% em ambos. A atuação dos movimentos sociais no campo propiciou a organização de várias associações para livrar os trabalhadores rurais da subordinação dos intermediários e facilitar a compra de insumos e serviços na agricultura familiar. Esse fato pode ser uma das explicações para o alto percentual da associação entre os EES. Além disso, o registro da associação é facilitado, se comparado às exigências para o registro de uma cooperativa. Ademais, convém ressaltar o alto percentual do grupo informal, reiterando-se o interesse das análises sobre a informalidade ao detectarmos, no Atlas da Economia Solidária 2005-2007 (SENAES, 2008), somente 10.902 (50%) dos EES com CNPJ.

É significativo o número de associações na região Nordeste, com 6.153 (65%), seguido dos grupos informais com 2.640 (28%) e somente 546 (6%) cooperativas. Esses dados podem ser contrastados com a região Sul, que tem tradição na prática cooperativista, com 669 (19%) cooperativas, maior contingente do país, e 1.158 (32%) associações. Mesmo com um número significativo de grupos informais e a constância dos processos de informalidade no Nordeste, esta região tem 57% dos EES com CNPJ, o que poderia ser explicado pelo apoio fornecido pelas entidades de assessoria e fomento.

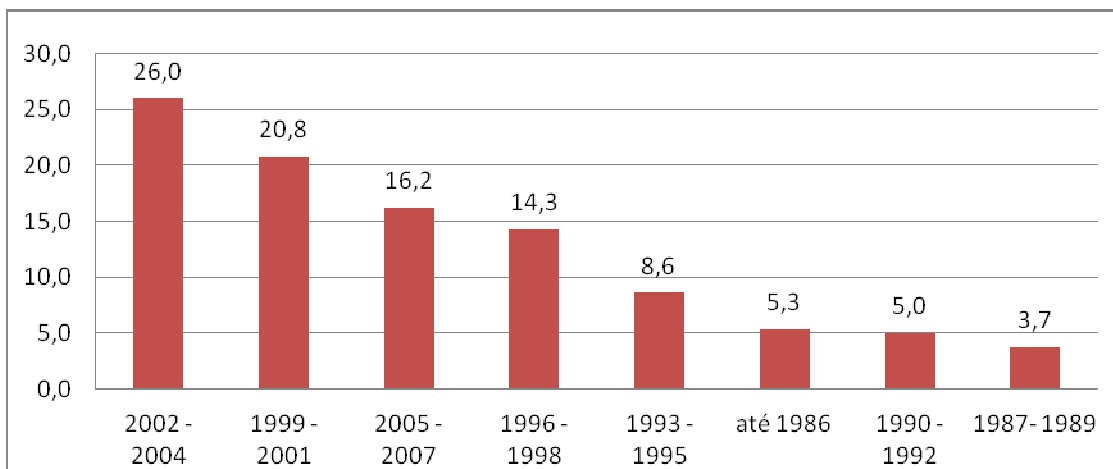
A distribuição territorial, demonstrada no Gráfico 2, e os anos de criação dos EES, no Gráfico 3, são variáveis que refletem as diferenças no nível de desenvolvimento regional brasileiro.

**Gráfico 2 – Representação geográfica dos EES**



Fonte: SIES/Base de Dados da UNISINOS (2007).

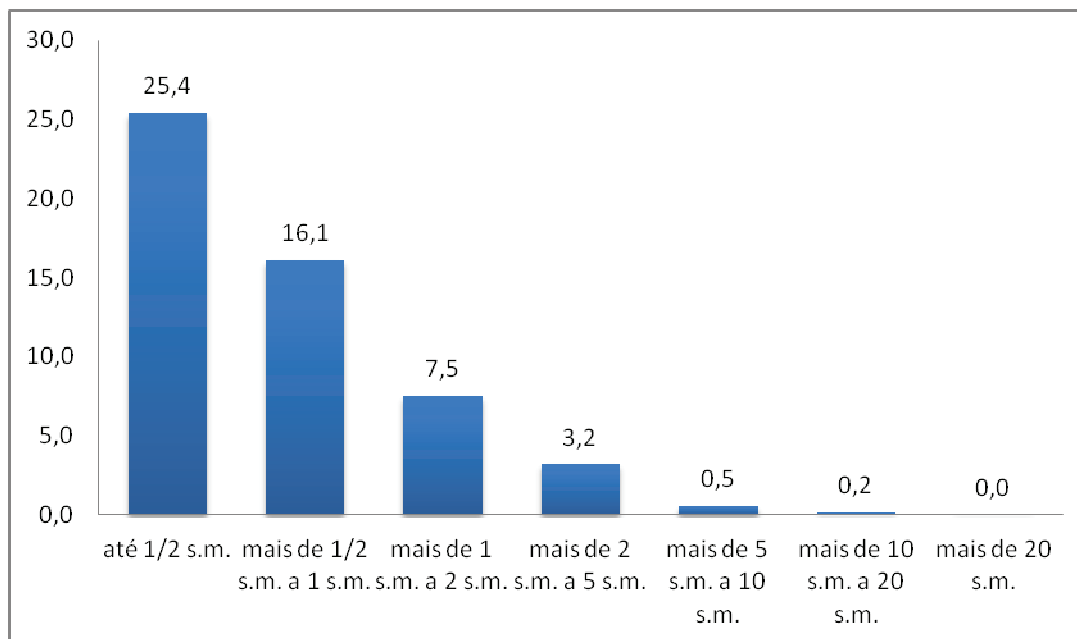
O desenvolvimento desigual das regiões do país provocou uma incidência maior da pobreza na região Nordeste, contribuindo, assim, para a persistência das desigualdades no país (Singer, 2003b). Esse pode ser um dos fatores que explicaria maior concentração dos EES no Nordeste, com 44%, restando 18% no Sudeste, 16% no Sul, 12% no Norte e 10% no Centro-Oeste. Vale ressaltar que as diferenças regionais levaram inúmeras entidades a atuarem mais no Nordeste, propiciando a criação de empreendimentos baseados na cooperação e associação como diretriz para superar a situação de pobreza. Somente nessa região, 3.901 (41%) EES receberam apoio de ONGs, Sindicatos, OSCIPs, Igrejas, Incubadoras Universitárias etc. Além disso, a incorporação da economia solidária como política pública propiciou a atuação dos órgãos governamentais, que apoiaram na criação de 3.569 (37%) empreendimentos.

**Gráfico 3 – Triênio de Início dos EES em Percentuais**

Fonte: SIES/Base de Dados da UNISINOS (2007).

Quanto ao início das atividades dos EES mapeados, identificamos que 85,9% foram criados entre 1993 e 2007. O auge da expansão dos EES é o triênio 2002-2004, com 26%, justamente no momento em que as entidades no campo da economia solidária se fortalecem e adquirem visibilidade política com a realização das plenárias e a participação nas edições do Fórum Social. Por outro lado, 36,9% dos EES existiam a pelos menos nove anos em 2007. Nesse sentido, Gaiger (2004), ao analisar os empreendimentos que superaram os primeiros anos de organização e consolidaram-se como experiências solidárias, depreende que há uma escolha consciente do solidarismo diante de outras formas, como o retorno às formas de vida econômicas antes praticadas em condições de subalternidade.

Ainda que os dados apresentados pelo SIES possam alimentar análises controversas acerca da potencialidade dos EES, estes concretamente geram 513.466 postos de trabalho, sendo 222.529 para mulheres e 262.405 para homens, totalizando 484.934 para os/as sócios(as) trabalhadores(as) e 28.532 para não sócios(as) (Gaiger, 2012). Num sentido mais amplo, em 76,5% dos EES existem sócios(as) que trabalham diretamente no empreendimento. No cômputo geral, existiam, em 2007, 1.687.496 participantes nos EES, sendo 1.057.114 homens (63%) e 630.382 mulheres (37%). Ao compararmos os postos de trabalho criados e o total de participantes dos EES, verifica-se que somente 30% desses(as) participantes trabalham efetivamente no empreendimento, demonstrando, mais uma vez, a grande heterogeneidade das experiências no campo da economia solidária.

**Gráfico 4 – Remuneração dos Sócios(as) que Trabalham nos EES em Salários Mínimos**

Fonte: SIES/Base de Dados da UNISINOS (2007).

Entre os EES que possuem sócios(as) trabalhando, as formas de pagamento são variadas. Há remuneração fixa (5,3%); por produto ou atividade (45,5%) e por horas trabalhadas (5,1%). Além disso, 16,2% declararam não estar conseguindo remunerar. Em relação aos valores praticados, o Gráfico 4 mostra que 25,4% dos EES pagam até meio salário mínimo, 16,1% remuneram em mais de meio a um salário mínimo e somente 7,5% remuneram com mais de um a dois salários mínimos. Esses dados colocam a necessidade de tipificar os diversos empreendimentos nesse campo e os fins a que se destinam.

As principais atividades econômicas desenvolvidas pelos EES estão expostas na Tabela 1. Baseado nelas é possível verificar que as iniciativas solidárias atuam na agropecuária, na indústria, nos diversos setores da prestação de serviços, no crédito, na produção etc. A presença dessas experiências em ramos diversos mostra que uma parte dos EES foi criada objetivamente para o/a sócio(a) dispor da sua força de trabalho. Contudo, diversos empreendimentos também foram criados para responder a outras necessidades como o crédito, a habitação e a comercialização da produção familiar.

A Tabela 1 ainda nos ajuda a perceber as atividades que predominam nos EES. Sobressaem as atividades rurais, agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal, com 42,4%. Esse dado demonstra a fisionomia rural da economia solidária e a aceção da lógica associativa como estratégia de superação das desigualdades no campo. Nesse sentido, vale

salientar que somente na região Sudeste a maioria dos empreendimentos (60%) encontra-se na área urbana. Nas regiões Norte e Nordeste, o percentual de EES que atuam exclusivamente no espaço rural é superior à média nacional, com 51% e 53%, respectivamente.

**Tabela 1 – Atividades Econômicas dos EES com maior relevância**

<b>Atividade econômica principal<sup>1</sup></b>	<b>Número absoluto</b>	<b>% válido</b>
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	9.216	42,4
Pesca	377	1,7
Indústrias extrativistas	56	0,3
Indústrias de transformação	8.520	39,2
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	31	0,1
Construção	134	0,6
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	1.302	6,0
Alojamento e alimentação	173	0,8
Transporte, armazenagem e comunicações	293	1,3
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar	398	1,8
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados	263	1,2
Administração pública, defesa e seguridade social	23	0,1
Educação	132	0,6
Saúde e serviços sociais	70	0,3
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	746	3,4
Serviços domésticos	6	0,0
Total válido	21.740	100
System	115	
Total dos EES	21.855	

Fonte: SIES/Base de Dados da UNISINOS (2007).

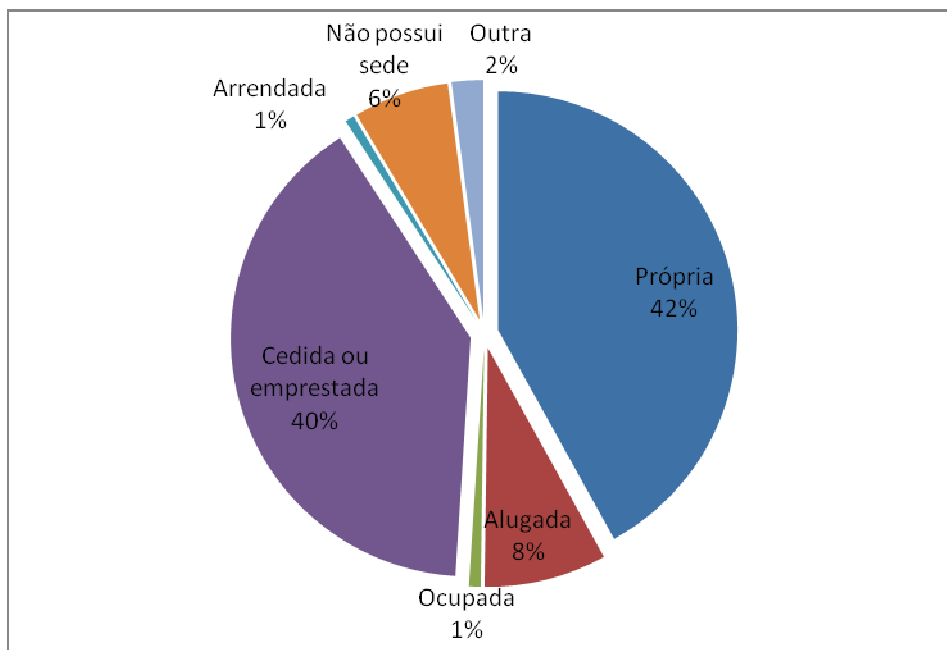
(1) Classificadas de acordo com a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE).

O segundo maior percentual das atividades econômicas é o das indústrias de transformação (39,2%). Esse dado demonstra, de um lado, a introdução da economia solidária no cenário urbano e, de outro, pode representar as novas configurações do trabalho, como a criação das cooperativas de trabalho e as empresas recuperadas dos processos de falência.

A agregação das atividades mais relevantes na Tabela 1 deixa pouco visível as iniciativas mais difundidas dos EES. Nas feiras de economia solidária são significativos os empreendimentos que se dedicam à confecção, artesanatos e alimentação, aparecendo na cena pública como os empreendimentos típicos desse campo. Essas modalidades de EES podem estar inseridas nos 6,0% do item *Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos*, e os destacamos, na nossa análise, porque foram os mais encontrados na pesquisa de campo. Ao nos debruçarmos nos dados desagregados, encontramos a *Confecção de artigos do vestuário e acessórios*, com 1,6% e *Alojamento e alimentação* com 0,8% dos EES. Apesar do baixo percentual, essas modalidades de empreendimentos, de acordo com a pesquisa qualitativa que será apresentada adiante, foram criadas primordialmente para gerar trabalho e renda e persistem com este propósito malgrado as adversidades.

Outra modalidade disseminada na conjuntura atual são os empreendimentos de reciclagem. Eles se tornaram uma política de geração de trabalho e renda e ainda atuam na preservação do meio ambiente. No Mapeamento somam 431, equivalendo a 2% dos EES. Esse percentual deve estar subestimado, já que entidades ligadas aos catadores estimam que 500 mil pessoas estejam envolvidas com a valorização de resíduos de reciclagem.

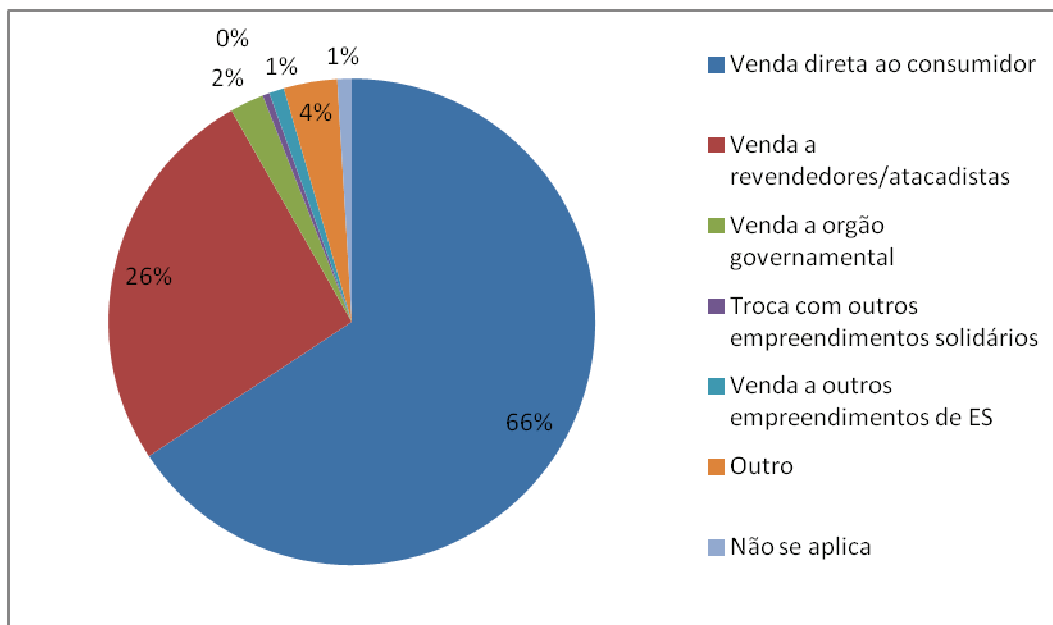
Assim como a variedade nas atividades dos EES, a situação do local de funcionamento desses também é diversa, como está exposto no Gráfico 5.

**Gráfico 5 – Situação da Sede ou Local de Funcionamento dos EES**

Fonte: SIES/Base de Dados da UNISINOS (2007).

Conforme o Gráfico 5, 42% dos EES funcionam em local próprio, estando 40% deles em locais cedidos ou emprestados. Quanto aos equipamentos, 76% têm os próprios equipamentos para desenvolver a atividade. Os resultados das atividades econômicas (produtos ou serviços) são vendidos para 66%. A forma de comercialização mais relevante é a venda direta ao consumidor (66%), como está demonstrado no Gráfico 6. O comércio local ou comunitário é o destino mais importante dos produtos ou serviços destinados à venda e/ou trocas (53%). Quanto aos espaços que realizam a comercialização, destacam-se como os mais citados em ordem de importância: entrega direta a clientes (39,7%); feiras livres (22,5%); lojas ou espaços próprios (18,8%).

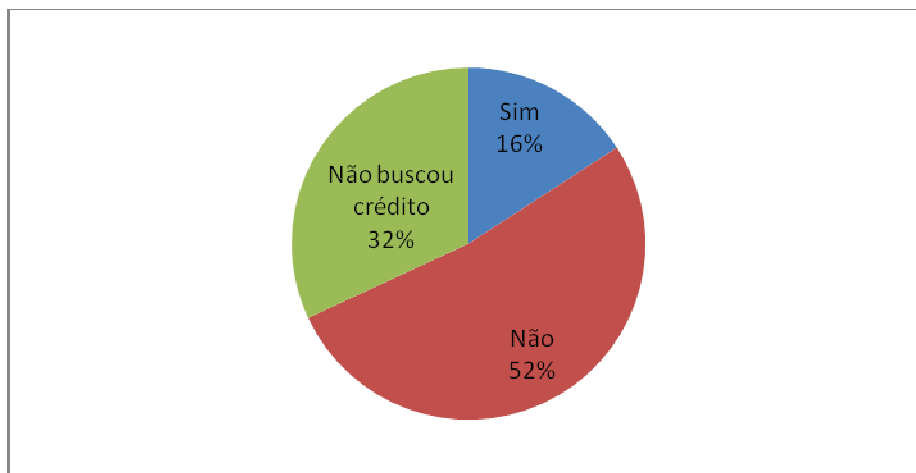
**Gráfico 6 – Modos de Comercialização de Produtos e/ou Serviços dos EES**



Fonte: SIES/Base de Dados da UNISINOS (2007).

Dos EES mapeados, 61,6% enfrentam dificuldades na comercialização. As principais dificuldades citadas são: não encontram a quantidade suficiente de clientes (17,4%); falta de capital de giro para vendas a prazo (14,4%); preço inadequado dos produtos que são poucos valorizados (10,4%); falta de transportes (8,6%); falta de estrutura para comercialização (7,5%); problemas para manter a regularidade do fornecimento (6,5%). Um dado que pode ser acrescido como explicação para alguns dos limites enfrentados é a divulgação incipiente, pois 39,7% dos EES utilizam da divulgação “boca a boca” para publicitar seus produtos ou serviços.



**Gráfico 7 – Acesso ao Crédito ou Financiamento dos EES**

Fonte: SIES/Base de Dados da UNISINOS (2007).

Outra questão que merece destaque na caracterização dos EES é o financiamento. O Mapeamento detectou que os recursos para iniciar as atividades vieram dos(as) próprios(as) sócios(as) para 60,2% dos EES. Contrastando esse dado com o baixo poder aquisitivo dos(as) trabalhadores(as) associados(as) inseridos no campo da economia solidária, deduzimos que a sustentabilidade é um dos grandes dilemas enfrentados pelos EES (ASSEBURG; GAIGER, 2007). Partindo dessa constatação, ao analisar o Gráfico 7 verificamos que 52% dos EES não tiveram acesso ao crédito, porém 76,4% afirmam ter necessidade de financiamento. As principais dificuldades para a obtenção do crédito são: a) a falta de documentos exigidos pelos agentes de crédito (22,9%); b) falta de apoio para elaborar projeto (16,9%); c) burocracia dos agentes financeiros (16,7%); d) altas taxas de juros praticadas, incompatíveis com a capacidade do empreendimento (15,1%); e) falta de aval ou garantia (13,5%).

Ainda que apresentem as debilidades descritas acima, o caráter democrático da gestão dos EES e seu envolvimento com as demandas da sociedade civil somam-se para referendar a importância da economia solidária na constituição de sociabilidades baseadas na cooperação e numa cidadania ativa. A assembleia é utilizada como instância de direção por 76,5% dos EES, tendo 58,8% afirmado que os/as sócios(as) têm acesso ao registro e informações do empreendimento. A direção é eleita em assembleia ou reunião do coletivo para 59,7%, e em 66,6% dos EES os/as sócios(as) participam das decisões cotidianas.

Quanto à dimensão sociopolítica atribuída aos EES, os dados são expressivos. Quando perguntados se o empreendimento está participando de alguma rede ou fórum, 54,3% responderam que sim: 13,7% estão em algum fórum ou rede de economia solidária; 8% estão em movimento social ou sindical; 6,6% estão em conselho de gestão e participação política;

5,3% estão em ONGs, igrejas, pastorais, fundações, SEBRAE ou Universidades. Já em relação à participação em movimentos sociais ou populares, 57,7% responderam positivamente. Os movimentos com maior destaque foram: a) comunitário (27,8%); b) sindical, urbano ou rural (26%); c) luta pela terra ou agricultura familiar (21,3%); d) ambientalista (12,9%); e) luta por moradia (7,6%); f) igualdade racial (4,6%); e g) gênero (4,4%). Além disso, 43,2% afirmam que participam ou desenvolvem alguma ação social ou comunitária.

Os dados da dimensão sociopolítica apontam a vocação política da economia solidária, colocando em cena mobilizações mais antigas, como a luta pela terra e as demandas pelo reconhecimento, nos casos da igualdade racial e de gênero. Os EES promovem espaços de melhorias das condições de vida e encerram práticas que conduzem a um engajamento políticos dos sujeitos, impulsionando a busca por soluções por meio da associação e da auto-organização. Partindo dessa perspectiva, Gaiger (2011) relaciona o êxito econômico dos empreendimentos a sua relação com seu entorno, atuando nos movimentos sociais, participando de redes de articulação ou em práticas de intercooperação econômica. Para esse autor, o resultado desse processo é extremamente relevante para os EES porque os mantêm em espaços públicos, legitimando-os para disputar e granjear recursos.

Por fim, convém ressaltar o papel das entidades de apoio, assessoria e fomento da economia solidária. Nessa categoria o SIES agrupou ONG, órgão governamental, Universidade, sistema S, entidades ligadas às igrejas, movimento sindical e outros. Os números descritos na Tabela 2 expressam as respostas múltiplas dos EES que obtiveram esse serviço, e, na maioria dos casos, o mesmo empreendimento foi atendido por mais de uma entidade.

**Tabela 2 – Tipo de Fornecedor de Apoio aos EES**

Região	Quantidade	Percentual
Região Norte	2.512	10,9%
Região Nordeste	9.871	43,1%
Região Sudeste	4.268	18,6%
Região Sul	4.161	18,2%
Região Centro Oeste	2.064	9,2%
Total	22.876	100%

Fonte: Atlas da Economia Solidária 2005-2007 (SENAES, 2008).

Os EES puderam contar, em sua maioria, com o apoio e assessoria de diversas entidades que atuam em favor da economia solidária (72,7%). Verifica-se uma maior

concentração da atuação dessas entidades na região Nordeste, com 43,1%. Em relação às atividades realizadas por essas entidades, há um predomínio da assistência técnica (25,8%) e da qualificação profissional (25,3%), seguidas pela formação sociopolítica (9,5%) – autogestão, cooperativismo, economia solidária – e assessoria na constituição, formalização ou registro (4,9%). Desagregando os dados desse indicador, percebe-se que na região Nordeste os EES receberam maior apoio referente à qualificação profissional (43%), seguido da assistência técnica (37,6%).

Os dados apresentados nesta seção evidenciaram o quanto heterogêneo é o campo da economia solidária, com seus dilemas e potencialidades. Contudo, convém ressaltar que buscamos demonstrar até então que a criação de um percentual dos empreendimentos da economia solidária esteve relacionada diretamente com a demanda de geração de trabalho e renda. Assim sendo, é legítimo nos perguntarmos qual o lugar do trabalho no interior dessas experiências? Questionamo-nos se o trabalho constitui-se no vínculo que mantém os trabalhadores nessas organizações? Quais as condições objetivas para o trabalho associado se constituir num trabalho protegido e emancipado, para distanciar-se do trabalho precário? Tendo presente a atual conjuntura de crescimento do emprego formal, há espaço para manutenção e expansão do trabalho associado nos EES? Em que medida os EES são uma alternativa para os segmentos mais vulneráveis do mercado de trabalho, a exemplo das mulheres e dos(as) negros(as)? Para responder a essas e outras questões delimitamos da base de dados um subconjunto formado somente por cooperativas, e daremos seguimento a essa análise no capítulo 6.

## 6 AS COOPERATIVAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Este capítulo é resultado do manuseio de um banco de dados formado por 1.257 cooperativas. Antes de adentrarmos nas análises dos dados, descreveremos as opções metodológicas adotadas. O filtro realizado para construir esse subconjunto de cooperativas incluiu todas as cooperativas que realizam em coletivo a produção e a prestação de serviço ou trabalho, o que, em tese, corresponderia às cooperativas de trabalho. Entretanto, no decorrer do estudo, verificamos que foram incluídas algumas cooperativas que não têm a geração de trabalho e renda como seu objeto social, embora tenham todas elas sócios(as) trabalhando no empreendimento. Como o Mapeamento não especificou os tipos de cooperativas, utilizamos a variável que descrevia as práticas realizadas no coletivo para nos aproximarmos das cooperativas de trabalho. Convém salientar que essa questão admitia respostas múltiplas, o que nos levou a admitir na base somente as que responderam afirmativamente para a produção ou para a prestação de serviços ou trabalho.

Assim sendo, os principais produtos e serviços das cooperativas que compõem essa base, na classificação da SENAES, são: a) prestação de serviços diversos (23,5%); b) produção agropecuária (17,3%); c) alimentos e bebidas (16,9%); d) produção têxtil e confecção (11,4%); e) artefatos artesanais (9,2%); f) serviços de coleta e reciclagem de materiais (7,6%); g) produção industrial diverso (4,9%); h) serviços relativos a créditos e finanças (3,4%). A classificação dos setores econômicos contribuiu para demonstrar que entre as 1.257 analisadas há, com algum grau de certeza, majoritariamente cooperativas de trabalho, embora reiteremos que nesse filtro também foram incluídas cooperativas de produção ou prestação de serviços que não têm como primazia a geração de trabalho e renda.

Apoiando-se nessa base, buscamos responder em que medida as cooperativas da economia solidária constituem-se numa alternativa de trabalho. Para tanto, faremos uma caracterização geral, abordando as principais atividades econômicas, as dificuldades enfrentadas, as práticas autogestionárias e a inserção dessas cooperativas com as demandas em seu entorno. Além disso, enfatizaremos as *nuances* regionais, pois os processos de desenvolvimento econômico brasileiro levaram as práticas cooperativistas a estágios distintos.

A análise dos dados consistiu fundamentalmente na extração e no exame de frequências e de cruzamentos entre variáveis, objetivando o conhecimento do perfil geral dos empreendimentos e o ajuizamento sobre afinidades ou correlações entre tais características, o que resultou no exame de tipos ou segmentos específicos das cooperativas registradas pelo Mapeamento Nacional da Economia Solidária. Com tais procedimentos, verificou-se uma

realidade heterogênea quanto ao desempenho econômico das cooperativas. Baseados nessa constatação, empreendemos um filtro da base analisada para dispor, com maior grau de certeza, das cooperativas de trabalho. Esse novo subconjunto é formado somente pelas cooperativas que prestam serviço ou trabalho, analisando-as em agrupamentos que as distinguem pelos resultados econômicos obtidos no último ano fiscal que antecedeu a realização do Mapeamento. Assim, dispusemos de três subgrupos caracterizados pelas diferenças no desempenho econômico, e com base nas informações extraídas dos dados, propusemos uma classificação considerando o grau de consolidação das cooperativas de trabalho investigadas, embora não tenhamos nos limitado a essa classificação, pois asseveramos que o trabalho associado é uma categoria que distingue as cooperativas de trabalho da economia solidária das suas congêneres. Nessa perspectiva, empreendemos uma classificação mais ampla para demonstrar essa assertiva.

## 6.1 UM INSTANTÂNEO DAS COOPERATIVAS MAPEADAS

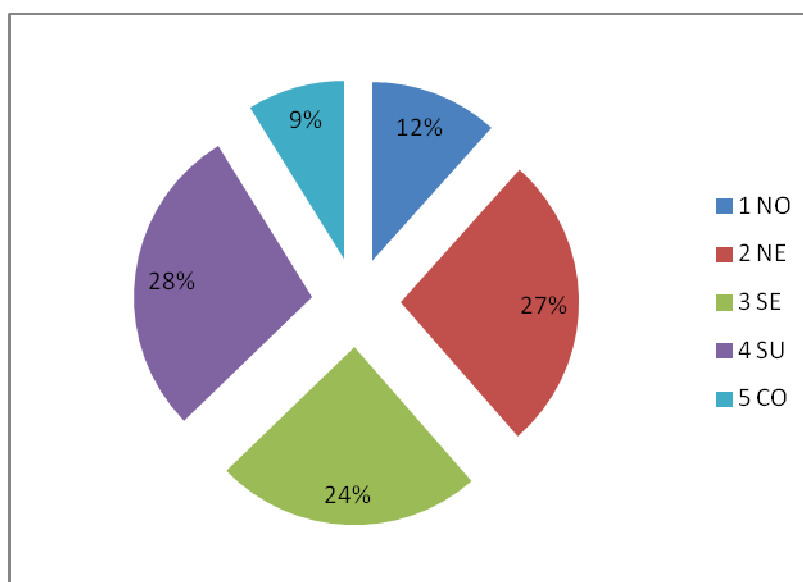
Com o manuseio dos dados arrolados no Mapeamento, pretendemos esboçar um retrato das cooperativas, demonstrando suas virtudes e debilidades. Além disso, buscaremos indícios que possam ratificar ou contestar os pressupostos emancipatórios atribuídos a essas organizações.

### 6.1.1 Caracterização geral

Do universo pesquisado, 93,4% das 1.257 cooperativas analisadas estavam em funcionamento entre 2005 e 2007. Dessas, 9,6% iniciaram suas atividades até 1989, 41,5% foram criadas na década de 1990 e 48,9% na década seguinte. Mesmo admitindo que cooperativas mais antigas possam ter fechado as portas antes do Mapeamento, entendemos que os dados expressam um crescimento no número de cooperativas nas duas últimas décadas, explicável, em nosso modo de ver, por quatro fatores: a) o fortalecimento dos empreendimentos associativos no meio popular como alternativa para trabalhadores(as) na informalidade ou parcialmente incluídos no assalariamento; b) os índices de desemprego; c) o cenário político-ideológico após a queda do muro de Berlim, que impulsionou novas formas de resistência; d) a atuação das entidades de assessoria e fomento na geração de trabalho e renda.

Nesse contexto, as cooperativas focalizadas por nossa análise estão presentes em todas as regiões do país, inclusive naquelas que até então não tinham tradição conhecida na prática cooperativa. A distribuição geográfica apresentada no Gráfico 8 demonstra essa assertiva.

**Gráfico 8 – Distribuição geográfica por Região das Cooperativas**



Fonte: SIES/Base de Dados da UNISINOS (2007).

O Sul tem uma tradição histórica com a cultura cooperativista e continua liderando com o maior percentual (28%). O Nordeste, com 27%, surpreende se considerarmos que o cooperativismo nesta região estava relacionado às práticas de dominação até pelos menos a década de 1970. Essa expansão pode ser explicada pela presença majoritária das entidades de assessoria e fomento à economia solidária na região, pela exclusão significativa de segmentos da classe trabalhadora do assalariamento e pelo desemprego (GAIGER, 2004; DRUCK; FRANCO, 2007). Destacamos ainda que os três maiores estados nordestinos, Bahia, Pernambuco e Ceará, possuíam 44% das 339 cooperativas mapeadas da região. As demais regiões, Sudeste, Norte e Centro Oeste, respondiam por 24%, 12% e 9%, respectivamente, da totalidade das cooperativas.

Quanto às áreas de atuação, há uma concentração das cooperativas na zona urbana, 49,7%, destoando das demais modalidades dos empreendimentos solidários, que se concentram, em sua maioria, na área rural. Já 21,4% delas são exclusivamente rurais e 28,8% ficam entre ambos. Mesmo o Nordeste, que tem 62,8% dos EES na zona rural e somente 22,9% na urbana, quando nos voltamos para esse subconjunto de cooperativas há uma

predominância das urbanas com 45,3%, e 30,2% entre ambas as áreas. Essas estatísticas vão de encontro ao banco de dados da OCB que, com base no anuário de 2007, infere que o retrato do cooperativismo brasileiro ainda é rural. Tal singularidade da vertente solidária evidencia que o surgimento dessas cooperativas no meio urbano reflete o acirramento dos processos de exclusão e desemprego vivenciados pela população urbana e a vitalidade das camadas populares na busca de alternativas a esses processos.

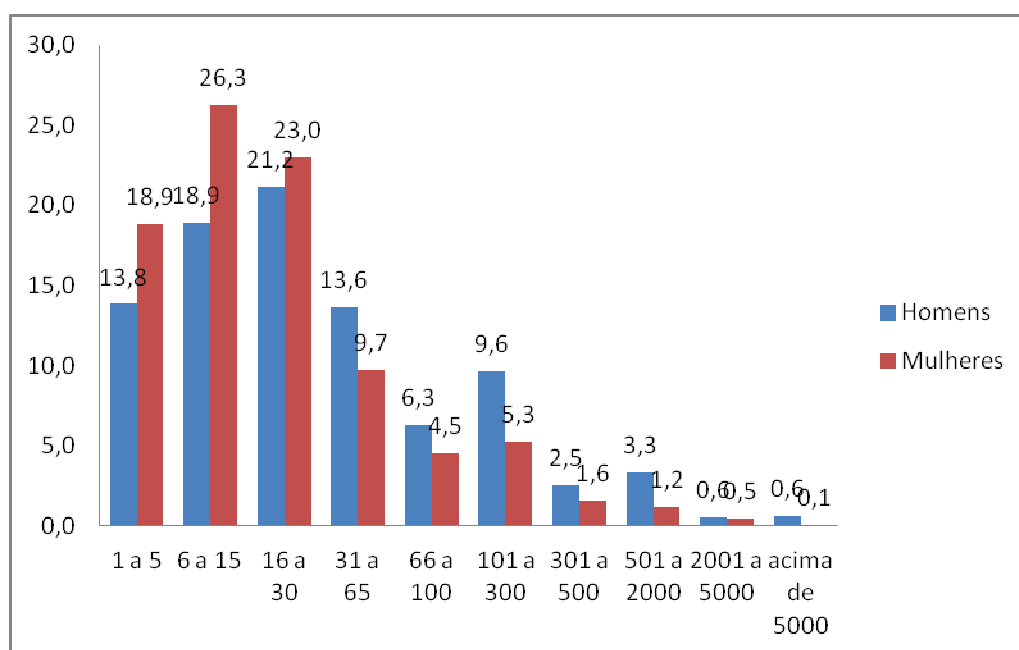
Em relação aos motivos para a criação das cooperativas faremos uma ponderação. As respostas à questão que tratou dos motivos de criação dos empreendimentos foram baseadas na opinião de quem respondeu ao questionário. Isso significa que os motivos elencados são uma representação mental dos entrevistados. Não obstante, os motivos citados servem para dimensionarmos o papel que essas cooperativas cumpririam em seus primórdios, na perspectiva dos(as) informantes. Assim, os motivos mais citados foram: a) *Uma alternativa ao desemprego* (39,4%); b) *Obter maiores ganhos em um empreendimento associativo* (16,4%); c) *Desenvolver uma atividade na qual todos(as) são donos(as)* (13,1%); d) *Uma fonte complementar de renda para os/as associados(as)* (9,7%); e) *Condição exigida para ter acesso a financiamentos e a outros apoios* (5,3%); f) *Alternativa organizativa e de qualificação* (4,5%); g) *Recuperação por trabalhadores(as) de empresa privada que faliu ou em processo falimentar* (3,5%).

Ratificar ou contestar a tese que apresenta as cooperativas como resposta à redução dos postos de trabalho em razão do desemprego estrutural não é o objetivo desta investigação. Por outro lado, sabemos que um dos diversos fatores que impulsionaram essa modalidade de organização produtiva foi a seletividade do mercado de trabalho ao manter crescentes contingentes da classe trabalhadora na informalidade e a redução das formas convencionais de sobrevivência (CACCIAMALI, 2000; GAIGER, 2004).

Quanto aos locais em que as cooperativas desenvolvem suas atividades, 34,3% são cedidos ou emprestados, 30,8% são alugados e 29,5% são próprios. Os equipamentos utilizados são próprios para 80,4% delas. Esses dados demonstram que mais de 1/3 das cooperativas enfrenta limites financeiros inclusive para custear o local em que funcionam. Contudo, nos últimos 12 meses que antecederam o Mapeamento, 37,8% das cooperativas aumentaram o número de sócios(as), 20,3% diminuíram e 41,7% permaneceram com a mesma quantidade. Esse quadro demonstra a resistência dos/as sócios(as) para seguir enfrentando as fragilidades dos empreendimentos e, ainda assim, tornando-os atrativos para adesão de novos componentes.

No cômputo geral, há 296.421 sócios(as), sendo 208.927 (70%) homens e 87.424 (30%) mulheres. Em relação ao tamanho das cooperativas, 8,4% delas têm entre 6 e 15 membros, 35,2% têm entre 16 e 35 membros, 25,1% têm entre 36 e 65 membros e 13,2% têm entre 101 e 300 membros. O porte das cooperativas pode explicar o número tão superior de sócios homens. As cooperativas com o quadro associativo entre 6 e 15 sócios(as) têm 18,9% de homens e 26,3% de mulheres. Já as maiores cooperativas, aquelas que têm sócios(as) acima de 5.000 membros, 0,6% têm sócios homens contra 0,1% de sócias mulheres, como está demonstrado no Gráfico 9.

**Gráfico 9 – Percentual de homens e mulheres sócios(as) por porte da cooperativa**



Fonte: SIES/Base de Dados da UNISINOS (2007).

Convém salientar, ainda, que 44,6% das cooperativas afirmaram que os resultados da atividade econômica no ano anterior permitiram o pagamento de todas as despesas e ainda obtiveram sobras. O excedente foi destinado: ao fundo de investimento (17,6%); ao fundo de reserva (20%); à distribuição entre os/as sócios(as) (20%); à integralização de capital (5,9%); e ao fundo de assistência técnica e educacional (5,4%). Já 33,9% das cooperativas saldaram suas despesas, mas não tiveram excedentes, e 15,7% não conseguiram custear suas despesas. Esses dados nos permitirão analisar a situação do trabalho associado, uma vez que o desempenho econômico positivo seria um dos fatores fundamentais para garantir direitos no trabalho associado.



### 6.1.2 A comercialização dos produtos e serviços

A venda é o destino dos produtos e serviços para 80,4% das cooperativas. Ela é feita diretamente ao consumidor para 56,5% dos empreendimentos, e aos atacadistas para 28,5%. Os mercados nos quais os produtos e serviços são ofertados diferem quando os analisamos regionalmente (Tabela 3). O mercado comunitário é o meio predominante para a comercialização na região Norte (47,7%), enquanto no Centro-Oeste (37,9%), no Nordeste (33,3%), no Sudeste (29,4%) e no Sul (25,1%) a sua participação é relativizada pela inserção no mercado municipal. Este último é o mais utilizado na região Sul (29,4%), seguido do Nordeste (29,3%), do Norte (27,3%), do Sudeste (26,6%) e do Centro-Oeste (24,2%).

**Tabela 3 – Destinos dos Produtos e Serviços das Cooperativas**

Regiões	Mercado principal para a venda e troca de produtos ou serviços						Total
	Comunitário	Municipal	Microrregional	Estadual	Nacional	Exportação	
Norte	61	35	6	13	8	1	128
	47,7%	27,3%	4,7%	10,2%	6,3%	0,8%	100,0%
Nordeste	99	87	39	39	20	8	297
	33,3%	29,3%	13,1%	13,1%	6,7%	2,7%	100,0%
Sudeste	84	76	53	38	31	1	286
	29,4%	26,6%	18,5%	13,3%	10,8%	0,3%	100,0%
Sul	71	79	56	35	27	1	283
	25,1%	27,9%	19,8%	12,4%	9,5%	0,4%	100,0%
Centro Oeste	36	23	7	13	13	0	95
	37,9%	24,2%	7,4%	13,7%	13,7%	0,0%	100,0%
Total	351	300	161	138	99	11	1.089
	32,2%	27,5%	14,8%	12,7%	9,1%	1,0%	100,0%

Fonte: SIES/Base de Dados da UNISINOS (2007).

Os altos percentuais do mercado comunitário podem ser explicados pelas relações das cooperativas com as comunidades em que estão inseridas e, em alguns casos, com o trabalho comunitário realizado pelas igrejas e suas entidades representativas, como as Cáritas. Por outro lado, a baixa inserção no mercado estadual, 12,7% no quadro nacional, demonstra os limites estruturais das cooperativas para atingirem espaços externos ao seu entorno. Destacamos a presença no mercado nacional das regiões Centro-Oeste (13,7%), Sudeste (10,8%) e Sul (9,5%), sinalizando que as estratégias de integração comercial, como as redes e as cadeias produtivas, aos poucos estão possibilitando que os pequenos e médios empreendimentos tenham capacidade de enfrentar a concorrência mercantil.

Quanto aos locais de comercialização, 27,8% das cooperativas utilizam mais os espaços próprios, sendo o meio mais usado para vender seus produtos e serviços a entrega direta a clientes (39,3%). As feiras livres, espaços tradicionais de comercialização, somente se destacam nas regiões Norte (17,1%) e Centro-Oeste (10,5%). Ainda que a venda seja o modo de comercialização mais utilizado, detectamos que 61,6% das cooperativas enfrentam dificuldades nessa atividade. Os empecilhos mais relevantes estão descritos na Tabela 4.

**Tabela 4 – Principais Dificuldades na Comercialização das Cooperativas**

Dificuldades na comercialização dos produtos e serviços	Nº absoluto	Porcentagem
Falta de capital de giro para vendas a prazo	148	19,9
Não conseguiu encontrar quantidade suficiente de clientes	104	14,0
Concorrência no mercado	64	8,6
Falta de registro legal para a comercialização	54	7,3
Preço baixo dos produtos	47	6,3
Dificuldade em manter a regularidade do fornecimento	40	5,4
Deficiência nos transportes/estradas	38	5,1
Os clientes exigem um prazo para o pagamento	30	4,0
Outra dificuldade	213	29,4
Total	724	100

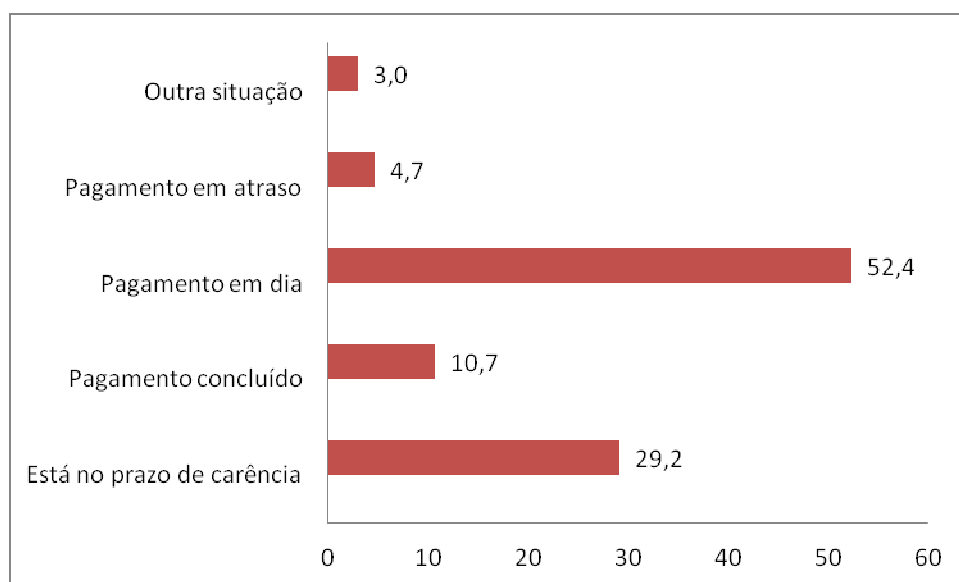
Fonte: SIES/Base de Dados da UNISINOS (2007) – elaboração própria.

As dificuldades enfrentadas relacionam-se com as estratégias adotadas para comercializar. Realizar vendas diretamente ao consumidor demanda estudos de viabilidade econômica para dimensionar a futura clientela. Além disso, supõe-se uma fidelidade do cliente, produtos com preços competitivos e regularidade no fornecimento. Essas ações são básicas para alcançar a sustentabilidade do empreendimento, porém 14% das cooperativas alegam insuficiência de clientes; a concorrência mercantil é um problema para 8,6%; e 7,3% não têm registro para a comercialização. Não obstante, a dificuldade com maior percentual, *falta de capital de giro para vendas a prazo* (19,9%), introduz outro dilema enfrentado pelas cooperativas: o financiamento.

Das 1.257 cooperativas analisadas, 60,5% iniciaram suas atividades com recursos dos próprios(as) sócios(as). Somente 250 (19,9%) declararam ter tido acesso ao financiamento nos últimos 12 meses em relação ao período de realização do Mapeamento. Das que obtiveram crédito no período citado, os valores variaram de R\$ 100,00 a R\$ 50.000,00 (56,7%) e foram destinados ao custeio ou capital de giro (24,3%), ao investimento (45%) ou a ambos (30,7%). Os maiores credores são bancos públicos (25,9%) e as cooperativas de

crédito (9,5%). Quanto à situação do pagamento do crédito, 52,4% o garantem no prazo; 29,2% estavam no período de carência; 10,7% já o haviam finalizado; e 4,7% estavam com atrasos (Gráfico 10).

**Gráfico 10 – Situação do Pagamento do Crédito nas Cooperativas**



Fonte: SIES/Base de Dados da UNISINOS (2007).

O Gráfico 10 demonstra que a grande maioria das cooperativas que tiveram acesso ao crédito não deram prejuízo aos seus credores. Ainda assim, o acesso ao financiamento é restrito. Do universo estudado, 74,6% declararam a necessidade de tê-lo; dessas, 45,6% fariam investimentos e o utilizariam para custeio ou capital de giro. Todavia, 50,7% tiveram empecilhos para a obtenção do financiamento. Das dificuldades sentidas, as que mais se destacaram foram: a) falta de aval ou garantia (21,3%); b) taxas de juros elevadas ou incompatíveis com o empreendimento (20,2%); c) não possuem a documentação exigida pelo agente financeiro (16,2%); d) burocracia dos agentes financeiros (14,2%); e) falta de apoio para elaborar projetos (9,2%).

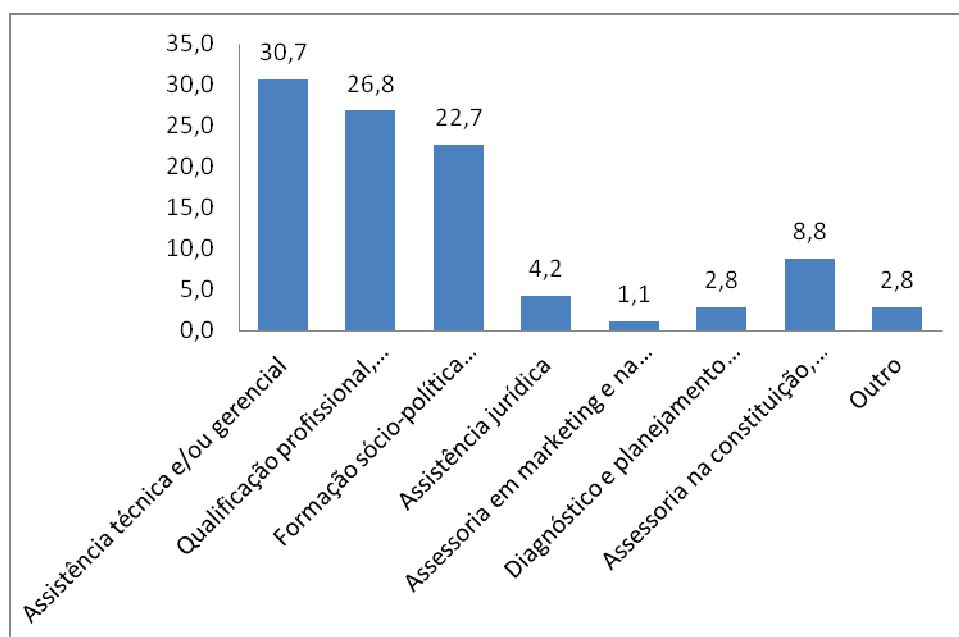
### 6.1.3 Apoio, assessoria e fomento

Diversos estudos apontam a importância das variadas formas de assessorias às iniciativas da economia solidária (SINGER; SOUZA 2003; GAIGER, 2004; SANTOS, 2002). Por isso, ao detectarmos que 72,7% tiveram algum tipo de apoio, assessoria ou capacitação,

isso não causou estranheza. Na nossa perspectiva, a questão mais importante nesse aspecto seria identificar em que medida os agentes de mediação atuam no cotidiano das cooperativas. Pretendemos responder a essa questão com os casos estudados na pesquisa qualitativa.

Quanto aos dados examinados, eles qualificam o tipo de apoio prestado e quem os forneceu.

**Gráfico 11 – Tipo de Apoio e Assessoria nas Cooperativas**



Fonte: SIES/Base de Dados da UNISINOS (2007).

A assistência técnica (30,7%) e a qualificação profissional (26,8%) foram as modalidades de apoio que tiveram maior incursão nas cooperativas. A formação política, compreendida como a formação para a autogestão, para o cooperativismo e a economia solidária, aparece em terceiro lugar, com 22,7%. Esse tipo de assessoria destaca-se mais na região Nordeste (28,1%), seguido das regiões Sudeste e Sul, com 23,4% e 23%, respectivamente. Essas informações ratificam o papel desempenhado pelas entidades de fomento na proliferação das iniciativas da economia solidária.

As informações disponíveis não nos permitem relacionar o tipo de assessoria fornecido com os agentes mediadores e de fomento. Somente é possível dimensionar as diversas entidades que, em alguma medida, prestaram apoio. Assim, destacam-se os órgãos governamentais (42,7%); as ONGs, OSCIPs, Igrejas, associações e conselhos comunitários

(31%); Sebrae, SESCOOP etc. (30,6%); incubadoras universitárias (18,4%); movimento sindical (14,7%); e, por fim, as cooperativas de técnicos (6,1%).

#### **6.1.4 A gestão coletiva**

A gestão coletiva das iniciativas da economia solidária é um dos alicerces dos(as) trabalhadores(as) associados(as). A assembleia (87,1%), a diretoria ou conselho diretor (76,5%), o conselho administrativo (56,5%) e o conselho fiscal (77,8%) são utilizados como instâncias de direção e coordenação das cooperativas. Ainda que possamos relativizar esses dados com as análises qualitativas que, em diversos estudos de casos, apresentam os limites para a participação ativa dos(as) trabalhadores(as) na tomada de decisão, os números sustentam uma prática democrática no interior dessas organizações.

A participação dos cooperados nas decisões dá-se sob formas diversas: na eleição da diretoria (82,5%); no acesso à prestação de contas (78,4%); e no destino das sobras e fundos (71,8%). Essas ações são realizadas em assembleia geral ou reunião do coletivo dos(as) sócios(as). Além delas, destacam-se o acesso ao registro e informações do empreendimento (73,7%) e a participação dos sócios nas decisões cotidianas (60,2%).

#### **6.1.5 A situação do trabalho associado**

Já salientamos que as 1.257 cooperativas analisadas atuam na produção e prestação de serviços ou de trabalho. Ainda que algumas não possam ser enquadradas como cooperativas de trabalho, todas elas têm sócios(as) trabalhando no empreendimento. Dessa forma, podemos verificar nessa base, com segurança, as condições do trabalho associado independente da heterogeneidade que possa caracterizar as atividades desenvolvidas por essas cooperativas<sup>35</sup>. Elas têm 51.641 sócios(as) trabalhadores(as), doravante denominados trabalhadores(as) associados(as), dos quais, 29.292 (56,7%) são homens e 22.349 (43,3%) são mulheres. A mesma lógica de explicação da predominância de homens no quadro associativo em razão do porte das cooperativas presta-se para a presença majoritária de trabalhadores associados. As

---

<sup>35</sup> Mesmo a OCB apresenta imprecisão na definição das cooperativas de trabalho. Para essa organização, esse ramo do cooperativismo refere-se à organização e administração dos interesses inerentes à atividade profissional dos(as) trabalhadores(as) associados(as) para a prestação de serviços não identificados com outros ramos já conhecidos. Essa é uma definição abrangente, que pode absorver qualquer outro ramo do cooperativismo, desde que esteja voltado a gerar trabalho para os/as sócios(as) cooperados(as).

cooperativas que têm homens trabalhando entre 501 e 2.000 sócios correspondem a 0,6% delas; já as que têm mulheres com o mesmo tamanho correspondem a 0,1%.

Quanto à remuneração dos(as) trabalhadores(as) associados(as), 75,8% das cooperativas não estavam conseguindo garantir remuneração fixa. Esse índice tão elevado pode ser explicado, inicialmente, porque 53,5% delas remuneram por produto ou produtividade e 20,9% por horas trabalhadas. Esses dados nos permitem sustentar que uma parte significativa dos(as) trabalhadores(as) associados(as) não o faz necessariamente em regime integral, portanto o trabalho associado na cooperativa estava sendo um complemento de renda. Além disso, 11,1% das cooperativas declararam não estar conseguindo remunerar e 0,3% têm sócios(as) trabalhando sem pagamentos, seja como voluntários(as) ou remuneração via autoconsumo.

Sabemos que as formas de remuneração podem ser variadas numa mesma cooperativa, já que a definição dos tipos de pagamentos está relacionada com as necessidades diversas do uso da força de trabalho. Todavia, a variável remuneração fixa nos permite inferir, com certo grau de certeza, que as 304 (24,2%) cooperativas que praticam essa modalidade de pagamento constituem-se na atividade econômica principal dos(as) trabalhadores(as) associados(as). Partindo dessa compreensão, analisamos as formas de remuneração praticadas nas regiões, objetivando detectar onde as cooperativas constituem-se na atividade econômica principal do trabalhador(a) associado(a) (Tabela 5).

**Tabela 5 – Tipos de Remuneração dos(as) Trabalhadores(as) Associados(as) em Cooperativas**

Região	Fixa		Produto ou produtividade		Horas trabalhadas		Sem remunerar		Total
	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	
NO	116 79,5%	30 20,5%	45 30,8%	101 69,2%	135 92,5%	11 7,5%	128 87,7%	18 12,3%	146 100,0%
NE	278 82,0%	61 18,0%	140 41,3%	199 58,7%	292 86,1%	47 13,9%	281 82,9%	58 17,1%	339 100,0%
SE	253 83,2%	51 16,8%	137 45,1%	167 54,9%	218 71,7%	86 28,3%	274 90,1%	30 9,9%	304 100,0%
SU	217 60,8%	140 39,2%	218 61,1%	139 38,9%	254 71,1%	103 28,9%	343 96,1%	14 3,9%	357 100,0%
CO	89 80,2%	22 19,8%	44 39,6%	67 60,4%	95 85,6%	16 14,4%	91 82,0%	20 18,0%	111 100,0%
Total	953 75,8%	304 24,2%	584 46,5%	673 53,5%	994 79,1%	263 20,9%	1.117 88,9%	140 11,1%	1.257 100,0%

Fonte: SIES/Base de dados da UNISINOS (2007) – elaboração própria.

A região Sul é a que apresenta o maior número de cooperativas com remuneração fixa (39,2%), seguida do Norte, com 20,5%. Consideramos que o percentual das cooperativas sulistas, quase o dobro do segundo colocado, é um indício da viabilidade econômica, o que, por sua vez, possibilita ao trabalho associado constituir-se a atividade econômica principal dos(as) sócios(as) trabalhadores(as) destas. Em contraponto a essa realidade, as regiões Nordeste (18%), Centro Oeste (19,8%) e Sudeste (16,8%) apresentam percentuais abaixo dos 24,2% da média nacional.

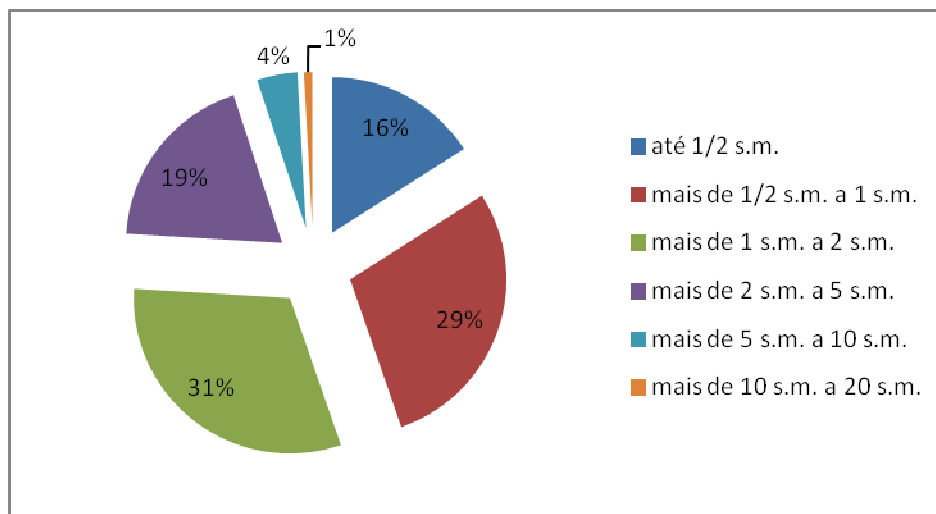
As cooperativas que mais remuneram por produto ou produtividade são as do Norte (69,2%), seguidas pelas do Centro-Oeste (60,4%), do Nordeste (58,7%), do Sudeste (54,9%) e, por fim, as do Sul (38,9%). Quanto à remuneração por horas trabalhadas, somente o Sudeste e o Sul apresentam números acima da média nacional, 28,3% e 28,9%, respectivamente. Em relação às cooperativas que não estão conseguindo remunerar, as regiões Sul (3,9%) e Sudeste (9,9%) ficaram abaixo da média nacional (11,1%), enquanto as regiões Centro-Oeste (18%) e o Nordeste (17,1%) ficaram bem acima.

Ao escrutinar o desempenho econômico e relacioná-lo com as formas de pagamento, verificamos que as cooperativas remuneram mais por produto ou produtividade, ainda que os resultados financeiros tenham gerado excedentes. Das 559 cooperativas que pagaram as despesas e tiveram sobras, 54,2% utilizaram-se dessa modalidade de pagamento. Esse também foi o procedimento de 56,7% das 425 cooperativas que pagaram as despesas, mas não tiveram excedentes. Esses dados são relevantes quando percebemos que das 197 cooperativas que declararam não terem tido resultados positivos para pagar as despesas, menos da metade (48,7%) adotam essa forma de pagamento. Esse contexto revela que os resultados econômicos oscilam nas cooperativas, impedindo-as de garantir uma remuneração fixa, mas, por outro lado, mostram que a apropriação dos frutos do trabalho associado está atrelada às metas de produtividade.

Daquelas cooperativas que remuneram independente dos tipos de pagamentos, como mostra o Gráfico 12, 31% pagavam mais de um a dois salários mínimos e 29% pagavam de meio a um salário mínimo, vigente em 2007, aos trabalhadores(as) associados(as). As cooperativas da região Nordeste são as que apresentam o maior percentual na faixa de até meio salário, 28,8%, muito acima da média nacional (16%), e somente 21,3% delas remuneram em mais de um a dois salários mínimos. Somando os percentuais das

remunerações que alcançam um salário mínimo por região, teremos o seguinte: Norte, 39%; Nordeste, 53,1%; Sudeste, 46,2%; Sul, 34,4% e o Centro Oeste, 60,6%<sup>36</sup>.

**Gráfico 12 – Remuneração dos Sócios(as) que Trabalham na Cooperativa Segundo Salário Mínimo no Ano de 2007**



Fonte: SIES/Base de Dados da UNISINOS (2007).

Quanto aos direitos sociais, aqui compreendidos como os benefícios gerados pelo dispêndio da força de trabalho, somente uma minoria dos(as) trabalhadores(as) associados(as) os têm assegurados (Tabela 6).

**Tabela 6 – Direitos, Benefícios e Garantia para os/as Sócios(as) Trabalhadores(as) das Cooperativas**

Direitos principais	Número de Cooperativas	% válidos
Qualificação social e profissional	371	29,5
Equipamentos de segurança	244	19,4
Férias remuneradas	190	15,1
Descanso semanal remunerado	198	15,8
Gratificação natalina	143	11,4
Não existem direitos, benefícios e garantias	502	39,9

Fonte: SIES/Base de Dados da UNISINOS (2007) – elaboração própria.

Apenas 15,1% das cooperativas conseguem remunerar nas férias, 29,5% garantem qualificação profissional, 15,8% pagam o descanso semanal, 11,4% têm gratificação natalina

<sup>36</sup> Os dados referentes às faixas de remuneração por região encontram-se no Anexo A.



e 19,4% garantem os equipamentos de segurança. Para 39,9% das cooperativas, não há garantias, benefícios e direitos para os/as trabalhadores/as associados/as.

Analisando os dados por região, detectamos que as cooperativas do Nordeste têm mais dificuldades para garantir os direitos e benefícios. Somente 6,2% têm gratificação natalina, seguida do Centro Oeste (9%), do Norte (10,35), do Sudeste (14,1%) e do Sul (15,1%). Quanto às férias, são remuneradas no Norte (5,5%), no Nordeste (9,7%), no Centro-Oeste (9%), no Sudeste (16,4%) e no Sul (24,9%). Em relação ao descanso semanal, os percentuais mais baixos, 9,4% e 9,6%, são no Nordeste e Norte, respectivamente.

Em relação aos trabalhadores(as) não sócios(as), eles estão presentes em 32,9% das cooperativas. São 5.510 trabalhadores(as), sendo 3.563 homens e 1.947 mulheres. Entre aquelas cooperativas que são empregadoras, 47,6% mantêm um contrato permanente com seus trabalhadores(as), outras 37,7% fazem contratos temporários e 14,7% contratam por ambas as modalidades. As atividades desenvolvidas são: administração, secretaria, contabilidade, finanças, gerência, assessoria, consultoria, manutenção e serviços gerais, representação comercial, vendas, comunicação e trabalho na produção.

Das cooperativas empregadoras, 16,7% contratam os/as trabalhadores(as) não sócios(as) para prestarem serviços remunerados; 16,4% delas contratam formalmente, ou seja, assalariam os/as trabalhadores(as); 2,1% fazem contratos de estágio; e 2,1% têm voluntários. Quanto à remuneração, varia de acordo com a função desempenhada. Como não dispomos de informações sobre a jornada de trabalho, apresentaremos alguns dados somente para dimensionarmos as práticas captadas pelo levantamento. Das cooperativas que utilizam os serviços de gerência, assessoria e consultoria, 43,7% pagam até meio salário mínimo e 54,5% das que se utilizam de representação comercial e da comunicação praticam o mesmo valor. Para a área administrativa, financeira (33%) e para a manutenção e serviços gerais (37,8%), remuneram de um a dois salários mínimos.

A base de dados não nos permite inferir se os direitos dos(as) trabalhadores(as) não sócios(as) estão sendo observados. A ausência de indicadores que respondessem pelos benefícios nos impõe limites na análise. Contudo, fica evidente que as cooperativas que compõem esse banco de dados têm no seu quadro laboral a grande maioria de trabalhadores(as) associados(as), ou seja, sócios(as) que trabalham no empreendimento não obstante os limites apresentados.

### 6.1.6 A dimensão sociopolítica

O crescimento da economia solidária propiciou a inclusão das cooperativas em espaços que proporcionam uma atuação política que perpassa a reprodução econômica. Essa constatação está embasada nas variáveis que escrutinam o envolvimento das cooperativas com uma agenda mais ampla de reivindicações. Assim, verificamos que 57,6% das cooperativas participam, em alguma medida, de redes ou fóruns de articulação. Esses espaços são constituídos por redes de produção ou comercialização (12,3%), complexos cooperativos (15,4%), federações de cooperativas (24,8) e fórum ou rede de economia solidária (32,3%). Ainda que possamos identificar em alguns desses espaços a primazia da dimensão econômica, não deixa de ser relevante a participação dessas cooperativas em espaços coletivos que demandam ação política. Essa inserção contribui para fortalecê-las, o que possibilitaria a superação progressiva das dificuldades enfrentadas.

A participação sociopolítica dos empreendimentos identificados com a economia solidária é objeto de estudo de várias pesquisas. França Filho e Laville (2004) e Gaiger (2000), ao analisarem as experiências solidárias, depreendem que a economia solidária constitui um campo político no qual se constroem alianças, consolidam-se valores e disputam-se recursos e parcelas de poder. Logo, concluem que as empresas econômicas solidárias não se restringem a responder pelas necessidades materiais de seus membros, mas articulam os aspectos sociais e políticos aos econômicos.

Quanto à relação com os movimentos sociais, constatamos que 50,7% das cooperativas participam destes. Os maiores percentuais de participação estão nas organizações que reivindicam demandas históricas, como o movimento de luta pela terra (18,7%), o sindicato rural e urbano (19,6%) e a participação comunitária (24,3%). Já as demandas relacionadas aos Novos Movimentos Sociais apresentam um cenário ambíguo. A participação em movimento ambientalista (15,4%) aproxima-se dos outros pleitos, mas, no movimento de igualdade racial (4,7%) e movimento de mulheres (3,3%) ela ainda não é tão expressiva.

Malgrado essa constatação, a participação das cooperativas em ações comunitárias (56,1%) permite inferir que há, em alguma medida, um comprometimento dos(as) trabalhadores(as) associados(as) com a construção de uma sociedade na qual todos(as) tenham oportunidade de viver com dignidade. Assim, averiguamos que as cooperativas desenvolvem ações nas áreas da educação (29%); do trabalho (24,3%); do meio ambiente (23,5%); da promoção do consumo ético; e do comércio justo (25,8%).

As informações obtidas por meio de dados revelam o largo caminho que as cooperativas percorrerão para garantir os direitos sociais. Por enquanto, podemos afirmar que essas cooperativas constituem-se em espaços democráticos de gestão do trabalho, o que não deve ser menosprezado. Contudo, as condições efetivas dos direitos e benefícios dos(as) trabalhadores(as) associados(as) ainda não permitem uma resposta categórica quanto às possibilidades de essas se constituírem em uma alternativa que se distancia do trabalho precário.

## 6.2 CLASSIFICAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO

Como nesta seção empreenderemos a classificação das cooperativas de trabalho da economia solidária, realizamos um filtro da base analisada com critérios mais rígidos para reduzimos a probabilidade de incluirmos cooperativas distintas do nosso objeto. A questão no Mapeamento que permite a tipificação dos ramos cooperativos comporta múltiplas escolhas, como já mencionamos, e não distingue, por exemplo, a produção agropecuária da industrial. Por isso, decidimos utilizar como critérios para manusearmos uma base com maior probabilidade de ser formada somente pelas cooperativas de trabalho a opção prestação de serviços ou trabalho em coletivo e que têm sócios(as) trabalhando no empreendimento. Com esse filtro, reduzimos as 1.257 cooperativas para 766<sup>37</sup>. Vale salientar que essas cooperativas também apontaram outras práticas no coletivo, como a produção, a comercialização, troca de produtos ou serviços, poupança ou crédito etc. O que distingue esse subconjunto formado pelas 766 daquele composto pelas 1.257 é que as cooperativas que responderam sim para a produção e não para a prestação de serviços ou trabalho foram excluídas.

Para não nos repetirmos na caracterização geral desse subconjunto de 766 cooperativas, utilizaremos a variável resultados da operação econômica nos últimos 12 meses como eixo tipológico. Essa variável permite classificarmos as cooperativas de trabalho pelo seu desempenho econômico, relacionando o seu grau de autogestão e as repercussões disso sobre a forma como os/as trabalhadores(as) associados(as) se autorremuneram e investem em seu bem-estar.

---

<sup>37</sup> Vale ressaltar que, provavelmente, a redução do número de cooperativas na base significou a exclusão de algumas cooperativas de trabalho que se autodefiniram somente pela produção. Contudo, a heterogeneidade do Primeiro Mapeamento nos impele a uma delimitação mais apurada. Além disso, acreditamos que as 766 cooperativas ora classificadas no ramo de trabalho possibilitam responder as principais questões da tese.

Verificamos que 342 (44,6%) das 766 cooperativas obtiveram um resultado econômico com excedentes, permitindo, em tese, que essas se constituíssem na atividade econômica principal dos(as) trabalhadores(as) associados(as), uma vez que essa variável expressa a viabilidade econômica do empreendimento. Além dessas, 257 (33,9%) cooperativas pagaram suas contas, mas não obtiveram sobras, e 118 (15,7%) não conseguiram pagar suas despesas. Restaram 49 cooperativas (6,4%) que declararam não visar resultados econômicos. Objetivamos com essa tipificação apreender as condições objetivas das cooperativas de trabalho para assegurar direitos e benefícios no trabalho associado.

No subconjunto formado pelas cooperativas com excedentes verificaremos se esse feito repercute na situação do trabalho associado para que, assim, possamos assinalar em quais condições as cooperativas afastam-se do trabalho precário. No segundo subconjunto, daquelas cooperativas que somente custearam as despesas, buscaremos evidenciar os fatores que não permitem angariar sobras, relacionando-os com as condições objetivas do trabalho. Por fim, com as cooperativas que têm dívidas buscaremos as razões que explicariam as dificuldades enfrentadas.

Ressaltaremos, no decorrer da análise, os aspectos regionais quando pertinentes, pois, como já sinalizado anteriormente, as diferenças sociais, as relações de forças políticas, bem como o nível de desenvolvimento econômico foram determinantes para constituir peculiaridades nas práticas cooperativistas. Ademais, classificaremos as cooperativas com base nas características descritas em cada subgrupo, visando enfatizar o desempenho econômico, os direitos sociais, as práticas de gestão coletiva e a participação social.

### **6.2.1 As cooperativas com excedente**

No recorte da base pelo critério desempenho econômico, aquelas que têm excedentes somam 342 cooperativas. Dessas, 116 (33,9%) encontram-se na região Sul; 85 (24,9%) no Sudeste; 79 (23,1%) no Nordeste; 35 (10,2%) no Norte e 27 (7,9%) no Centro-Oeste, com 53,5% delas atuando na área urbana, destacando-se a região Sudeste, que tem 71,8% nesta zona.

Quanto ao período de surgimento dessas cooperativas, 6,4% iniciaram suas atividades até 1986; 32,1% principiaram entre 1987 e 1998; e 60,5% começaram entre 1999 e 2007. Essas informações permitem afirmar que no período de realização da coleta de dados, 1/3 delas já tinha, pelo menos, dez anos de existência, o que teria propiciado a superação das dificuldades iniciais e a consolidação do empreendimento. Em relação aos motivos que

impulsionaram a criação, o desemprego aparece com 39,5%, seguido de desenvolver uma atividade em que todos(as) sejam donos(as), com 14,6%, e obter ganhos num empreendimento associativo, logo em seguida, com 13,5%.

O desempenho financeiro positivo possibilitou um aumento do número de sócios(as) para 48,2% das cooperativas, mostrando que a viabilidade econômica é um fator propulsor para a adesão a esse formato de empreendimento. Examinaremos, a seguir, alguns fatores que, no nosso entendimento, contribuíram para tal desempenho.

Essas cooperativas de trabalho que prestam serviços realizam em coletivo a produção (42,7%), a comercialização ou venda coletiva (42,7%), poupança ou crédito coletivo (20,85), obtenção coletiva de clientes (30,7%) dentre outras práticas. Verificamos que 33% dessas cooperativas de trabalho desenvolvem suas atividades na indústria de transformação<sup>38</sup>, mostrando com isso que as atividades fim adotadas pelo empreendimento contribuem, em alguma medida, com o retorno econômico. Já a classificação dada pela SENAES aos produtos e serviços ofertados pelas cooperativas, ora em análise, expressa uma heterogeneidade que não nos permite inferir se elas têm relação direta com o desempenho econômico. Por outro lado, apresentá-los contribui para dimensionar as atividades que são mais desenvolvidas pelas cooperativas de trabalho que alcançaram viabilidade econômica. Assim, temos a prestação de serviços diversos (38,6%); produção e serviços de alimentos e bebidas (11,4%); produção têxtil e confecção (10,2%); produção agropecuária (9,6%); serviços relativos a crédito e finanças (7,3%); serviços e coleta de reciclagem de materiais (5,3%).

Quanto aos locais em que são realizadas as atividades, eles são alugados para 39,5% das cooperativas e são próprios para 28,9% delas. Podemos antever com essa informação que se mais cooperativas fossem proprietárias das suas sedes, os resultados econômicos seriam mais expressivos. Convém ressaltar que esse subconjunto também enfrenta limites para viabilizar-se no mercado. Para 51,5% delas, comercializar seus produtos é um problema; somente 24,6% tiveram acesso ao crédito e 64,3% declaram a necessidade de tê-lo, mas 44,7% enfrentam dificuldades para obtê-lo.

A assessoria prestada para 79,8% das cooperativas parece ter sido um dos fatores que contribuíram para sua capacitação. A assistência técnica e/ou gerencial (22,2%), formação sociopolítica (19%) e a qualificação profissional técnica, gerencial (18,7%) foram os tipos de apoio mais praticados pelas diversas entidades que prestam esses serviços. Entre as quais se

---

<sup>38</sup> A catalogação das atividades econômicas foi baseada na Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE).

destacam os órgãos governamentais, 39,3%; as ONGs, OSCIPs, igrejas associações, 28,5%; e o Sebrae e o Sescop, 27,9%.

Ainda é preciso salientar que o êxito econômico não é incompatível com as práticas autogestionárias. Os percentuais em relação à gestão das cooperativas ratificam o caráter democrático destas. A assembleia (88,3%), a diretoria (76,3%) e o conselho fiscal (76,3%) são espaços deliberativos e de coordenação. O acesso dos(as) sócios(as) às informações do empreendimento é garantido por 76,3% delas; 86,5% elegem a diretoria e 81,3% prestam contas nas assembleias. Além disso, 60,5% das cooperativas afirmam que os/as sócios(as) participam das decisões cotidianas do empreendimento.

Convém destacar nesse subconjunto a alocação dos excedentes. Para iniciar as atividades, 67,5% das cooperativas contaram somente com os recursos dos(as) próprios(as) sócios(as). Essa informação expressa a necessidade de capitalização desses empreendimentos e explica o porquê das sobras serem alocadas em maiores percentuais para os fundos previstos do que em benefícios pelo dispêndio da força de trabalho. Constatamos que 46,5% das cooperativas destinam parte das sobras para um fundo de reserva e 37,7% para um fundo de investimento. Contudo, a necessidade de um lastro econômico não impede que o bem-estar dos(as) sócios(as) seja considerado, pois 45% distribuem parte dos excedentes com o quadro associativo.

A necessidade de capitalização pode ser uma das explicações para a baixa adesão à forma de remuneração fixa e os reduzidos percentuais em relação à garantia dos direitos e benefícios do trabalho associado. São 18.959 trabalhadores(as) associados(as), sendo 10.358 (54,6%) homens e 8.601 (45,4%) mulheres; e 80,4% das cooperativas têm até 65 trabalhadores(as) associados(as). Dessas, 33,3% remuneram de forma fixa, 50% por produto ou produtividade e 24,9% por horas trabalhadas, e 2,6% não estão conseguindo remunerar<sup>39</sup>. Quanto aos valores dos salários praticados, 20,8% das cooperativas pagam mais de meio salário a um salário mínimo; 29,5% mais de um salário a dois salários mínimos; 24,3% mais de dois salários a cinco salários mínimos.

Os direitos e benefícios dos(as) trabalhadores(as) associados(as) apresentam maiores percentuais em relação à base originária, mas, ainda assim, modestos. Das 69,6% cooperativas que garantem algum benefício, 17,5% têm a gratificação natalina; 24% remuneram as férias; 22,8% têm o descanso semanal remunerado; a qualificação social e profissional é garantida

---

<sup>39</sup> Vale ressaltar que a pergunta do questionário que se refere ao desempenho econômico refere-se ao ano anterior, e a questão sobre a remuneração é respondida em relação ao momento de realização do levantamento.

para 40,6% delas; e 24,6% têm equipamentos de segurança. Não obstante, em 30,4% das cooperativas não há direitos ou benefícios para os/as trabalhadores(as) associados(as). Quando desagregamos esses dados por região, verificamos uma realidade díspar nesse cenário. As regiões Sul e Sudeste apresentam percentuais acima da média desse subconjunto em todos os benefícios descritos. Em contraposição, o Norte e o Nordeste apresentam percentuais inferiores a todas as médias apresentadas. Salientamos o descanso semanal, que é assegurado por 14,3% das cooperativas do Norte e 11,4% das do Nordeste, e as férias remuneradas somente por 8,6% no Norte e 12,7% no Nordeste. Baseados nessas informações, inferimos que os/as sócios(as) trabalhadores(as) das cooperativas com excedentes realizam um sacrifício para capitalizar o empreendimento em detrimento dos benefícios que poderiam desfrutar com o sucesso alcançado.

Ademais, 35,7% das cooperativas têm trabalhadores(as) não sócios(as); 21,6% assalariam esses(as) trabalhadores(as) e 14,3% contratam pela prestação de serviços remunerada. As funções mais exercidas por esses(as) trabalhadores(as) são a administração, secretaria e contabilidade (23,1%); produção ou prestação de serviços (15,2%); manutenção e serviços gerais (14,9%); gerência, assessoria ou consultoria (6,4%).

Enfim, mostramos que 2/3 das cooperativas com excedentes ainda não asseguraram a remuneração fixa aos trabalhadores(as) associados(as) nem a extensão dos direitos sociais a todos(as) eles(as). Por outro lado, o que se depreende da análise desse subconjunto é a necessidade de lastro econômico, uma vez que o acesso ao crédito ainda é muito restrito, e nos primórdios desses empreendimentos não puderam contar com uma capitalização prévia. Esses são fatores, no nosso entendimento, que impõem ao trabalho associado características do trabalho precário, uma vez que há incerteza nos valores praticados na remuneração e não há a observância dos direitos básicos pelo dispêndio da força de trabalho para todas as cooperativas. Não obstante esses reptos, as classificamos como *cooperativas de trabalho consolidadas* uma vez que apresentam longevidade, conseguiram conciliar a viabilidade econômica e as práticas de autogestão, propiciando, assim, uma participação social ou ações nas comunidades em que estão inseridas (60%). Resta como desafio alcançar um volume de excedente que possibilite ao trabalho associado assegurar os direitos sociais.

### **6.2.2 As cooperativas que somente pagam suas despesas**

As cooperativas que pagaram suas despesas, mas não tiveram excedentes, somam 257. Há uma concentração delas na região Nordeste (33,5%), seguida do Sudeste (24,5%), logo

depois o Sul (23%) e, com percentuais mais reduzidos, o Norte (11,3%) e o Centro-Oeste (7,8%). Desse universo de cooperativas, 37,4% iniciaram suas atividades a partir de 2001, ou seja, na época da pesquisa elas não tinham mais de seis anos de existência; por outro lado, 94,2% delas estavam em funcionamento.

Nessa base, o desemprego, como ensejo de criação, tem 40,9%. Regionalmente, as cooperativas do Sudeste (37,1%) e do Nordeste (28,6%) foram as que apresentaram percentuais mais elevados entre as 105 que apontaram esse motivo. Dessas cooperativas, 58,4% estão exclusivamente na área urbana, enquanto 28,4% atuam tanto no urbano como no rural. Entretanto, na região Sudeste há uma supremacia das cooperativas no urbano, com 81,%. As atividades mais desenvolvidas são as das indústrias de transformação (33,1%) e o transporte, armazenagem e comunicação (14,8%).

A classificação da SENAES referente à produção e aos serviços prestados aponta as atividades econômicas mais praticadas. As que se destacam são: prestação de serviços diversos (40,15); produção de alimentos e bebidas (16,7%); produção agropecuária, o extrativismo e a pesca (10,5%); produção e serviços de alimentos e bebidas (9,7%); produção têxtil e confecção (8,9%); serviços de coleta e reciclagem (8,9%); e produção de artefatos artesanais (6,6%). Convém ressaltar que a produção artesanal, que nas outras bases não tinha relevância estatística, nessa adquire outra dimensão.

A falta de uma sede própria para desenvolver as atividades é um limitador no desempenho econômico, já que 34,6% das cooperativas funcionam em locais alugados, 40,9% em lugares cedidos e somente 18,7% são próprios. Quanto aos equipamentos usados, 78,2% são próprios.

Essas cooperativas, em sua maioria, comercializam seus produtos e serviços (80,5%). Seus maiores clientes são os consumidores por meio de vendas diretas (54,9%) e os atacadistas (21,4%). Estão mais presentes no mercado comunitário (29,2%) e no municipal (23%). Ainda assim, há inserção nos mercados fora do seu entorno: 14% delas atuam no microrregional, 9,3% no estadual e somente 4,7% alcançam o nacional. Não obstante, a comercialização é uma dificuldade para 65,5% das cooperativas, justamente porque somente 16,3% tiveram acesso ao crédito, o que explica a falta de capital de giro para vendas a prazo ser a dificuldade mais sentida para 14% delas.

Se considerarmos a falta de crédito e que 66,1% dessas cooperativas iniciaram suas atividades com seus próprios recursos, sobressai o fato de que 56% fizeram algum tipo de investimento nos últimos 12 meses à época da pesquisa. Os valores investidos variaram entre R\$ 100,00 e R\$ 50.000,00 para 80,3% das que investiram. Os investimentos devem ter tido



origem, pelo menos uma parte deles, nos projetos de captação de recursos junto às agências de financiamento e às empresas que praticam a responsabilidade social.

Das 16,3% que tiveram acesso ao crédito, 50% o obtiveram para aplicá-lo em investimento na cooperativa. Os valores desses créditos variavam entre R\$ 1.000 e R\$ 150.000,00 para 68,4% delas. Quanto ao pagamento, 48,6% estavam em dia, 29,7% no período de carência e 8,1% com atraso.

A falta de crédito é um limitador para a consolidação econômica da cooperativa, tanto que 78,2% delas declaram a necessidade de tê-lo, porém 51,4% têm dificuldades para obtê-lo em razão das altas taxas de juros (12,1%) e da falta de garantia (12,1%).

Desse conjunto de cooperativas, 72,4% tiveram algum tipo de assessoria. As entidades que mais prestaram serviços a elas foram os órgãos governamentais (31,5%), seguidos das ONGs, OSCIPs, igrejas, associações e conselhos comunitários (29,6%) e do Sebrae e SESCOOP (28,6%). As práticas democráticas estão sedimentadas: há assembleia (89,9%), direção (75,9%), conselho fiscal (79,4%) e prestação de contas (81,3%). A participação do(a) sócio(a) no cotidiano acontece para 59,5%, percentual muito próximo daquelas cooperativas que têm excedentes (60,5%). Esse dado, em consonância com os demais que se referem à autogestão, nos permite sustentar que as práticas emancipatórias caracterizadas pela gestão democrática das cooperativas não são impeditivas para obter êxitos econômicos porque as principais deliberações necessitam ser demandadas no coletivo. Ao contrário, a aceitação da propriedade coletiva e da gestão mais horizontal parecem ser fatores que contribuem para a persistência dos(as) trabalhadores(as) nesses empreendimentos. Além disso, há uma efetiva participação social para 57,2% dessas cooperativas.

Quanto ao porte das cooperativas dessa base, a imensa maioria delas (92,5%) tem até 65 trabalhadores(as) associados(as). São 8.053 sócios(as) trabalhadores(as), sendo 4.434 homens e 3.619 mulheres. Quanto às formas de remuneração dessas cooperativas, 19,5% pagam de forma fixa, 49,8% pagam por produto ou produtividade, 19,5% pagam por horas trabalhadas, 7,4% não estão conseguindo remunerar e 5,8% não remuneram em razão do voluntariado ou são remunerados pelo autoconsumo. O fato de 19 (7,4%) cooperativas terem demonstrado equilíbrio financeiro ao quitarem suas dívidas no ano anterior e no ano seguinte não estarem conseguindo remunerar seus trabalhadores mostra a falta de lastro econômico para fazer frente às adversidades que qualquer empreendimento pode enfrentar com a concorrência mercantil.

Em relação aos valores despendidos pelas cooperativas para a remuneração dos(as) trabalhadores(as) associados(as), 21,4% delas pagam mais de meio até um salário mínimo;

28,4% mais de um até dois salários mínimos; e 16,3% mais de dois a cinco salários mínimos. Já em relação aos benefícios e direitos, as cooperativas enfrentam sérias dificuldades para garanti-los. Das 63,8% que garantem algum tipo de direito, 7% têm gratificação natalina, 12,1% remuneram as férias e 14,4% pagam o descanso semanal. A qualificação profissional e os equipamentos de segurança como benefícios são garantidos por 28,% e 17,5%, respectivamente. Para 36,2% delas, não há garantias de direitos e benefícios, o que demonstra os limites nos resultados econômicos.

Dessa base, 34,2% das cooperativas possuem trabalhadores(as) não sócios(as). Destacam-se a contratação de trabalhadores para a administração e a contabilidade (16,3%); para a produção e prestação de serviços (14%); e para a manutenção e serviços gerais (14%). Das empregadoras, 14,4% têm contratos formais e 16,7% contratam pela prestação de serviços remunerados.

Verifica-se, ao final da análise, que essas cooperativas de trabalho ainda não conseguiram se viabilizar economicamente. Das que formam essa base, 63,9% tinham menos de dez anos à época do Mapeamento, período relativamente curto para consolidar-se no mercado. Elas enfrentam forte restrição ao crédito, pelo menos 1/3 delas paga o aluguel do local de funcionamento e há baixa inserção dos produtos e serviços em mercados fora do seu entorno. Somados, esses fatores explicam a falta de excedente ao final do ano fiscal. Nesse contexto, a prática da remuneração por produto ou produtividade é a opção mais adequada para não gerar dívidas ao empreendimento, o que seria provável caso praticassem a remuneração fixa. Contudo, a inexistência de benefícios para os/as trabalhadores(as) associados(as) para 36,2% das cooperativas, e os baixos percentuais entre aquelas que os asseguram nos leva a estimar que parte dessas cooperativas esteja sendo uma fonte complementar de renda. Nesse cenário, as classificamos como *cooperativas em consolidação*, pois precisam vencer os obstáculos que as impedem de constituir fundos que propiciem sua capitalização em concomitância à inclusão dos benefícios como despesas para que, assim, possam se tornar a atividade econômica principal, na qual os direitos sociais sejam observados.

### **6.2.3 As cooperativas com desempenho econômico negativo**

Essa é a base de cooperativas com menos anos de existência, e um dos fatores que explicam os resultados econômicos negativos. Das 118 analisadas, 55,1% foram criadas entre 2001 e 2007 e 11,9% estavam em fase de implantação nesse período. Desse universo, 35,6%

encontram-se no Nordeste, 25,4% no Sul e 24,6% no Sudeste. O desemprego é fator desencadeador para 43,2%, e a atuação dá-se mais na zona urbana (54,2%), e somente 16,9% atuam exclusivamente na rural.

Essas cooperativas desenvolvem as atividades nas indústrias de transformação (30,5%) e na agricultura (15,3%). De acordo com a classificação dos setores econômicos da SENAES, 40,7% delas prestam serviços diversos; 12,7% atuam na agropecuária, extrativismo e pesca; 11% atuam na produção têxtil e confecção; 10,2%, na produção de alimentos e bebidas; 5,9% nos serviços de coleta e reciclagem de materiais.

Essa base é a que apresenta o maior percentual de cooperativas que pagam aluguel pelo local de funcionamento, 43,2%. Por outro lado, 83,9% delas afirmam possuírem seus próprios equipamentos. Os produtos e serviços são vendidos para 76,3%, enquanto 10,2% os dividem, vendendo ou trocando parte e destinando outra ao autoconsumo. O destino de parte da produção para a troca e o autoconsumo pode ser uma forma de minimizar as limitações financeiras.

Há dificuldade na comercialização para 71,2%, percentual acima da média nacional (61,6%). A falta de capital de giro para vendas a prazo também é o maior limitador para 16,9% delas, seguido da quantidade insuficiente de clientes (10,2%). Destaca-se, nessas dificuldades, que parte dessas cooperativas ainda está no estágio embrionário, pois 19 delas não têm existência jurídica, o que pode ser explicado pelo processo de implementação no qual 11,9% se encontram. Logo, verifica-se que não é possível um desempenho econômico a contento se a cooperativa só existe como prática associativa e não como pessoa jurídica.

Ao analisar a variável investimento, dimensionamos os limites para essas cooperativas se consolidarem. Para iniciar as atividades, 66,1% delas utilizaram dos recursos dos próprios sócios e 48,3% delas não conseguiram investir no último ano. Quanto ao acesso ao crédito, 51,7% delas não o tiveram, mas 81,4% declaram ter necessidade de tê-lo. Das 28 cooperativas que tiveram crédito, 19 delas obtiveram entre R\$ 20.000,00 e R\$ 500.000,00, e destinaram ao capital de giro e investimentos. Quanto ao pagamento, 40,6% delas estavam no prazo; 36% no período de carência; 16% em atraso; e 8% já haviam quitado a dívida.

Malgrado os limites nos resultados econômicos, essas cooperativas também se constituem em espaços democráticos de gestão do trabalho e também contam com assessoria (72%). Elas têm 4.682 trabalhadores(as) associados(as), sendo 3.127 homens e 1.555 mulheres. São de pequeno porte, com 71% contando com até 30 sócios(as) trabalhadores(as). Essas cooperativas utilizam a assembleia (89%) e a direção (78%) como instâncias deliberativas, têm conselho fiscal (79,7%), prestam contas (78,1%). Convém ressaltar que a

participação dos(as) sócios(as) no cotidiano das cooperativas, 53,4%, é bem mais modesta se comparado às outras bases. Esse dado pode demonstrar a indisposição de atuar no empreendimento quando este enfrenta sérias limitações financeiras.

As variáveis analisadas não foram o suficiente para explicar o resultado negativo desse subconjunto. Contudo, temos mais alguns indícios que apontam caminhos. A remuneração dos(as) trabalhadores(as) é fixa para 19,5% das cooperativas, mesmo percentual das cooperativas que conseguem pagar as despesas sem sobras. Quanto a outras formas de pagamento, temos 44,9% remunerando por produto ou produtividade, 21,2% por horas trabalhadas. É possível estimar que a arrecadação dessas cooperativas não comporte o pagamento fixo, contribuindo, assim, para a falta de viabilidade econômica. Quanto aos valores salariais, 18,6% pagam mais de meio salário a um salário mínimo; 21,2% mais de um salário a dois salários; e 15,3% pagam mais de dois salários a cinco salários mínimos. Proporcionalmente, os valores praticados entre essa base e a anterior não são tão distintos. Essas informações demonstram que a constituição do trabalho digno no interior das cooperativas, com uma estabilidade na remuneração e valores compatíveis com o salário mínimo praticado, não será alcançado somente pela vontade dos(as) trabalhadores(as) associados(as) ao fixá-lo como direito. Além disso, parece que o tamanho da cooperativa é um fator que influi no seu desempenho econômico, uma vez que os empreendimentos que compõem essa base, 71% deles, têm porte pequeno se comparados aos demais.

Quanto aos direitos sociais, para 46,6% delas não há nenhuma garantia para os/as trabalhadores(as) associados(as). A qualificação social e profissional (27,1%), os equipamentos de segurança (16,9%), o descanso semanal (15,3%) são os benefícios com percentuais mais expressivos. Quanto aos trabalhadores(as) não sócios(as), 32,2% das cooperativas os possuem, principalmente na área da administração e contabilidade (16,1%) e na manutenção e serviços gerais (11%). Das empregadoras, 13,6% contratam formalmente e 20% fazem contrato de prestação de serviços.

Em suma, essas são cooperativas de trabalho num cenário em que a economia solidária torna-se política pública de trabalho. Provavelmente, teríamos uma adesão maior dos(as) trabalhadores(as) ao trabalho associado se eles(as) não tivessem que enfrentar tantas dificuldades nos anos iniciais, o que é fato comum a qualquer empreendimento. São projetos embrionários, em que parte das cooperativas paga aluguel da sede, atua na informalidade, agravando os limites para comercializar os produtos e serviços, assim como ter acesso ao crédito. Apesar das dificuldades econômicas, estas parecem não inviabilizar a autogestão, tampouco a participação nas lutas da sociedade civil. Decerto, classificamos as iniciativas

dessa base como *cooperativas a serem consolidadas*, pois elas ainda têm um longo percurso para viabilizar-se economicamente e, assim, garantir um trabalho remunerado e os direitos sociais afiançados.

### 6.3 AMPLIANDO A CLASSIFICAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

As cooperativas podem ser classificadas de formas diversas, o que diferencia cada classificação é o critério adotado. Conforme Paulo Silva (2005), a tipificação mais comum é aquela baseada no objeto social, isto é, de acordo com a atividade definida no estatuto social. Dessa forma, há a possibilidade de criação de cooperativas para praticamente todos os tipos de atividades em que uma empresa tradicional poderia atuar. Daí a dificuldade, na concepção de Paulo Silva, para se esboçar com precisão todos os tipos de cooperativas possíveis.

Baseando-se nos campos de atuação das cooperativas, esse autor apresenta os seguintes tipos: cooperativas de trabalho (de produção, de serviços e de fornecimento de mão de obra); de consumo; de crédito; de habitação; mistas; e singulares. Além dessas, há as cooperativas sociais, criadas pela Lei 9.867/1999, constituídas para inserir pessoas em desvantagens no mercado de trabalho<sup>40</sup>. O que de fato essa modalidade expressa é mais uma espécie de cooperativa de trabalho. As cooperativas mistas são aquelas que possuem mais de um objeto ou atividade. Já as cooperativas singulares são as constituídas por número mínimo de associados, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas naturais, ou ainda, aquelas sem fins de lucros (SILVA, P., 2005).

Num sentido mais amplo, Pinho (2004), ao investigar a evolução do cooperativismo no Brasil, propõe uma nova tipologia baseada na finalidade das cooperativas. Assim, as denomina de cooperativas econômicas ou tradicionais e cooperativas sociais ou populares. As primeiras são voltadas para a competição no mercado, regidas pela lógica empresarial, com gestão profissionalizada, uso de moderna tecnologia para obter ganhos de escala e eficiência. As segundas são criadas para satisfazer as necessidades familiares e profissionais de pessoas de segmentos mais vulneráveis da sociedade, bem como para a geração de trabalho, emprego, renda e benefícios aos associados.

---

<sup>40</sup> Para efeito da lei, são consideradas pessoas em desvantagem os dependentes físicos, psíquicos, mentais, sensoriais, os dependentes químicos, os egressos de prisões, os condenados a penas alternativas, e os adolescentes, em idade para o trabalho, em situação familiar difícil economicamente.

Essas modalidades de classificação, no nosso entendimento, não contribuem para tipificar as cooperativas que constituíram a base de dados analisada neste capítulo. A classificação de cooperativa de trabalho de Paulo Silva é abrangente demais, o que permite agregar neste âmbito as cooperativas forjadas para rebaixar os custos com a força de trabalho. A mesma crítica serve para a classificação de Pinho, pois não ressalta as diferenças nas cooperativas que estão no meio popular e desconsidera que essas cooperativas também estão inseridas na competição mercantil e, em muitos casos, precisam se submeter à lógica econômica dominante.

Por causa das diferenças nas práticas cooperativistas, Lima (2006) analisa a observância dos princípios do cooperativismo e distingue as falsas cooperativas ou *coopergatos* das cooperativas autênticas ou verdadeiras. As *coopergatos* são cooperativas criadas pela iniciativa das empresas, visando à redução dos custos com a gestão da força de trabalho, evitando impostos e obrigações sociais, dessa forma, esperam aumentar a competitividade no mercado. Normalmente, essas cooperativas servem para agenciar mão de obra na zona rural e no setor de serviços; já no setor industrial são para a terceirização, como já foi mencionado.

As cooperativas genuínas são organizadas pelos sindicatos e fábricas em situação falimentar, contando com o apoio de ONGs e movimentos sociais. Essas são caracterizadas pela autonomia e participação democrática dos trabalhadores na gestão. Entretanto, elas não estão isentas de contradições. Lima (2006) pondera que os problemas relativos às dificuldades da gestão coletiva da produção e a permanência no mercado induziram parte dessas cooperativas à terceirização, reconstituindo hierarquias verticais e subordinando-as, em alguma medida, às empresas tomadoras do serviço.

Essa classificação de Lima contribui para esclarecer o campo no qual as cooperativas da economia solidária se inserem. Os dados referentes às cooperativas analisadas nos permitem afirmar que essas são genuínas, mas isso não significa que essas cooperativas não enfrentem dificuldades para manterem suas características constituintes, visto que também necessitam atuar no mercado competitivo. Nas palavras do autor:

Após uma década de funcionamento das cooperativas de produção e trabalho no Brasil, temos uma diversidade de situações que necessitam ser conhecidas a fim de que possam contribuir para a elaboração efetiva de políticas que se pretendam justas e solidárias. Entretanto, é necessário reconhecer que essas significam não apenas possibilidades de autonomia dos trabalhadores e de uma nova perspectiva socialista, mas também funcionalidade para o capital em uma economia de mercado flexibilizada. Considerando-se que a inserção no mercado é condição de existência

das cooperativas, independente da matriz ideológica presente em sua constituição, ele não pode ser ignorado nos delineamentos do que se entende por autonomia e democratização. (LIMA, 2006, p. 77)

As condições híbridas do trabalho nas cooperativas analisadas expressam a diversidade de situações nas quais elas funcionam. Em razão dessa realidade, após a apreensão dos pormenores das cooperativas da base, no que diz respeito ao desempenho econômico, à remuneração e à garantia dos direitos sociais, as classificamos como *consolidadas, em consolidação e a serem consolidadas*. Ainda assim, temos presente que, mesmo com processos organizativos distintos, as cooperativas de trabalho da economia solidária têm peculiaridades que as unificam e as diferenciam das suas congêneres. Dessa forma, nos detivemos a investigar as subdivisões das cooperativas de trabalho apresentadas por Gediel (2006) e Pontes (2007).

Conforme a literatura jurídica, Gediel (2006) classifica as cooperativas de trabalho em: a) cooperativas de produção (são aquelas em que os trabalhadores são donos dos meios de produção, praticam a autogestão e entregam no mercado o produto acabado); b) cooperativas de serviços (essas agregam os trabalhadores que objetivam a captação de clientes, assim como de recursos para a prestação de serviço). A ênfase nas subdivisões das cooperativas de trabalho demonstra as *nuances* que marcam os distintos graus de subordinação e autonomia em uma cooperativa que domina todo o processo de produção na sua sede daquelas que prestam o serviço no espaço da empresa contratante, submetendo-se à coordenação e à supervisão desta.

Pontes (2007) investiga as configurações contemporâneas do cooperativismo brasileiro, considerando a natureza e os objetivos das cooperativas, com destaque especial para as de trabalho. Em razão das práticas diversas da organização do trabalho no interior dessas cooperativas, ela as classifica como: a) cooperativa de trabalho precarizado (refere-se à cooperativa formada pelos(as) próprios(as) trabalhadores(as), mas que não detêm os meios de produção, por isso vendem a força de trabalho por meio da cooperativa); b) cooperativa de trabalho precarizado *ad hoc* (são aquelas criadas formal ou informalmente pelo capitalista e que se encontram subordinadas a este).

A contribuição de Pontes, a nosso ver, explicita a ambiguidade que caracteriza as iniciativas de trabalho num campo controverso e com escassa regulamentação jurídica. Contudo essa tipologia não é a mais adequada para a compreensão do fenômeno em estudo, porque no campo da economia solidária rechaçam-se as cooperativas fraudulentas. Já o aporte

de Gediel nos impõe a necessidade de distinguir as práticas diversas que estão nas iniciativas de trabalho da economia solidária sob o manto das cooperativas de trabalho.

Na nossa concepção, não é possível comparar o grau de autonomia de uma cooperativa na qual os/as trabalhadores(as) associados(as) produzem no espaço da cooperativa, decidem sua jornada de trabalho e organizam seu processo laboral daquelas que simplesmente agenciam a mão de obra. As cooperativas fornecedoras de força de trabalho, ainda que tenham sido criadas pela iniciativa dos(as) próprios(as) trabalhadores(as) e dos seus agentes de mediação, se subordinam, em grande medida, à contratante porque ela impõe suas necessidades e as supervisionam, ou seja, estão submetidas a um ente externo à cooperativa. Essas últimas são cooperativas de trabalho, mas distinguem-se da grande maioria das cooperativas analisadas na base estudada porque o trabalho desenvolvido nelas não está subordinado a terceiros, mas à própria coletividade. Então propomos uma categorização específica para as cooperativas do nosso estudo porque o trabalho associado é o elemento singular na constituição delas.

Nós as denominamos de **Cooperativas de Trabalho Associado**, doravante CTA<sup>41</sup>, porque a execução do trabalho é realizada na própria cooperativa, sob a coordenação dos(as) trabalhadores(as) que se associaram, e os resultados (produtos ou serviços) lhes pertencem. Não existe nas CTA a venda da força de trabalho por intermédio da cooperativa, nela os trabalhadores produzem em proveito próprio, suprimindo a apropriação privada do trabalho por parte daqueles que não o produziram. Os/as cooperados(as) têm autonomia, em alguma medida, na organização do trabalho e na sua execução, além do mais são os/as proprietários(as) dos meios de produção. Enfim, teríamos nas CTA, em alguma medida, a desalienação do trabalho, ainda que elas tenham internamente processos organizativos distintos, resultando na classificação construída no decorrer do capítulo.

Em outras palavras, as CTA são formadas por uma pluralidade de pessoas que coordenam suas atividades coletivamente, suprimindo a relação capital e trabalho. Nelas, desempenham uma atividade conjunta, com fim produtivo comum, tendo que se submeter às regras acordadas no coletivo, pois o trabalho associado não é o trabalho autônomo individual. Em outros termos, há algum grau de subordinação. Há a *subordinação associativa*, detectada por Gandía (2006), pois o/a trabalhador(a) associado(a) tem que se submeter às decisões do coletivo, independente da vontade individual.

---

<sup>41</sup> Na Espanha, todas as cooperativas nas quais os trabalhadores se associam com a finalidade de gerar trabalho são denominadas de Cooperativas de Trabalho Associado (CTA).



Se não é possível afirmar que temos a emancipação do trabalho nessas experiências, é porque as condições materiais se constituem num limitador. Logo, o trabalho desenvolvido expressa as contradições inerentes a esse processo. Exemplos dessas contradições são: a ausência de proteção social para os/as trabalhadores(as) associados(as) e a intensificação do trabalho para alcançar um nível de produtividade que garanta resultados econômicos positivos (ANJOS, 2011).

Entendemos que a geração de trabalho e renda constituiu-se fator primordial para a criação das CTA, porém as origens das pessoas que se inseriram nestas cooperativas são variadas. Para algumas, essas são estratégias de sobrevivência pelas dificuldades de reemprego ou mesmo de ingresso no mercado de trabalho. Para outras, são opções a outras formas de trabalho, demarcadas pelo maior grau de autonomia e melhores rendimentos econômicos se comparados a segmentos com atributos pessoais similares (idade, sexo, cor/raça, escolaridade etc.). Para outras tantas, as CTA tornaram-se uma alternativa com o agravamento do desemprego estrutural e a falência de empresas, a exemplo das empresas recuperadas. Enfim, o motivo desemprego, tão citado para justificar a criação dessas cooperativas, pode ter significados diversos, desde que busquemos a causa da desocupação dos(as) trabalhadores(as) que se inseriram nessas iniciativas.

As CTA analisadas que sobreviveram aos primeiros anos de fundação constituem-se atividade econômica importante para a reprodução dos(as) trabalhadores(as) associados(as) e suas famílias. Ainda que algumas cooperativas não se constituam na atividade econômica principal, sabemos que as famílias mais vulneráveis constituem sua renda familiar de diversas fontes (CACCIAMALI, 2007). Logo, em alguma medida, a renda obtida com as CTA tem relevância financeira. Ademais, os dados coletados sobre essas experiências nos permitem afirmar que elas enriquecem o sentido do trabalho, já que há uma efetiva democratização da gestão e a participação dos trabalhadores no cotidiano das cooperativas.

Não obstante, são evidentes as sérias dificuldades para garantir remuneração fixa e os direitos sociais para quem tem as CTA como alternativas de trabalho. Diante desse quadro, buscamos, na pesquisa qualitativa realizada em Salvador, responder de modo mais conclusivo o que leva os/as trabalhadores(as) a persistirem nessas cooperativas; quais os vínculos criados nessas experiências; e o lugar que ocupa o trabalho. Como não pudemos caracterizar o/a trabalhador(a) associado(a) com a pesquisa quantitativa, almejamos, com o trabalho de campo, ter elementos mais concretos para avaliar se as CTA destinam-se mais aos segmentos que historicamente são mais vulneráveis no mercado de trabalho, como os/as negros(as), as

mulheres e os/as não qualificados(as). Enfim, nos debruçaremos sobre essas e outras questões no capítulo 7.

## 7 CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES DE QUATRO COOPERATIVAS EM SALVADOR<sup>42</sup>

Este capítulo é o resultado do estudo qualitativo realizado em Salvador. As análises fundamentaram-se em informações adquiridas nos eventos e circuitos da economia solidária e em 12 entrevistas realizadas em quatro cooperativas de trabalho associado com os/as trabalhadores(as) associados(as). As cooperativas investigadas situam-se em áreas periféricas, caracterizadas pela precariedade dos serviços públicos, alto índice de violência e um grande estigma social<sup>43</sup>. Elas atuam nos ramos típicos dos EES da cidade: reciclagem, alimentação, confecção e artesanato. Foram criadas entre 1999 e 2004, período caracterizado pelas elevadas taxas de desemprego e pelo aumento do contingente de ocupados(as) na informalidade (BORGES, 2007).

As quatro cooperativas, objeto desse estudo qualitativo, também foram mapeadas. Logo, intentamos identificar as características que as aproximam ou distanciam do conjunto descrito no capítulo anterior. Buscamos, também, apreender os motivos que levam os/as trabalhadores(as) a persistirem nessas iniciativas, uma vez que já ficaram patentes os sérios limites das CTA para garantir a remuneração fixa e os direitos sociais. Além disso, delinearemos um breve perfil dos(as) trabalhadores(as) associados(as) e averiguaremos em que medida a inserção nas CTA contribui para estimular a participação delas no enfrentamento das diversas formas de desigualdades.

Antes de adentrarmos as análises das cooperativas, faremos uma digressão sobre a constituição do mercado de trabalho baiano, enfatizando as peculiaridades de Salvador. Essa abordagem objetiva apurar se, em alguma medida, a permanência da heterogeneidade e da segmentação do mercado de trabalho na capital do estado contribuiu para que frações da classe trabalhadora em desvantagem social aderissem às cooperativas como alternativas de trabalho.

---

<sup>42</sup> Este capítulo abrange um segmento das cooperativas de trabalho do Mapeamento - cooperativas de periferias urbanas, de pequeno porte, sem capitalização prévia e de baixa densidade tecnológica. Contudo, elas não representam todas as cooperativas mapeadas, uma vez que esse é um universo heterogêneo como já foi descrito no capítulo anterior.

<sup>43</sup> O bairro em que se localiza a Cooperativa de artesanato, uma das quatro estudadas, teve seu nome trocado no final da década de 1980 como uma tentativa de valorização social, uma vez que a localidade tornou-se sinônimo de marginalidade. Contudo, a mudança não trouxe o efeito esperado e até então continua sendo um dos bairros mais violentos da cidade.

## 7.1 A HETEROGENEIDADE E A SEGMENTAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

A cidade de Salvador, até as primeiras décadas do século XX, caracterizou-se como espaço não produtivo, destinado ao controle social das funções político-administrativas e mercantis. Predominava nessa cidade e no seu entorno uma economia agrária, voltada para o comércio internacional, sendo a presença da indústria bastante incipiente, caracterizada por processos de produção quase artesanais e com estreito vínculo com a agricultura.

O mercado de trabalho de Salvador já nasceu com uma dualidade estrutural, segmentado pela cor, ou seja, era diferenciado para o/a trabalhador(a) escravo(a) e o/a trabalhador(a) livre. Havia um mercado de trabalho para os/as escravos(as) e um mercado para os/as homens/mulheres livres brancos(as), mulatos(as), negros(as) e alforriados(as). Este último apresentava uma estrutura ocupacional diversa, desde os artesões de todos os tipos, alfaiates, carpinteiros, sapateiros, pedreiros, marceneiros, barbeiros até as atividades do pequeno comércio e serviços de rua (BORGES, 2003).

Com o declínio e a decadência da economia agrário-mercantil, a cidade de Salvador sofreu os impactos desse processo, resultando numa estagnação econômica que dificultou a expansão das atividades capitalistas. Como a indústria baiana estava conectada ao setor agroexportador (as fábricas de charutos, as usinas de cana-de-açúcar e as indústrias têxteis), à medida que se restringiam as atividades com o mercado internacional, tais indústrias se voltavam para o mercado interno, o qual era pouco dinâmico se comparado ao desenvolvimento do Centro-Sul do país (OLIVEIRA, L., 2005).

O lugar destacado que Salvador tinha no século XIX foi substituído pela estagnação econômica e populacional até a década de 1950. Parte da sua população estava inserida em atividades que não são típicas do capitalismo, mas, nem por isso, menos aviltantes. Essas atividades se davam basicamente em duas formas: a) a produção artesanal ou no pequeno comércio e serviços destinados às necessidades de consumo da camada populacional urbana de baixa renda; b) a prestação de serviços pessoais, como os domésticos, voltados para as camadas mais abastadas.

A partir de 1950, com a descoberta e exploração do petróleo no Recôncavo baiano, há um crescimento da economia na cidade de Salvador e o avanço da urbanização. Carvalho e Souza (1980 apud OLIVEIRA, L., 2005) analisam os dados do Censo de 1950 e detectam que mais da metade das atividades que constituíam o setor de serviços nessa cidade era realizado por lavadeiras, cozinheiras, bordadeiras e sapateiros. Além disso, destacava-se a grande

presença dos ambulantes, que representavam aproximadamente 26% da população ocupada no comércio de mercadorias. Essas informações atestam que as atividades que não são típicas do capitalismo propriamente ditas antecedem o processo de industrialização da Bahia e persistem mesmo após a segunda metade do século XX, quando se inicia a formação do mercado de trabalho baseado no assalariamento.

Impulsionada pelas ações do Estado e pelos investimentos da Petrobrás, a economia baiana supera a estagnação e consolida-se a produção industrial. Os efeitos sobre o mercado de trabalho são imediatos: o aumento do emprego industrial e dos assalariados; o estímulo ao surgimento de indústrias complementares (a exemplo das empresas dos ramos químico e metalúrgico); a dinamização do setor da construção civil e de obras de infraestrutura, do comércio e dos serviços; além de influenciar no crescimento populacional, econômico e urbano da cidade de Salvador e da sua Região Metropolitana (OLIVEIRA, L., 2005).

Ainda assim, a ampliação da estrutura produtiva de Salvador promovida pelo Estado e a implantação da Petrobrás são limitadas. Somente na década de 1960 é que se intensificará o processo de industrialização no Nordeste e na Bahia, o qual se dará sob o comando da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Para Luiz Oliveira (2005), tratava-se de uma “industrialização incentivada” que consistia nos investimentos do capital internacional e do Centro-Sul na região para obter incentivos fiscais públicos, podendo, assim, elevar as taxas de lucros por meio da isenção de impostos.

Ao final dos anos de 1960, com a implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA), inicia-se uma nova fase do processo de industrialização na Bahia, que se consolidará no final da década de 1970, com a criação do Polo Petroquímico de Camaçari. Esse se transformará no fator dinâmico da economia regional, provocando uma significativa diversificação na estrutura produtiva de Salvador e do mercado de trabalho metropolitano.

Ainda que a industrialização tenha criado novos empregos, não foram em número suficiente para contrabalançar o acelerado crescimento demográfico decorrente, em grande medida, dos fluxos migratórios, que aumentaram progressivamente com a própria expansão da industrialização na Região Metropolitana de Salvador (RMS). A abundância da mão de obra preexistente ao processo de industrialização converte-se em força de trabalho disponível ao capital. No entanto, parte dessa força de trabalho continua ocupada em atividades que não são típicas do capitalismo.

Assim sendo, o trabalho assalariado torna-se imprescindível para a reprodução do capital, mas o processo de industrialização não construiu um mercado de trabalho homogêneo; longe disso, o que temos é um mercado de trabalho caracterizado pela

heterogeneidade, fragmentação e hierarquização (OLIVEIRA, F., 2003b). Compartilhando dessa perspectiva de análise, Druck (2000 apud OLIVEIRA, L., 2005) afirma que a trajetória do mercado de trabalho na RMS é singular. Essa singularidade é devida ao processo de industrialização, que embora tenha definido um novo padrão de racionalidade na atividade produtiva, o fez num cenário ainda marcado por traços de uma sociedade “desorganizada”. Nela, o trabalho deixou de ser escravo e compulsório, tornando-se livre, mas ainda não é gratificante. Ademais, o novo tipo de trabalho, o assalariado, é ofertado para uma pequena parcela da sociedade.

Portanto, a maneira que se construiu o mercado de trabalho na Bahia, em Salvador especialmente, agravou a disparidade da estrutura produtiva antes existente, contribuindo para a convivência de formas avançadas e atrasadas do capitalismo. Por conseguinte, o mercado de trabalho baiano revela-se heterogêneo, segmentado e hierarquizado, no qual somente algumas frações da classe trabalhadora tiveram acesso ao trabalho assalariado e protegido socialmente, enquanto diversas outras frações constituíram vínculos precários à margem da legislação social do trabalho, para assegurar a própria reprodução (Borges, 2003).

Convém destacar o papel do Estado na configuração do mercado de trabalho na RMS e a importância do emprego público. O excedente da força de trabalho propiciava a inserção generalizada na informalidade, logo, o emprego público tornou-se, na avaliação de Luiz Oliveira (2005), uma política compensatória utilizada pelas elites políticas, sendo mais recorrente na Bahia durante a crise da década de 1980. Paralelo a isso, os incentivos e subsídios concedidos pelo Estado às empresas privadas durante o processo de industrialização, sobretudo a partir da década de 1970, resultaram na geração de trabalho com carteira assinada.

Durante os anos 1990, o mercado de trabalho formal, marcado historicamente pela limitada absorção da força de trabalho, respondeu à elevação da escolaridade contraditoriamente. Ao invés de reduzir as ocupações informais caracterizadas pelo baixo grau de instrução, aumentou a subutilização da mão de obra existente. Em outros termos, significou o crescimento das taxas de desemprego para todos os grupos etários e ambos os sexos, ainda que no Estado tenha ampliado o número de trabalhadores(as) com o segundo grau completo (BORGES, 2007; OLIVEIRA, L., 2005).

As mudanças ocorridas no mercado de trabalho atingem a maior parcela da classe trabalhadora, porém alguns segmentos estão mais expostos à situação de desemprego e trabalho precário ou submetidos às formas de trabalho que são anteriores ao sistema capitalista, segundo atributos inatos ou adquiridos. Os segmentos em maior desvantagem são

os jovens, as mulheres e os menos escolarizados. Além deles, diversos estudos apontam que a segmentação por cor é uma das mais importantes no mercado de trabalho. As taxas de desemprego e a distribuição dos(as) desempregados(as) por cor revelam que os/as trabalhadores(as) negros(as) estão mais expostos ao risco do desemprego do que os/as trabalhadores(as) não negros(as) (ABRAMO, 2006; BARRETO, 2005; OLIVEIRA, L., 2005).

Para Abramo (2006), as diversas formas de discriminação estão relacionadas aos fenômenos de exclusão social que originam e reproduzem a pobreza. Elas são responsáveis pela superposição de diversos tipos de vulnerabilidades e barreiras adicionais para que as pessoas e grupos discriminados possam superar a pobreza e ter acesso ao trabalho decente. Nos termos da autora:

[...] segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2003, as mulheres representam 43% da População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil e os negros (de ambos os sexos) representam 46%. Somados, correspondem a aproximadamente 70% da PEA (60 milhões de pessoas). As mulheres negras, por sua vez, correspondem a mais de 15 milhões de pessoas (18% da PEA) e, como resultado de uma dupla discriminação (de gênero e raça), apresentam uma situação de sistemática desvantagem em todos os principais indicadores sociais e de mercado de trabalho. (ABRAMO, 2006, p. 40).

Conforme Filgueiras e Pinto (2003 apud OLIVEIRA, L., 2005), as desigualdades raciais no mercado de trabalho da RMS tornaram-se mais acentuadas durante a década de 1990. Baseados em dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (PED/RMS) dos anos 1980 e dos anos 1990, os autores ressaltam que essas desigualdades agravaram-se ainda mais, pois o desemprego entre os/as negros(as), grupo historicamente em desvantagem, aumentou muito mais do que entre os/as não negros(as) nas últimas duas décadas.

Salvador tem um grande contingente de negros, segundo pesquisas do Dieese. Esse segmento permanece concentrado nas ocupações mais precárias do mercado de trabalho. A pesquisa da PED/RMS sobre a inserção da população negra no mercado de trabalho da RMS, nos anos 2009 e 2010, mostra a permanência das desigualdades sociais. Embora aponte um crescimento de 6,9% da ocupação favorável à população negra, esta ainda representa 91,2% do contingente populacional desempregado. Quanto à estrutura setorial da ocupação da RMS, esta comprova que para negros(as), especialmente as mulheres, os setores assinalados como os mais precários e instáveis têm importância relativamente maior, como, por exemplo, os serviços domésticos, que a despeito de terem diminuído a sua participação, no ano de 2010

responderam por 17% dos postos de trabalho criados para as mulheres negras (DIEESE, 2011).

A pesquisa constata, ainda, que os espaços ocupacionais considerados mais vulneráveis têm importância maior na estrutura ocupacional dos(as) negros(as). A maior presença nas posições de trabalho do emprego doméstico, do assalariamento no setor privado sem carteira assinada e entre os/as trabalhadores(as) autônomos(as) (trabalho informal) dos(as) negros em relação aos/às não negros(as) confirma a forma desigual como os grupos de raça ou cor e sexo se inserem no mundo do trabalho metropolitano de Salvador.

Esse cenário, revelado pela pesquisa do Dieese, pôde ser constatado entre os/as trabalhadores(as) associados(as) nos empreendimentos solidários, em Salvador. As iniciativas de geração de trabalho e renda nessa cidade destinam-se à população negra, especialmente às mulheres negras. População essa cujas chances de ingresso e permanência em empregos formais, qualificados e seguros são mínimas, não sendo, portanto, esse o parâmetro para avaliar a situação laboral daqueles(as) que atuam nas cooperativas, mas as formas reais de trabalho antes praticadas. Nas seções seguintes pretende-se mostrar as condições de trabalho dessa população que está inserida nas CTA por meio dos casos estudados.

## 7.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS PESQUISADAS

a) **A cooperativa de reciclagem** – criada em 1999 pela iniciativa de uma organização que desenvolve ações sobre a preservação do meio ambiente. Essa organização promoveu um curso de educação ambiental para formar agentes multiplicadores(as). Esses(as) agentes eram jovens em situação de vulnerabilidade social, moradores(as), na sua maioria, numa região de maré e em seu entorno. Como o próprio local de residência desses(as) jovens já denunciava o descaso com o meio ambiente, com a formação do curso decidiram que iriam constituir um grupo produtivo que pudesse colocar em prática o que aprenderam.

Iniciaram recolhendo garrafas plásticas, denominadas pet, e, preocupados(as) com a quantidade de material reciclável recolhidos, decidiram aliar a preservação ambiental à geração de trabalho e renda. Os/as jovens oriundos(as) do curso de formação já tinham idade para se inserirem no mercado de trabalho, porém não encontravam postos no trabalho formal. Contando com a assessoria da ONG e o apoio das incubadoras universitárias, estenderam sua atuação para outros tipos de materiais, como papelão, plásticos, papéis etc. e começaram a produzir bijuterias com as garrafas pet. Inicialmente conseguiram financiamento, por meio de projetos, para alugar um galpão, porém, findo o período de apoio da agência financiadora, não



conseguiram custear o aluguel da sede. Então, em 2004, ocuparam um galpão pertencente ao governo federal, no qual se encontram até o presente momento.

Essa cooperativa destinada a gerar trabalho para os/as jovens torna-se referência na cidade e amplia seu quadro de associados(as), admitindo adultos(as). Hoje, a cooperativa tem 24 membros, 13 mulheres e 11 homens, mas a rotatividade é muito grande. Ainda assim, ela é bastante demandada porque se constitui numa estratégia de sobrevivência para pessoas em ocupações esporádicas ou que já são catadores(as) individuais. Para se tornar um(a) associado(a), a pessoa, primeiro, passa por um período de estágio; se ela se adaptar ao trabalho, é convocada uma reunião e os/as sócios(as) aprovam ou não a sua inclusão.

No decorrer dos seus 12 anos, a cooperativa enfrentou diversas dificuldades, principalmente para garantir a remuneração mensal. Atualmente, esse limite tem sido superado porque ampliaram o número de parceiros e estabeleceram metas de produtividade para cada trabalhador(a). Além disso, a criação do Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia (CCRB), formado por dez empreendimentos, possibilitou o aumento no volume do material recolhido, permitindo, assim, que as vendas sejam feitas diretamente para as indústrias de reciclagem. Desse modo, ainda conseguiram valorizar em 66% o valor do papel vendido.

Com a estratégia do trabalho em rede, via CCRB, a cooperativa, com os demais empreendimentos, foi beneficiada com editais públicos para a compra de equipamentos, fardamento e a formação sociopolítica. Hoje, os/as sócios(as) produzem mensalmente de 40 a 44 toneladas e as vendem por R\$ 0,50 o quilo. Antes do Complexo eram negociadas a R\$ 0,30. Com essa receita, a cooperativa garante a remuneração mensal aos/às trabalhadores(as), ainda que o pagamento seja realizado por horas trabalhadas.

**b) A cooperativa de alimentação** – foi criada oficialmente em 2000, mas a sua gestação iniciou-se em 1999 com um curso de formação sobre o cooperativismo promovido pelo ITCP da UNEB. Alguns dos cursistas, na maioria mulheres, decidiram fundar uma cooperativa para produzir pão delícia, um pão típico para festas. Como não tiveram retorno financeiro, diversificaram a atividade econômica para outros tipos de pães, passaram a vender almoços em eventos e entram na produção de *buffets*.

Uma parte das sócias fundadoras já havia vivenciado uma experiência cooperativa que fracassou, porém essas mulheres estavam desempregadas e desejavam retomar o trabalho coletivo, sem estarem submetidas aos patrões e suas exigências. Dessa forma, havia algumas sócias experimentadas com as dificuldades de sustentabilidade dos pequenos

empreendimentos. Então, a falta de retorno financeiro nos primeiros anos não desanimou o grupo.

Com o apoio da Petrobrás, a cooperativa comprou uma sede, os equipamentos e uma Kombi para entregar os pedidos. Fizeram um financiamento num fundo rotativo para ter capital de giro e o quitaram integralmente. Não obstante, as dificuldades para a comercialização e os conflitos internos impediram o crescimento sustentável do empreendimento.

A inserção nos debates da economia solidária abriu novas perspectivas econômicas para a cooperativa. Levados pelo ITCP, representantes da cooperativa participaram da mobilização dos fóruns de economia solidária e das cooperativas. Com essa inserção, juntaram-se a cinco empreendimentos, de atividades afins, e criaram a rede de alimentação. Com essa rede puderam aceitar encomendas de mais vultosas, já que, sozinha, a cooperativa não teria como garantir a produção em grande escala. A institucionalização da política pública da economia solidária também a favoreceu, demandando novos clientes, e as feiras oportunizaram as vendas e a divulgação da cooperativa.

Foi nesse contexto que a cooperativa passou a garantir renda mensal aos/às trabalhadores(as). Ainda assim, as dificuldades na comercialização permanecem, as grandes encomendas são esporádicas, os demais empreendimentos que estão na rede estão fragilizados e o CESOL destinado às vendas dos produtos da economia solidária não surtiu o efeito desejado. No momento, a sede está sendo adequada para concorrer nas licitações do governo. Diante dos limites enfrentados pela falta de clientes, a cooperativa está mobilizada para viabilizar as compras governamentais. É dessa forma que pretende continuar sendo a atividade econômica principal para nove trabalhadoras e um trabalhador.

Em relação à estrutura, essa cooperativa destoa das demais. Ter uma sede própria e um automóvel novo já seriam, inicialmente, fatores para contribuir com o bom desempenho econômico. Entretanto, a localização da sede não favoreceu as vendas do produto e nenhum membro da cooperativa dirige. Esse último aspecto esbarra na divisão sexual do trabalho, uma vez que as mulheres e o homem sócio desempenham as mesmas funções, mas ser a motorista tornou-se um desafio grande demais para algumas delas. Hoje há um motorista que presta serviços à cooperativa, e estão buscando um projeto para custear a formação de uma condutora.

c) **A cooperativa de artesanato** – essa também foi fruto da mobilização do ITCP UNEB para promover trabalho e renda. Duas mulheres que haviam participado das discussões para criar a cooperativa de alimentação decidiram criar uma no próprio bairro. Assim,

levaram a proposta para outras pessoas e, em 2000, fundaram uma cooperativa sem ter decidido a atividade econômica. Ela localiza-se em um dos bairros mais estigmatizados pela violência e pobreza em Salvador. As 32 mulheres e os 2 homens que aderiram à proposta estavam desempregados(as) ou trabalhando em tempo parcial, logo, tinham a necessidade imediata da geração de renda. Por outro lado, não tinham consenso em relação à atividade em que atuariam. Não obstante, registraram a cooperativa. Com o apoio do ITCP, encetaram o debate para definir a atividade. Inicialmente pensaram em serviços gerais, já que algumas mulheres tinham experiência no serviço doméstico, porém não houve acordo porque algumas não gostariam de lidar com os produtos químicos de limpeza. Posteriormente, um grupo interessou-se pela produção de artefatos feitos de materiais reciclados, tiveram oficinas para capacitação e decidiram por essa atividade. Hoje produzem cadernos, agendas, blocos de papel, tudo com material reaproveitado.

Em 2002, tiveram um projeto aprovado e puderam iniciar a produção. Todavia, faltou um estudo de viabilidade econômica e rapidamente perceberam que os moradores do bairro não eram clientes em potencial. Com a dificuldade de comercialização dos produtos, alguns membros foram desacreditando da proposta porque não gerava renda e havia muitos conflitos internos. Nunca conseguiram garantir um retorno econômico que permitisse remunerar mensalmente e avaliam que foi um equívoco registrar a cooperativa sem ter definido a atividade econômica. A criação de empreendimentos sem uma atividade econômica definida e a avaliação do mercado correspondente deixa qualquer empresa exposta à inviabilidade; essa é a tônica de várias iniciativas solidárias.

Hoje, a cooperativa tem dez mulheres sócias, sendo três trabalhadoras associadas. Funciona em um espaço cedido, mas tem seus próprios equipamentos. As sócias trabalhadoras expõem seus artefatos em feiras e no CESOL. Também utilizam um site para divulgação, ministram oficinas sobre reciclagem de papéis em escolas e em projetos de empresas que desenvolvem a responsabilidade socioambiental.

A cooperativa mantém parceria com mais dez empreendimentos de artesanato, criando uma rede para fortalecer a comercialização dos seus produtos. Apoiando-se nessa rede, pretende criar o Complexo de Práticas de Comercialização Solidária, um espaço fixo para expor os artesanatos.

d) **A cooperativa de confecção** – criada em 2004 pela iniciativa de mulheres católicas num bairro de periferia, foi registrada em 2005, quando conseguiram aglutinar 20 mulheres. Algumas delas já sabiam costurar, outras precisavam aprender, porém estavam decididas a ter sua própria renda e convictas de que a alcançariam na cooperativa. Conseguiram, com um

projeto da Petrobrás, comprar as máquinas, mas os resultados econômicos não vieram com a rapidez que desejavam. A comercialização era a atividade que as cooperadas apresentavam mais limites para exercer, e logo algumas mulheres buscaram alternativas de trabalho.

A cooperativa contou com o apoio do ITCP de uma universidade privada, entre 2009 e 2010. Esse apoio consistiu no pagamento do aluguel da sede, assessoria jurídica e na captação de recursos. Contudo, ao findar o projeto, não puderam mais contar com esse apoio. Hoje pagam o aluguel do espaço com outros pequenos empreendimentos que funcionam no mesmo local. Nos últimos anos, houve uma redução no número de trabalhadoras associadas por causa de sérias dificuldades para remunerar. Por outro lado, a regularização jurídica da cooperativa permitiu que ela constituísse uma rede juntamente com outros empreendimentos de confecção e artesanato para se fortalecerem. Essa rede foi vencedora em editais que visam à capacitação e à qualificação dos produtos.

Hoje, a cooperativa conta com três trabalhadoras associadas e não consegue remunerar mensalmente. Há uma demanda maior dos serviços quando fazem contratos por facção, ou seja, recebem encomendas de peças já cortadas e só necessitam costurá-las. Contudo, o valor pago é muito baixo, o que não possibilita melhora no desempenho econômico, mas uma intensificação do trabalho. Quanto aos produtos que pertencem às trabalhadoras, são vendidos em feiras, a clientes individuais e no CESOL.

Essa breve contextualização mostra que as cooperativas foram impulsionadas pelos órgãos de fomento da economia solidária entre segmentos mais vulneráveis do mercado de trabalho. As atividades econômicas adotadas pelas cooperativas explicitam a falta de qualificação profissional e as reais dificuldades que enfrentam para assegurar um rendimento tal que propicie uma remuneração mensal. Compostas, na grande maioria, por mulheres negras, essas cooperativas resistem e, a despeito dos limites enfrentados, com exceção da de artesanato, se constituem na atividade de trabalho principal dos(as) trabalhadores(as) associados(as) que nelas persistem. Os motivos que os/as levam a resistirem serão investigados mais adiante.

### 7.3 BREVE PERFIL DOS(AS) TRABALHADORES(AS) ASSOCIADOS(AS)

A elaboração desse perfil reporta às doze pessoas entrevistadas. Contudo, baseando-nos nas observações realizadas em eventos dos EES, em Salvador, podemos sustentar que ele expressa, em linhas gerais, o conjunto de trabalhadores(as) associados(as) dessa cidade. O grupo entrevistado foi composto por cinco mulheres e um homem da cooperativa de

reciclagem, três mulheres da de alimentação, duas mulheres da de artesanato e uma mulher da de confecção<sup>44</sup>. Todas as pessoas se autodeclararam negras.

As trabalhadoras entrevistadas das cooperativas de alimentação, de artesanato e de confecção têm entre 30 e 51 anos. Já a cooperativa de reciclagem, com exceção de uma mulher com 48 anos, agrupa as mais jovens, inclusive o homem, os quais têm entre 21 e 27 anos. Somente uma delas ainda não é mãe. No que se refere à escolarização, é bastante variada. Estão cursando o ensino superior uma mulher e o homem; três estão fazendo pré-vestibular; uma concluiu o ensino médio; e as outras seis têm o segundo grau incompleto. As pessoas que estão no curso superior atribuem sua entrada no ensino universitário à necessidade de se qualificarem mais para atuarem nas cooperativas. As que estão visando esse grau de ensino fazem a preparação em cursos populares ou da educação pública, sem custos financeiros. As que não concluíram o segundo grau afirmam ter a pretensão de fazê-lo, porém não estão estudando.

O que se destaca nesse quadro é que a elevada escolarização não significa uma qualificação profissional, uma vez que todas as pessoas que concluíram o ensino médio o fizeram em cursos de formação geral, em escolas públicas na periferia. Além do mais, é preciso ressaltar que na última década foi implementada a educação de jovens e adultos como um dos programas principais do governo, o que propiciou um aumento na escolarização desses segmentos, sem, contudo, significar qualificação profissional e mobilidade no mercado de trabalho.

Das onze mulheres, quatro são chefes de família e sustentam seus filhos e três compõem a renda familiar com o cônjuge. Ainda em relação aos rendimentos, quatro mulheres mães da cooperativa de reciclagem recebem bolsa família do governo federal. Houve uma relutância por parte de algumas trabalhadoras em se declararem beneficiadas de um programa de transferência de renda; essa atitude sugere o quanto esse direito ainda é estigmatizado.

Antes de serem cooperadas e cooperado, trabalharam em ocupações diversas. Eram comerciárias, vendedor, autônomas, babá, empregadas domésticas, diaristas e donas de casa sem remuneração. Essas ocupações expressam a inserção marginal da população negra no mercado de trabalho, como foi detectado em diversos estudos. Tornam-se mais relevantes porque esses casos refletem as tendências do mercado de trabalho local. O atual crescimento

---

<sup>44</sup> Em relação ao predomínio de mulheres nas entrevistas, explica-se pela própria supremacia delas nas cooperativas. Contudo, na cooperativa de reciclagem, que possui um número maior de homens, o ritmo de trabalho não permitiu que gravássemos entrevistas porque, na maior parte da jornada de trabalho, faziam o recolhimento do material doado e o descarregavam.

do emprego formal, segundo o Dieese (2011), não foi suficiente para transformar a segmentação do mercado de trabalho de Salvador, uma vez que frações da população negra, principalmente as sem qualificação profissional, continuam em ocupações pouco valorizadas. Além disso, só metade das pessoas entrevistadas já trabalhou com carteira de trabalho assinada. Vale ressaltar que, entre elas, há somente uma mulher da cooperativa de reciclagem, um claro indicativo das reais dificuldades encontradas pelas jovens negras sem qualificação profissional para se inserirem no mercado de trabalho formal.

Nenhuma pessoa entrevistada tem menos de dois anos como cooperada, porém três delas já saíram em algum momento do quadro associativo e retornaram. O retorno mostra que, a despeito das contingências econômicas, as cooperativas que garantem remuneração constituem-se alternativa de trabalho, ainda que essa alternativa não tenha assegurado plenamente os direitos sociais.

#### 7.4 AS ENCRUZILHADAS DO TRABALHO ASSOCIADO

Nos caminhos do trabalho associado cruzam-se realidades díspares, mas não excludentes. O trabalho desenvolvido nos casos estudados aproxima-se do trabalho precário, pois as condições efetivas dos direitos estão longe de serem observadas. Por outro lado, tem uma relação estreita com o trabalho libertado, pois proporciona aos/às produtores(as) associados(as) a gestão e o usufruto do seu trabalho. Esse processo dialético só é possível de ser explicado pelo sentido que as experiências nas cooperativas trouxeram para aqueles(as) que vivenciam a pobreza e a desqualificação social.

Alguns depoimentos o expressam:

[...] eu gosto de trabalhar aqui porque as oportunidades que você não encontra aí fora encontra aqui, porque na minha idade, até a época que estudei..., o tempo de estudo meu, eu não encontrei um trabalho aí fora, eu encontrei aqui... eu levei foi vinte e tantos anos trabalhando em casa de família [...] Aqui é melhor... Porque o trabalho doméstico é... acho que é um trabalho bastante humilhante, sabia? Você não tem liberdade pra você fazer o quer, tem que ficar submissa aos que as pessoas querem, eu acho o trabalho muito humilhante, trabalhar em casa de família. (Luisa, 48 anos, cooperativa de reciclagem)<sup>45</sup>.

Olhe, trabalho da outra forma eu sou mandada, eu tenho que obedecer. Aqui é um trabalho em que eu mesmo sou a minha chefe e todos que trabalham... todo mundo é sua chefe aqui, todo mundo é dono. Então eu acho que é um trabalho mais bonito

---

<sup>45</sup> Entrevista concedida para esta pesquisa, Salvador, 11/06/11.

mais proveitoso mais valorizado... que dá valor e a gente cresce mais, se desenvolve mais. (Anastácia, 46 anos, cooperativa de confecção)<sup>46</sup>.

[...] assim, eu gosto muito da área que a gente trabalha, a gente faz a implantação da coleta seletiva e traz renda para as pessoas que não estão conseguindo de jeito nenhum ter um emprego de carteira assinada... porque assim... o trabalho assalariado tem vários benefícios que aqui não tem, uma das coisas, e a cooperativa traz também... vou citar... que aqui tem como expor o que a gente quer, a gente participa das reuniões, debate. Quando tem reunião, a gente passa tudo que aconteceu na semana pros cooperados e lá no assalariado nada disso vai ser feito, a gente vai ser contratado, vai pegar a hora que tem que ser pego e no final do mês vai receber... mas não participa do debate... A gente trabalha aqui às vezes, se deixar, até feriado... porque [...] é uma cooperativa, mas assim... focar mais na questão de folga pras pessoas, tem vezes que é uma correria aqui, tem vez que a gente sai seis, sete e amanhã de novo, formar um quadro pras pessoas se descansar, as pessoas aqui dá muito pau... (Felipa dos Santos, 25 anos, cooperativa de reciclagem)<sup>47</sup>.

[...] temos 12 anos. Sou uma das fundadoras... Trabalhei cinco anos como serralheira, uma cooperativa também, desde 18 anos, trabalhei com carteira assinada também, como balconista de farmácia, mas aqui desde 1999... o motivo é autonomia mesmo, trabalhar sem patrão, sempre gostei de trabalhar sem patrão... Pretendo continuar como cooperada, eu tenho essa forma de trabalho como opção... (Stella, 44 anos, cooperativa de alimentação)<sup>48</sup>.

Os direitos sociais só são garantidos na cooperativa de reciclagem. Nela, paga-se o INSS como trabalhador(a) autônomo(a); há o descanso anual; um fundo constituído pelas cotas-parte para ser retirado no momento de desfiliação; equipamentos individuais de proteção; fardamento; um lanche antes do almoço. Pretendem, em médio prazo, constituir um fundo para a saúde. Além disso, a cooperativa garante remuneração mensal até o décimo dia do mês, em torno de 80% do salário mínimo vigente em 2011, já descontado o valor da Previdência Social. Em contrapartida, tem um sistema de organização do trabalho bastante rígido. O descumprimento das metas estabelecidas, os atrasos, as faltas sem justificativas significam desconto nas horas trabalhadas. A remuneração mensal só é garantida se conseguirem alcançar as metas estabelecidas e no período planejado, por isso a exigência do seu cumprimento demanda uma supervisão constante dos(as) gestores(as) do empreendimento.

Ainda que garanta mais direitos aos(as) trabalhadores(as) associados(as) que as demais cooperativas, é na de reciclagem que a rotatividade constitui-se um problema. Praticamente toda semana há um(a) novo(a) estagiário(a), candidato(a) sócio(a), além de receberem vários

<sup>46</sup> Entrevista concedida para esta pesquisa, Salvador, 13/05/11.

<sup>47</sup> Entrevista concedida para esta pesquisa, Salvador, 11/06/11.

<sup>48</sup> Entrevista concedida para esta pesquisa, Salvador, 25/08/11.

currículos como uma empresa tradicional. A constante saída de trabalhadores(as) pode ser atribuída a dois fatores: as condições de trabalhos e os conflitos interpessoais.

A cooperativa funciona num galpão que estava desocupado, de propriedade do governo federal. Por conta disso, não houve obras para melhorar o local, a infraestrutura é deficitária, o espaço para as refeições não se distancia do destinado à triagem do material doado, as instalações sanitárias são péssimas. Como não há um local adequado para o descanso, no intervalo da refeição os/as trabalhadores(as) repousam em papelões ou em cima dos grandes embrulhos já prontos para a comercialização. Para garantir um volume de materiais necessário para gerar sobras suficientes para a remuneração, é intensificado o ritmo da produção. Ademais, os/as trabalhadores(as) associados(as) não retiram um salário mínimo, ainda que estejam próximos(as) disso. Quanto aos conflitos interpessoais, estão presentes em todas as cooperativas, então os analisaremos mais adiante.

A cooperativa de alimentação somente conseguiu garantir o pagamento do INSS em 2011, por causa de um projeto aprovado pela Petrobrás que previa esse custo. A partir de 2012 pretendem descontar da remuneração de cada uma. Com 12 anos de existência e uma sede própria, essa cooperativa não conseguiu, ainda, sua sustentabilidade. Com a criação da Superintendência da Economia Solidária (SESOL), da rede de alimentação e das ações de políticas públicas de fomento aos EES<sup>49</sup> ela conseguiu encomendas mais vultosas, o que propiciou, nos últimos semestres, retiradas que variaram entre R\$ 600,00 e R\$ 800,00. Todavia, é preciso ressaltar que nem sempre esses valores foram pagos mensalmente, pois essas retiradas estão atreladas ao volume de encomendas, o que provoca uma instabilidade quanto ao período em que as sobras serão distribuídas.

Embora a cooperativa de artesanato não tenha se constituído na atividade principal das trabalhadoras, ela é uma fonte complementar de renda. Para uma das trabalhadoras, com 51 anos, que não assume as despesas da sua residência, essa é a única atividade remunerada que exerce, ainda que só tenha pagamento quando conseguem encomendas de maior porte. Já a cooperativa de confecção tem sérias dificuldades para remunerar à trabalhadora que a tem como trabalho principal. Para garantir sua sobrevivência, nos momentos críticos, conta com a contribuição dos familiares.

---

<sup>49</sup> Durante o período de carnaval, por exemplo, o governo do estado faz uma parceria com as cooperativas e associações de reciclagem. Além de garantir os equipamentos de segurança para a coleta dos materiais e um local para a entrega, em 2010 contratou a rede de alimentação para fazer as refeições, o que resultou em alimentar mais de duas mil pessoas nos cinco dias da festa. Essa parceria resultou num volume econômico maior, porém os descontos dos impostos e o grande atraso para o pagamento, em torno de três meses, levaram algumas trabalhadoras a questionarem o sistema de tributação da cooperativa, refletindo se não seria mais vantajoso estarem registradas como microempresa.



Os direitos sociais que deveriam ser garantidos no trabalho associado não compõem o imaginário do grupo entrevistado. Com exceção de uma jovem que pretende deixar de ser trabalhadora associada para ter a carteira de trabalho assinada e, assim, usufruir dos direitos assegurados pelo assalariamento, as demais não conseguiram apontar quais benefícios, ainda não garantidos, gostariam de ter. Vale registrar que nas conversas realizadas durante as conferências (territorial e estadual) os/as trabalhadores(as) expressaram uma grande insatisfação porque não haviam alcançado um desempenho econômico que propiciasse esse feito. Inclusive, na conferência estadual, o grupo que versou sobre os *direitos do trabalho associado* pautou-se pelo debate de quais seriam esses direitos e seu processo de regulamentação.

A ausência de expectativas quanto aos direitos deve-se a três motivos. Primeiro, porque se reconhecem como donas(os) da cooperativa e atribuem a essa ausência as dificuldades enfrentadas pelo empreendimento. Segundo, porque as formas anteriores de trabalho exercidas também não efetivaram plenamente os direitos afiançados pelo trabalho formal. Logo, o acesso ao trabalho protegido não se constituiu numa prática para esse grupo, ainda que algumas delas tenham tido carteira de trabalho assinada em momentos esporádicos da trajetória ocupacional. Terceiro, por fim, porque já existem direitos, na avaliação dessas(es) trabalhadoras(es), no trabalho associado.

Os direitos de falar e opinar, de decidir os rumos da cooperativa, de não ser mandado, de não ter patrão, são tão importantes na vivência dessas pessoas que superam outras expectativas quanto à proteção social advinda da regulamentação do trabalho assalariado. Além disso, as capacitações e a formação sociopolítica, garantidas em todas as cooperativas, são benefícios aos quais não tiveram acesso antes de serem cooperados(as). Logo, destacam que essa modalidade de trabalho propicia vantagens diferentes das proporcionadas pelas formas de trabalho praticadas anteriormente. Essas vantagens estão subscritas no direito à participação, à gestão da própria força de trabalho e ao acesso aos recursos públicos.

Conversas realizadas com outros trabalhadores membros de uma cooperativa de reciclagem na área metropolitana de Salvador sobre as condições de trabalho explicitaram o quadro de desalento por parte de alguns desses trabalhadores em relação ao mercado de trabalho. Um dos motivos que os mantêm na cooperativa é a falta de perspectiva no trabalho formal. Por outro lado, destacaram como fatores positivos para a sua permanência a realização do trabalho no local de funcionamento da cooperativa, em vez de na rua, os equipamentos de segurança e as experiências democráticas no interior da cooperativa.

A autonomia advogada nessas iniciativas de trabalho contrasta com o nível de conflito nas relações interpessoais. Detectamos que o conflito é a dificuldade mais citada nas cooperativas, superando, inclusive, a comercialização. Debruçar-nos-emos, agora, sobre a análise das suas origens e motivos.

As relações de parentesco prevalecem nas duas cooperativas que garantem remuneração mensal. Na cooperativa de reciclagem há um casal, primos, primas, irmãos e vizinhos<sup>50</sup>. Na de alimentação não é diferente, há irmã, cunhada e metade das trabalhadoras tem uma convivência de longos anos, antes mesmo da criação da cooperativa. Se, de um lado, essas relações contribuem para alicerçar a confiança mútua, de outro, acirram os embates, uma vez que, como em qualquer outra relação, existe a disputa pelo poder. A horizontalidade das relações entre as/os cooperados(as) não impede que alguns detenham mais poder do que outros(as), já que as opiniões que prevalecem estão relacionadas com a capacidade argumentativa para o convencimento do outro(a). Aqueles(as) que não se sentem contemplados(as) com as regras aprovadas no coletivo reagem como “ofensa” pessoal, o que ocasiona sérios conflitos e, nos casos mais extremos, o abandono do empreendimento.

É perceptível nos depoimentos que há graus distintos das práticas e sentidos do trabalho associado. Logo, não ter patrão não significa não cumprir horários e uma jornada pré-estabelecida, e decisões tomadas em coletivo não significa que houve uma unanimidade. Além disso, outros fatores contribuem com as cizânias: não há consenso sobre a inclusão das horas dedicadas às atividades da economia solidária na jornada de trabalho; a divisão igualitária das sobras, independentemente das horas destinadas à produção, é controversa na cooperativa de alimentação; a inabilidade de algumas lideranças para lidar com essas dificuldades.

Enfim, as pessoas que aderiram a essas iniciativas sentem-se valorizadas pelo direito à participação e pela experiência de gestar seu próprio labor. Entretanto, ainda estão aprendendo que no trabalho associado é preciso cumprir regras e há uma subordinação associativa, ou seja, todas as pessoas estão submetidas às decisões aprovadas no coletivo. Portanto, a autonomia vivenciada nesse formato de trabalho não é a mesma do trabalho autônomo, no qual impera a individualidade. No trabalho associado não existe a relação hierarquizada característica do trabalho assalariado; todavia, existe um corpo diretivo que necessita cumprir seu papel para alcançar os objetivos definidos.

---

<sup>50</sup> As relações familiares são tão comuns que no estatuto existe uma cláusula que impede duas pessoas da mesma família de comporem a diretoria.

Ainda que os dilemas explicitem as contradições no trabalho associado, é este trabalho que está dando sentido a segmentos mais marginalizados da classe trabalhadora para superarem os diversos processos de exclusão a que historicamente foram submetidos.

## 7.5 A GESTÃO COLETIVA E AS ENTIDADES DE ASSESSORIA

A democratização na gestão é praticada por todas as cooperativas. Contudo, ainda assim, a autogestão é um desafio cotidiano para os/as trabalhadores(as). Assegurar a participação nas reuniões e assembleias, considerando o ritmo de trabalho e o desalento nos momentos de maiores dificuldades, é um processo em construção. Todas as cooperativas elegeram os cargos de diretoria e o conselho fiscal em assembleia, prestam contas e mantêm os/as associados(as) informados(as) das decisões cotidianas.

Quanto à dinâmica de gestão, a cooperativa de reciclagem distingue-se das demais. Nas cooperativas de alimentação, confecção e artesanato não há uma divisão entre o trabalho manual e o intelectual. Todas as trabalhadoras atuam na produção independentemente do cargo diretivo que ocupem. O número reduzido de membros da cooperativa faz com que a grande maioria delas esteja na direção.

Contexto distinto da cooperativa de reciclagem, com 24 membros, como já foi mencionado. Nessa cooperativa, a direção cumpre especificadamente as atribuições a ela destinadas. Por conta dessa dinâmica de trabalho, o espaço destinado à diretoria é separado da área de triagem dos materiais. O grande problema enfrentado é a falta de abertura dos(as) trabalhadores(as) para se disporem a ocupar os cargos diretórios. A desqualificação social da fração da classe trabalhadora que sobrevive como catador(a) é tão profunda que ela não se sente capacitada para gerir o próprio empreendimento.

O relato do diretor-presidente, que também exerce a mesma função no Complexo de Reciclagem, explica a divisão técnica do trabalho na cooperativa:

No início [...] virou uma bagunça meio organizada onde todo mundo fazia um pouco de tudo, e, ao longo do crescimento dessa organização, a gente foi dividindo as tarefas. Hoje, têm pessoas que tão no roteiro, fazendo a coleta, têm pessoas que tão na triagem, têm pessoas que tão no processo de produção de artefatos e tem um grupo que tá na gestão, desenvolvendo seus papéis neste espaço [...] tem um trabalho mais organizado onde cada um, a partir da sua tarefa, soma para o coletivo ter um resultado que se espera no final do mês. (Luiz, 25 anos)<sup>51</sup>.

<sup>51</sup> Entrevista concedida para esta pesquisa, Salvador, 06/06/11.

O corpo diretivo dessa cooperativa é composto pelo diretor presidente, diretor financeiro, diretor administrativo, diretor operacional, diretor comercial, além dos conselhos de ética e fiscal<sup>52</sup>. Os cargos da direção estavam ocupados por jovens de até 27 anos, sendo duas mulheres e três homens. O fato de toda a diretoria já ter trabalhado na produção é destacado nos depoimentos, pois é sabido que o trabalho com material reciclado ainda é relacionado à desqualificação profissional.

A indisposição dos(as) trabalhadores(as) para assumir os cargos da diretoria é atribuída ao medo de não desempenhar bem a função. A dificuldade foi tanta que a solução encontrada para superar a resistência foi o pagamento de um bônus de R\$ 200,00 para aqueles(as) que se dispusessem a aceitar o desafio. O aprendizado da função exercida se dá no cotidiano e com a ajuda das entidades de apoio. Para capacitar os futuros gestores, decidiu-se que cada diretor(a) teria um membro do conselho de ética ou do fiscal acompanhando suas atividades. Dessa forma, a cooperativa pretende desmitificar o trabalho de gestão e ter pessoas capacitadas para renovar a diretoria.

Mesmo com o bônus para a direção, ainda há muita resistência para exercer o cargo. Essa insegurança generalizada demonstra que a prática da autogestão não prescinde de formação. A despeito das reclamações para participar das reuniões fora do horário de trabalho, a presença dos(as) trabalhadores(as) é constante. Entretanto, dirigir uma cooperativa, que é exemplar para os demais empreendimentos de reciclagem no estado, exige muito mais que boa vontade. As 44 toneladas de material recolhidos, os projetos aprovados, a consolidação do Complexo e a comercialização direta com as indústrias de reciclagem são resultados de uma gestão que se capacitou e contou com o apoio imprescindível das entidades de assessoria.

O processo orgânico dessa cooperativa deve-se, em parte, ao trabalho desenvolvido pela Incubadora e à organização que a fomentou. A aprovação em editais públicos e a captação de recursos junto a fundações, como a do Banco do Brasil, vêm contribuindo para a consolidação do Complexo de Reciclagem, com a aquisição de novos equipamentos e na formação e capacitação de novos(as) trabalhadores(as) associados(as).

---

<sup>52</sup> As atividades atribuídas aos cargos de diretor administrativo e de diretor financeiro são avaliadas como supercansativas e difíceis. O administrativo acompanha numa planilha a jornada de trabalho diário de cada cooperado(a), organiza a logística dos momentos de capacitação e as questões cotidianas referentes à administração da sede. Já o operacional é responsável pela logística do recolhimento dos materiais e da triagem. Verifica ainda o cumprimento das metas estabelecidas para cada trabalhador(a), pois é com base nestas metas que o financeiro faz a previsão orçamentária. O bom desempenho econômico está atrelado a esse planejamento. Logo, é papel do operacional receber os materiais, acompanhar a produtividade e registrar os momentos de descanso e intervalos. Por causa dessas funções, há momentos de insatisfação e tensão, exigindo maleabilidade para lidar com esse contexto.

A atuação mais discreta da assessoria nas demais cooperativas não diminui a importância delas. A cooperativa de confecção, por exemplo, atualmente está em atividade por causa da aprovação de um projeto num edital público destinado aos EES. Como as cooperativas não têm sócios(as) qualificados(as) para elaborar projetos, necessitam constantemente das Incubadoras e ONGs. Nesse contexto, detecta-se uma grande dependência das cooperativas em relação a essas entidades, mas também em relação ao poder público. Isso porque as feiras e os centros de comercialização da economia solidária são ações governamentais. Além disso, as compras públicas são apresentadas, cada vez mais, como uma alternativa efetiva para resolver a dificuldade de escoamento da produção cooperativa. Logo, torna-se indispensável a qualquer empreendimento que almeje essa alternativa a regularização jurídica, a adequação do local de funcionamento às regras licitatórias e, por sua vez, parcerias com entidades que têm relação com as forças políticas que ora estão no poder.

#### 7.6 A INSERÇÃO DAS COOPERATIVAS NAS DEMANDAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

É indiscutível que as cooperativas estudadas encontram-se inseridas nas propostas políticas da economia solidária, embora essa inserção não se estenda a todos(as) os/as sócios(as) cooperados(as), mas àqueles(as) que se identificaram com o movimento e representam seus empreendimentos. De fato, o que percebemos é que as cooperativas têm uma participação profícua na comunidade. A cooperativa de reciclagem integra um fórum de desenvolvimento local, além de trabalhar a educação ambiental nas escolas; a de alimentação desenvolve ações comunitárias com a associação de moradores e a Igreja Católica; a de artesanato está associada a outras entidades da sociedade civil para combater a violência; a de confecção acolhe cursos destinados à formação da juventude.

Quando a questão é voltada para a participação individual, como, por exemplo, os encontros de formação estadual, as audiências públicas e as conferências, há uma redução no número de participantes. Entretanto, observamos que a dificuldade em garantir a presença desses(as) trabalhadores(as) não se deve unicamente à falta de interesse, mas à necessidade de alcançar a produção planejada e a própria dinâmica na divisão das tarefas. Dessa forma, verifica-se, nos espaços institucionalizados da economia solidária, um protagonismo pronunciado das entidades de fomento, em detrimento dos empreendimentos.

A criação da SESOL, por exemplo, é resultado da reivindicação dos(as) diversos(as) atores/atrizes da economia solidária. Ainda que o movimento tenha encontrado dificuldades

para debater a política estadual de economia solidária<sup>53</sup>, algumas ações foram implantadas e favoreceram os empreendimentos<sup>54</sup>. O Fórum Estadual de Economia Solidária da Bahia é o espaço mais utilizado para avaliar essas ações e reivindicar as que acreditam necessárias para o fortalecimento dos EES. Logo, a disputa política e partidária faz-se presente, resultando num clima de descrença nesse espaço como instância deliberativa e em relação à sua imparcialidade.

Os depoimentos das trabalhadoras que participam ou já participaram do Fórum explicitam as contradições.

A proposta é boa, mas às vezes a gente perde muito tempo em discussões e não consegue muita coisa [...] De certa forma, até que ajudou a se mobilizar, porque a gente começou a se organizar. Quando vem alguma coisa do Nacional, aí começa a se mobilizar, mas do Estado não consegue nada [...] Cada um querendo meio sua fatia da pizza, cada com seu “partido” [*faz as aspás com as mãos quando fala do partido*]. Essas questões enfraquecem o movimento, você vai perdendo muitas pessoas chaves, têm pessoas que está servindo ao Estado com discurso de base, quer garantir logo o seu, os outros deixa lá, está lá servindo ao Estado, garantindo o seu salário... (Dandara, Cooperativa de Artesanato, 32 anos)<sup>55</sup>.

Aquele assunto de reunião continua, aquela rotina, continua, sem um crescimento. Muitas vezes a gente só vê os membros quando tá na época de eleição. Fora disso, a gente não vê ninguém participar de Fórum, aquilo muito devagar, muito monótono, um engolindo o outro, aí nessa hora parece que todo mundo quer um cargo, uma direção... (Anastácia, Cooperativa de Confeção, 46 anos)<sup>56</sup>.

**[O Fórum ajuda a fortalecer os EES?]** [...] têm essas conversas, tem algumas propostas vindas do Fórum, mas é tanta briga que a gente fica no meio sem saber por que tantas brigas (Stella, Cooperativa de alimentação, 44 anos)<sup>57</sup>.

O Fórum Metropolitano de Economia solidária... a gente vê esse espaço estar cada dia mais fortalecido, integrar empreendimento e seus atores... o Fórum Baiano é outro que precisamos discutir o fortalecimento e a ampliação do mesmo, mas a gente sabe que esses dois espaços são fundamentais para fortalecer a proposta para nosso estado e nossa cidade... (Luiz, Cooperativa de Reciclagem, 25 anos)<sup>58</sup>.

<sup>53</sup> A despeito da insatisfação dos diversos segmentos que compõem a economia solidária na Bahia em relação à política do governo, em janeiro de 2012 foi aprovada pela Assembleia Legislativa a Lei 18.636, que dispõe sobre a política estadual de fomento à economia solidária e a criação do Conselho Estadual de Economia Solidária. Em âmbito municipal, em 2010, a Câmara de Vereadores de Salvador também aprovou uma Lei sobre essa temática, porém vetada pelo prefeito.

<sup>54</sup> O governo criou uma linha de crédito chamada CredBahia, destinada para as micro e pequenas empresas e, também, para os EES. Das cooperativas estudadas, somente a de reciclagem utilizou esse financiamento, e o pagamento já foi realizado. Convém destacar que, em 2010, foi lançado um edital público com recursos do governo do estado e do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) especificadamente para os EES, com valores que variaram de R\$ 150.000,00 a R\$ 500.000,00. Esse edital previa ações para a capacitação técnica e aquisição de equipamentos. Em razão da fragilidade dos EES, alguns projetos apresentados sob a rubrica de um único empreendimento representavam as redes na qual o proponente estava filiado. Assim, a cooperativa de confecção e o Complexo de Reciclagem conseguiram aprovar seus projetos.

<sup>55</sup> Entrevista concedida para esta pesquisa, Salvador, 12/08/11.

<sup>56</sup> Entrevista concedida para esta pesquisa, Salvador, 13/05/11.

<sup>57</sup> Entrevista concedida para esta pesquisa, Salvador, 25/08/11.

<sup>58</sup> Entrevista concedida para esta pesquisa, Salvador, 06/06/11.

Não é objetivo desta pesquisa avaliar a atuação dos espaços deliberativos da economia solidária, contudo o Fórum baiano é um espaço de atuação política privilegiado, uma vez que é composto pelos(as) representantes dos EES, do governo e das entidades de fomento. Os depoimentos mostram que a inserção nas iniciativas solidárias propicia a criação de novos espaços de atuação política, além de favorecer a participação de segmentos que historicamente foram atendidos pelas políticas assistencialistas do Estado. A participação ativa dos representantes das cooperativas em espaços que contribuem para formular políticas públicas é indício da consolidação da democracia na vida pública brasileira.

Contudo, esse processo não está isento de contradições. O Fórum foi criado para fortalecer os EES e ser um interlocutor com o governo. Como em seu interior há correntes partidárias distintas, percebe-se a formação de tendências que se acirram quando editais, eleição de coordenação e representações em conselho estão em disputa. O consenso apregoado em alguns eventos da economia solidária parece distanciar-se dos embates no Fórum. Esse panorama traz sérios problemas para a ampliação da democracia. Os/as trabalhadores(as) sentem-se desestimulados(as) com a construção coletiva das ações da economia solidária. Os conflitos fazem com que o Fórum seja identificado pelos interesses de determinadas organizações e, por fim, pode provocar a deslegitimação da entidade, uma vez que sua razão de ser é fortalecer as diversas experiências da economia solidária.

Todavia o Fórum não é o único espaço de atuação política. Com base nos depoimentos e nas conversas informais, verificou-se uma conscientização em relação às desigualdades raciais e de gênero. O imenso predomínio da raça negra nas cooperativas contribui para indagações sobre a forma como a população negra é tratada. Além disso, quando o grupo entrevistado se autodeclara da raça negra, essa afirmação vem acompanhada de percepções, ainda que em graus distintos, das situações adversas vividas por essa etnia.

Quanto à equidade de gênero, essa questão despontou com maior relevância na cooperativa de alimentação. Das três mulheres entrevistadas, duas sustentam seus próprios filhos, sem companheiros. Entretanto foi a entrevistada casada que, ao ser solicitada que citasse um feito positivo da cooperativa, indicou a conscientização adquirida em relação à dominação vivida no espaço doméstico. Nas suas palavras:

...[a cooperativa] já mudou muito a vida da gente, a minha mesmo mudou e muito [em que sentido?] em todos os sentidos, eu tinha uma visão de dona de casa, aquela que a mãe passa pros filhos, prepara a gente pra ser mulher, mãe a doméstica, pra ser a Amélia. Eu me vejo totalmente diferente. Meu marido mesmo que comecei a namorar com 19 anos, então ele viu minha vida toda, ele costuma dizer que *meu*

*pescoço tá muito grosso, que eu engrossei o meu cangote... essa transformação é o máximo... essa experiência toda... (Stella, grifo nosso)*<sup>59</sup>.

O depoimento dessa cooperada mostra que os espaços de convivência dos atores da economia solidária não só promovem novas práticas no mundo do trabalho, como permitem, também, a vivência de outras sociabilidades, não mais baseadas na subordinação e dominação, mas num processo de descobertas realizado no coletivo.

Ao final da análise dos casos que compuseram nosso estudo, percebemos que é possível enquadrá-los na classificação proposta para as cooperativas da economia solidária. Categorizamos a cooperativa de reciclagem como *consolidada* porque demonstra bons indicadores econômicos, com volume na produção, parceiros para a comercialização, acesso ao crédito e, sobretudo, porque remunera mensalmente e garante alguns direitos sociais. A de alimentação é uma cooperativa *em consolidação*. Segundo os depoimentos, ela estava garantindo remuneração mensal no primeiro semestre de 2011, mas, em período anterior, enfrentou sérias dificuldades. Não consegue assegurar os direitos sociais e a contribuição previdenciária só ocorreu no ano anterior por causa do apoio de um projeto. Mesmo com 12 anos de existência, a cooperativa não conseguiu demonstrar viabilidade econômica com a atividade desenvolvida, ainda que já tenha contado com vários projetos de apoio e acesso ao crédito.

As de confecção e artesanato são cooperativas *a serem consolidadas*. A primeira é a atividade de trabalho principal para uma trabalhadora, mas, nem por isso, garante a remuneração mensal. Quanto às demais trabalhadoras, serve como complemento de renda. A segunda, a de artesanato, no momento não está conseguindo remunerar. As atividades econômicas desenvolvidas por essas duas cooperativas são alguns dos fatores de restrição para o bom desempenho econômico. Elas disputam clientes com inúmeros outros empreendimentos afins, não conseguiram construir um diferencial no mercado para seus produtos e concorrem sistematicamente com os artigos produzidos nas fábricas.

Em suma, o contexto de cada cooperativa é diverso, as condições do trabalho associado estão relacionadas com a capacidade econômica e de articulação de cada empreendimento. Além disso, a prática da autogestão, o entrelaçamento entre as dimensões econômica, social e política estão propiciando novos sentidos ao trabalho. E é justamente para as frações da classe trabalhadora que só viam no trabalho um meio para sua sobrevivência que

---

<sup>59</sup> Entrevista concedida para esta pesquisa, Salvador, 25/08/11.



esse processo, ainda prenhe de contradições, alimenta as práticas daquelas(es) que se sentem sujeitos da sua própria história e estão dispostas(os) a reescrevê-la.

## 8 CONCLUSÃO

Neste estudo, verificamos que as cooperativas de trabalho da economia solidária não são difusoras da precarização do trabalho, embora as condições objetivas do trabalho associado aproximem-nas das modalidades de trabalho precário. Sustentamos essa tese porque a pesquisa bibliográfica, o trabalho empírico e os dados da base investigada demonstram que essas cooperativas constituem alternativas, primordialmente, para segmentos que vivenciam processos de exclusão. Portanto, é possível inferir, com certo grau de convicção, que quando os/as trabalhadores(as) associados(as) optam por essa modalidade de trabalho, o fazem diante de situações de trabalho inferiores às apresentadas pelo trabalho associado em cooperativas: as experiências laborais desses trabalhadores, captadas na pesquisa qualitativa, mostram situações mais extremas de precariedade, se comparadas às vantagens, ainda que limitadas, adquiridas nas cooperativas.

Temos presente que esse estudo enfrentou dificuldades que impõem limites para a generalização dos seus resultados ao conjunto de cooperativas de trabalho do campo da economia solidária. Como esse campo é constituído por uma diversidade de cooperativas de trabalho, desde as empresas recuperadas compostas pelos trabalhadores - que tinham larga inserção no assalariamento - às cooperativas de artesanatos e reciclagem - compostas, em sua maioria, pelos(as) trabalhadores(as) com percursos na informalidade - a ausência dos dados do Segundo Mapeamento nos leva a ponderar as conclusões geradas ao final da investigação, logo que utilizamos uma base de dados coletados há, no mínimo, cinco anos. Contudo, salientamos que, a despeito desses percalços, as conclusões contribuem para inferirmos as tendências do trabalho associado nas novas configurações do mundo do trabalho.

Antes de adentrarmos nas conclusões obtidas com a finalização dessa pesquisa, cabe-nos apontar certos limites da tese e alguns pontos que poderão ser aprofundados em trabalhos posteriores. As questões de gênero e etnia no interior dos empreendimentos econômicos solidários demandam uma investigação minuciosa para responder, efetivamente, se esses espaços propiciam experiências emancipatórias para segmentos historicamente em desvantagem social ou são estratégias de sobrevivência para aqueles(as) que não encontram mais atividades na informalidade. Além disso, a expansão do emprego com carteira assinada permite problematizar se o trabalho associado continuará sendo uma alternativa para os(as) que se encontram em cooperativas, uma vez que a rotatividade está presente no cotidiano desses empreendimentos. Por fim, inferir o grau de democratização que há na gestão coletiva

dessas cooperativas, uma vez que detectamos a subordinação associativa nas práticas autogestionárias.

A pesquisa demonstrou que a heterogeneidade das espécies de cooperativas de trabalho exige demandas distintas. As cooperativas de reciclagem, por exemplo, têm um setor econômico promissor, com potencial de crescimento em relação ao tratamento dado às questões do meio ambiente. Por outro lado, essas cooperativas só se tornarão autônomas se conseguirem fortalecer-se mutuamente para fazer frente às empresas de coletas de lixo e às grandes indústrias de reciclagem que estabelecem as políticas desse setor. Em relação às cooperativas que atuam em áreas tradicionais das ocupações informais, a confecção, o artesanato, e, por que não, as de alimentação, são mais fragilizadas justamente porque os serviços oferecidos concorrem com artigos produzidos em grande escala. Além disso, observamos nas feiras de economia solidária, tanto na feira de Santa Maria como nas feiras de Salvador, a predominância dos mesmos artigos e artefatos, sem um diferencial em relação aos produtos que assoberbam o mercado.

Soma-se a esse quadro a necessidade de lastro econômico nas cooperativas, uma vez que a grande maioria iniciou suas atividades com os recursos dos(as) próprios(as) sócios(as), não têm sede própria e encontra sérias restrições de acesso ao crédito. Nos últimos anos, foram desenvolvidos vários programas públicos de crédito, que podem ter contribuído para o fortalecimento dessas cooperativas. Pesquisas posteriores mostrarão se essa política está contribuindo para a viabilidade econômica desses empreendimentos. Porquanto, o caso da cooperativa de reciclagem, inserida no Complexo Cooperativo, é expressivo: apoiando-se no financiamento da Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBÁHIA), o Complexo pôde, durante o carnaval de Salvador de 2012, comprar 65 toneladas de materiais reciclados coletados pelos(as) catadores(as) avulsos(as), valorizando o trabalho deles(as) e aumentando o poder de barganha diante das indústrias.

A atuação em rede parece ser a grande aposta da economia solidária para fazer frente à concorrência mercantil e fortalecer os EES. Os dados estatísticos não mostraram percentuais tão expressivos de cooperativas que se aglutinam em redes ou complexos, mas a pesquisa empírica mostrou que essa é a estratégia mais usada para auferir recursos públicos, fortalecendo, inclusive, os empreendimentos mais fragilizados, como os grupos informais, que não podem aceder diretamente aos fundos públicos nem a financiamentos. Essas redes permitem que as cooperativas realizem contratos com grande volume de produção e serviços, o que seria impossível caso atuassem isoladamente. Com o acesso às ações governamentais, no que se refere às cooperativas estudadas em Salvador, a colaboração em redes vem

impulsionando a qualificação dos produtos ofertados, a capacitação da força de trabalho e a criação de novos espaços que visam à comercialização. Além disso, a convivência com outros empreendimentos coloca novos desafios para não se afastarem das práticas autogestionárias. Esse processo não se dá sem conflitos, mas promove sistemas mais amplos de cooperação e novos aprendizados.

Além da necessidade de lastro econômico, a falta de sede própria e as dificuldades na comercialização para pelo menos 2/3 das cooperativas impõem resultados econômicos modestos, mas relativamente importantes. Nesse contexto, o trabalho associado termina sendo, para parte significativa das cooperativas de trabalho, incerto, ocasional, intermitente, além de não contar com a proteção social e não ser regulamentado. Por outro lado, esse trabalho assume um sentido emancipatório, uma vez que os/as trabalhadores(as) participam das tomadas de decisão, gerem coletivamente o empreendimento e apropriam-se dos resultados do trabalho. São essas práticas que também contribuem para a coesão e, conseqüentemente, para a permanência dos(as) trabalhadores(as) nas cooperativas que compuseram o estudo de casos, ainda que elas enfrentem sérias dificuldades para garantir os direitos sociais, em razão das citadas contingências econômicas.

Essa realidade propicia uma situação contraditória. Ao mesmo tempo em que enriquecem o sentido do trabalho, com relações mais horizontais no interior das cooperativas, não logram evitar uma situação de vulnerabilidade social e uma intensificação do trabalho, uma vez que as formas de remuneração não são fixas, tampouco os valores: pelo menos 50% das cooperativas de trabalho analisadas na base remuneram por produto ou produtividade, e os direitos básicos, como férias e descanso semanal remunerados, não são assegurados para a maioria dos que nelas dispõem sua força de trabalho.

Os poucos benefícios assegurados no trabalho associado, em virtude das fragilidades econômicas das cooperativas, porém contrastam com a situação de trabalho daqueles(as) que estiveram historicamente nas ocupações definidas pelos processos de informalidade. As condições do trabalho anteriores já eram marcadas pela precariedade, essa situação não se intensifica na cooperativa. Ainda que esse processo vivido seja lento e incerto, há, em alguma medida, redução da precariedade, uma vez que um contingente de trabalhadores persiste nessas alternativas, mesmo admitindo que a maioria dos(as) trabalhadores(as) associados(as) enfrentaria muitas dificuldades para conseguir um emprego formal.

Convém frisarmos a situação das mulheres nas cooperativas. Elas têm presença majoritária nas cooperativas de pequeno porte, que são mais frágeis economicamente se comparadas às de maior porte. Com esse fato, podemos aludir que uma parte das

trabalhadoras associadas enfrenta mais dificuldades para garantir a remuneração e benefícios no trabalho. Esse quadro é corroborado com o estudo de casos, destacando-se a extrema vulnerabilidade das mulheres negras, sugerindo, no nosso entendimento, que as fragilidades das cooperativas podem ser acentuadas se consideramos os atributos pessoais e, também, as diferenças regionais. Sobre esse último aspecto, é relevante lembrarmos que o desempenho econômico e a situação do trabalho apresentam *nuanças* significativas quando os analisamos regionalmente. Nesse sentido, acreditamos que o Segundo Mapeamento trará dados que contribuam para mostrar se os empreendimentos solidários estão conseguindo, em alguma medida, alterar a segmentação das condições socioeconômicas em relação ao gênero, à raça e às desigualdades regionais, questões essas não contempladas com suficiência nesta pesquisa.

As demandas da economia solidária possibilitaram mudanças nas formas de desenvolvimento das políticas públicas para os segmentos mais desfavorecidos da sociedade brasileira. Podemos afirmar que essas políticas são ativas, não mais assistencialistas, nelas os empreendimentos solidários acessam recursos públicos, antes impensáveis para os/as que compõem essas frações e, conjuntamente com as assessorias, buscam superar as restrições econômicas enfrentadas. Contudo, não nos foi possível verificar em que medida as ações institucionais estão promovendo o fortalecimento das cooperativas de trabalho. O que podemos afirmar é que os impactos gerados pelo acesso aos editais públicos destinados aos empreendimentos solidários na Bahia mostram-se incertos: para a cooperativa de reciclagem, houve um efetivo fortalecimento na viabilidade econômica; já para a de confecção, os resultados ainda estão por ser demonstrados.

Outrossim, a inclusão da economia solidária nas ações de combate à pobreza extrema, como os Programas de Inclusão Produtiva Vida Melhor, evidencia o interesse do poder público em estimular a superação da pobreza nos centros urbanos por meio de empreendimentos dos setores populares. Dessa forma, verificamos a articulação dos diversos atores da economia solidária em Salvador para terem seus pleitos contemplados nesses programas. Nesse contexto, é preciso ressaltar que a inserção nessa dimensão pública gerou um protagonismo político dos(as) trabalhadores(as) associados(as) e dos seus agentes de mediação e fomento.

Entretanto, convém salientar que esse é um processo em construção. A institucionalização da economia solidária propiciou a expansão das agências de fomento, sejam elas órgãos das diversas instâncias de governo ou da sociedade civil, propiciando um protagonismo pronunciado dessas entidades. Além disso, a grande participação social das cooperativas captadas pelos dados do Mapeamento no trabalho empírico mostrou ser limitado

às lideranças. Isso não significa que a inserção na economia solidária não contribua para a atuação política, como já foi demonstrado por diversos estudos (GAIGER, 2012). O que os casos estudados nesta pesquisa vêm mostrando é que essa participação fica restrita àqueles(as) que se identificaram com as propostas políticas da economia solidária e representam seus empreendimentos na estrutura das instâncias deliberativas.

De fato, há práticas em curso nas cooperativas de trabalho da economia solidária com um sentido emancipatório, pois segmentos submetidos à subordinação e a relações de dominação, compostos pelas “minorias” que historicamente sofrem a desqualificação social, como os negros, as mulheres, especialmente as negras, os sem qualificação profissional e aqueles com baixa escolarização, encontram nas cooperativas um espaço para ampliar a participação política, constituindo significados no trabalho que propiciam vínculos que os/as unem para seguir adiante, em um quadro bastante adverso. Esse sentido não pode ser menosprezado quando verificamos que o trabalho socialmente protegido, o assalariado, torna-se cada vez mais precarizado, sem apresentar, no horizonte próximo, a possibilidade da superação da alienação e subordinação por parte daqueles(as) que usufruem dos direitos sociais mediados pelo Estado.

Nesse cenário, destacamos que as experiências desenvolvidas nas cooperativas de trabalho associado da economia solidária são ainda recentes para refutar as potencialidades de constituírem-se experiências emancipatórias, viáveis economicamente, nas quais os direitos sociais seriam observados e a autogestão praticada. O que podemos afirmar ao final desta pesquisa é que, efetivamente, as cooperativas de trabalho associado constituem-se alternativas de trabalho encetadas pelos(as) que foram alijados(as) dos direitos oriundos do assalariamento e que buscam, em condições precárias, a construção de outro mundo, se possível.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Ciência e Cultura**, v. 58, n. 4, p. 40-41, out./dez. 2006.
- ALARCÓN, Percy B. R. Descentralización productiva y cooperativas. In: MORGADO, P. P.; BURGOS, R. L (Org.). **Economía social y cooperativismo**. Valladolid: Editorial Lex Nova, 2006. p. 131-144.
- ANJOS, Eliene. Los retos y encrucijadas de las cooperativas de trabajo asociado de la economía solidaria en Brasil. **Revista Iberoamericana de Autogestión y Acción Comunal**, Valência, n. 58-59, p. 147-162, 2011.
- \_\_\_\_\_. Possibilidades e dilemas do trabalho nas cooperativas da economia solidária. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33, Caxambu-MG. **Anais...** Caxambu: Anpocs, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, G.; FRANCO, T (Org.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 13- 22.
- \_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000, p. 15-16.
- ARON, Raymond. **O marxismo de Marx**. São Paulo: Arx, 2003.
- ASSEBURG, Hans; GAIGER, Luiz I. A economia solidária diante das desigualdades. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 499-533, 2007.
- BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BARRETO, Theo R. **Trabalhadores informais e desempregados: a precarização como homogeneização “sui generis” na formação dos “sem emprego”**. Um estudo sobre as trajetórias de trabalhadores informais e desempregados na RMS – no final do século XX. 2005. 270 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)– Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- BORGES, Ângela. **Desestruturação do mercado de trabalho e vulnerabilidade social: a Região Metropolitana de Salvador na década de 90**. 2003. 376 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)– Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.
- \_\_\_\_\_. Mercado de trabalho: mais de uma década de precarização. In: DRUCK, G.; FRANCO, T (Org.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 81-96.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BUBER, Martin. **O socialismo utópico**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

CACCIAMALI, Maria C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 153-174, junho 2000.

\_\_\_\_\_. (Pré-)Conceito sobre o setor informal, reflexões parciais embora instigantes. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 145-168, junho 2007.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social** – uma crônica do salário. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CATTANI, Antonio David. Emancipação Social. In: \_\_\_\_\_. et al (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 175-180.

\_\_\_\_\_. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

\_\_\_\_\_. Autonomia – emancipação social. In: CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L (Org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 43-48.

CHANIAL, Philippe; LAVILLE, Jean-Louis. Associativismo. In: CATTANI, A. D. et al. (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 21-25.

CONAES. Pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2., 2010, Brasília. **Documento final**. Brasília: CONAES, 2010.

CORAGGIO, José L. Economia do Trabalho. In: **Dicionário internacional da outra economia**. CATTANI, A. et al (Coord.). Coimbra: Almedina, 2009. p. 120-126.

\_\_\_\_\_. Una perspectiva alternativa para la economía del trabajo. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas**. Buenos Aires: Altamira, 2007. p. 165-194.

CULTI, Maria N. **O cooperativismo popular no Brasil: importância e representatividade**. São Leopoldo, RS: Ecosol, 2007. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/publicacoes>>. Acesso em: maio 2008.

DANANI, Claudia. Previdência Social. In: CATTANI, A. D. et al (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 273-277.

DEFOURNY, Jacques. Economia social. In: CATTANI, A. D. et al (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 156-161.



DIEESE. **Pesquisa de Emprego e desemprego na Região Metropolitana de Salvador:** novembro de 2011. Brasília: DIEESE, 2011. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/ped/ssa/negrossa2011.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2012.

DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. Terceirização e precarização: o binômio anti-social em indústrias. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Org.). **A perda da razão social do trabalho:** terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 97- 118.

FARIA, Maurício; SANCHEZ, Fábio. A economia solidária no governo federal: intersectorialidade, transversalidade e cooperação internacional. In: BENINI, E. A. et al (Org.). **Gestão pública e trabalho associado:** fundamentos e perspectivas. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 413-442.

FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **Fortalecimento das políticas públicas de economia solidária no governo Dilma Rousseff.** Brasília: FBES, 2011.

FISCHER, Maria C. TIRIBA, Lia. Saberes do trabalho associado. CATTANI, A. D. et al (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia.** Coimbra: Almedina, 2009. p. 293-299.

FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária:** uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz I. A presença política da economia solidária: considerações a partir do primeiro mapeamento. In: LEITE, M.; GEORGES, I (Org.). **Economia solidária e novas configurações do trabalho.** São Paulo: Annablume, 2012. (no prelo)

\_\_\_\_\_. Eficiência. In: CATTANI, A. D. et al (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia.** Coimbra: Almedina, 2009a. p. 169-174.

\_\_\_\_\_. Empreendimento econômico solidário. In: CATTANI, A. D. et al (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia.** Coimbra: Almedina, 2009b. p. 181-187.

\_\_\_\_\_. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. **Revista Katálisis,** Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 11-19, jan./jun. 2008.

\_\_\_\_\_. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais,** Coimbra, v. 79, p. 57-77, 2007.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. **Sociedade e Estado,** Brasília, v. 21, n. 2, p. 513-545, maio/ago. 2006.

\_\_\_\_\_. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH,** Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

\_\_\_\_\_. Sentido e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, Gabriel (Org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 167-198.

\_\_\_\_\_; ANJOS, Eliene. Economía solidaria en Brasil: la actualidad de las cooperativas para la emancipación histórica de los trabajadores. In: HARNECKER, C. (Org.). **Cooperativas y socialismo: una mirada desde Cuba**. La Habana: Editorial Caminos, 2011. p. 245-271.

GANDÍA, Juan López. **Las cooperativas de trabajo asociado y la aplicación del derecho del trabajo**. Valência: Trant lo Blanch, 2006.

GARCÍA, Manuel J. **Autoempleo: trabajo asociado y trabajo autônomo**. Madrid: Editorial Tecnos, 2008.

GEDIEL, José A. P. Trabalho, cooperativismo e direito. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 4, p. 36-38, out./dez. 2006.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IASI, Mauro. L. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LAVILLE, Jean-Louis. La economía solidaria: un movimiento internacional. In: \_\_\_\_\_; GARCÍA, J (Org.). **Crisis capitalista y economía solidaria: una economía que emerge como alternativa real**. Barcelona: Icaria, 2009a. p. 17-62.

\_\_\_\_\_. La economía solidaria em perspectiva. In: \_\_\_\_\_; GARCÍA, J (Org.). **Crisis capitalista y economía solidaria: una economía que emerge como alternativa real**. Barcelona: Icaria, 2009b. p. 63-128.

\_\_\_\_\_. Economia Plural. In: CATTANI, A. D. et al (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009c. p. 145-149.

\_\_\_\_\_. Solidariedade. In: CATTANI, A. D. et al (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009d. p. 310-314.

\_\_\_\_\_; GAIGER, Luiz I. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D. et al (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 162-168.

LEITE, Marcia P. O trabalho e suas reconfigurações: Conceitos e realidades. In: LEITE, M.; CARNEIRO, A (Org.). **O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México**. São Paulo: Annablume, 2009a. p. 67-94.

\_\_\_\_\_. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 31-51, fev. 2009b.

\_\_\_\_\_; ARAÚJO, Angela M. C (Org.). **O trabalho reconfigurado**: ensaios sobre o Brasil e México. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

LIMA, Jacob. Participação, empreendedorismo e autogestão. Uma nova cultura do trabalho? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 158-198, set/dez. 2010.

\_\_\_\_\_. Cooperativas de trabalho. In: CATTANI, A. D. et al (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 91-95.

\_\_\_\_\_. O trabalho em cooperativas: dilemas e perspectivas. In: DRUCK, G.; FRANCO, T (Org.). **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 69-80.

\_\_\_\_\_. Cooperativas falsas ou *coopergatos*. In: CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L (Org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 74-78.

\_\_\_\_\_. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 56, p. 45-62, out. 2004.

\_\_\_\_\_. **As artimanhas da flexibilização**: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a dominação do mundo do trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 81-109, jul./dez. 2002.

MARIÑO, Juan M. F.; RAMOS, Marília. P. Cinco teses equivocadas sobre a questão da qualidade e da quantidade na pesquisa social. **Barborói**, Santa Cruz do Sul, n. 2, p. 33-43, mar. 1995.

MARX, Karl. **O Capital (Crítica da Economia Política)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Livro I, v. I.

\_\_\_\_\_. Manuscritos Econômico-filosóficos. Primeiro Manuscritos. Parte final. In: Fernandes, F (Org.). **Marx/Engels: História**. São Paulo: Ática. 1983.

\_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2001.

MÉDA, Dominique. **O trabalho**: um valor em vias de extinção. Lisboa: Fim de Século, 1999.

MONZÓN, José L. C. **Las grandes cifras de la economía social en España**. Valencia: CIRIEC, 2010.

\_\_\_\_\_; PÉREZ, José M. U. Informe diagnóstico nacional de España. La economía social y el empleo em España. In: RADRIGÁN, M. R (Coord.). **Economía social y su impacto en la generación de empleo**. Claves para un desarrollo com equidad em América Latina. Madrid: Fundación Iberoamericana de Economía Social, 2010. p. 319-362.

MORALES, Alfonso C. G. La evolución de las cooperativas de trabajo asociado y de su entorno. In: MONZÓN, J (Org.). **La economía social en España em el año de 2008**: âmbito, magnitudes, actividades y tendências. Valencia: CIRIEC, 2010. p. 185-216.

MURCIA, Joaquín G. Prólogo. In: RODRÍGUEZ, I. G. D. R (Org.). **El trabajo asociado**: cooperativas y otras sociedades de trabajo. Cizur Menor (Navarra): Thomson-Aranzadi, 2008. p. 11-17.

NÁDER, Alexandre A. (Contra)rondó. In: ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**:ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000. p.15-16.

NAHAS, Valeska G. Autogestão. In: CATTANI, A. D; HOLZMANN. L (Org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 36-43.

NAMORADO, Rui. Cooperativismo. In: CATTANI, A. D. et al (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 96-102.

NARDI, Henrique C. Subjetividad y economía solidaria: desafíos para la constitución de sí en la inestabilidad de la supervivencia cotidiana. In: VERONESES, Marília (Org.). **Economía solidaria y subjetividad**. Buenos Aires: Altamira, 2007.

NOVAES, Henrique T. Qual autogestão? In: \_\_\_\_\_ (Org.). **O retorno do caracol à sua concha**: alienação e desalienação em associações de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 67-94.

NOVAES, Henrique T.; FARIA, Maurício S. Para onde vão as fábricas recuperadas? In: NOVAES, Henrique.T (Org.). **O retorno do caracol à sua concha**: alienação e desalienação em associações de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 169-211.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **Anuário do cooperativismo brasileiro**. Brasília: OCB, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista** – o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003a.

\_\_\_\_\_. **O elo perdido**: classe e identidade de classe na Bahia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003b. (Coleção História do Povo Brasileiro).

OLIVEIRA, Luiz P. **A condição “provisória-permanente” dos trabalhadores informais**: o caso dos trabalhadores de rua na cidade de Salvador. 2005. 237 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)– Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005.

ORTIZ, Lallana Maria del Carmen. **La prestación laboral de los socios en las cooperativas**. Barcelona: Bosch, 1989.

PANADERO, Purificación M. La economía social y su marco legal. In: \_\_\_\_\_; ROSADO, L. B (Org.). **Economía social y cooperativismo**. Valladolid: Lex Nova, 2006. p. 33-45.

\_\_\_\_\_. Trabajo autónomo, trabajo asociado e igualdad de oportunidades. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Empleo, trabajo autónomo y economía social**. Granada: Comares, 2009. p. 49-66.

PINHO, Diva. B. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.

\_\_\_\_\_. **O cooperativismo no “Brasil Desenvolvido” e no “Brasil Subdesenvolvido”**. São Paulo: USP, 1965.

PIRES, Maria. L. L. S. **O cooperativismo em questão: a trama das relações entre projeto e prática em cooperativas do Nordeste do Brasil e do Leste do Quebec**. Recife: Editora Massangna, 2004.

PONTES, Daniele R. Configurações contemporâneas do cooperativismo brasileiro. In: GEDIEL, J (Org.). **Estudos de direito cooperativo e cidadania**. Curitiba: Editora da UFPR, 2007. p. 89-112.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, Boaventura S (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção na capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 475-514.

RAZETO, Luis. La economía de solidaridad: concepto, realidad y proyecto. In: CORAGIO, J. L (Org.). **La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas**. Buenos Aires: Altamira, 2007. p. 317-338.

RIVERO, Patricia S. **Trabalho: opção ou necessidade?** Um século de informalidade no Rio de Janeiro. Belo Horizonte: Argvmentvn, 2009.

RODRÍGUEZ, Cesar. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, Boaventura S (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção na capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p 329-368.

RODRÍGUEZ, Ignacio González Del Rey. **El trabajo asociado: cooperativas y otras sociedades de trabajo**. Cizur Menor (Navarra): Thomson-Aranzadi, 2008.

ROSANVALLON, Pierre. **La autogestión**. Madrid: Editorial Fundamentos, 1979.

SANTANA JÚNIOR, Gildásio. 2007. 265 f. **A economia solidária em face da dinâmica da acumulação capitalista: da subordinação a um novo modo de regulação social?** Tese (Doutorado em Administração)– Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SANTOS, Boaventura. S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHIOCHET, Valmor. Políticas públicas de economia solidária – breve trajetória e desafios. In: BENINI, E. A. et al (Org.). **Gestão pública e trabalho associado: fundamentos e perspectivas.** São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 443-452.

SCHMIDT, Derli; PERIUS, Vírgilio. Cooperativismo – cooperativa. In: CATTANI, A. D. **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 63-72.

SCHNEIDER, José ; LAUSCHNER, Roque. Evolução e situação atual do cooperativismo brasileiro. In: **O cooperativismo no Brasil: enfoques, análises e contribuição.** Rio Grande do Sul: Friedrich Naumann e Associação de Orientação às Cooperativas, 1979. p. 1-58.

SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária - Ministério do Trabalho e Emprego. **Atlas da economia solidária 2005-2007.** Brasília: SENAES, 2008. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/AtlasESmenu.html>>. Acesso em: 06 jan. 2012.

SIES. Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária – Ministério do Trabalho e Emprego. Base de Dados da UNISINOS. São Leopoldo, RS, 2007.

SILVA, Paulo R. F. **Cooperativas de trabalho, terceirização de mão-de-obra e direito do trabalho.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

SILVA, Selma. A terceirização via cooperativas de trabalho: precarização ou autonomia? In: DRUCK, G.; FRANCO, T (Org.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização.** São Paulo: Boitempo, 2007. p. 147 – 168.

SINGER, Paul. A economia solidária no governo federal. In: BENINI, E. A. et al (Org.). **Gestão pública e trabalho associado: fundamentos e perspectivas.** São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 407-412.

\_\_\_\_\_. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. p. 81-130.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002b.

\_\_\_\_\_. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: \_\_\_\_\_; SOUZA, A. R (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2003a.

\_\_\_\_\_. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas.** São Paulo: Contexto, 2003b.

\_\_\_\_\_. **Uma utopia militante: repensando o socialismo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_; SOUZA, André R. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2003.

TAUILE, José R. **Trabalho, autogestão e desenvolvimento**: escritos escolhidos 1981-2005. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. (Coleção Economia e Sociedade, v. 8).

THÉBAUD-MONY, Annie; DRUCK, Graça. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, G.; FRANCO, T (Org.). **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 23-58.

TIRIBA, Lia. Pedagogia(s) de la producción asociada: hacia dónde camina la economía popular? In: CORAGGIO, J. L (Org.). **La economía social desde la periferia**. Contribuciones latinoamericanas. Buenos Aires: Altamira, 2007. p. 195-224.

TIRIBA, Lia; PICANÇO, Iracy. Introdução. O trabalho como princípio educativo no processo de produção de uma “outra economia”. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Trabalho e educação**: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2004. p. 19-32.

VIEITEZ, Candido G.; DAL RI, Neusa M. **Trabalho associado**: cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro: PD&A, 2001.

## APÊNDICE A – Roteiro da Entrevista Semiestruturada – 2011

Pesquisadora: Eliene Gomes dos Anjos

### Identificação:

1. Nome
2. Idade
3. Sexo: M ( ) F ( )
4. Qual a sua cor/raça? Preta ( ) Parda ( ) Branca ( ) Amarela ( ) Indígena ( )
5. Você estuda: Sim ( ) Não ( )
5. Qual a série?
6. Se não estuda, qual seu grau de escolaridade?
7. Estado civil: Casado(a) ( ) Divorciado(a) ( ) Separado(a) ( ) Solteiro(a) ( ) União estável ( ) Viúvo(a) ( )
8. Quem é o/a chefe do domicílio?
9. Tem filhos(as)?
10. Se sim, quantos(as)?
11. Quantas pessoas dependem da sua renda para sobreviver?
12. Qual é a renda familiar do seu domicílio? (composição dessa renda, programa sociais, pensões...)
13. Há quanto tempo você é um(a) trabalhador(a) cooperado(a)?

### Trabalho:

14. Relate suas experiências trabalhistas antes de ser cooperado(a)?
15. Qual foi o motivo principal para sua adesão à cooperativa?
16. Qual é sua jornada de trabalho?
17. Quais são os benefícios/direitos que você recebe?
18. Quais os direitos/benefícios que você não recebe e acredita que deveria receber?
19. Por que você atualmente é um(a) cooperado(a)? Pretende continuar como cooperado(a) daqui a um ano?
20. O que você faria se recebesse uma proposta de trabalho no mercado formal com a mesma remuneração que recebe na cooperativa? Por quê?
21. Compare sua situação de trabalho atual com a anterior?
22. O que você pensa sobre o trabalho cooperado e as outras formas de trabalho, como por exemplo, o trabalho assalariado?
23. Para você, o que é o trabalho cooperado/associado?



24. Qual é sua função na cooperativa? Ocupa algum cargo diretivo? Se sim, qual? Recebe algum valor adicional pelo cargo que ocupa?
25. O trabalho na cooperativa é sua fonte de renda principal? Se não, qual é a fonte de renda principal?
26. Você recebe sua remuneração em dia? Como é definido o valor da retirada? Qual o valor médio da sua retirada mensal?
27. O que significa para você ser sócio(a)-proprietário(a) / sócio(a)-trabalhador(a) da cooperativa?
28. Na cooperativa há trabalhadores/as que não são sócios(as)? Se sim, quantos(as)? Qual o vínculo de trabalho com a cooperativa, função e a forma de remuneração?
29. Há voluntários(as)? Se sim, quantos(as)? Em que função?

**Cooperativa:**

30. Quem teve a ideia de criar a cooperativa? Por quê?
31. O que é uma cooperativa para você?
32. Houve cursos para explicar o funcionamento da cooperativa? Você participou? O que achou?
33. A cooperativa participa de algum fórum? Se sim, qual?
34. Qual é a atividade econômica principal da cooperativa?
35. Quem decidiu pelos produtos/serviços oferecidos pela cooperativa?
36. O que você considera positivo/negativo na cooperativa?
37. Como você avalia sua atuação/participação na cooperativa?
38. Quantos membros têm a cooperativa? Quantas mulheres e quantos homens?
39. Qual a cor/raça predominante na cooperativa?
40. Qual é o público alvo preferencial da cooperativa?
41. Qual o perfil etário predominante na cooperativa?
42. Quais são os direitos e deveres que você tem como sócio(a)-trabalhador(a)?
43. Se você pudesse mudar algo na cooperativa, o que seria?
44. Como é a relação da cooperativa com o mercado?
45. A cooperativa participa de alguma rede de produção, comercialização, consumo ou crédito? Se sim, qual?
46. A cooperativa já foi beneficiada por alguma ação da política pública? Se sim, qual?
47. Como é o processo de crédito/financiamento da cooperativa? Já conseguiram algum financiamento? Se sim, de que tipo?

48. Nos últimos 12 meses foram realizados investimentos? Se sim, qual o tipo? Qual o valor do investimento?
49. O local de funcionamento da cooperativa é...?
50. Os equipamentos da cooperativa são próprios?
51. A cooperativa recebe algum tipo de assessoria? Se sim, qual?
52. Quais são as maiores dificuldades enfrentadas hoje pela cooperativa?
53. Como são divididas as sobras na cooperativa?
54. Qual o valor médio de retirada dos/as trabalhadores/as associados/as?
55. A cooperativa está conseguindo remunerar seus/suas trabalhadores(as) mensalmente?
56. O que você acha que deveria ser feito para fortalecer as cooperativas?

### **Gestão da cooperativa / Autogestão**

57. Você lembra como foi eleita a direção da cooperativa? De que forma? Qual a duração do mandato?
58. Quantas vezes os membros da cooperativa se reúnem? O que é tratado nas reuniões?
59. Quais os critérios para eleger os membros diretivos da cooperativa?
60. Quantas mulheres participam da direção da cooperativa? Quais os cargos?
61. Quais os órgãos de deliberação/decisão da cooperativa?
62. Na gestão da cooperativa, há algum(a) trabalhador(a) que não é cooperado(a)? Se sim, qual é o cargo?
63. Como é a relação entre os/as cooperados(as)? E a direção da cooperativa?
64. A cooperativa tem os fundos previstos na Lei do cooperativismo? Se sim, quais?
65. A gestão administrativa da cooperativa é realizada por quem?
66. Os/as sócios(as) têm formação para gerir a cooperativa?
67. Como é feita a prestação de contas da cooperativa?

### **Economia Solidária**

68. A cooperativa tem relação com algum movimento social, popular ou sindical? Se sim, qual?
69. Você participar de algum movimento social? Por quê? Desde quando?
70. A cooperativa desenvolve alguma ação social ou comunitária?

71. Você já participou de algum evento sobre a economia solidária? Se sim, qual? Qual é a sua avaliação do evento?
72. Para você, o que é a economia solidária?
73. Você conhece os Fóruns da economia solidária? Em âmbito territorial, estadual e nacional? Se sim, qual é sua avaliação sobre eles?
74. Você conhece outros empreendimentos ligados à economia solidária? Se sim, quais?
75. Quais são, em sua opinião, as maiores dificuldades vivenciadas pelos(as) trabalhadores(as) associados(as) que estão em empreendimentos da economia solidária?
76. Você conhece entidades de assessoria/apoio da economia solidária? Se sim, quais?
77. Você tem conhecimento ou participado dos debates sobre as políticas de fomento à economia solidária? Se sim, quais as políticas e em que espaço há esses debates?
78. Você conhece os objetivos/valores da economia solidária? Se sim, quais?
79. Você conhece algum órgão público de fomento à economia solidária? Se sim, qual? O que esse órgão faz?
80. Na sua avaliação, quais os principais desafios para a economia solidária?

**ANEXO 2 – Classes de remuneração dos(as) sócios(as) que trabalham segundo o salário mínimo por região**

**Tabela 7 – Classes de Remuneração dos(as) Sócios(as) que Trabalham Segundo o Salário Mínimo por Região**

			Classes de Remuneração dos sócios(as) que trabalham segdo. o salário mínimo [2007]						Total
			até 1/2 s.m.	mais de 1/2 s.m. a 1 s.m.	mais de 1 s. m. a 2 s.m.	mais de 2 s. m. a 5 s.m.	mais de 5 s. m. a 10 s.m.	mais de 10 s. m. a 20 s.m.	
Região do país numérica	1 NO	Count	14	25	39	20	2	0	100
		% within Região do país numérica	14,0%	25,0%	39,0%	20,0%	2,0%	,0%	100,0%
	2 NE	Count	77	65	57	51	14	3	267
		% within Região do país numérica	28,8%	24,3%	21,3%	19,1%	5,2%	1,1%	100,0%
	3 SE	Count	39	83	85	47	7	3	264
		% within Região do país numérica	14,8%	31,4%	32,2%	17,8%	2,7%	1,1%	100,0%
	4 SU	Count	24	86	126	63	19	2	320
		% within Região do país numérica	7,5%	26,9%	39,4%	19,7%	5,9%	,6%	100,0%
	5 CO	Count	10	36	14	14	1	1	76
		% within Região do país numérica	13,2%	47,4%	18,4%	18,4%	1,3%	1,3%	100,0%
Total	Count	164	295	321	195	43	9	1027	
	% within Região do país numérica	16,0%	28,7%	31,3%	19,0%	4,2%	,9%	100,0%	

Fonte: SIES/Base de Dados da UNISINOS (2007).